

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

R⊕TEI R⊕S

NOVA SÉRIE | ANO 2016 | N.º 10

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

R $\oplus$ TEI $\oplus$ S

NOVA SÉRIE | ANO 2016 | N.º 10

Conselho Editorial

Adriano Moreira
Maria Regina de Mongiardim
José Fontes

Director

António Carlos Rebelo Duarte

Editor

Raúl Alves Fernandes

Propriedade

Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração

Rua D. Francisco de Almeida, 49
1400-117 Lisboa
Telefone: 213 032 150
Fax: 213 032 160
e-mail: geral@idjc.pt / site: www.idjc.pt

Execução gráfica

ACD PRINT, S.A
www.acdprint.pt

Depósito Legal

212775/05

Índice

NOTA EDITORIAL

Passado perturbado e futuro imprevisível	5
---	---

ENSAIO

A Utopia	9
-----------------	---

Adriano Moreira

Conciliar o Mundo	15
--------------------------	----

Adriano Moreira

EUROPA

Portugal e a Europa	25
----------------------------	----

Miguel Mattos Chaves

A movimentação das fronteiras na Europa	55
--	----

Maria Regina Mongiardim da Costa Flor e Almeida

ÁFRICA

Da importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Futuro com sucesso da África	65
--	----

Fátima Moura Roque

DIREITO DO MAR

A importância da liberdade de navegação	87
--	----

José Manoel Penteado e Silva Carreira

HISTÓRIA

Do voluntarismo imprudente ao resultado esperado pelos mais avisados – o caso do «Mapa Cor-de-Rosa	103
---	-----

João Abel da Fonseca

A Liga Naval Portuguesa – mar, política e cultura, entre dois regimes	133
<i>Fernando David e Silva</i>	
Portugal, a Marinha e a I GM, da política e estratégia nacionais às operações navais	157
<i>António Rebelo Duarte</i>	
DESTAQUE	
A Pena e a Lança, em homenagem ao Prof. Adriano Moreira	181
<i>António Silva Ribeiro</i>	
DEFESA E SEGURANÇA	
A aviação civil como alvo do terrorismo	217
<i>Raquel dos Santos Duque</i>	
RELIGIÃO	
Relevância da figura do Papa Francisco no mundo de hoje	233
<i>José Nunes, op</i>	

Passado perturbado e futuro imprevisível

O ano findo, a que se refere o nosso boletim anual, nem terá sido economicamente tão adverso como os anteriores. As economias europeias, incluindo a nossa, tiveram algum crescimento, ainda que mais tímido do que a americana, assim como alguma quebra no desemprego, depois de alguns anos em alta.

Mas será que esta recuperação económica nos deixa igualmente aliviados no plano da política internacional? Neste campo, agudizaram-se diversas frentes de interesses, caracterizadoras de um tempo de turbulência, em que a história acelerou e assistimos à “*guerra por todo o lado*”, segundo definição e chamada de atenção do Prof. Adriano Moreira, nomeadamente para a necessidade, imperiosa, de “*conciliar o mundo nesta casa comum dos Homens*”.

As crises que vêm assolando essa casa desavinda têm-se abatido com especial incidência na União Europeia, paralisada pela sua multiplicidade e variedade, desde o terrorismo radical nas suas entranhas instigado pelo *Daesh*, passando pela crise do euro e da dívida ainda a aguardar melhor desfecho, até aos refugiados e as ameaças de afirmação de poder por parte da Rússia no leste europeu e continuada instabilidade nos países do Norte de África e Médio-Oriente, com a Síria e a Líbia à cabeça, sem esquecer a “desarrumação” dentro de portas devido aos surpreendentes *Brexit* e nova Administração Trump nos EUA.

Os próximos desenvolvimentos destes dois últimos acontecimentos, juntamente com os processos eleitorais que decorrerão em 2017 (Alemanha, França, Holanda e Itália), poderão entrar, e muito, a imprescindível recuperação do processo de construção europeia. Para já, não será

difícil prognosticar que a política económica de Trump, o ‘*Brexit*’, a incerteza sobre a actuação do BCE e a fragilidade do sistema financeiro europeu perfilam-se, já hoje, à cabeça dos grandes factores de incerteza para 2017.

Quanto a Portugal, e como na Europa, o processo de regeneração política e económica corre riscos de não ser linear e sustentado, tendo em conta aquela envolvente externa, não devendo afastar-se a hipótese de um “*tempo novo*” caracterizado por avanços, recuos e ziguezagues, dedutíveis de uma nova realidade mundial, marcada pela crescente automação industrial, globalização, produtividade e geografia económica, as principais forças transformadoras do mundo e não apenas na esfera económica.

Destas temáticas, mais directa ou indirectamente, nos falam os textos oferecidos pelos nossos conferencistas e convidados, incluindo aqueles que nos vêm ajudar à compreensão cíclica do nosso processo histórico, indispensável para uma melhor leitura do presente, na perspectiva de edificar um futuro mais promissor. Uma história que volta a encontrar espaço no futuro da Europa, dado o seu regresso ao Velho Continente, consonante com a necessidade de defesa do nosso regime demoliberal, depurado dos vícios e desvios que o Papa Francisco tem denunciado e que bem nos lembrou mais um dos nossos brilhantes conferencistas, o Padre José Nunes.

Compreende-se, assim, que a temática desta edição não se esgote na geopolítica e geoeconomia, porquanto, a tal perspectiva histórico-política ajuda-nos a reflectir sobre o significado do ano que agora termina. Daí que tenhamos aproveitado a oportunidade de revisitar a historiografia europeia e portuguesa, em questões tão importantes e relevadas pelos nossos conferencistas, como a definição das fronteiras (Prof.^a Maria Regina Mongiardim) e ambições imperiais que também tiveram o seu lugar e papel na génese da I Guerra Mundial, na qual nos vimos envolvidos um século atrás (Prof. José Telo e Alm. David e Silva).

Portugal e a Europa, um tandem que marcaria a abertura do período, servindo de título à intervenção do Prof. Miguel Mattos Chaves, baseada num balanço actualizado das três décadas da nossa adesão à então CEE. E já que deixámos uma referência implícita ao Continente africano, com o qual europeus e portugueses partilharam uma vivência histórica secular, nada mais oportuno do que a radiografia que a Prof.^a Fátima Moura Roque nos proporciona com a sua visão dos problemas e desafios para um futuro bem-sucedido augurado ao nosso tradicional parceiro estratégico.

Estou crente de que os nossos leitores irão encontrar nesta edição largos motivos de interesse e gosto pelos trabalhos agora reunidos. Se

alguma característica os associa é a da qualidade e profundidade da subjacente pesquisa e análise temáticas. Mais uma razão para reiterarmos o nosso agradecimento a quem, acima de tudo, nos ajuda a manter de pé a instituição, na sua ideia e propósito.

Conferencistas, convidados e associados, a todos, um sincero e genuíno OBRIGADO e, já agora, um “colaborante” ANO NOVO!

Restelo, 02 Janeiro de 2017,
a Direcção do IDJC





A utopia¹

Prof. Adriano Moreira²

A celebração da publicação da *Utopia* (1516) não pode deixar de, para além da doutrina, meditar sobre a relação da Inglaterra com a Europa, comparando as circunstâncias de então com as dificuldades de relacionamento atuais. A época em que viveu o futuro Santo, patrono dos governantes e parlamentares, por decisão de João Paulo II, foi também das grandes incertezas e custos para as populações europeias, que hoje atingem dimensões angustiante.

Passaram quinhentos anos, tendo entretanto proliferado os autores de Utopias, mas não perderam atualidade nem as inquietações do futuro Santo, nem as do seu amigo Erasmo, (1466-1536), cujo *Elogio da Loucura*, que lhe dedicou em 1511, não pode deixar de ser recordado ao mesmo tempo. Aproximando ambos os textos, não é excessivo recordar que os temas da relação da Inglaterra com a Europa, hoje tão a braços com a definição das consequências do *Brexit* do Reino Unido, referendado em 23 de Julho, e a atualidade dos desafios à Igreja Católica, que desde a guerra fria não amenizaram, parecem uma réplica dos tempos que viveram.

Talvez deva atribuir-se a Lutero (1483-1546), ser a referência mais historicamente significativa da turbulência, que foi sanguinária, da época marcada pelo seu Sermão de 1512, depois de, no seu Convento de Wittenberg, em Saxe, apoiado nas suas interpretações de São Paulo e Santo Agostinho, ser levado à convicção de que as indulgências não contribuíam para a salvação, que apenas a fé em Deus pode “tornar o homem justo”, recusando a “superioridade espiritual do Papa, dos Bispos, e do Clero em

¹ Conferência proferida na Academia das Ciências de Lisboa (ACL), em 08NOV16;

² Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa;

geral”. São do referido Sermão estas tremendas palavras: “Qualquer um me dirá que crimes, que escândalos, estas fornicções, estas bebedeiras, esta paixão desenfreada pelo jogo, todos estes vícios do clero. Grandes escândalos, confesso; tenho que os denunciar, é necessário dar-lhes remédio”: e não considerava a maior parte do clero capaz de pregar corretamente a verdadeira doutrina.

É por volta de 1540 que Roma decide reagir, desenvolvendo a contra-reforma, e ao mesmo tempo, a reforma católica. O que estava em causa era a autenticidade das governanças, em relação às palavras que Luís de Camões atribuiu a Vasco da Gama, ao chegar à Ilha de Moçambique, e que são as seguintes: “A lei tenho daquele a cujo império / Obedece o visível e o invisível / Aquele que criou todo o hemisfério / Tudo o que sente e todo o insensível / Que padeceu desonra e vitupério / Sofrendo morte injusta e insofrível / E que do Céu à Terra, enfim, desceu / para subir os mortos da Terra ao Céu” (Canto I, 65).

Quando Paulo III convocou o Concílio Ecuménico enfrentava lamentos que celebrizam *A Nave dos Loucos*, de Sebastião Brand (1494), os Sermões de Geiler de Kayseberg (1498) e a releitura de Erasmo, esquecidos os elogios, para que se dissesse que Erasmo pôs o ovo que Lutero chocou.

De qualquer modo, a Reforma definitiva dividiu a cristandade, fazendo então atuais as palavras de Dante, no Canto XXVIII do Paraíso, ao atribuir ao Príncipe dos Apóstolos: “não foi nossa intenção que à mão direita dos nossos sucessores ficasse uma parte do povo cristão, e que à mão esquerda ficasse a outra parte. Nem que as chaves do Reino dos Céus que Cristo me deu se convertessem, bordadas em bíblicos estandartes, em sinal de guerra para que os baptizados lutassem contra baptizados”. Tratava-se da luta entre fações de Guelfos e Gibelinos. E é justamente no plano da política que a discussão doutrinal, que celebrou Trento, acabaria por dar origem ao que foi um verdadeiro *Brexit* da Inglaterra de Henrique VIII, usando um dito que corre para a situação presente, que é o de que a Inglaterra abandona a União Europeia, mas não a Europa, que passou a ser a Europa dos Estados sem reconhecer a Unidade que fora uma criação principalmente do Papado no que toca ao Santo Império Romano Germânico, sem logo apagar a diferença com a Cristandade Grega.

Thomas Morus, que foi um dos mais notáveis humanistas do seu tempo, de família nobre, subiu na hierarquia do Estado até ao mais alto cargo de Chanceler do Reino. De facto, entre as espécies de Utopias que seriam escritas até aos nossos dias, o que defendeu foi o respeito pela autenticidade, defendendo a integridade dos princípios, que não enfraqueciam o

respeito pela *autoridade real* e pela autenticidade do representante de Cristo na chefia da Igreja Católica. Ao aceitar o sacrifício da vida, sagrou a sua própria *autenticidade de cristão*, e assim levantou talvez a primeira voz contra o processo que, no tempo que vivemos, substitui no Ocidente o *credo dos valores* pelo *credo do mercado*, agora parecendo evoluir para o simples *consequencialismo*.

Nem Morus nem Erasmo eram uns revolucionários, e muitas das suas inquietações convenceram as vozes que no Concílio Ecuménico os ouviram, sendo de lembrar o nosso desassombrado Frei Bartolomeu dos Mártires, as queixas de *As Naves dos Loucos* de Sebastião Brand (1494), os *Sermões* de Geiler de Kayseberg (1498), as Cartas de Juan Luís Vives para Adriano VI, e naturalmente o *Elogio da Loucura*, cujo pensamento teve reflexo em Portugal, como demonstrou Bataillon no seu “*Erasme et la Cour de Portugal*” (Coimbra, 1952), destacando-se por exemplo André de Rezende com o seu *Erasmi Encomium* (1531), inseparável da autenticidade de vida, de crenças, e de princípios de Thomas Morus, tudo atribuído a um imaginário português, Hittodeu, que seria benvinda inspiração para uma nova doutrina portuguesa de um Tratado de bom governo, colocando Morus no centro, que não lhe outorgaram, das inquietações dos estudiosos nacionais. Mas seria oportuno não esquecer Agostinho da Silva, Berta Mendes, Fernando de Mello Moser, o saudoso Luís de Matos, e, nesta casa, a intervenção de Pina Martins, tudo lembrando o evidenciado, com utilidade para apreender os desafios do nosso tempo, por Pinharanda Gomes, na perspetiva, diz, de José Marinho (Thomas Morus, Guimarães, 1985).

Mas, voltando à anunciada conclusão, a chamada ao primeiro plano da atualidade, com a proclamação de patrono de Governantes e Parlamentares por João Paulo II, e agora pela celebração do centenário da publicação de *A Utopia*, parece um apelo à autenticidade de vida e de princípios, que se deve preservar neste século sem bússola. Nenhum dos grandes pressupostos da ONU, o “mundo único” e a “terra casa comum dos homens”, estão em vigor nem empunhados por Estadistas de dimensão dos que os formularam no fim da maior destruidora das guerras da história. As condutas o que sobretudo mostram é a regra de que “se o erro reprova, o êxito do resultado procurado absolve”. Uma regra contra a qual Morus subiria de novo, voluntariamente e sem temor, ao cadafalso.

Porque este novo *Brexit*, sem bússola dos princípios, o que agrava é o problema da Reorganização da Ordem Mundial. O que me leva a recordar as últimas palavras de Thomas Morus, dirigidas aos seus julgadores, e que foram as seguintes: “*Meus Senhores, nada mais tenho a dizer-vos, se*

não que, a exemplo do bem-aventurado apóstolo São Paulo – como lemos nos Actos dos Apóstolos – que presenciou e concordou com a execução de Santo Estevão, guardando as capas dos que o lapidaram até à morte – e ambos são agora abençoados santos no Céu, permanecendo amigos para todo o sempre –, também eu firmemente acredito e assim rezo no íntimo do coração que, sem embargo de Vossas Senhorias terem agora aqui na Terra sentenciado a minha condenação, nos possamos todos encontrar cheios de alegria no Céu, para nossa salvação eterna.” Isto é. A Utopia não é deste mundo, e o nosso problema continua a ser não apenas conciliar o Estado com a Ética, mas conciliar o mundo.

Podemos, sem grande erro, considerar que o dia 11 de Setembro de 2001, que foi chamado Dia de Fogo, marca o início de uma época, e por isso de exigência de profunda meditação sobre os futuros possíveis da humanidade, e da casa comum que é a terra. Foi a terça-feira em que o Presidente dos EUA, considerado até então como líder da superpotência invulnerável, recebeu a notícia, quando se dirigia para uma sala de aula da *Emma E. Booker Elementary School*, com o objetivo de discutir a reforma educativa, e ali veio a saber que o *World Trade Center* fora atingido por um avião, a que outro se seguiu, destruindo as Torres Gémeas, matando “quase três mil homens, mulheres e crianças inocentes”.

Tratando-se de um facto sem precedentes, por isso sem experiência aprendida a respeito de uma metodologia de prevenção e resposta, implicou que, além de pedir criatividade aos responsáveis do seu governo e forças armadas, o Presidente tenha celebrado um serviço na famosa *National Cathedral*, onde discursaram, e oraram, o Imã Muzammil Siddiqi da Sociedade Islâmica da América do Norte, o rabino Joshua Haberman, o pregador Billy Graham, o Cardeal Theodore Mc Carrick e Kirbyjon Caldwell.

No discurso final, o Presidente disse aos americanos e ao mundo: “Apenas três dias depois destes eventos, os americanos ainda não possuem a distância da história. Mas a nossa responsabilidade para com a história já se torna clara: reagir a estes ataques e livrar o mundo do mal... Os sinais de Deus nem sempre são aqueles que procuramos. Aprendemos na tragédia que os seus objetivos nem sempre são os nossos. Todavia, as preces de sofrimento privado, nos nossos lares ou nesta Catedral, são escutadas e compreendidas... Este mundo que ele criou é um mundo moral. A dor e a tragédia e o ódio são apenas temporários. A bondade, a recordação e o amor não têm fim. E o Senhor da vida ampara todos os que morrem, e todos os que choram”.

Passou mais de uma década, e este apelo à transcendência, juntando as vozes de variadas maneiras de rezar com fê, a humildade de não ter projeto de política de Estado e pedir inspiração, não tiveram iluminação de resposta, não levaram à formulação e aceitação do *paradigma comum* que Kung indaga com devoção e esperança, nem o direito internacional, património imaterial comum da Humanidade, assumiu a natureza de diretiva efetiva para a paz. Antes, como escreveu Emily Dickinson, “*It was too late for Man, But early, yet, for God*”. Celebramos Thomas Morus, Santo Protetor de Estadistas e Parlamentares, na esperança de que inverta este lamento.





Conciliar o Mundo¹

Prof. Adriano Moreira²

Podemos, sem grande erro, considerar que o dia 11 de Setembro de 2001, que foi chamado Dia de Fogo, marca o início de uma época, e por isso de exigência de profunda meditação sobre os futuros possíveis da humanidade, e da casa comum que é a terra.

Foi a terça-feira em que o Presidente dos EUA, considerado até então como líder da superpotência invulnerável, recebeu a notícia, quando se dirigia para uma sala de aula da Emma E. Booker Elementary School, com o objectivo de discutir a reforma educativa, e ali veio a saber que o World Trade Center fora atingido por um avião, a que outro se seguiu, destruindo as Torres Gémeas, matando “quase três mil homens, mulheres e crianças inocentes”.

Tratando-se de um facto sem precedentes, por isso sem experiência aprendida a respeito de uma metodologia de prevenção e resposta, implicou que, além de pedir criatividade aos responsáveis do seu governo e forças armadas, o Presidente tenha celebrado um serviço na famosa National Cathedral, onde discursaram, e oraram, o Imã Muzammil Siddiqi da Sociedade Islâmica da América do Norte, o rabino Joshua Haberman, o pregador Billy Graham, o Cardeal Theodore Mc Carrick e Kirbyjon Caldwell.

No discurso final, o Presidente disse aos americanos e ao mundo: “Apenas três dias depois destes eventos, os americanos ainda não possuem a distância da história. Mas a nossa responsabilidade para com a história já se torna clara: reagir a estes ataques e livrar o mundo do mal... Os sinais

¹ Conferência proferida no 20º aniversário da Associação Portuguesa de Certificação (APCER) – Fundação Champalimaud, em 27SET2016;

² Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa e Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa.

de Deus nem sempre são aqueles que procuramos. Aprendemos na tragédia que os seus objectivos nem sempre são os nossos. Todavia, as preces de sofrimento privado, nos nossos lares ou nesta Catedral, são escutadas e compreendidas... Este mundo que ele criou é um mundo moral. A dor e a tragédia e o ódio são apenas temporários. A bondade, a recordação e o amor não têm fim. E o Senhor da vida ampara todos os que morrem, e todos os que choram”.

Passou mais de uma década, e este apelo à transcendência, juntando as vozes de variadas maneiras de rezar com fé, a humildade de não ter projecto de política de Estado e pedir inspiração, não tiveram iluminação de resposta, não levaram à formulação e aceitação do *paradigma comum* que Kung indaga com devoção e esperança, nem o direito internacional, património imaterial comum da Humanidade, assumiu a natureza de directiva efectiva para a paz. Antes, como escreveu Emily Dickinson, “It was too late for Man, But early, yet, for God”.

Ao contrário da esperança de paz, parece ter ressuscitado a lenda do rabino Judah Loew de Praga, que teria criado um *golem*, para defender a comunidade judaica da cidade. Mas, contam Hardt e Negri, “a violência destrutiva do *golem* revela-se incontrolável. Ele efectivamente ataca os inimigos dos judeus, mas também começa a matar os próprios judeus indiscriminadamente, até que o rabino consegue reduzi-lo novamente a argila”.³ É o que está a acontecer com a multiplicação de acessos ao armamento atómico, com a Coreia do Norte a servir de última advertência.

O estado de guerra global em que nos encontramos, com variantes sem precedente, depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, mostra que o monstro não foi dominado, e sim que a primeira resposta, mais divulgada, foi a de Samuel Huntington, a começar com o seu estudo, sobre *A Crise da Democracia* (1975) que estaria a evoluir para um “*destempero democrático*”, mas sobretudo quando diagnosticou a guerra das áreas culturais.⁴ De facto estava altamente preocupado com o acesso das minorias ao poder, como mostra o seu livro de 2005 – *Who are we?* –, publicado antes da eleição de Obama, que finalmente proclamou – *somos todos americanos*. O que os factos contradizem, no que respeita à paz, e escolha presidencial, mais com os erros ocidentais, por exemplo, no Iraque e na Líbia, e finalmente com o terrorismo e as ambições do autoproclamado Estado Islâmico.

³ In Michael Hardt e António Negri, *Multidão, Guerra e democracia na era do Império*, Record, Rio de Janeiro, 2005;

⁴ Huntington, *The clash of civilizations*, Simon and Schuster, Nova York, 1996;

Partindo deste conceito operacional, e vistas as formas inovadoras dos conflitos, desde a cibernética à destruição do sistema financeiro de países debilitados, não é difícil inverter a fórmula de Clausewitz para a conclusão de que a política é a condução da guerra por outros meios, e que o *terrorismo* é a mais eficaz das armas do fraco contra o forte. As imigrações e o anti-islamismo ameaçam até a unidade europeia.

Estamos longe da prece de Nelson Mandela quando, ao receber o Prémio Nobel da Paz (10-12-1993), disse falar em nome dos “seres humanos incontáveis que, tanto dentro como fora do nosso país (África do Sul), tiveram a nobreza de espírito de se atravessar no caminho da tirania e da injustiça sem ambicionarem qualquer proveito próprio”.

O certo, todavia, é que o conceito operacional vigente parece o mesmo do desaparecido império euromundista, da soberania ou hegemonia para além das fronteiras nacionais, como claramente esclareceu o discurso do III Putin sobre a Ucrânia, tudo cabendo na fórmula da supremacia, que conduziu ao unilateralismo da regência republicana de Bush, ao combate não apenas entre as áreas culturais diferentes, mas também ao atrito entre o americanismo e o europeísmo, alegoricamente chamado entre Marte e Vénus, sem que a decadência ocidental tenha vindo ao pensamento do desaparecido Huntington.

A ideia de império parece uma tradução apropriada para o unilateralismo americano de então, com a associação ou domínio do complexo militar-industrial, com o apoio do sistema financeiro em liberdade, e com as convicções de que se trata da *Nação indispensável*, capaz de conduzir a guerra vitoriosa em duas frentes, cujo interesse nacional permanente é o guia das intervenções, cujos valores de democracia e liberdades acreditou que serão o futuro de um mundo finalmente aderente ao credo do mercado. Deste modo a guerra cirúrgica, isto é, em que a técnica permitiria que as baixas dos seus exércitos fossem nulas, deixando os velhos riscos de pisar o terreno aos aliados, associados, ou aos arregimentados das empresas nascidas da privatização da guerra, foi uma ilusão. Talvez o último livro de George Friedman, *The Next 100 Years*, seja a utopia que o ilustre “leading expert in geopolitical intelligence” deduz dessas premissas, examinando todos os acidentes sofridos no século XX, perspectivando a evolução da população mundial, das comunicações, das guerras das culturas, para finalmente anunciar uma guerra mundial para meados deste século, em que “*The United States Will emerge in unchallenged control of space, and therefore in control of the World’s oceans*”, concluindo: “*the outcome of the war will*

unequivocally affirm the position of the United States as the World's leading international power", iniciando "*a golden decade*".⁵

A infeliz evolução, depois da queda do Muro em 1989, veio mostrar que a *resistência* e a *organização em redes*, estruturam um adversário difícil de combater na guerra do fraco contra o forte, como o ataque às Torres Gémeas demonstrou. A *rede*, por definição transversal, sem necessariamente ter uma estrutura hierárquica, adoptando o terrorismo como método, desafia aquela *revolução militar* que apoiava na sofisticação técnica a vitória e a preservação das vidas dos seus soldados: o Vietname, as dificuldades da II guerra do Iraque, o impasse do Afeganistão, e sobretudo os 10 anos de caçada a Bin Laden, obrigam a meditar na conclusão de Hardt, segundo o qual "a forma em rede impõe-se a todas as facetas do poder, estritamente da perspectiva da eficácia do governo".

Mas a *resistência*, antes de mais um estado de espírito, parece ganhar o primado na análise da conjuntura complexa de factores sociais, culturais, políticos, económicos, religiosos, de conhecimento ou desconhecimento dos outros.

Para sublinhar esta importância da resistência, recorde-se a *rebelião dos devedores* que, nos EUA, por 1786, se traduziu em que os fazendeiros endividados de Massachusetts organizaram uma melícia de 1500 homens, para evitarem a confiscação do seu gado e terras. Quando Jefferson respondeu de Paris à sua angustiada amiga Abigail Adams, que "o espírito de resistência ao governo, é tão valioso em certas ocasiões que desejo que ele seja sempre mantido vivo", não estava a prever as guerras assimétricas, não avaliou a derrota de Napoleão na Península Ibérica, e não previu os desastres posteriores à guerra fria.

De facto, as solidariedades transnacionais, e os objectivos dos deserdados da fortuna, ou da liberdade política, ou dos direitos humanos, ou dos que guardam a memória da falta de segurança dos seus direitos, dão lugar ao conceito de *multidão* que Hardt e Negri utilizaram, não para referir as multidões demoníacas ("legião é o meu nome, porque somos muitos"), uma resposta de possuídos a Jesus, mas para referir a fé, mais que tendência, na linguagem de Michel Foucault, e que se traduz na existência de múltiplas *redes*, que desafiam os modelos militares soberanos ou imperiais, porque também de facto são militares sem qualquer legitimidade reconhecida pelo direito vigente, incluindo organizações não governamentais de solidariedade contra o tráfego das pessoas, contra a utilização das crianças na guerra,

⁵ George Friedman, *The Next 100 Years*, Anchor Books, Nova York, 2009;

contra os governos despóticos, como está acontecendo no turbilhão do Mediterrâneo, ou a luta ainda mal iniciada para que a engenharia económica e financeira, que levou ao desastre actual, seja obrigada a reconhecer a ética, como doutrinou Amartya Sen. Uma nova *rebelião dos devedores*, agora em termos transnacionais, transculturais, legitimada e sustentada pela *multidão* atingida pelos efeitos de políticas em que não participou, e só conheceu pelos efeitos, pode aprofundar uma nova temática da polemologia, de perspectiva universal e fora dos quadros legais existentes, mas ultrapassados pelos factos dolorosos que lhe não reconhecem ainda a legitimidade. Daqui a crescente importância e urgência da temática que se traduz em reformular os métodos de *conciliar o mundo*, uma questão em que se destaca Boris Biancheri, mais esperançoso do que William Ospina, este último meditando sobre a afirmação de Paul Valéry de que os dois perigos que ameaçaram o mundo são a ordem e a desordem.

Esta meditação não é de um pessimista sem companhia, porque muitos foram os avanços da ciência e da técnica sem referência às humanidades, muita é a força dos complexos militares-industriais, severo o terrorismo que tem por método massacrar os inocentes, acabando ele por duvidar se não será “tarde para o homem”.⁶ De facto, reatando a narrativa da ascensão e queda das sociedades humanas, que Jared Diamond retomou,⁷ trata-se antes de trazer para a procura, para o debate, e para a intervenção, o ainda oculto paradigma global em cuja definição se afadiga Hans Kung, com a esperança de que foi pregador o Santo João Paulo II. No fundo reinventar uma diplomacia que não seja inspirada pela afirmação de que a política é a continuação da guerra por outros meios, mas sim pela convicção de que a paz, sempre sujeita aos desafios e riscos que o Presidente Willson claramente denunciou ao lutar pela SDN, deve ser o objecto do esforço convergente das áreas culturais que se encontram finalmente em liberdade, dos Estados, dos poderes atípicos, e da sociedade civil mundializada que os tempos de escombros que vivemos definem ao redor do globo, como a sociedade de todos os homens.

Parece de insistir sobre a necessidade de uma diplomacia consistente, apoiada em recursos suficientes, para enfrentar um mundo em mudança, entre nós em nome de um Estado que se deixou resvalar para a exiguidade ao somar os efeitos da crise mundial com as insuficiências internas

⁶ Boris Biancheri, *Conciliar o Mundo*, Martins Funher, São Paulo, 2005; William Ospina, *Es tarde para el hombre*, Belacqeta, Barcelona, 2008;

⁷ Jared Diamond, *Colapso*, Gradiva, Lisboa, 2008;

de governo e administração. Não tem qualquer significado, no que toca às exigências, que os tratados internacionais se chamem de Lisboa, o que tem importância é que a voz de Lisboa esteja internacionalmente acolhida pelos tratados, e decisões, seja qual for o lugar onde sejam celebrados. Cabem neste conceito factos como a eleição portuguesa para a Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas, ou para o Conselho de Segurança, ou para Secretário-geral, o que abona a tradição diplomática portuguesa, mas o mais importante, nesta data de início da nossa crise que vai afectar gerações, é que esse talento tenha à sua disposição um conceito estratégico nacional, o qual falta desde a derrocada do império euromundista. Isto quando a falta se torna mais evidente porque o risco ameaça aconselhar, pelo desânimo, o regresso ao dizer do Bispo de Silves quando, no fim da Dinastia de Aviz, e em face da submissão imposta pelos factos, declarou que “ao presente não lhe vejo mais remédio”.

Levou tempo, mas encontrou-se e aplicou-se o remédio, de facto com uma intervenção diplomática notável, em que se distinguiu o próprio Padre Vieira. Quando o mundo se encontra em mudança acelerada, o confronto com essa circunstância, de modo a acompanhá-la salvaguardando e fortalecendo o interesse e a dignidade da comunidade nacional, exige seguramente uma diplomacia reformulada e fortalecida apoiada em objectivos governamentais claros, e sobretudo inspirados não pelas ambições pessoais que nada interessam, nem pelos interesses partidários que perdem importância, mas sim pelo interesse permanente do Estado, de conteúdo variável em resposta à variação das épocas, mas sempre interesse permanente. Muitos países da área ocidental dão exemplo de compreenderem e praticarem esse conceito de interesse permanente de conteúdo variável, e por isso é tão frequente verificar que o trabalho continuado e seguro do aparelho diplomático é sublinhado internacionalmente pela frequência com que os Chefes de Estado se deslocam para dar solenidade e projecção aos acordos que vão sendo conseguidos, no interesse dos seus países, e no interesse geral da comunidade internacional. Isto acontece com evidência nas áreas mais especificamente políticas, em que os diplomatas que estão sediados no exterior, e até os seus ministros, inspiram as ideias que congregam outras sedes de poder, designadamente nas áreas económicas, científicas, ou político-militares.

No que toca às janelas de liberdade que o país tem, a que só recentemente começaram a levar os responsáveis a avaliar publicamente a sua importância, como é o regresso ao mar, à terra semeada, e às solidariedades activas da CPLP, como muitas vezes a sociedade civil recomendou e até

exigiu, a preservação do bom nome, da imagem, da respeitabilidade, das cooperações, são temas que exigem uma atenção empenhada na reformulação, fortalecimento, e modernização do aparelho diplomático, apoiado num conceito estratégico nacional de interesse permanente, e de conteúdo variável sempre que as circunstâncias o exijam, mas que por isso mesmo sobrevive às mudanças de governo ou de titulares dos cargos políticos, ou dos humores dos responsáveis. Para a situação portuguesa, aquilo que, por exemplo, Boris Biancheri chamou a necessidade de conciliar o mundo, tem, entre outras exigências, a de conciliar a Europa rica com a Europa pobre, fortalecendo a confiabilidade do projecto europeu, quer para cumprir obrigações assumidas, quer para recuperar das crises, quer para contribuir com imaginação criadora para a reorganização da governança mundial em paz. As divergências que ameaçam o processo europeu apenas tornam mais imperativo o esforço diplomático.

Dei este título à breve comunicação de hoje porque julgo ser esta a mais urgente função do conceito estratégico de um espaço, o Ocidente, que exerceu a hegemonia mundial longamente, e que nesta data está em situação que aconselha a reler Toynbee, quando conclui que os ocidentais são considerados como os maiores agressores históricos das áreas culturais que hoje finalmente falam livremente ao mundo, e que são vítimas de decadência como aconteceu a todas as civilizações que ele estudou.

Apenas para fins da exposição, referirei em separado os EUA, a Europa, e a relação em unidade ocidental.

Quanto aos EUA, talvez mereça a pena averiguar se a Revolução Francesa de 1789 lhes deve mais, do que a sua independência deve à França. Isto porque a guerra da América “tinha custado muito dinheiro à monarquia francesa”, de modo que o Reino estava em falência financeira, e foi a necessidade de o Rei ter de convocar os Estados Gerais para aumentar os impostos (17 de Junho de 1789), que o processo iniciado terminou com o fim da monarquia.

Mas o esforço que levou à independência dos EUA incluiu, no património da Humanidade, a Declaração de Filadélfia, que antecedeu a de França, e esse património é um elemento fundamental da identidade do Ocidente.

A série de conflitos que foram acompanhando o processo europeu, teve nos EUA uma réplica de engrandecimento, quer territorial, quer em população. Como dizem Barreau e Bigot:

“Os Estados Unidos beneficiaram durante o século todo duma imigração maciça: em sessenta anos, 20 milhões de europeus franquearam o Atlântico para se instalar lá. Essas pesadas deslocações de população tinham-se

tornado possíveis, por à navegação à vela do século XVII, se suceder a navegação a vapor da Primeira Revolução Industrial, a qual despejou nas costas americanas milhares de imigrantes dispostos a refazer a vida. Muitos desses recém-chegados vinham da antiga pátria inglesa (em plena explosão demográfica), mas também da Irlanda (empobrecida pelo domínio protestante e assolado pela fome), da Alemanha (falou-se alemão muito tempo no Middle West) e da Escandinávia. Também se via chegar centenas de milhares de europeus do Sul (espanhóis, italianos, portugueses) e do Leste (polacos, russos, gregos).

Nasceu então um «mito americano», ilustrado pela estátua da Liberdade, obra esculpida por Bartholdi e oferecida pela França, que foi instalada em Manhattan, em 1886.”

Nas relações com a Europa, à parte a guerra da independência, só merece ser mencionado a guerra com a Espanha, com expressão maior nas Filipinas, hoje independentes.

Nesta emigração inclui-se a portuguesa, que na costa ocidental tem em Cabrilho um símbolo, e na Nova Inglaterra incluiu, no tempo colonial, os notáveis cabo-verdianos.

Os EUA criaram, milagrosamente, um *patriotismo* que, nesta época de Obama tornou mais escutado o grito – *Somos todos americanos* – e deu ainda maior consistência ao facto de, até aos 14 anos, todo o americano prestar este Juramento de Fidelidade: “Juro fidelidade à bandeira dos Estados Unidos da América e à Republica, a qual representa uma Nação fiel a Deus, com justiça e liberdade para todos”.

Adotando como conceito estratégico nacional – o interesse permanente de conteúdo variável dos EUA, o destino manifesto, o big stich que tem em vista o continente americano, e o conceito de ser a nação indispensável; de facto tornou-se a potência dominante do século XX no que toca ao poder, no saber e no saber fazer na área da ciência, na audácia no que respeita ao empreendedorismo, e finalmente inspirando o conceito da sociedade afluyente, consumista, e até, no dizer de Marcuse, unidimensional, o que não diminui a qualidade da sua literatura, da arte, da musica, e da influência na criação de uma espécie de rede de novos costumes da sociedade civil transnacional.

Entretanto, e para usar a imagem criada por Popper, surgiram dois *cisnes negros*, que desafiaram a unidade da consciência ocidental; as duas guerras mundiais, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, ambas guerras civis dos ocidentais.

Em ambas, os EUA, na primeira liderados por Wilson, na segunda liderados por Roosevelt, assumiram que se o Pacífico era um destino manifesto, o Atlântico não era uma retaguarda, mas sim o que podemos chamar um Lago Ocidental. A juventude americana veio, nas duas ocasiões, morrer na Europa, para combater contra a destruição da sua maneira de viver, e por vezes chamo a atenção para o facto de que nos cemitérios da Normandia estão os filhos das mães americanas, para que menos mães europeias tivessem de enfrentar o mesmo sofrimento.

Designadamente o Plano Marshall, e a NATO, impediram que a política de metades triunfasse: duas Europas, duas Alemanhas, duas cidades de Berlim, e, nas guerras marginais, dois Vietnams, duas Coreias.

Portugal, neste processo de mudança do mundo, foi levado pelos EUA, mas com a intervenção amenizadora da Inglaterra, que invocou a Aliança, a criar o estatuto, que não se repetirá na história, *da neutralidade colaborante*, envolvendo os Açores, os quais nesta data colocaram numa situação de *danos colaterais* que agravam severamente a crise financeira que sofreram.

Não foi acertada, julgamos, a ideia de Fukuyama do fim da história, foi imprudente o unilateralismo na presidência Bush, mas o facto mundial é que desapareceu a hierarquia das potências que o Conselho de Segurança da ONU acolheu, que a Carta e os Tratados são atingidos pela crise mundial, e que não é difícil aceitar que é urgente – conciliar o mundo – em face de duas ameaças fundamentais: *a proliferação nuclear* e *a fome*, quando *a fronteira da pobreza* passou para o norte do Mediterrâneo, que poderes emergentes – como a China – se mostram a caminho de juntarem o poder militar ao poder financeiro.

Sem solidariedade assumida no Atlântico, em que os EUA têm não uma retaguarda, mas uma participação, a decadência do Ocidente não será facilmente detida. Sabemos que o Pacífico lhes é importante, mas o Atlântico faz parte da urgência. Somos todos ocidentais. Em que circunstâncias, num mundo tão ameaçado pela ordem como pela desordem:

- 1) Considerados pelo antigo terceiro mundo como os maiores agressores dos tempos modernos, salientando-se o turbilhão muçulmano;
- 2) Com o Ocidente a viver uma espécie de Outono, com a unidade europeia sofrendo os conflitos entre os deveres jurídicos e a segurança, para a qual nenhum Orçamento tem reservas;

- 3) Com o *credo do mercado* a substituir o *credo dos valores*, e com a velha hierarquia das potências desatualizadas pela mudança da circunstância mundial, e sem realmente pondo em vigor a igualdade das Nações, e os princípios do “mundo único” e a Terra “casa comum dos homens”.
- 4) Com, ao contrário, mais de metade dos Estados da ONU incapazes de responder pelo menos aos desafios da natureza – terremotos, inundações, fome, pestes, e os pobres a morrerem mais cedo;
- 5) Portugal enfrenta, nesta situação de exógeno, ser dependente agora da União Europeia, mas esta sem conceito estratégico;
- 6) Parece de facto tarde para os homens e cedo para Deus. A resposta, seguindo Kung e a ONU, é escolher estadistas como tivemos, e que não foram substituídos. Necessitamos de vozes encantatórias, e nós de saber que Portugal tem janelas de liberdade, para além da Europa decadente, que são a CPLP, o I. I. da Língua Portuguesa, e o mar salgado pelas lágrimas de Portugal;
- 7) A participação na tarefa de “Conciliar o Mundo” obriga a ler o Sermão do Padre Vieira sobre – “Quando?” isto é, quando é que finalmente passamos à ação, neste globo ameaçado pela ordem violada, e pela desordem crescente, para que, se é tarde para o homem, deixe de ser cedo para Deus.



Portugal e a Europa¹

Miguel Mattos Chaves²

1. PORTUGAL e as COMUNIDADES

PROCESSO PORTUGUÊS de APROXIMAÇÃO e de ADESÃO às COMUNIDADES EUROPEIAS, no período entre 1962/1986

Os sucessivos pedidos dos Governos de Portugal, as respectivas respostas dos membros da CEE e os resultados obtidos em cada uma das três etapas, do processo que culminou na adesão plena de Portugal à CEE em 1986, foram os seguintes:

1ª Etapa - 1961,

2ª Etapa - 1971-1972,

3ª Etapa - 1977 a 1985

A primeira aproximação diplomática de Portugal às Comunidades originais e o Acordo celebrado em 1972, com a C.E.E – (1962-1972)

Face aos desenvolvimentos observados no seio da E.F.T.A e no seio da O.C.D.E, Portugal pediu, pela primeira vez, por carta datada de 18 de Maio de 1962, a abertura de negociações visando “... estabelecer os termos da colaboração que o governo português pretendia ver estabelecida, num futuro próximo, entre Portugal e o conjunto dos países da CEE ...”.

¹ Baseado nos Livros do Autor: “Portugal face à Construção Europeia” – Mitos e Realidades – Ed. Sete Caminhos – ABR2005, e “As negociações de Adesão de Portugal à CEE” – Ed. Almedina – NOV2013;

² Vice-Presidente da Comissão Europeia da Sociedade de Geografia de Lisboa e Director do Semanário “O Diabo”.

Esta carta foi entregue pessoalmente pelo nosso Embaixador Dr. José Calvet de Magalhães, que tinha sido nomeado Embaixador de Portugal junto daquela organização, ao Sr. Couve de Murville, Presidente do Conselho das Comunidades.

A referida carta, assinada pelo Dr. Correia de Oliveira, pedia a “...abertura de negociações para o efeito de se encontrar a fórmula de relações entre Portugal e a CEE, que melhor realizasse os interesses comuns...”.

No plano interno isso correspondeu a uma mudança na política até aí seguida pelo governo, o que se pode compreender por vários motivos frequentemente apontados, e um da minha opinião, ouvidas que foram algumas pessoas.

Em primeiro lugar pelos indícios de sucesso que as Comunidades transmitiam já no início da década.

Já restavam poucas dúvidas que a vontade política dos seis, iria levar a bom fim, o projecto das comunidades em curso.

Em segundo lugar as movimentações diplomáticas de vários dos nossos parceiros da E.F.T.A, indiciavam o que se viria a verificar, ou seja a adesão de muitos países deste bloco à C.E.E.

Mesmo que subsistissem ainda algumas dúvidas mesmo na mente dos mentores do processo das Comunidades, que Paul Henry Spaak resumia, em Abril de 1962, perante o Parlamento Belga dizendo a dado passo “... *quand on a signé le Traité de Rome, on n'avait pas confiance dans le succès de l'operation ...*”.

Em terceiro lugar pela existência normal, no nosso país, como noutros, de pessoas que defendiam técnica e politicamente o caminho de integração na C.E.E, e restantes comunidades originais. Ora sendo, vários deles de reconhecida capacidade, o governo, de que alguns faziam parte, decidiu mudar as suas orientações neste domínio.

Um dos receios da Inglaterra, de Portugal e de outros países, de ver nascer uma Federação de Estados tinha-se diluído face à prática das actividades da CEE.

É que no início do processo dos outros seis países, tinha-se formado a primeira comunidade – a C.E.C.A –, que era verdadeiramente uma organização do tipo federalista, e havia o receio de que os desenvolvimentos posteriores lhe seguissem as pisadas, o que não agradava a alguns governos europeus, o de Portugal incluído.

É bom recordar, que o que hoje parece simples, claro, óbvio, passados que são cerca de 50 anos, poderia, na altura não o parecer, mais a mais porque se estava a falar de projectos completamente novos, forjados sobretudo na

Europa Central, entre países com largas tradições de trocas comerciais, mas também de conflitos.

Na verdade, as ligações França – Benelux eram de longa data, e as ligações italianas a França também não eram novas.

O que foi realmente novidade foi a Alemanha ligar-se à França, com quem manteve contenciosos históricos importantes.

Também se colocou a questão de a Alemanha precisar, nessa altura, de se reconstruir. Por outro lado, a opinião pública alemã, na sua maioria, estava receosa dos seus próprios órgãos de poder.

Naturalmente aspirava a uma reconciliação do seu país com o resto do continente europeu e pretendia ligar-se a um bloco que a livrasse de uma possível ameaça e dependência face ao bloco oriental.

Para a resolução destes problemas e questões muito contribuiu a personalidade e a dimensão de estadista do Chanceler alemão Konrad Adenauer, que compreendeu que os tempos dos sonhos imperiais alemães havia passado, dado o facto de o mundo ser diferente, em muitos e múltiplos aspectos, e pela alteração substantiva das relações de poder saída da 2ª Guerra Mundial.

Em quarto lugar já a própria E.F.T.A., se tinha declarado favorável a negociações bilaterais, entre os países seus associados e a Comunidade Económica Europeia, e vários dos seus membros, entre os quais o Reino Unido tinham pedido mesmo a adesão à C.E.E (9 de Agosto de 1961).

Ora o nível de importância das nossas exportações para esses mercados, no cômputo geral, era já demasiado importante para ser menosprezada a hipótese, embora que remota, de virmos a ficar prejudicados pela mudança de bloco dos nossos parceiros comerciais preferenciais.

De facto, ainda nesse ano de 1961 pediram a Adesão às Comunidades, a Irlanda e a Dinamarca tendo a Grécia assinado um acordo de Associação com a Comunidade, nesse mesmo ano.

O movimento em direcção às comunidades continuou em 1962.

Nesse ano foi a vez da Espanha apresentar o seu pedido de adesão em Bruxelas a que seguiria a Noruega. Malta, ainda em 1962, pediu a abertura de negociações para uma eventual adesão.

Portanto, nesses dois anos, nada menos que sete países pediram ou a abertura de negociações ou a adesão formal, o que indicava já claramente que o movimento dos países europeus ia no sentido de se tentarem agrupar numa só organização, ao invés do movimento dos anos anteriores que ia no sentido de dois projectos distintos, embora com o mesmo fim: o de se conseguir uma paz duradoura no continente europeu, através do reforço, pela associação, dos laços que uniam os Estados.

Portugal, estava atento a essas movimentações, mas ao arrepio do que tinha sido a sua atitude face a este projecto, iniciou o seu caminho de aproximação.

Esta mudança pode-se dizer que foi motivada por dois factores principais, de carácter exógeno:

- Em primeiro lugar pela atitude da Inglaterra, seu parceiro e aliado principal;
- Em segundo lugar porque se percebia que a E.F.T.A corria o risco de ficar esvaziada de boa parte dos seus membros e, em consequência, do seu conteúdo, pelo que interessava a Portugal juntar-se à mudança de atitude que os seus parceiros adoptavam.

Paul Henri Spaak, a propósito destes pedidos pronunciar-se-ia da seguinte forma:

“...no que respeita ao termo associação, penso que este termo não é claro. Creio que quer dizer que a nossa associação é aberta mas existem passos a dar numa economia que não esteja em estado de entrar, na sua plena capacidade, no Mercado Comum. É necessário impor-lhes um estágio de associação. Não poderá haver entre os membros que participem no Mercado Comum e aqueles que querem nele entrar divergências profundas sobre o sentido do Tratado...”

Por outras palavras, Spaak admitia a figura de associação como um estágio necessário de percorrer pelos países que quisessem aderir, como membros de pleno direito, ao Mercado Comum.

Num périplo efectuado pelo Dr. Correia de Oliveira pelas capitais europeias obteve da maior parte o apoio à pretensão de Portugal. Assim recebeu apoios de:

- **Hallstein** – Presidente da Comissão;
- **Couve de Murville** – MNE França e Presidente do Conselho;
- **Edward Heath** do Reino Unido;
- **Paul Henri Spaak** da Bélgica - (que refere que apesar das diligências de alguns países africanos para impedir a entrada de Portugal, não dará guarida a tais posições);
- **L. Erhard** Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã – que se declara pessoalmente partidário da admissão não só do Reino Unido como de todos os membros da EFTA e mesmo da Espanha;

- **Joseph Luns** da Holanda – que diz, na altura, que transmitiu aos seus colaboradores a instrução de que “... *não eram de admitir argumentos contra Portugal baseados em razões de ordem política ou de organização política interna* ...”

Já posição diferente tomaram os EUA face aos pedidos de 1962. Em comunicação de Frank Figgures, Secretário Geral da EFTA, aos Embaixadores EFTA, após reunião com o Sr. Ball – Subsecretário para os Assuntos Económicos do Departamento de Estado “... *os EUA defendem a adesão ou associação de todos os Estados EFTA à CEE* ...” mas com reticências expressas e clarificadas na segunda parte da sua comunicação:

“... no caso de Portugal, mas que interessa igualmente o Reino Unido, o Sr. Ball mencionou o regime de relações económicas entre os territórios do ultramar e a Comunidade Europeia, uma vez as Metrópoles entradas, ou associadas com a mesma comunidade. O Sr. Ball exprimiu ainda a opinião que os EUA não poderiam ver com simpatia e até teriam que se manifestar oposição, na devida oportunidade, que a integração europeia desse lugar ao estabelecimento de arranjos preferenciais para vastas zonas do Continente Africano ...”.

Por outras palavras, os EUA viam com receio uma Comunidade que integrasse dois países com interesses em vastíssimas áreas africanas que pusesse em causa os seus próprios interesses no continente africano.

Em 1963 foi a vez da Turquia apresentar um pedido de associação à Comunidade Económica Europeia.

Mas a Inglaterra veria adiada a sua pretensão pois a França, pela voz do seu Presidente – o General Charles de Gaulle, vetou a sua entrada, em 14 de Janeiro de 1963, e todos os processos, dos vários países, incluindo o Portugal, ficaram prejudicados e adiados.

A audição do caso português tinha sido marcada para o dia 11 de Fevereiro de 1963, tendo após este veto, sido suspensa “sine die”.

O motivo invocado pela França, nessa altura, foi o de que o Reino Unido queria demasiadas excepções à Pauta Aduaneira Comum e que por esse motivo não poderia entrar.

Na verdade o Reino Unido pretendia obter a salvaguarda dos interesses do Commonwealth, salvaguardar a sua agricultura bem como queria impor a entrada simultânea dos países neutrais (Áustria, Suécia e Suíça) e ainda da Dinamarca, Noruega e Portugal.

Em 1967 com nova vaga de pedidos, coube outra vez à França o papel de, desta vez, rejeitar a reabertura de negociações para o alargamento das

Comunidades com todos os candidatos, embora o seu alvo continuasse a ser a Inglaterra, como já se viu.

Desta vez o motivo oficial foi a então recente desvalorização da Libra, e portanto não se considerar oportuna a abertura do processo de adesão.

Por trás destas argumentações técnicas estava contudo o facto de a França ver a Inglaterra como um braço dos EUA na Europa, o que colidia frontalmente com o desejo de De Gaulle de ver a França liderar o projecto europeu sem sombras.

É bom não esquecer que a República Federal Alemã, na altura, estava ainda enfraquecida pela guerra, e não era ainda a potência económica em que se veio a tornar nos anos subsequentes.

Entretanto o General De Gaulle abandonou a Presidência da França em 28 de Abril de 1969, na sequência de um referendo em que este pedia mais poderes para o cargo de Presidente da França, o que lhe foi negado pelos resultados. Tirando todas as consequências políticas do resultado do referendo o Presidente que tinha unido os franceses, abandonou as suas funções demitindo-se e retirando-se da cena política, para a sua residência em Colombey-les-deux-Eglises.

Sucedeu-lhe no cargo Georges Pompidou que solicitou uma cimeira de Chefes de Estado e do Governo, aos seis, a qual se veio a realizar em Haia em 1 e 2 de Dezembro de 1969, cuja agenda foi marcada pela discussão do dossiê referente à eventual adesão do Reino Unido às Comunidades e com a apresentação, pelo novo Presidente da França, do que ficou conhecido na formulação de Pompidou como as políticas de Aprofundamento, Acabamento e Alargamento.

Mas apenas em 9 de Junho de 1970, foi decidido pelo Conselho das Comunidades, mandar a Comissão Europeia para esta abrir negociações exploratórias com os países da E.F.T.A, e nomeadamente com a Áustria, a Finlândia, Suécia e Suíça que não tinham apresentado ainda qualquer solicitação de abertura de negociações ou pedido de adesão, bem como com a Irlanda que já tinha apresentado o seu pedido de adesão em 1961, reiterado em 1967, e com Portugal que já tinha apresentado em 1962 um pedido de abertura de negociações com a Comunidade Económica Europeia. No mês seguinte teve lugar o reatamento das negociações entre a Comissão e o governo de Londres.

Após o início deste processo de aprofundamento e alargamento, a Dinamarca e a Inglaterra acabariam por aderir em 1973, e outros parceiros da E.F.T.A, como a Áustria e a Suécia, acabaram por aderir no início da década de 1990.

Portugal não tinha entretanto abandonado as suas pretensões e após a decisão do Conselho de Haia, de Dezembro de 1969, de dar um mandato à Comissão Europeia para negociar com os países da EFTA, reiniciou as negociações entregando um memorando ao Presidente da Comissão da C.E.E, em 28 de Maio de 1970, no qual o governo português manifestava o desejo de entrar em negociações, com o objectivo de “...estabelecer os laços que verificassem adequados aos interesses das duas partes...”.

Os contactos exploratórios tiveram lugar em 24 de Novembro de 1970, sendo a delegação portuguesa chefiada pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Rui Patrício que fez uma exposição ao Conselho.

As negociações, enquanto tal, foram conduzidas pelo Embaixador Dr. Teixeira Guerra e desenrolaram-se entre 1971 e 1972.

Este processo, desenvolvido já em pleno governo do Prof. Doutor Marcelo Caetano, levaria à assinatura de um acordo comercial em 22 de Julho de 1972, entre as Comunidades Europeias e Portugal.

Este acordo continha uma cláusula evolutiva que permitia a Portugal pedir uma associação mais profunda, à Comunidade Económica Europeia, à medida que a sua evolução o aconselhasse, e fosse julgado conveniente pelas partes. A extensão do acordo podia ser ampliada caso as circunstâncias o aconselhassem.

É justo referir os nomes das pessoas que integraram a equipa que preparou estas negociações e que acompanhou o seu desenvolvimento.

Era constituída por personalidades de alta capacidade como o Embaixador Teixeira Guerra, Embaixador Calvet de Magalhães, Dr. Silva Lopes, Eng^o Carlos Lourenço, Dr. Álvaro Ramos Pereira, Dr^a Raquel Ferreira, Eng^o João Cravinho, Dr^a Isabel Magalhães Colaço, Dr. Joaquim Mexia, Dr. Alberto Regueira, Eng^o Torres Campos e o Embaixador Luís Góis Figueira, que permitiram que Portugal chegasse ao referido acordo com a, então, Comunidade Económica Europeia.

Este acordo permitia um desarmamento das barreiras à entrada de produtos e serviços, oriundos da comunidade, que se podia prolongar até 1980 ou 1985, podendo, no entanto, Portugal aplicar restrições quantitativas até essa data e contingentar a importação de automóveis.

Os direitos aduaneiros, com fins fiscais, deveriam progressivamente ser substituídos por impostos directos.

Os produtos agrícolas beneficiariam também de um regime especial de desarmamento.

Na prática isto significava que Portugal podia ir renegociando as condições do acordo, à medida que ia evoluindo, e que teria um período de cerca de 8 anos para beneficiar de algumas protecções.

Na sequência deste acordo e ao abrigo desta cláusula, depois de uma reunião entre Portugal e a Comunidade, no Luxemburgo, em Outubro de 1973, o Conselho da CEE ofereceu a Portugal uma ajuda excepcional de urgência.

Posteriormente, no ano de 1976, a pedido de Portugal, o Conselho decidiu autorizar a Comissão a iniciar negociações ao abrigo da cláusula evolutiva de 1972, com vista ao alargamento do seu domínio de aplicação.

Tais negociações permitiram a conclusão, nesse mesmo ano (1976), de um Protocolo Adicional ao Acordo Comercial de 1972, e de um Protocolo Financeiro através do qual a Comunidade Económica Europeia se dispunha a prestar ajuda ao nosso país, que atravessava então graves dificuldades, derivadas das medidas tomadas durante a crise subsequente ao processo do 11 de Março de 1975.

FACTOS	E RESULTADOS	DATAS
Portugal pediu, pela 1ª vez, abertura de negociações , por carta entregue ao Presidente da Comissão da C.E.E..	Pedido português Veto de FR ao Alargamento A audição do caso português tinha sido marcada, Após veto foi adiada “sine die”	18 de Maio de 1962 14 de Janeiro de 1963 11 de Fevereiro de 1963
Novo Pedido de Negociações . Entrega de um memorando ao Presidente da Comissão da C.E.E.	Pedido português Início Negociações Acordo Comercial Entrada em Vigor	28 de Maio de 1970 24 de Novembro de 1970 22 de Julho de 1972 1 de Janeiro de 1973
Ajuda Excepcional de Urgência no Luxemburgo	Ajuda de 150 milhões de (u.c.e.)	7 de Outubro de 1975

A pedido de Portugal, o Conselho decidiu autorizar a Comissão a iniciar negociações ao abrigo da cláusula evolutiva de 1972, com vista ao alargamento do seu domínio de aplicação.	Pedido português As negociações decorreram, Assinados, em Bruxelas, um Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 e um Protocolo Financeiro .	20 de Janeiro de 1976 13 Fevereiro a 9 Junho 1976 20 de Setembro 1976
Acordo Intercalar entre Portugal e a C.E.E,	Antecipando para 1 de Novembro de 1977 a entrada em vigor das disposições comerciais daquele protocolo	20 de Setembro 1976
Pedido Oficial de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias da (C.E.C.A), (C.E.E) e (C.E.E.A).	Pedido A aceitação do pedido foi tomada no Conselho	28 de Março de 1977 5 de Abril de 1977
Abertura Formal de Negociações	Reunião Ministerial do Luxemburgo	17 de Outubro de 1978
Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros C.E.E		24 de Outubro de 1984
Conclusão das Negociações	Conselho Europeu de Bruxelas	30 de Março de 1985
Assinatura do Tratado de Adesão	Lisboa	12 de Junho de 1985
Membro de Pleno Direito		1 de Janeiro de 1986

2. Fundadores - Alguns dos precursores da construção europeia

“... A recriação da unidade europeia constituiu sempre, ao longo dos séculos, um anseio comum a homens fora do comum: alguns como Carlos Magno, Napoleão ou Hitler; tentaram-na pela força das armas; mas o desfecho das suas aventuras sangrentas comprovou que a Europa só se uniria pela força das vontades livres ”.

E é realmente esta a grande diferença qualitativa face a outras tentativas de unir a Europa. Tentar unir pela vontade das pessoas, livremente expressa, e não pelas armas.

O desejo de união, na minha opinião, foi mais sentido devido à crise instalada na Europa do pós-guerra, dado que o cenário então existente, era praticamente comum a todos os países. Crise económica, política, social e crise nos sistemas de defesa.

Em muitos europeus havia o sentimento, e o desejo, de que havia que reconstruir a Europa em moldes diferentes. Dentre estes, destacaram-se alguns que foram influentes no processo do pós-guerra e que importa aqui recordar.

Agrupando, alguns destes personagens, que comumente são hoje reconhecidos como os motores da construção europeia, temos o seguinte quadro:

Os Precursores, As Eminências Pardas, Os Políticos, Os Federalistas – estes divididos entre Hamiltonianos e Personalistas.

Da primeira categoria faziam parte, além de outros, Richard de Coudenhove Kalergi e Aristide Briand.

O Conde de Kalergi, nascido em 1859, austro-húngaro, considerado por muitos, e muito justamente, como o precursor por excelência da ideia da construção europeia moderna, foi educado pelos jesuítas, doutorou-se em filosofia pela Universidade de Viena de Áustria e foi um distinto diplomata de carreira.

Refira-se, a título de exemplo, que Kalergi e Briand já falavam na ideia da integração económica e monetária no período entre as duas guerras mundiais.

Fundou em 1924 a União Pan-Europeia, com sede em Viena de Áustria. Kalergi defendia o princípio de uma união europeia baseada no princípio da igualdade entre Estados, independentemente da sua dimensão. Visão que ainda nos nossos dias é defendida por uma corrente importante, da opinião europeia.

Lançou, em 1927, em Viena, numa conferência a que estavam presentes Briand, Schuman e Adenauer a ideia de construção de uma União Económica e Aduaneira, que poderia mais tarde evoluir para uma União Política. Os presentes aderiram à ideia.

Propunha, como modelo organizativo deste projecto, a construção de um sistema parlamentar bicamaral, assente numa Câmara dos Povos, que seria constituída por um deputado eleito por cada milhão de habitantes, e numa Câmara dos Estados, formada por um representante de cada Estado nomeado pelo respectivo Governo.

No que se refere a Estados membros, esta União não incluiria nem o Reino Unido por ser, segundo Kalergi, o centro de um Império extraeuropeu, nem a Rússia, por ser um Império euro-asiático.

Propunha três etapas para a construção europeia: a primeira passaria pela convocação de uma grande Conferência Pan-Europeia encarregada de examinar as questões do tribunal de arbitragem, da garantia internacional, do desarmamento, das minorias, das comunicações, dos problemas aduaneiros, da dívida internacional, da cultura.

A segunda etapa seria destinada à conclusão de um tratado de arbitragem, e garantia mútua, entre todos os países europeus.

A terceira etapa consistiria na criação de uma união aduaneira, pan-europeia, que faria da Europa um território económico homogéneo.

Como adiante veremos, algumas destas medidas foram mais tarde concretizadas, embora com conteúdos um pouco diversos da versão de Kalergi.

Este, no início da sua vida, adoptou uma visão Confederal; bateu-se no pós-guerra, por uma construção de cooperação intergovernamental.

Outro dos “Precursores” foi **Aristide Briand**, francês, natural de Nantes, nascido a 26 de Março de 1862.

Foi jornalista, homem político e advogado. Recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1926 pela sua luta a favor da Paz mundial. Iniciou a sua vida política em 1902, ano em que obteve o seu primeiro mandato como Deputado. Foi por vinte e cinco vezes ministro e por onze vezes chefe do governo francês, entre 1906 e 1932.

Ficou célebre na política internacional por ter dado o nome, (em parceria com Frank Kellog, Secretário de Estado Americano), ao primeiro pacto internacional que colocava a guerra “fora da lei”: o Pacto Briand-Kellog, como ficou conhecido, que foi assinado em 27 de Agosto de 1928, em Paris, no Quai-D’Orsay.

Em 1928 lançou um projecto de união europeia, na Assembleia da Sociedade das Nações; união baseada num “laço federal”. No seu discurso Aristide Briand dizia que «... *evidement, l’association agira surtout dans le domaine économique: c’est la question la plus pressante*”. E mais adiante afirmava «... *mais je suis sûr qu’au point de vue politique, au point de vue social, le lien fédéral, sans toucher à la souveraineté d’aucune des nations peut être bienfaisant*”.

Neste discurso de Briand perante a Assembleia da Sociedade das Nações apareceram, pela primeira vez as expressões “comunidade europeia”, “mercado comum” e a concepção das que seriam as quatro liberdades, que neste discurso foram só três, por não ter referido os serviços.

Assim, a sua concepção ia no sentido de uma união, com um laço federal, em matérias como a economia e a política, mas sem que este significasse perda ou alienação da soberania dos Estados.

Das “**Éminences Grises**”, o mais famoso é sem dúvida, pelo menos no nosso país, **Jean Monnet** (1888-1979).

Não resisto a aprofundar um pouco esta denominação curiosa.

O termo, “Éminences Grises”, que em português tem o seu correspondente de “Eminência Parda”, terá sido introduzido no léxico político pelo padre Joseph Le Clerc du Tremblay (1577-1638) que foi conselheiro do Cardeal Richelieu. A sua influência oculta, das vistas do grande público, que parecia exercer sobre o Cardeal, valeu-lhe o cognome de “Éminence Grise” na Corte francesa da altura. Esta expressão atravessou os tempos dado que, qualquer que seja a época, a política permanece tanto como a arte de agir na sombra, como a capacidade de decidir às claras. Uma espécie de aura misteriosa paira sobre estes personagens que exercem, na realidade, um poder, muitas vezes, superior ao atribuído às figuras públicas.

Um dos mais famosos “homens da sombra”, da construção europeia foi Jean Monnet. Menos conhecido foi Joseph Retinger. Eram homens com uma agenda de contactos muito preenchida e, sobretudo, de homens de acção. Homem que souberam, e sabem, (porque este tipo de figuras continua a existir) construir uma rede de contactos influente e activa, de forma a servirem os interesses que elegem em cada momento, como importantes.

Nascido numa família de produtores da região francesa do Cognac, Monnet desde cedo começou o seu périplo pelo Mundo para vender o produto da família – o Cognac - o que lhe trouxe algumas vantagens pois proporcionou-lhe uma rede de contactos diversificada e importante, um traquejo de negociação a nível internacional, e o domínio da língua internacional dos negócios que era, e continua a ser, a inglesa.

Iniciou a sua carreira política em 1914 como Secretário-geral - Adjunto da Sociedade das Nações, carreira que interrompeu em 1923 para se voltar a ocupar dos negócios familiares. Em 1926 lançou-se na finança internacional como presidente de um banco de investimentos americano, em França.

Esta função permitiu-lhe alargar os seus contactos, que lhe viriam a ser muito úteis no pós-guerra, para obter o indispensável apoio americano à construção europeia.

Estabeleceu, por exemplo, relações de amizade com John McCloy, (futuro Alto Comissário na Alemanha em 1945), John Foster Dulles, (futuro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Eisenhower, na década de 1950), e outros. Entra outras iniciativas que tomou, deslocou-se a Varsóvia em 1926, com uma equipa de que fazia parte René Pleven, (futuro primeiro-ministro de França), cuja importância para o processo de construção europeia, veremos adiante.

Jean Monnet conseguiu influir no processo do projecto europeu de uma forma eficaz. Fê-lo através do lançamento de algumas iniciativas, suas e do grupo que conseguiu reunir à sua volta, junto dos governantes dos diversos países sobretudo dos mais importantes como a Alemanha, França, EUA e Grã-Bretanha. Foi, digamos assim, um dos “motores” que “empurrou” o processo, fazendo passar os planos e as ideias, para o concreto.

Joseph Retinger polaco, nasceu em Cracóvia em Abril de 1888 onde viveu até 1906 ano em que foi para Paris para tirar o seu Doutoramento em Letras. Em 1911 mudou-se para Londres onde iniciou, no período da 2ª grande guerra, a sua luta pela independência da Polónia formando um governo no exílio. Ao mesmo tempo que combatia pela Polónia lançou a ideia de uma Europa Federal, entre os governantes dos países do leste europeu. Em Agosto de 1947, no Congresso da União Europeia Federalista realizado em Montreux, teve a ideia de reunir um grande Congresso da Europa, que viria a ter lugar em Haia e de que adiante se falará mais em detalhe.

O grupo dos “**Políticos**” era constituído por quatro democratas-cristãos e por um socialista. Eram eles, respectivamente, Konrad Adenauer da Alemanha, Alcide de Gasperi da Itália, Robert Schuman da França, Paul Van Zeeland da Bélgica e por Paul Henri Spaak, também da Bélgica.

Konrad Adenauer (1876-1967) nasceu em Colónia no dia 5 de Janeiro de 1876, era licenciado em Direito, católico praticante, fez uma carreira política brilhante, de início no âmbito do poder local, terminando-a, mais tarde, como Chanceler da República Federal Alemã. Em 1920 foi eleito Presidente do Conselho de Estado da Prússia. Durante a 2ª guerra

não saiu da Alemanha o que lhe custou ser demitido de todas as funções que ocupava. Em 1948 foi eleito Presidente do Conselho Parlamentar encarregue de elaborar a Lei Fundamental da nascente República Federal Alemã. Em 1949, em resultado das eleições, o Presidente Theodor Heuss propôs-lo para Chanceler.

Alcide de Gasperi, (1881-1954) frequentou o curso de Filosofia em Viena de Áustria e foi jornalista do “La Vocce Cattolica”, órgão oficial da diocese de Trento. Fundou em 1945 um Partido reunindo conservadores, católicos e cristãos sociais. Após a vitória aliada, de Monte Cassino, formou-se um gabinete governamental no qual De Gasperi foi Ministro Sem Pasta e posteriormente Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1945 formou o seu primeiro Governo. Em 1946 e em Junho de 1953 voltou a haver um Governo, da Itália, presidido por Alcide De Gasperi.

Robert Schuman (1886-1963), nasceu em Clausen, no Luxemburgo. Doutor em Direito, foi eleito deputado em Outubro de 1919 pelo bloco católico/conservador.

Em 1946 é nomeado Ministro das Finanças de França. Autor de um documento muito importante e relevante para a construção europeia do pós-guerra, inspirado por Monnet, que ficou com o seu nome: A Declaração Schuman.

Paul Van Zeeland (1893-1973) foi primeiro-ministro da Bélgica entre 1935 e 1937 e fundador, em 1946, da Liga Europeia de Cooperação Económica; era apologista de uma Europa das Nações de carácter intergovernamental. Apoiava a construção europeia feita pela via económica. Era muito reticente face às propostas de haver uma delegação de soberania, em matéria de política e de defesa. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica entre 1949 e 1954, num período fundamental da história europeia.

Paul Henri Spaak (1899-1972) nasceu em Bruxelas onde fez os seus estudos, tendo-se licenciado em 1921, em Direito, pela Universidade Livre de Bruxelas. Em 1936 foi proposto por Van Zeeland para Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1940 saiu da Bélgica para Londres, via Espanha e Portugal, onde participou nas negociações que iriam dar lugar ao tratado de fundação do Benelux, de 5 de Setembro de 1944, que apenas entrou em vigor em Janeiro de 1948, devido ao desenrolar da guerra.

Em 1945 foi o Chefe da delegação Belga à Conferência de São Francisco, na qual foi elaborada a Carta das Nações Unidas e o Estatuto do Tribu-

nal Internacional de Justiça. Em 1946 foi eleito Presidente da 1ª Assembleia Geral da ONU. Entre 1957 e 1961 foi Secretário-geral da O.T.A.N.

Finalmente o grupo dos “**Federalistas**”.

Dele faziam parte, entre outros, **Altiero Spinelli**. Este defendia o federalismo apenas no plano das instituições, inspirando-se no modelo americano, modelo que, segundo ele, deveria ser seguido na Europa, através da construção dos denominados Estados Unidos da Europa. Para esse efeito propunha que fosse elaborada uma Constituição Federal, (hoje em discussão na passada Convenção para o futuro da Europa (2002/2003) e na presente Conferência Intergovernamental de 2004), que deveria ser submetida à ratificação dos Povos e dos Estados.

Altiero Spinelli, (1907-1986), e os que defendiam o que ele defendia, queriam constituir uma Assembleia Constituinte Europeia. Agradava-lhe a ideia da constituição de um exército europeu, mas na condição de o mesmo ser acompanhado da constituição de um poder federal, de que ele dependesse. Via a federação europeia como uma forma de garantir a paz e a liberdade.

Publicou vários manifestos do qual se destacou o produzido e publicado em 1944, em que fazia a apologia da união federal dos europeus, (o título deste manifesto publicado em Geneve foi: “L’Union fédérale entre les peuples européens” e surgiu no seguimento de um outro publicado, pelo mesmo autor, em Bolonha - Itália em 1941, intitulado “Manifeste de Ventotene” em que defendia a tese de que progressistas seriam todos aqueles que queriam o poder europeu e reaccionários seriam todos aqueles que queriam a conservação dos poderes nacionais), tendo por ocasião da Assembleia extraordinária da União Europeia dos Federalistas de 1941, em Paris, conseguido impor as suas visões sobre o federalismo.

Mostrou-se contra a estratégia de Monnet, que consistia numa aproximação ao federalismo por sectores, ou como ficou conhecida como a “estratégia dos pequenos passos” ou por “integração sectorial”. Para ele a construção europeia não podia esperar, era urgente.

Os denominados federalistas “personalistas” Denis de Rougemont (1906-1985) e Alexandre Marc, eram, por seu lado, os defensores do modelo federal completo. Para eles o problema constitucional era apenas uma parte do todo e da solução que preconizavam. Para eles, o Federalismo era um programa de transformação geral da sociedade e dos respectivos componentes humanos.

Denis de Rougemont estudou em Viena de Áustria, onde conheceu Kalergi. Lançou várias publicações e conseguiu fundar o Centro Europeu de Cultura, Constituído fora do controlo dos Governos, e que teria como objectivo principal a promoção do sentimento de unidade europeia. Este centro surgiu, depois de vencidas várias dificuldades, em Génève em 15 de Fevereiro de 1949. Na 1ª conferência organizada em Dezembro do mesmo ano, Paul Henri Spaak produziu o discurso de abertura, dando assim o seu apoio político, formal, à iniciativa.

Em 1963 funda, em Génève - Suíça, o Instituto Universitário de Estudos Europeus.

Alexandre Marc, de seu nome verdadeiro Aleksandr Markovitch Lipiansky, nasceu em Odessa, na Rússia, em Junho de 1904. Participou nos acontecimentos de 1917, da revolução bolchevique. Foi para Paris em 1919 onde estudou filosofia e ciências políticas.

O seu pensamento de base está escrito num manifesto que enviou a Rougemont, em 1931, onde declarava que não era individualista, nem colectivista, mas sim personalista.

Em 1946 no Congresso do movimento “La Fédération”, realizado no Luxemburgo defendeu a formação de uniões federais regionais, e em particular, a dos estados unidos da Europa.

Em 1951 fundou o Instituto Europeu da Universidade de Turim e em 1964 o Instituto Europeu de Altos Estudos Internacionais.

Finalmente, com enquadramento no grupo dos políticos intergovernamentalistas, **Winston Churchill**.

Foi 1º Ministro da Grã-Bretanha durante o período aceso da 2ª guerra mundial. Tornou-se notado, no processo de construção europeia do pós-guerra, entre outras coisas, por uma proposta que fez em Zurique em 19 de Setembro de 1946, em que propôs, como reacção à ameaça soviética, a criação dos Estados Unidos da Europa ().

Para Churchill estes Estados Unidos da Europa deveriam ser alicerçados numa aliança Franco-Alemã porque, segundo ele:

- a) Era necessário assegurar uma paz duradoura entre estes países, como base da estabilização necessária ao continente.
- b) Porque sendo estes os países de maior potencial da Europa Ocidental Continental, caber-lhes-ia a liderança natural da região, na defesa do “mundo livre”.

Curiosamente, ou não, a proposta de Churchill deixava a Grã-Bretanha de fora desse projecto dadas as suas relações com os EUA e pelo facto de ser a cabeça da Commonwealth, que é constituída, como se sabe, por países espalhados pelo mundo, nos cinco continentes.

Não posso deixar de referir, também, o **General Charles De Gaulle**, político claramente intergovernamentalista, chefe da resistência francesa no exílio (Londres), e dinamizador da mesma, que veio a ser eleito Presidente da República francesa.

A sua proposta de construção europeia ia muito no sentido de uma Europa das Nações, isto é uma Europa de configuração intergovernamental. Defendia que os Estados Nação eram as únicas entidades legítimas da comunidade internacional, pelo que não reconhecia essa legitimidade, pelo menos no mesmo plano, às Organizações Internacionais. Para ele, de Gaulle, as Nações deveriam cooperar e concertar posições. A construção europeia poderia conduzir eventualmente a uma Confederação, mas nunca a uma Federação. Defendia que a Europa deveria ser independente dos Estados Unidos e afirmar-se por si própria no sistema de Estados.

Na minha opinião, Kalergi e Briand destacam-se, de todas as figuras aqui descritas, pela riqueza e diversidade de caminhos e soluções apontadas, não só para a Europa – Kalergi, como para o Mundo – Aristide Briand.

Aristide Briand encarnou uma União da Europa fundada na normalização das relações franco-alemãs e inscrita num projecto universal de verdadeira Sociedade das Nações.

Kalergi é reconhecido, por várias personalidades, como o grande precursor no século XX, da ideia europeia. Fez o percurso do federalismo em direcção à cooperação intergovernamental, ao longo da sua vida. Na sua última fase juntou-se a De Gaulle na defesa da criação de um modelo de cooperação intergovernamental, o qual viria a ficar conhecido como o modelo da Europa das Nações.

Começou por lançar a ideia da Pan-Europa como “l’union politique et économique de tous les Etats Européens, de la Pologne au Portugal, en une Fédération de Nations”, e funda, com Aristide Briand a União Pan Europeia que contava ainda, entre outros, com Konrad Adenauer, futuro Chanceler da República Federal da Alemanha.

Em 1947 Kalergi fundou a União Parlamentar Europeia (UPE), juntamente com Altiero Spinelli. Queriam criar condições para reunir uma Assembleia Constituinte europeia que, com uma legitimidade popular, pudesse elaborar uma verdadeira Constituição para a Europa, com novas instituições e transferências de competências, a exemplo da Convenção de Filadélfia de 1784.

Em 1946, Kalergi desafia, por carta, os Deputados dos vários parlamentos, dos vários países, a pronunciarem-se a favor ou contra a ideia de convocar a dita Assembleia Constituinte, que efectivamente ele chega a convocar, dada a receptividade encontrada, para Gstaad em Setembro de 1947. Era a tentativa de se criar uma da Europa unida politicamente, pela via Parlamentar.

Foram estes, em suma, aqueles que são considerados os iniciadores mais importantes do processo de construção europeia do pós-guerra.

Considerei ser importante começar pela sua breve apresentação para que se entenda um pouco melhor a marcha dos acontecimentos, através dos anos, e os caminhos que o processo tem tomado. Para se entenderem melhor as diferenças e pontos comuns entre as várias visões e modelos do “projecto” europeu.

A sociedade é constituída por seres humanos. Alguns, dos mais influentes, deixam a sua marca através das ideias que geram. Outros, deixam a sua memória pelos projectos que criam e que conseguem lançar, como ideia. Ainda outros, ficam na história pelas obras que conseguiram realizar. Encontramos dos três tipos neste rico grupo de personalidades. Rico pela sua capacidade, pela diversidade de opiniões e de pontos de vista que expressaram.

3. A União Europeia - As questões não resolvidas

Os conflitos-base não resolvidos na União

Na altura em que se discutem mais uma vez os cenários possíveis do futuro da Europa, não é demais reflectir sobre várias questões que estão em cima da mesa das negociações. Abordo agora e em primeiro lugar o problema dos conflitos-base latentes, não resolvidos na União Europeia.

E em primeiro lugar está o divórcio entre os centros de decisão política e a opinião pública

Este é um problema real, que ocupa o pensamento das pessoas mais lúcidas, dos nossos dias, e que ocupou a mente de pessoas esclarecidas da geração dos fundadores, do presente modelo de união entre os diversos Povos e Estados da Europa.

Enquanto alguns países se organizaram, e se continuam a fazê-lo, com consultas às respectivas populações, noutros, como em Portugal, isso não

foi feito. Na minha opinião, mal. Agora parece que se está a querer emendar a mão. Veremos se é realmente verdade.

Estas consultas foram levadas a efeito sobre os temas mais importantes da construção europeia, tais como a adesão às comunidades, a introdução dos pilares políticos ou da moeda única.

O não ter sido feito, em alguns países, levou a que, nesses países, os cidadãos não fossem devidamente informados do que estava em causa em cada momento. Não tomaram conhecimento das opções defendidas pelas diferentes correntes de opinião e das possíveis alternativas de modelo ou de forma de organizar a vida comunitária que interessa, ou deve interessar, a todos.

Nos países em que a discussão - e a informação de que daí inevitavelmente nasce - foi feita, os resultados foram variáveis.

Assim, quando em 1972 foi levado a efeito o primeiro alargamento os Governos da Dinamarca e da Irlanda organizaram um referendo para auscultar a opinião dos respectivos cidadãos, sobre se deviam, ou não, tomar a decisão de fazer aderir, os respectivos Estados, às Comunidades. Nestes dois casos, a resposta dos cidadãos foi positiva.

Mas melhor que a decisão de adesão ter sido ratificada e apoiada pela maioria das respectivas populações, foi estas terem ouvido e discutido a questão. Em resultado disto, ficaram mais bem informadas e os Governos dos dois países, (e os Governos subsequentes), ficaram mais escudados, e fortalecidos, nas suas opções, garantido que foi o apoio da maioria da população a essa adesão.

De sinal contrário foi o resultado do referendo levado a efeito na Noruega. Nem por isso se pode dizer, na minha opinião, que este facto constituiu uma derrota ou uma vitória do processo europeu. Isto se aceitamos verdadeiramente a Democracia Política e a Liberdade de Expressão e de Pensamento das pessoas. E como reflexão pergunto!... O que teria acontecido neste país (Noruega) se o Poder Político tivesse decidido, sózinho, sem consulta popular, levar por diante a adesão às Comunidades?

Em qualquer dos processos as questões foram levantadas, discutidas, apreciadas. E livremente as populações decidiram.

Uma outra fase crucial foi a ratificação do Tratado da União Europeia, que introduziu alterações significativas na natureza da construção europeia, com a introdução dos pilares políticos e com a consagração do objectivo de se instituir a união económica e monetária, com o propósito anunciado de introdução de uma moeda única.

Este Tratado ficou conhecido pela denominação de Tratado de Maastricht, nome da localidade Holandesa onde foi assinado.

Mais uma vez se assistiu em alguns países a uma discussão livre sobre o tema, o que levou a que, por exemplo, em França que organizou um referendo para o efeito a vitória do sim tenha sido por uma escassa diferença de cerca de 80.000 votos.

Escassa ou não, o facto é que a vitória do sim foi aceite por todos, democraticamente, pois tinha sido discutido o problema, tinha sido feito o contraditório e toda a população minimamente ficou informada do que estava em causa. O resultado foi aceite pelos que votaram sim e pelos que votaram não, por isso mesmo. Por ter havido discussão e informação.

Em Portugal, isto não aconteceu. E não aconteceu, apesar dos alertas de pessoas tão diferentes como o Dr. Mário Soares, ou o Dr. Manuel Monteiro, que se pronunciaram sobre a matéria, pedindo que se discutissem publicamente os assuntos. Nada foi feito!

(para mais informação ver o Projecto de Resolução nº 82/VII do CDS-PP – Proposta de Referendo sobre a Revisão do Tratado da União Europeia – Assembleia da República, Lisboa 2 de Março de 1998 *in* Diário da Assembleia da República, IIª Série-A, nº 36, de 12 de Abril de 1998).

Na altura o Dr. Mário Soares era o Presidente da República Portuguesa e o Dr. Manuel Monteiro líder do CDS- Partido Popular. O Dr. Mário Soares é, como se sabe, da área Socialista, o Dr. Manuel Monteiro, da área da Direita Conservadora. Ambos pediram a discussão pública dos temas que o novo tratado introduzia.

O Dr. Manuel Monteiro pedia a organização de um referendo para que os portugueses fossem chamados a pronunciar-se. O Dr. Mário Soares respondeu ser uma boa ideia e advogou a organização de uma consulta popular.

Apesar disso não foi o mesmo realizado, por falta de vontade política do Governo do Prof. Doutor Cavaco Silva, tendo-se perdido uma boa oportunidade, também na minha opinião, de discutir o problema no nosso país.

Uns claramente favoráveis à construção de uma Europa Federal; como por exemplo o Dr. Soares; outros, como o Dr. Monteiro, claramente a favor de uma Europa de Cooperação Intergovernamental.

O Dr. Mário Soares, em várias declarações concedidas às Televisões Portuguesas, afirmou que a classe política portuguesa estava a perder uma oportunidade de ouro de comprometer os cidadãos, em geral, com o processo europeu, com os evidentes benefícios que daí poderiam resultar para a causa europeia e para a própria democracia portuguesa.

A falta de informação, resultante da falta de discussão pública sobre a matéria, levou a situações pouco desejáveis. Todos estamos lembrados da sessão da Assembleia da República em que o Tratado foi ratificado.

Lembremos os factos.

Os jornalistas de serviço, dos vários órgãos de informação presentes no hemiciclo do Palácio de São Bento, fizeram uma pequena sondagem aos Deputados. Pequena no número de perguntas.

O resultado foi penalizador, para aqueles que querem uma construção europeia sólida e consciente: - apenas 30% dos Deputados sabiam o que estava em causa no referido Tratado de Maastricht. E, no entanto, ratificaram-no sem discussão de maior. Com esta atitude o prestígio da Assembleia da República, e o do próprio regime democrático, ficou abalado. Pelo menos na mente dos cidadãos mais conscientes e lúcidos.

Na opinião pública nada se discutiu, de profundo e de sério. Quem tentava discutir as questões era claramente catalogado como anti-europeu. Esta estratégia foi montada pelo Governo, de então, de forma a inibir a discussão séria do problema. O que poderia trazer resultados distintos do que o Governo “democrático” pretendia. Quanto a mim sem razão este receio.

Quero recordar a propósito de que este tipo de acusação não é novo, nem apanágio dos nossos dias. Já nos anos de 1950 - L. EHRARD - Chanceler alemão que sucedeu a Konrad Adenauer, dizia - citado por Jean Monnet - “*Se critico a Constituição Alemã ninguém me dirá que sou um mau alemão. Mas se critico a Comunidade dos Seis, em nome de uma Europa mais ampla, acusam-me imediatamente de ser um mau europeu*”.

Neste caso diria que quem não defende, em Portugal, um modelo federal de construção europeia é imediatamente catalogado de anti-europeu o que é, manifestamente, abusivo e prefigura uma situação de desonestidade intelectual de quem produz essas acusações.

Por isso poucas pessoas ficaram a saber os contornos da então P.E.S.C. (Política Externa e de Segurança Comum) e da C.J.A.I. (Cooperação na Justiça e Assuntos Internos), e do que isso significava para a construção europeia e para o país; poucas pessoas ficaram informadas das implicações da criação de uma moeda única. Muito menos se informou os cidadãos de tudo o resto, que mais adiante se tratará.

Este défice democrático, - expressão que não é de minha autoria, mas que adopto sem dificuldade por me parecer que traduz exactamente o problema, se traduzida para a base do sistema, - pode levar a prazo a situações muito complicadas.

Em situações de prosperidade relativa ou real, os cidadãos tendem a “descansar” no poder político as decisões e a condução dos seus destinos.

Mas se de repente sobrevier, não uma crise como a que vivemos, crise a sério, e duradoura, de recuo nítido e sentido - de recessão generalizada - nos níveis do bem-estar das pessoas, o que acontecerá nessa altura?

E se, num exemplo não inocente, essa crise for assimétrica no espaço europeu afectando sobretudo os Estados mais ricos e fortes?

O que acontecerá quando as pessoas perceberem que muito do poder de decisão do seu Governo, qualquer que seja a sua cor política, foi alienado; quando perceberem que já não é o Governo do seu país que decide questões muito simples para a sua vida; e quando perceberem que em caso de conflito latente, ou declarado, não cabe ao Governo do seu país decidir se entram ou não no mesmo?

O que acontecerá, em Portugal e nos outros países onde existe este défice democrático?

Levanto apenas estas questões. Não tenho respostas para elas. Aqui as deixo para reflexão. Mas tenho receio do que possa vir a acontecer, no futuro, por falta de captação do interesse e da vontade colectiva. Por falta de acções de motivação, destinadas a fazer entender às pessoas o porquê de certas decisões.

Chama-se a isto, na linguagem empresarial, envolver as pessoas, de forma a motivá-las para o alcançar de um objectivo comum.

Um país não é uma empresa, dir-se-á e com razão. Pois não é!

É uma entidade bastante mais complexa; mexe com o imaginário colectivo de muitos milhões de pessoas e não de dezenas ou centenas. Mexe com as suas referências culturais, com as suas tradições, com as suas convicções, com os mitos colectivos. E por isso os cuidados devem ser maiores, no tratamento das questões que se prendem com esta problemática.

O que me preocupa ainda mais, é que este não é um problema exclusivamente português. A prazo veremos quais serão os resultados desta atitude dos poderes políticos.

A Europa e Portugal vivem neste início de século um problema grave e muito sério, na minha opinião: – *abundam Políticos – faltam Estadistas*.

Uns preocupam-se, sobretudo, com os desejos dos seus eleitores do seu quadrante político-partidário e com os efeitos imediatos das medidas que tomam, em termos eleitorais; os outros preocupam-se com o bem colectivo, e as suas preocupações vão no sentido de pensarem estrategicamente a forma de posicionar, o Estado e o País que representam, o melhor possi-

vel na cena internacional de forma a defenderem os interesses da comunidade nacional que representam.

Não seria preferível montar campanhas de informação e divulgação, com a cumplicidade das várias forças políticas, introduzindo este tema nas campanhas eleitorais?

Não seria de promover manifestações culturais, sociais, sobre estes assuntos? O que se tem feito, quanto a mim, não é suficiente. Tem sido mesmo ineficaz, dado que não tem alcançado os resultados desejados.

Quase só se fala de Europa, junto da opinião pública, quando se quer falar de subsídios. E quando estes forem reduzidos, ou mesmo acabarem? Ficam estas questões por responder.

Porque não se fala da redução dos factores de Soberania?

Porque não se fala da questão do modelo de Poder?

5. Proposta para a Reformulação do Estado e para afirmação de Portugal no Mundo

(contribuição para a discussão pública, para que não se diga que não há alternativas), em síntese:

(1) Estado Previdência – manter as 3 funções do Estado Previdência instaurado por Bismark, a saber:

- (a) Quando uma pessoa está doente, será tratada. Admito que para os rendimentos familiares acima dos 3.000 euros, as pessoas sejam chamadas a participar nos custos da saúde com 20% a 30% das despesas;
- (b) quando uma pessoa se vê involuntariamente desempregada, receba um subsídio de desemprego, durante um período de tempo que será tanto maior quanto a sua idade e descontos efectuados;
- (c) quando uma pessoa atinge a idade de reforma receba uma pensão que lhe permita ter uma vida digna, mas com um mínimo de 33 anos de descontos.

(2) Estado Social – reduzir ou eliminar as comparticipações do Estado na Educação para pessoas com rendimentos mensais acima dos 3.000 euros/mês.

Abaixo destes rendimentos instaurar o cheque educação, sobretudo no Ensino Superior em que o aluno só começará a pagar esse adiantamento

quando tiver um emprego estável com remuneração acima dos 2 salários mínimos numa percentagem que não poderá ultrapassar os 20% do seu rendimento mensal.

(3) Defesa/Segurança/Justiça – racionalizar estas funções, mantendo-as na exclusiva dependência pública e suportadas pelo Orçamento Geral do Estado. Procurar que estas funções sejam reorganizadas tendo em vista que são funções de Soberania do Estado face a terceiros e como tal inalienáveis.

Reorganização dos Tribunais que contemplem a constituição de Tribunais especializados nas relações entre empresas e destas com os consumidores; Os actuais são demorados, ineficazes, por estarem incluídos dentro dos tribunais normais.

(4) Relações Externas

A Lusofonia é sem dúvida um dos grandes Legados que Portugal deixa à Humanidade. O quê que é preciso ser feito?

Já o escrevi por diversas vezes de há 20 anos para cá, pelo menos. Situemos então o problema na questão do Sistema Internacional e que o papel da CPLP poderia e deveria desempenhar.

Na verdade o Mundo Global que vivemos implica que saibamos (nós os membros da Lusofonia e da CPLP) que o confronto entre potências mundiais continua (Federação Russa e EUA), ou directamente ou através dos seus aliados preferenciais (Países ou Blocos), para além das ameaças prefiguradas pelos extremismos Islâmicos e pela situação do conflito Israelo-Palestiniano sem fim à vista.

Vide os casos da Ucrânia e da Venezuela, que ainda estão longe do ‘terminus’ das suas presentes crises internas e ainda longe de uma definição duradoura de Poder, que os leve a uma Paz duradoura.

Ora na verdade é necessário que os novos proto-pólos mundiais como o Brasil, a Índia, a China e a África do Sul se assumam conscientemente como tal, para tentarem influir na construção de um Novo Equilíbrio Mundial.

Na verdade têm progressivamente adquirido a consciência de que têm que exercer, de forma afirmativa, o seu novo papel no Sistema Internacional, de forma a tentar o tal Novo Equilíbrio.

No caso do Brasil, o Presidente Henrique Cardoso foi o primeiro a interiorizar que o Brasil não tem que se confinar a um “aparente destino” de ser apenas uma Potência Regional, tal como até aí acontecia no topo dos destinos da Nação Irmã.

Ora, na minha modesta opinião, o Brasil e Portugal, bem como Angola, Moçambique e todos os outros países de língua oficial portuguesa, têm à sua disposição um novo instrumento que poderá ser de afirmação internacional.

Só que não o têm visto como tal: refiro-me naturalmente à CPLP.

Mas para isso será necessário que todos os integrantes deste bloco percebam e interiorizem que este instrumento é fundamental para Todos e que avancem para o seu aprofundamento.

Isto é, a sua extensão para as áreas de Defesa Comum, da Segurança, da Economia e Finanças e de concertação estratégica a nível de uma Política Externa baseada em Mínimos Denominadores Comuns que permitam a sua afirmação como actor internacional.

Para isso é necessário, em primeiro lugar que os Governos dos Países deste espaço o interiorizem, isto é que os Poderes Políticos desses países, percebam que uma Comunidade assim construída pode potenciar a importância relativa do Bloco e em consequência dos seus integrantes, com evidentes benefícios potenciais para todos.

Isto, sem prejuízo de se inserirem noutros Blocos (ASEAN, UE, NAFTA, etc.) que mais convenha aos seus interesses.

Mas tendo a noção clara de que:

Se o fizerem (o aprofundamento da CPLP no Modelo que defendo) serão parte de um espaço Geopolítico e Geoestratégico importantíssimo.

Se o souberem fazer, serão a um tempo: Embaixadores das suas Alianças Regionais junto da CPLP e Embaixadores da CPLP junto desses espaços, com os benefícios e sinergias daí resultantes.

Seguindo a reflexão e clarificando um pouco o que atrás escrevi gostaria de deixar á vossa Reflexão mais os seguintes pontos:

- A independência das Nações consegue-se, como o venho dizendo há alguns anos, por vários factores dentre os quais destaco a Diversificação de Dependências Externas;
- Nessa linha de raciocínio o simples facto de se aprofundar esta aliança, ainda embrionária, proporcionaria a todos os Estados Integrantes uma alternativa de dependência externa face a outros blocos;
- Trata-se de uma Comunidade com cerca de 250 milhões de pessoas, espalhadas por cinco Continentes (Europa, África Ocidental e Oriental, América do Sul, Ásia e Oceânia) e três Oceanos (Atlântico, Pacífico e Indico); ou seja um Espaço Mundial;

- Tem como factor comum a Língua e uma História de mais de 400 anos, com as memórias comuns daí advenientes nos povos que habitam esses Estados;
- São, todos eles, Estados com “territórios” de Mar apreciáveis, alguns deles com recursos apreciáveis; tal facto podia proporcionar sinergias e cooperação em termos de uma política de Mar, aproveitando as Auto-Estradas Marítimas que este factor proporciona;
- Poderia começar-se pela introdução prática de 4 liberdades: Liberdade de circulação de pessoas, de bens, de capitais e Liberdade de Estabelecimento e pela constituição de um Mercado Comum para os produtos agrícolas e industriais;
- Deveria no seu seio ser concertada uma acção de Política Externa Comum (salvaguardados as pertenças de que anteontem falei) que levasse este bloco a ter posições comuns face aos acontecimentos mais graves, nos fora internacionais, o que provocaria um Novo Equilíbrio Internacional.
- Quando os nossos Embaixadores (dos vários países) falam actualmente em algumas Organizações Internacionais, representam Um País.

Se representassem oito países com a implantação referida acima, a sua importância e a importância das suas palavras seria, de facto, no jogo do Poder Mundial, diferente porque mais poderosa.

(5) Economia – Medidas Concretas necessárias para o início do Desenvolvimento Económico e a Criação de emprego, tais como:

- (a) Criação do Banco de Fomento para apoio e financiamento integral de Novos Projectos Industriais; Por a funcionar o Banco de Fomento, que se destina a financiar Novos Projectos Industriais ou do sector Primário (agricultura e pescas) cujos promotores tenham o projecto, a ideia, o know-how dos mercados e das técnicas de produção, mas que não têm dinheiro para os “construir”;
- (b) **Concessão de Crédito Fiscal aos Lucros** das empresas que sejam reinvestidos em equipamentos ou em I & D nos 2 anos a seguir ao lucro verificado; Ou mais precisamente, conceder um Crédito Fiscal (a 100% das verbas reinvestidas) ao Reinvestimento de Lucros na actividade industrial, desde que os fundos gerados pelos lucros

sejam aplicados na aquisição de novos equipamentos de produção, ampliação de instalações fabris, lançamento de novos produtos, ou em criação de postos de trabalho permanentes que excedam o efectivo da empresa em 20%;

- (c) **Descida do IRC** para Novos Projectos Industriais, Agrícolas e de Pescas, progressivamente.

Isto é no 1º ano a empresa pagará apenas 80% da taxa média, no 2º ano 60%, no 3º ano 40% e a partir do 4º ano (se mantiver Todo o Emprego), 35% da taxa média em vigor.

- (d) Proibição/desincentivo das práticas de **Dumping** (como aliás está estabelecido) com agravamento das multas até metade do Capital Social das empresas que o pratiquem;

- (e) **Limitação dos Spreads** dos empréstimos às empresas a 2 pontos percentuais e eliminação da possibilidade da cobrança de comissões bancárias aos empréstimos, a serem praticados pela CGD e Banco de Fomento.

- (f) Criar o **LICENCIAMENTO ZERO**;

Isto é, o investidor não tem que pedir licença ao Estado para investir, (no concreto para o projecto físico de investimento - instalações fabris) mas terá 1 a 2 anos para demonstrar a uma Inspeção “a posteriori” que cumpriu a lei e as especificações necessárias ao seu cumprimento, sob pena de aplicação de sanções.

Exceptua-se deste licenciamento zero, a licença camarária de construção do edifício industrial, por motivos de ordenamento do território.

.... OU

Simplificação das autorizações para investimentos acima dos 2 milhões de euros; Após a apresentação do projecto físico (instalações e equipamentos fabris) de investimento, caso o Estado e seus departamentos não se pronunciem atempadamente, terá lugar uma autorização tácita de funcionamento se os serviços não se pronunciarem em 2 meses.

(6) INOVAÇÃO Tecnológica e Comercial

Construção de Programas simples de financiamento, a taxas de juro reduzidas, sedeadas no Banco de Fomento e na Caixa Geral de Depósitos, para a INOVAÇÃO,

- em produtos ou serviços,
- a criar por empresas sedeadas em Portugal,

- por forma a incentivar o progresso tecnológico e comercial das mesmas.

(6) Finanças:

- (a) Renegociação dos prazos de pagamento da Dívida Externa para um período não inferior a 30 anos;
- (b) renegociação dos Juros da Dívida Externa para 1%, junto do BCE, FMI e UE.
- (c) Reativação dos Certificados de Aforro, com Taxas atraentes para os particulares de forma a captar financiamento privado às actividades do Estado;
- (d) acesso dos particulares às emissões dos Bilhetes do Tesouro.
- (e) suspensão/eliminação das rendas das PPP's e EDP.
- (f) Diminuir ou mesmo Cortar as Isenções Fiscais ou Créditos fiscais até aqui atribuídos aos Fundos de Investimento (mobiliários ou imobiliários), Fundações, Bancos e Companhias de Seguros;
- (h) Cortar nas Rendas da EDP e similares;
- (i) Cortar nas Scutts ruinosas para o Estado e contribuintes;
- (j) Cortar nas despesas de funcionamento dos Gabinetes Ministeriais, onde todos têm metido os seus “amigos partidários” sem nenhum proveito para o melhor funcionamento do Estado, do País, antes com acréscimos de despesa não reprodutiva.
- (k). Cortar nas Assessorias e Encomendas aos Gabinetes de Advogados alheios ao Estado (privados) e aproveitar os seus Quadros da área jurídica.
- (l). Cortar nas Assessorias e Encomendas aos Gabinetes de Economistas alheios ao Estado (privados) e aproveitar os seus Quadros da área de Economia.

(7) O Mar

Necessidade de se Explorar convenientemente o MAR Territorial e o Mar Económico Exclusivo (que juntos significam 3 Milhões de km²).

Para isso há que rearmar as Marinhas de Pesca, a Marinha de Transporte de Mercadorias concedendo Incentivos aos investidores que apresentem projectos concretos! e desenvolver a Marinha de Guerra,

- esta última, de forma a defender os nossos recursos económicos da exploração indevida de estranhos e defender o espaço marítimo das novas e das velhas ameaças.

O Governo em que o meu partido (o CDS-PP) esteve envolvido, das minhas sugestões apenas acolheu três:

1. - Desenvolver e valorizar os Certificados de Aforro;
2. - Proporcionar a particulares o investimento em certificados do Tesouro.
3. – Baixar a taxa de IRC.

Quanto a uma terceira proposta minha:

- a criação do Banco de Fomento, fingiu que o criou (no papel e instalações e quadros bem pagos) mas até agora não funcionou.

Como o meu primeiro partido é Portugal, renovo e relembro as minhas propostas que enviarei aos novos Ministros das Finanças e da Economia do novo Governo, tal como o fiz aos Ministros das Finanças e da Economia do anterior Governo, em Setembro de 2011 e por aqui divulgadas.

Estas são algumas das minhas Propostas Concretas. Era o que faria se tivesse o Poder de Governar o meu País, para benefício dos Portugueses.





A movimentação das fronteiras na Europa

Prof.^a Maria Regina Mongiardim Flor e Almeida¹

A Europa é o continente com as fronteiras mais movediças e instáveis do mundo. Isto evidencia a dimensão da diversidade populacional e o valor do território.

Ao longo da sua história, as fronteiras da Europa têm experimentado um constante movimento, redesenhando sucessivos mapas políticos sobre o continente, que acompanha o redimensionamento político e geográfico das diversas comunidades etnoculturais, territorializadas, sob a capa de uma mesma civilização milenar maioritária, a civilização greco-romana.

Como em nenhum outro continente, a Europa é, também, aquele onde a diversidade cultural é mais acentuada, onde os diferentes projetos estado-nacionais se afirmaram, sobretudo, pela confrontação, onde a fragmentação tem atingido, inclusive, a estrutura do pensamento filosófico e religioso, elo essencial de muitas comunidades de povos, territorializadas ou não, desde tempos imemoriais, já que nele têm convivido as três grandes religiões monoteístas e respetivas ramificações.

Mesmo a expansão europeia para outros continentes, na senda dos Descobrimentos e da Colonização, levou consigo os gérmes da fragmentação, que frutificaram em territórios ocupados e dominados pelas distintas comunidades dos povos europeus, entretanto já organizadas sob a égide dos respetivos Estados nacionais, à revelia de uma suposta homogeneidade cultural e étnica das populações autóctones pré-existente. Esta suposta ou tendencial homogeneidade pode ainda verificar-se em África, designada-

¹ Diplomata e Vice-presidente da A-G do Instituto D. João de Castro.

mente, nas características da raça, nos rituais animistas dominantes e na persistência do regime tribal, mesmo sob o jugo de instituições homológicas às europeias, não obstante crónicas inimizades entre famílias, os confrontos entre tribos, a diferenciação étnica e os conflitos religiosos. O que, também, se pode constatar no mundo árabe, no que respeita à raça, à língua e à religião muçulmana, enquanto factores de homogeneidade, independentemente dos tradicionais conflitos étnicos e familiares, e entre correntes religiosas islâmicas pela liderança do Islão, como acontece entre sunitas e xiitas.

Sem que possamos invocar um hipotético estágio de maturidade compatível com os avanços científicos e tecnológicos da atualidade, os dramáticos exemplos que, em pleno século XXI, nos proporcionam o Sudão do Sul e a República Centro-Africana, em África, ou a Líbia, o Iraque e a Síria, no mundo árabe (três países em risco de fragmentação territorial e étnica), apenas revelam a fragilidade, a instabilidade e o carácter fictício das fronteiras político-geográficas, dividindo ou agregando comunidades com identidades distintas, sobretudo aquelas fronteiras cujo traçado teve a sua origem em ditames políticos europeus, eles próprios contaminados por múltiplos factores de vulnerabilidade.

Atente-se, por exemplo, como vingou a unidade na Austrália – um continente, um só Estado –, integralmente ocupada pelos colonizadores britânicos (a Nova Zelândia é apenas uma reprodução mimética deste fenómeno), ou no muito limitado fracionamento da América do Norte, dividido entre apenas três Estados soberanos independentes (Canadá, EUA e México), que simbolizam a prevalência de três comunidades europeias, politicamente, dominantes à época da sua descoberta e posterior organização estadual: a britânica, a espanhola e, em menor medida, a francesa.

Já a América do Sul, atualmente retalhada entre catorze entidades soberanas, como consequência das capacidades técnicas e do empenho colonizador dos reinos de Portugal e Espanha, e da sua desenfreada competição pelo poder mundial. Ao contrário da monarquia portuguesa, que se viu forçada a transferir a sede do governo para o Brasil, as necessidades financeiras de Castela e a desmedida ambição de alguns colonizadores espanhóis, ávidos de prestígio e de riquezas, fizeram o resto.

Apesar dos efeitos politicamente pulverizadores dos factos apontados, causa de contenciosos fronteiriços ainda por resolver, a América Latina patenteia uma indiscutível homogeneidade religiosa (a maior percentagem mundial de católicos) e uma firme dualidade cultural, onde apenas duas línguas – o português e o espanhol – se impuseram com carácter oficial.

As políticas de assimilação e a violência das classes dirigentes europeias, extinguíram o factor étnico como linha divisória de identidades nacionais.

Apenas um único continente, a Ásia, não sofreu o mesmo tipo de jugo colonial dos europeus, em toda a sua extensão geográfica. A China - à semelhança do Japão -, manteve praticamente incólumes a sua unidade política e territorial,² as suas instituições tradicionais e a pureza da sua raça, ao abrigo de uma civilização multimilenar agregadora, com especiais traços religiosos e filosóficos (o budismo e o confucianismo), e uma estrutura social própria.

Povoado por diferentes comunidades, também o subcontinente indiano conseguiria sobreviver, na sua maior parcela territorial, como entidade política soberana - a Índia -, apesar das investidas desagregadoras e dos avanços culturalmente laminadores das potências coloniais (Portugal e Inglaterra), graças a uma mui longeva tradição religiosa, de carácter politeísta, mas etnicamente aglutinadora (o induísmo), e um imanente compromisso de convivência com o “outro” (induísmo *versus* islamismo, paradigma do pacifismo e da tolerância). Um compromisso que apenas se rompeu por influência estrangeira, aquando das independências do pós-guerra. Veja-se a experiência da *Partition* entre o Paquistão e a Índia, sob o patrocínio da Grã-Bretanha.

Este breve roteiro sobre o traçado das fronteiras nos vários continentes, e suas especificidades, apenas serve para demonstrar o efeito mimético ocorrido por via da influência europeia dominante e, consequentemente, do contágio dos factores desagregadores de diferenciação étnica, cultural, nacional, política e territorial.

O incessante movimento das fronteiras da Europa tem sido causa e efeito de uniões e secessões, de projetos imperiais, de coligações entre Estados, de diretórios, do exacerbamento e proliferação de sentimentos nacionais e da ambição territorial e de poder. A própria evolução do conceito de fronteira, num ambiente de globalização, nas suas várias concepções administrativa, ideológica, defensiva, económica, de cooperação, etc., tem potenciado este movimento.³

Sem necessidade de maior recuo na história da Europa, o século XX é bem o exemplo da condensação de todos os elementos que estiveram na origem das alterações no traçado das fronteiras geográficas e políticas dos países e no redesenhar dos mapas europeus. As duas grandes guerras,

² Exceção feita aos territórios de Hong-Kong e Macau;

³ Maria Regina Marchueta, 2002, “*A Evolução do Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*”, Lisboa, Coleção Atena, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional;

mundiais nos seus recursos e consequências, mas civis em termos europeus, foram as principais causadoras das sucessivas alterações do mapa político da Europa e do traçado geográfico das fronteiras dos países. Razões políticas, económicas, territoriais, estratégicas, ideológicas e nacionalistas, estiveram na origem dos sucessivos redimensionamentos da arquitetura dos Estados europeus, que culminou, em 1945, com a divisão ideológica entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste, pela chamada “cortina de ferro”. Refira-se que a estabilidade das fronteiras geográficas dos países de ambos os lados da “cortina de ferro” foi mantida, a Ocidente, pela NATO, pelo Plano Marshall e pela construção da CEE/UE; a Leste, pelo Pacto de Varsóvia e pelo COMECON.

Em finais do século, a queda do Muro de Berlim e a implosão da URSS, provocaram um movimento telúrico na arquitetura de Estados da Europa, sobretudo a Leste, antiga área geográfica de influência e domínio soviéticos. Até então, as fronteiras culturais, étnicas e religiosas, de carácter estrutural, haviam estado contidas pela força militar de Moscovo (leia-se Pacto de Varsóvia). Por ação do despotismo do Kremlin, essas mesmas fronteiras haviam sido subsumidas na ideologia oficial comunista, e mantidas sob dura vigilância pela KGB.

Desaparecida a URSS, proliferaram os novos Estados saídos do extinto império soviético e de outros países da mesma área de influência, que acabariam por se desintegrar, como a ex-Jugoslávia, a que se somaram alguns outros fenómenos secessionistas, como na Checoslováquia e na Sérvia (Kosovo), e no próprio território da velha Rússia imperial, com as independências da Geórgia, de Nagorno-Karabakh e da Transnistria, todos eles movidos por sentimentos nacionalistas e distintas convicções religiosas, e por velhas feridas de uma identidade nacional menosprezada.

Esta nova arquitetura de Estados no Leste da Europa, que se estende à Ásia Central, não esgotava a possibilidade de outros riscos e perturbações futuras nas fronteiras então instituídas, pela ação de novos secessionismos e/ou anexações, decorrentes do descontentamento latente de comunidades nacionais, religiosas, culturais e étnicas, que se mantinham ou sob um jugo despótico considerado estrangeiro, ou que haviam sido vítimas de uma disseminação territorial durante o predomínio da URSS, para assim diluir a força do factor identitário. Os conflitos no Cáucaso, que têm afetado a Rússia (Chechénia, Daguestão, Inguchétia e Ossétia do Norte), a Geórgia (Ossétia do Sul e Abcásia), e a Arménia e o Azerbaijão (Nagorno-Karabakh), não se esgotaram no final do século XX, nem anunciavam perspectivas de paz e de estabilidade das fronteiras para o século vindouro.

A Ocidente, onde os fenómenos nacionalistas se haviam mantido controlados e quase em surdina, aceitando, na sua maioria, uma convivência pacífica e dialogante num quadro político-institucional democrático de carácter supranacional (exceções feitas ao IRA na Irlanda do Norte, à ETA no País Basco, e a pequenos grupos separatistas residuais na Galiza, como a JUGA e a Resistência Galega), o controlo das fronteiras políticas dos Estados europeus e sua permanência era exercido, sobretudo, mediante a pressão e benefícios económicos, sociais, políticos e educativos dos governos centrais, de Bruxelas (leia-se CEE/UE), e a influência dos EUA, até por centrais dos Estados, a intervenção equilibradora e congregadora de Bruxelas e por via da NATO, que, em conjunto, não deixavam espaço, nem margem de manobra, para quaisquer alterações na configuração física dos territórios dos Estados afetados por esses fenómenos desagregadores, que pudessem ser provocadas por ações separatistas de comunidades nacionais, que não se reveem na estrutura política e territorial dos Estados em que se inserem. Em semelhante cenário de bonança, de tendencial eliminação de assimetrias regionais e de um poder supranacional que se ia cimentando, as fronteiras políticas e geográficas dos Estados europeus ocidentais pareciam consolidadas e, até mesmo, invulneráveis, graças a uma superior teia de compromissos e da “envolvência centrípeta” provocada pelas novas fronteiras transnacionais da segurança e defesa, da economia, da cooperação, do conhecimento e dos avanços tecnológicos (Marchueta, 2002).

O sistema bipolar, o clima de Guerra Fria e o “equilíbrio de terror”, que caracterizaram quase toda a segunda metade do século XX, enquanto factores de contenção de “aventuras” políticas secessionistas dentro da Europa, e, ainda, o ambiente de paz, de segurança, de estabilidade política democrática e de crescimento económico, que, nesse mesmo período, experimentaram os países europeus ocidentais, não proporcionaram a emergência de ações secessionistas de comunidades nacionais com identidade própria, que todavia se mantinham subterraneamente latentes. Uma única válvula de escape aconteceria, em determinados casos conhecidos, mediante atividades terroristas, com carácter de reivindicação política, facilmente identificadas, territorialmente circunscritas e tendencialmente seletivas. Estas características e os fundamentos de reivindicações por uma maior autonomia política ou, até, pela independência (reconhecidas na Carta das Nações Unidas) que sustentavam muitas das organizações de comunidades nacionais secessionistas na Europa ocidental, permitiram, até, que não fosse conseguido um consenso político internacional na condenação das suas atividades revolucionárias, nem quanto a uma definição cabal sobre o terrorismo. Tudo isto contribuiu

para que se gerassem espaços de impunidade, como contribuiui, também, para a respetiva narrativa de autojustificação e a sua sobrevivência.

Já em pleno século XXI, só a emergência e o extraordinário impacto dramático do terrorismo transnacional, ligado à Al-Qaeda e às redes terroristas que surgiram em seu redor, especialmente no que reporta ao fanatismo religioso islâmico, antidemocrático e antiocidental em que se apoiam, e às suas consequências imediatas nas políticas de segurança dos países ocidentais – todos eles possíveis alvos das suas ações desestabilizadoras –, com recurso a uma legislação mais intransigente e cerceadora de certas liberdades individuais numa sociedade que se pretendia aberta, fizeram com que algumas organizações separatistas europeias se orientassem, gradualmente, para não se confundirem, no sentido da respetiva adequação a um quadro político institucional, aceitando quer a negociação, quer o desarmamento, como aconteceu com o IRA (2005). Também a ETA, em 2010, anunciou adotar um “cessar-fogo permanente, geral e verificável”. Independentemente, destas orientações políticas, o gérmen do separatismo não desapareceu; terá desaparecido, tão-só, uma atividade terrorista que não pretendia ser assimilada ao novo terrorismo transnacional e seus pressupostos ideológicos.

O entusiasmo, sentido no Ocidente, pelo desaparecimento da URSS, pelo fim da Guerra Fria e pela imagem de uma nova Rússia depauperada, acabrunhada e humilhada, teve como efeito, não apenas a unificação alemã, mas, também, a captação de alguns dos antigos países do bloco de Leste, novos Estados independentes, que se iria refletir no alargamento da NATO e da UE, cujas novas fronteiras acompanhavam muito de perto quase todo o perímetro de segurança das fronteiras geográficas da nova Rússia.

Apesar do manifesto mal-estar do Kremlin perante esta “investida” dos países ocidentais em áreas geográficas que faziam parte da sua memória histórica, que haviam estado décadas sob o seu domínio político-ideológico exclusivo e que se mantinham vitais para a sua segurança e política estratégicas, só a luta comum contra o terrorismo islâmico (problema que, igualmente, se coloca a nível interno russo) e as dificuldades de recuperação económica da Rússia, contiveram Moscovo de hostilizar esses seus novos vizinhos e os mentores políticos dos países ocidentais desses sucessivos alargamentos, interpretados pelo Kremlin como uma afronta e uma ameaça. Paralelamente, o ambiente de euforia económica vivido a Ocidente acabaria, também, por influir nesse espírito de contenção de Moscovo, já que significava o garante para a obtenção de benefícios económicos, por via das relações comerciais e financeiras que, desde então, se iriam desenvolver.

Neste clima geral de prosperidade, apaziguamento e contenção, apenas maculado pela comum ameaça do terrorismo islâmico, o novo mapa da Europa e as suas fronteiras físicas não sofriam contestação de vulto. As diferentes comunidades de identidade nacional, étnica e religiosa própria, apesar de uma insatisfação latente face ao *status quo*, viam-se remetidas ao silêncio, quer pela ameaça das armas, quer pelo seu apagamento político e mediático, quer pelas compensações económicas, quer ainda pelo temor a verem-se confundidas ou conotadas com o terrorismo islâmico.

Há que assinalar que a implosão da URSS e as sucessivas adesões dos antigos países do bloco de Leste à NATO e à UE, acarretou uma redução nas despesas da defesa dos Estados, onde reinava o liberalismo triunfante, que seriam desviadas para investimentos significativos em infraestruturas, novas tecnologias (comunicações, telecomunicações e energia), e nos sectores sociais mais vulneráveis, tanto nos países desenvolvidos, como nos países emergentes.⁴

Pode dizer-se que as fronteiras transnacionais de uma economia aberta e globalizante exerciam uma capacidade de atração dessas comunidades de identidade nacional própria, ao passo que as fronteiras da segurança e defesa exerciam um poder de silenciamento compulsivo, desincentivando os seus pressupostos de maior autonomia política de nível estatal. O seu descontentamento, porém, e o seu mal-estar perante o jugo a que se sentiam submetidas era larvar, e só esperavam o surgimento de uma conjuntura interna e externa propícia para se manifestarem em prol dos seus paradigmas.

A crise financeira mundial, desencadeada nos EUA, em 2008, que atingiu com particular virulência a UE e a Zona Euro, em especial no que respeita às dívidas soberanas, pondo a nu a deficiente arquitetura do euro, quase produziu uma hecatombe no edifício da União, de alicerces mal concebidos, e na economia, finanças e estabilidade política e social dos seus membros. Da mesma forma, foram também postos em evidência a precipitação e os erros das políticas de alargamento da UE a Leste, em detrimento do seu aprofundamento e sem o sustentáculo de um verdadeiro conceito estratégico para a Europa, tendo em conta as suas próprias vulnerabilidades internas e as ameaças e os desafios das suas vizinhanças. Para mais negativamente com a adesão da China à OMC e com o seu crescimento económico explosivo, que a colocou como principal polo mundial de atração econó-

⁴ José Manuel Félix Ribeiro, 2014, *“Portugal, a Economia de uma Nação Rebelde”*, Lisboa, Guerra & Paz;

mica e fez pender a balança do poder para a Ásia-Pacífico, arrastando para essa região do globo as atenções e as políticas de defesa e de segurança dos EUA, frente a uma Europa cada vez mais debilitada e isolada.

A Europa ficou, assim, praticamente entregue a si própria, mergulhada numa crise de competitividade externa, de quase nulo crescimento econômico interno, de pesadas dívidas públicas, de solidariedade interna, de lideranças capazes e de uma crescente incerteza sobre o papel das instituições, que atingiria, com particular violência, os países periféricos da Europa e afetaria a solidez das suas próprias fronteiras internas e externas.

Estava, assim, posto em causa o papel de estabilidade, de atratividade e de proteção das fronteiras da UE (e da NATO), doravante mais expostas a crises e turbulências, tanto de natureza interna, como externa.

É neste contexto de crise e de incerteza, que se tem vindo a assistir a uma fragmentação e radicalização das franjas do espectro político dos países europeus, com a emergência de partidos da extrema-direita e nacionalistas radicais, e a um ressurgir dos nacionalismos separatistas. Uns e outros tendem a pôr em causa, não apenas o estado de direito democrático, como o traçado das fronteiras políticas dos Estados, tal como acontece na Bélgica, com o nacionalismo flamengo, em Espanha, com as reivindicações catalãs e bascas, na Grã-Bretanha, com o separatismo escocês, na Itália, com os protestos independentistas venezianos, e na própria França, com os corsos e os bretões. O que acontece é que as vozes que, presentemente, mais se têm feito ouvir em prol da independência destas comunidades nacionais, são as que maior capacidade têm de levar por diante um projeto neoliberal ou as que de melhores meios dispõem para lutar pelos seus benefícios.

Num outro patamar e por diferentes motivações, que se articulam com a sua própria história e com a sua posição geoestratégica, atente-se na posição britânica relativamente a propostas sobre uma eventual saída da UE, em crise.

É, também, neste contexto de crise da Europa e de uma maior vulnerabilidade do poder mundial dos EUA, que assistimos à posição da Rússia pretender recuperar a sua autoridade, o seu orgulho e o seu velho prestígio imperial, bem como o seu poder mundial, perdido aquando do colapso da URSS. Desde já, anexando a Crimeia, abrindo as portas, pela força das armas, para eventuais futuras anexações de regiões pró-russas do leste da Ucrânia e, bem assim, forçando uma neutralidade ucraniana entre o Leste e o Ocidente (UE). Uma ação que até a Bielorrússia, sua fiel aliada, chegou a questionar, temendo tratar-se de um perigoso precedente, que, desde já, nos remete, para os problemas da Transnístria e para a Moldávia.

A aberta ofensiva da Rússia na Ucrânia põe em evidência a importância da geopolítica: o controlo do Mar Negro e a saída permanente para o Mar Mediterrâneo e regiões limítrofes, como o Médio Oriente, onde a Síria e o Iraque são autênticos vespeiros para a segurança das regiões circundantes; um “*droit de regard*” sobre o transporte de gás, crítico para a Europa e para a própria Ucrânia; um acesso privilegiado ao “celeiro da Europa”, representado pela Ucrânia; e uma pressão desestabilizadora sobre os países da sua periferia, que lhe são mais adversos, como os Bálticos. Evidencia, também, a determinação de Moscovo em romper com a “fronteira de contenção da Estónia ao Azerbaijão”, delineada pelo Ocidente, e que se prolonga do Afeganistão à Coreia do Sul, aproveitando as vulnerabilidades da fronteira de defesa, encimada pela NATO e pelas fragilidades dos seus membros. Para além de se confrontar com problemas financeiros e com a falta de consenso dos seus membros, a NATO é, hoje em dia, mais um sistema de segurança do que uma aliança defensiva operacional, que tem vindo a agir quase de motu próprio.

Neste surdo combate, mas ruidoso debate, entre a Rússia e o Ocidente – mais concretamente entre a Rússia e os EUA (veja-se os recentes incidentes a propósito da Síria e do espião americano Snowden, o não reconhecimento da anexação da Crimeia pela Rússia ou das intervenções militares pró-russas na Ucrânia, as sanções económicas impostas a Moscovo e os apoios militares aos países bálticos, à Polónia, à Roménia, e o recrudescimento da antiga Guerra Fria), em que a UE terá servido pouco mais do que uma de “testa de ponte” – o que parece estar em causa é a tentativa de uma redefinição das fronteiras na Europa, nomeadamente, das fronteiras da NATO e da UE. Na perspetiva russa, tal redefinição colmataria os desequilíbrios geopolíticos e geoestratégicos ocorridos após o fim da Guerra Fria.

A conflitualidade em torno da Ucrânia revela que a importância do território e do dispositivo humano das suas populações – seja como elemento dissuasor, seja como elemento de combate – continua a ser preponderante, mesmo na era da globalização. Donde, a ineficácia das sanções impostas à Rússia e o risco de que o seu reforço provoque uma maior radicalização de Moscovo. O intuito do Ocidente em provocar a queda de Putin parece condenado ao fracasso, pois a população russa, de orgulho ferido, está cada vez mais congregada no apoio em torno do seu líder.

Esta ofensiva russa revela, ainda, o peso determinante das fronteiras étnicas, culturais e linguísticas. Não apenas de comunidades russas que pretendem reunir-se com a sua velha pátria, servindo, desta forma, a estratégia geopolítica da Rússia baseada nos critérios da Eurásia; mas, também,

daquelas que, tendo uma identidade diferente, podem ameaçar a própria Federação Russa de se fraturar, caso não readquira o poder de outrora.

Por seu lado, a Europa olha para o papel da Rússia e para os acontecimentos na Ucrânia, como fatores acrescidos de desestabilização da sua vizinhança, de onde teme vir a importar problemas políticos, sociais, étnicos, culturais, económicos e de segurança, intrínsecos a essas regiões. Teme ainda o efeito mimético interno, com questões de natureza similar, precisamente, quando os riscos de fragmentação territorial, alimentados pelo credo neoliberal, pelo desencanto da sociedade civil e pelo endurecimento do discurso nacionalista, são muito intensos.

A atual conjuntura apresenta-se com riscos que podem vir a extremar-se, por via dos nacionalismos exacerbados e da re-emergência das pequenas pátrias. Fragilizando o papel dos Estados, em crise de lideranças e de recursos, a sua combinação com o terrorismo islâmico pode tornar-se explosiva.



Da importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Futuro com sucesso da África

Fátima Moura Roque¹

Índice

1. Desafios para o futuro com sucesso da África
2. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM, 2000-2015) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015-2030)
3. Os principais ODS (dos 17 e 169 metas) no caso de África
 - 3.1. Erradicar a pobreza extrema
 - 3.2. Erradicar a fome
 - 3.3. Educação de qualidade
 - 3.4. Trabalho digno e crescimento
 - 3.5. Alterações climáticas
 - 3.6. Paz, justiça e instituições eficazes
4. Comentários finais

¹ Professora convidada do Instituto de Estudos Políticos (IEP) da UCP; Vice-Presidente e Presidente da Secção Africana do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação (ILAC). Membro da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Académica correspondente estrangeira da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (AICP) e da Academia das Ciências de Lisboa (ACL);

1. Desafios para o futuro com sucesso da África

Os principais (core) desafios que a África enfrenta para alcançar um futuro com sucesso continuado podem ser agrupados em cinco categorias essenciais, que em última análise conduziriam o Continente a "quebrar" o elo existente entre a pobreza e o investimento insuficiente na educação. Estes desafios são: a criação e/ou desenvolvimento de **instituições** eficazes, inclusivas e transparentes - com ramificações políticas, sociais, económicas, ambientais, sectoriais e regionais. A **educação** e a sua estreita relação com a pobreza, a capacitação das mulheres, a saúde, o índice de desigualdade; a educação é a melhor aliada no combate aos problemas de segurança, de conflitos entre religiões e a uma melhor afetação de recursos. O terceiro desafio está relacionado com o investimento na **diversificação da economia**: acabando com a dependência do sector da exportação num só produto; na política industrial a fomentar de forma a que a cadeia de produção favoreça o Continente; na transformação de África num pólo global de crescimento; no aumento do índice de liberdade económica; e na construção de infraestruturas que favoreçam o desenvolvimento da agricultura, da indústria transformadora, do comércio (inter e intra) e dos serviços. O quarto desafio está ligado à **industrialização**. A industrialização é um imperativo para a África cumprir os objetivos da agenda 2063 no contexto da economia global, constrangida pelas alterações climáticas e dinâmicas complexas de oferta e procura, bem como, conduzida pela sequência competitiva da oferta a todos os níveis – ver **Greening Africa's Industrialization**, UNECA, 2016. Por último, temos o desafio de dar voz efetiva à **sociedade civil** de forma a desenvolver uma classe média com níveis elevados de empreendedorismo, de investimento produtivo, na atração de IDE e na defesa da legitimidade democrática e de direitos humanos.

The African Social Development Index (ASDI) tem por objetivo medir o progresso na redução da exclusão humana nas várias dimensões de bem-estar, tais como, a saúde, a educação, o emprego e o rendimento. Os poucos dados estatísticos que estão disponíveis mostram que na generalidade (exceção para Marrocos e Zâmbia, entre os países analisados) a situação do desenvolvimento social manteve-se praticamente inalterada – providenciando um terreno fácil para a instabilidade socio-política, para o reacender de conflitos e para o avanço do terrorismo, que se verificam um pouco por toda a África, principalmente no Norte de África, na região do Sahel e no Corno de África (ver **Industrializing through trade**, UNECA, 2015, quadro 2.2, p. 57).

Nas últimas décadas, a África esteve envolvida em mais conflitos, na maioria sangrentos e prolongados, que qualquer outro Continente. Todavia, a determinação da liderança política e da sociedade civil na construção da paz, da segurança e da reconciliação com justiça social numa parte importante do Continente africano, permite-nos concluir que nas duas últimas décadas houve mais países a alcançar uma paz com inclusão em África, mesmo que por vezes ainda instável, do que reacendimento de novos conflitos. Mesmo assim, a pobreza extrema estrutural, a desigualdade social crescente, a criminalidade elevada, o terrorismo, a corrupção generalizada, a instabilidade política e económica, a má distribuição dos recursos, a deficiente governança, bem como a pressão demográfica, constituem os principais fatores geradores de uma paz "instável" com processos frágeis de reconciliação. Por isso, as diferenças étnicas, culturais e religiosas têm, nestes países, tendência a acentuar-se, aumentando o risco de conflitos. A solução está, na generalidade dos casos, na realização de eleições livres, honestas e regulares que garantam, não só a participação plena das populações a todos os níveis da vida política, económica, social e institucional, mas, também, a igual distribuição dos benefícios da paz e da riqueza dos seus países, através de uma boa governança com segurança, com investimento forte na educação, com criação de emprego de qualidade e inclusão social.

2. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM, 2000-2015) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015-2030)

A Organização das Nações Unidas (ONU) dedicou o dia 17 de Outubro, desde o ano de 2000, à consciencialização da erradicação da pobreza, da miséria e da fome em todo o Mundo. Já em Setembro de 2000, a Declaração do Milénio das Nações Unidas tinha reforçado a disponibilidade da Comunidade Internacional para apoiar os esforços em África com o objetivo de resolver os problemas da erradicação da pobreza, da doença e do subdesenvolvimento, bem como o da marginalização do Continente.

O ano de 2015 ficará na História como a data da definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados numa cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Nova Iorque (EUA), de 25 a 27 de Setembro.

Esta nova agenda vigorará até 2030 e baseia-se nos progressos e nas lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

(ODM), que eram supostos terem sido concretizados na globalidade, entre 2000 e 2015.

Esta definição dos ODS é resultado do trabalho conjunto dos governos e da sociedade civil de todo o Mundo de forma a criar um novo paradigma global para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar (felicidade), proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Os ODS escolhidos pela ONU são:

ODS 1: Erradicar a pobreza

ODS 2: Erradicar a fome

ODS 3: Saúde de qualidade

ODS 4: Educação de qualidade

ODS 5: Igualdade de género

ODS 6: Água potável e Saneamento

ODS 7: Energias renováveis e acessíveis

ODS 8: Trabalho digno e Crescimento económico

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas

ODS 10: Reduzir as desigualdades

ODS 11: Cidades e Comunidades adaptadas às novas circunstâncias

ODS 12: Produção e Consumo sustentáveis

ODS 13: Alterações Climáticas

ODS 14: Proteger a Vida Marinha

ODS 15: Proteger a Vida Terrestre

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes

ODS 17: Parcerias para a concretização dos Objetivos

Os cinco “P” dos ODS podem ser traduzidos por pessoas, planeta, prosperidade e parceria.

E os ODM eram:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar o ensino primário universal
3. Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil e de crianças
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Sida, malária e tuberculose
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Comparando os dois conjuntos de Objetivos verificar-se-á que todos os ODM fazem parte dos ODS - ver Quadro 1.

Quadro 1: Comparação entre os ODM e os ODS

8 ODM (2000-2015): 18 Metas
17 ODS (2015-2030): 169 Metas

ODM 1	2 Metas	ODS 1 e 2
ODM 2	1 Meta	ODS 4
ODM 3	1 Meta	ODS 5 e 10
ODM 4	1 Meta	ODS 3
ODM 5	1 Meta	ODS 3
ODM 6	2 Metas	ODS 3 e 6
ODM 7	3 Metas	ODS 6,8,10,14 e 15
ODM 8	7 Metas	ODS 1,3,8,9,12,16 e 17

Fonte: Comunicação apresentada à Classe de Letras da ACL, a 12 de Maio de 2016

Todavia, há objetivos que nem os ODM nem os ODS dão o realce devido, pelo menos, para a África, apesar da sua importância ser essencial para o desenvolvimento sustentável do Continente:

A diversificação das economias; fomento da agricultura; investimento produtivo; investimento direto estrangeiro (IDE); reconstrução pós-conflito/pós-crise; políticas sectoriais e regionais; “partilha” da terra e direitos de propriedade; fundo de ajuda pública aos países assolados por crises conjunturais; ajuda na luta pela alteração de mentalidade das elites políticas, económicas, civis, sindicais e culturais; erradicação do terrorismo, da pirataria, da escravatura, do contrabando de órgãos humanos, de armas e de drogas, bem como a criação de um fundo de ajuda ao desenvolvimento dos países de origem para diminuir consideravelmente os números de refugiados e de exilados políticos e económicos.

E há, por outro lado, ODS que não tinham sido contemplados nos ODM: Energias renováveis e acessíveis; promoção da indústria, inovação e de infraestruturas; desenvolvimento de cidades e comunidades adaptadas às condições iniciais de cada país; produção e consumo sustentáveis; paz, justiça e instituições.

3. Os principais ODS (dos 17 e 169 metas) no caso de África

3.1. Erradicar a pobreza extrema

De 2015 a 2030 passarão a vigorar os ODS, sendo o primeiro a erradicação da pobreza extrema até 2030. Diminuir drasticamente a pobreza

através de investimentos maciços na educação e na criação de emprego que incorporem conhecimentos e tecnologias diversas (e a formação necessária para o desenvolvimento dessas tecnologias) serão metas prioritárias de qualquer programa de governo em África, nos próximos 15 anos.

O aumento da esperança média de vida e o papel das mulheres no trabalho e na sociedade continuarão a ser duas mudanças fundamentais no século XXI (que começaram já no século passado).

No que concerne à esperança média de vida os países africanos continuaram, em 2015-2016, no fundo da tabela: assim temos, a Serra Leoa (50,1), que cresceu 11 anos desde 2000; Angola (52,4), que aumentou sete anos; República Centro-Africana (52,5), que subiu seis anos; e Chade (53,1), que aumentou seis anos. Na faixa dos 70 aos 79 anos está Cabo Verde (73,3), Marrocos (74,3) e Tunísia (75,3). A descida da taxa de fertilidade em África – que se tem mantido em cerca de 5 crianças por mulher – tem sido lenta. Por conseguinte, a população do Continente é estimada crescer, dos 1,2 mil milhões em 2015, para cerca de 3,2 mil milhões de habitantes (do projetado aumento de 4 mil milhões no Mundo) por volta de 2100 (Drummond *et al*, 2014, “Africa Rising: Harnessing the Demographic Dividend”, IMF Working Paper 14/143, Washington).

“Muito sobre a pobreza é bastante óbvio”. Reconhecer o problema, compreender as suas causas e encontrar a solução para a erradicação da fome é suficientemente fácil. Esta é, em linhas gerais, a mensagem de *Amartya Sen* (1981), no seu já clássico **Poverty and Famines**. Será de facto, assim tão óbvio e fácil encontrar a solução para este flagelo que mata milhões de seres humanos em todo o Mundo, particularmente em África? A solução pode ser óbvia, todavia a erradicação da pobreza, e consequentemente da fome, tem provado, na prática e ao longo dos anos, ser um problema muito complexo e dependente de inúmeras variáveis endógenas e exógenas a África, umas de natureza político-institucional e outras de natureza socioeconómica (ver Moura Roque, F., 2012, 2ª edição, **A África, a Nepal e o Futuro**, Texto Editores, Luanda).

A pobreza e a fome perseguem África. Em toda a África subsariana, de 1990 a 2010, o número de pessoas que viviam na pobreza (1,25 dólares por dia) subiu de cerca de 300 milhões para quase 425 milhões, enquanto o número de Africanos a viver com menos de 2 dólares por dia cresceu de 390 milhões para cerca de 600 milhões. Ainda assim, a proporção dos que vivem na pobreza decresceu de 57% para 39% neste mesmo período (Joseph Stiglitz, *in* Expresso, 8 de Junho de 2013).

Em 1990, 43% da população dos países em vias de desenvolvimento viviam numa situação de pobreza extrema (na altura definida como limite \$ 1 por dia); o número absoluto era de 1.9 mil milhões de pessoas. Por volta de 2000 (dez anos passados) a proporção desceu para um terço. Em 2010, era somente de 21% (ou 1.2 mil milhões; a linha da pobreza era então de \$ 1.25, a média dos 15 países mais pobres, aos preços de 2005, ajustados pela PPC). A taxa global de pobreza tinha, assim, sido “cortada” para metade (ODM 1) em 20 anos.

Todavia, ficam em África 7 das 10 economias mais desiguais do Mundo, no que diz respeito à distribuição da riqueza, do rendimento, das oportunidades e ao acesso dos serviços públicos (coeficiente de Gini). É também estimado que em 2015, 366 milhões de Africanos continuarão a “sobreviver” com menos do que \$ 1.25 por dia (Banco Mundial, 2014).

Sem dúvida que de 1990 a 2012, a força motora por detrás da redução mundial da pobreza foi o crescimento. Na última década, os países em vias de desenvolvimento cresceram em média 6% ao ano - 1,5 pontos mais do que de 1960 a 1990. Tudo isto apesar da crise mundial que começou em 2007. A Ásia Oriental cresceu 8% ao ano, a Ásia do Sul 7% e a África 5%. Todavia, sabemos também que o crescimento por si só não garante menos pobreza. A distribuição do rendimento - a média do coeficiente de Gini para África em 2015 foi de 0,529, enquanto a média mundial é abaixo de 0,4 - é também um vetor fundamental. Estima-se que 2/3 da redução da pobreza é resultado do crescimento e 1/3 de uma maior igualdade na distribuição do rendimento, da riqueza e das oportunidades.

Na África subsariana, em particular, continua a haver um elevado número de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza. A média de consumo dos mais pobres em África é somente de 70 centimos por dia - valor idêntico ao que era há 20 anos. O Continente tem feito um grande esforço, mas nem mesmo os próximos 20 anos de progressos conseguirão tirar os restantes milhões da pobreza. À taxa de crescimento atual e com os existentes coeficientes de Gini (nos principais países africanos), um quarto dos Africanos ainda consumirão menos de \$ 1.25 por dia, em 2030.

Com esta situação deveras preocupante, escolheram-se como principais ODS para erradicar a pobreza extrema e a fome, em particular para a África, os seguintes objetivos:

- Reduzir, pelo menos, para metade a proporção de mulheres, homens e crianças que vivem com menos de \$ 1,25 por dia (pobreza extrema), de acordo com as definições e especificidades de cada país;

- Garantir que todos – em particular, os mais pobres e vulneráveis – possam atingir uma cobertura substancial no que se refere aos sistemas de proteção social, e que tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como aos serviços básicos (educação, saúde, e habitação), à prosperidade e ao controlo sobre a terra, à herança, aos recursos naturais, às novas tecnologias e ao microcrédito;
- Reduzir a vulnerabilidade dos mais pobres aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais;
- Criar enquadramentos políticos sólidos a nível nacional, Regional e internacional, de forma a definir estratégias de desenvolvimento de longo prazo que contemplem entre outros objetivos, a igualdade de género e investimento na erradicação da pobreza, através da educação de qualidade.

3.2. Erradicar a fome

A proporção das pessoas subnutridas nas Regiões em vias de desenvolvimento diminuiu de 24% de 1990 a 1992, para 12.9% de 2014 a 2016. Nas crianças, 14% dos menores de 5 anos continuam subnutridas – aumentando o risco de terem no futuro problemas físicos e de aprendizagem.

Erradicar a fome (e a subnutrição) implica o desenvolvimento de vários setores e seus métodos de produção, bem como a interligação com outros ODS.

- Acabar com a fome e subnutrição – garantindo o acesso dos mais pobres, adolescentes, mulheres grávidas e pessoas mais velhas a uma alimentação de qualidade e suficiente durante todo o ano;
- Duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos e médios produtores de bens alimentares – como, p.e., as mulheres, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, - através da garantia de acesso igualitário à terra, ao conhecimento, aos serviços financeiros, aos mercados e às oportunidades de emprego não agrícola;
- Pôr em prática métodos de produção agrícolas que aumentem a produtividade e a capacidade de adaptação às alterações climáticas, tais como, secas, inundações, e outros desastres, bem como promovam a qualidade da terra e do solo;

- Melhorar a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados (até 2020) – através de bancos de sementes e plantas diversificadas, bem geridos a nível nacional, regional e internacional –, e garantir o acesso, bem como a repartição justa e equitativa da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados;
- Prevenir e corrigir as restrições ao comércio e distorções aos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação de todas as formas de subsídios à exportação (até 2020), de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha.

3.3. Educação de qualidade

Outro objetivo fundamental continuará a ser a educação de qualidade com a universalidade da educação primária. A educação é essencial para a erradicação da pobreza e da exclusão social. A África subsariana foi a região que melhores resultados alcançou neste objetivo, aumentando 20 pontos percentuais de 2000 a 2015, comparado com os 8 pontos percentuais entre 1990 e 2000. A taxa de literacia entre os jovens, de 15 a 24 anos, aumentou globalmente de 83% para 92% entre 1990 a 2015. O desfazamento entre homens e mulheres também diminuiu (o efeito da educação no género).

As populações em África nunca tiveram um nível tão elevado de qualificações como têm atualmente e as taxas de literacia entre os mais jovens excedem os 70%. E estão também mais ricas: “na África subsariana, a proporção de pessoas a viver com menos do que \$US 1.90 por dia desceu de 56% em 1990 para 35% em 2015”. Todavia, o coeficiente de Gini também aumentou – i.e., a desigualdade social, na distribuição dos rendimentos, da riqueza e das oportunidades – e é ainda dos mais elevados do Mundo.

A África tem suficientes recursos humanos e naturais para promover a industrialização e a transformação estrutural económica e social, através do desenvolvimento de estratégias de valor acrescentado em todos os sectores (i.e., a agricultura, a indústria e os serviços, tais como o turismo, por exemplo). A África possui também uma população jovem crescente, urbana e cada vez mais qualificada, terras férteis e excesso de oferta de água. A África tem, adicionalmente, cerca de 12% das reservas mundiais de petróleo e 42% de ouro, 80% a 90% de crómio e platina, bem como 60% de vasta terra arável e enormes recursos piscatórios e florestais (em especial madeiras só existentes no Continente). Estes recursos, com o aumento da procura de recursos naturais vindo, em particular, das economias emergentes, fazem de África um

destino atrativo para o IDE. Todavia, até aqueles países que fizeram progressos significativos nos fundamentais macroeconómicos e na governança têm tido dificuldades em atrair IDE fora do sector dos recursos naturais.

Os governos terão de promover formas criativas de responder ao desemprego (cada vez mais há jovens qualificados a quererem entrar no mercado de trabalho em África), às desigualdades e, sobretudo, e estreitamente ligados, à inatividade e à pobreza extrema. Outra questão-chave que os Povos reclamam é a questão da governança (e mecanismos de responsabilização). Não se pode falar em cidadania, participação cívica, democracia e liberdade sem ligar tudo ao trabalho e garantir-lhe dignidade.

- Promover através da educação de qualidade: o desenvolvimento sustentável; a proteção dos direitos humanos sociais e económicos; a igualdade de género; a cultura da paz e da não-violência; a cidadania global e valorização da diversidade cultural; assim como a contribuição da cultura para um estilo de vida sustentável e digno em liberdade;
- Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na infância, assim como cuidados e educação pré-escolar que os prepare para um ensino gratuito, equitativo e de qualidade tanto no ensino primário como no secundário;
- Promover a igualdade de género no acesso à educação e às competências técnicas, ao ensino profissional e superior de qualidade (a preços acessíveis), de forma a melhorar a capacidade de entrada no mercado de trabalho, com um emprego digno, e a facilitar o empreendedorismo;
- Proporcionar a todos os jovens e à maioria dos adultos (mulheres e homens) a alfabetização e um conhecimento básico de matemática;
- Construir e melhorar as instalações físicas para a educação de qualidade (e-escola) para todos, incluindo crianças e jovens com deficiência, proporcionando ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes;
- Aumentar substancialmente o número de professores qualificados, contando com a ajuda da cooperação internacional.

3.4. Trabalho digno e crescimento

“O desafio que a África enfrenta é não só manter o rápido crescimento económico mas também transformá-lo em desenvolvimento sustentável e inclusivo, baseado na diversificação económica que crie empregos, que fortaleça o acesso aos serviços básicos, que reduza as desigualdades e contribua para a erradicação da pobreza sem esquecer o desenvolvimento dos recursos naturais.” (UNECA, 2016, cap. 1)

Este desafio renova os apelos que têm sido feitos por académicos africanos (e não só) para a importância e necessidade de os países realizarem transformações estruturais que promovam o desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável (ver, p.e., Moura Roque, F., 1997, **Building the Future in Angola: A vision for sustainable development**, CELTA Editora (Oeiras); Fosu, A.K and Collier, P., 2005 (Editors), **Post-Conflict Economies in Africa**, Palgrave, Mcmillan). A definição de transformação estrutural e sistémica como uma importante característica do processo de desenvolvimento foi delineada pela autora em finais da década de 1970 para Angola (documentos políticos) e publicada, p.e., em Moura Roque, F., 1997, *ibid*, caps. 7 a 9, e em 2005, **O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização**, Almedina, pp. 17 a 103; A UNECA (2015, no quadro 1.2) define transformação estrutural como um processo contínuo que contém uma nova afetação de recursos – em particular, novos investimentos – de atividades de baixa para elevada produtividade dentro e entre sectores, especialmente na agricultura, indústria e serviços.

A “...industrialização e transformação estrutural em África devem promover a acumulação de fatores (incluindo investimento em capital humano, natural e social), a sua reafecção e organização, o conhecimento tecnológico e a inovação que impulsionem o aparecimento de novas e dinâmicas atividades verdes, e o aumento na importância para as economias nacionais, de sectores verdes, tais como, a agricultura orgânica, a energia renovável e o ecoturismo (UNECA, 2016, pp. 21, 22).

Para que a África possa aspirar ser um pólo de crescimento global precisa de concretizar, entre outros, certos imperativos: 1) manter uma taxa de crescimento real média de 7% ao ano por, pelo menos, duas décadas (definida no Programa do Plano de Ação de Istambul, a ser alcançada por volta de 2020); 2) acelerar o desenvolvimento da industrialização verde, através de programas de transformação estrutural, social e económica, de forma a que a quota da indústria transformadora seja pelo menos de 25% do PIB; 3) dar prioridade a uma economia intensiva em conhecimento, inves-

tigação e qualificação dos recursos humanos, através da criação de centros de excelência; 4) alcançar taxas de alfabetismo de, pelo menos, 77% para os adultos e de 90% para os jovens; a possível e desejável transformação da educação em conhecimento pode aumentar não só a produtividade da mão-de-obra como também a competitividade dos países – o que seria fundamental para a introdução de uma industrialização verdadeiramente transformável e de um crescimento mais inclusivo (ver UNECA, 2016, cap. 2); e 5) desenvolver o empreendedorismo nacional capaz de trabalhar em conjunto com IDE, promovendo a transferência de conhecimento e assegurando “spillovers” tecnológicos para as economias — *forward* e *backward* (ver Moura Roque, F., 2013, **A África: O Continente do Século XXI?**, Boletim da AICP, nº 40 (2013), pp. 33-50).

Depois de duas décadas de quase estagnação, o comportamento económico de África tem melhorado significativamente desde o início do século XXI. De facto, desde o ano 2000, o Continente tem visto uma subida de crescimento baseada nas “*commodities*”. Entre 2002 e 2008, a média do crescimento real foi de 5,6% ao ano. Em 2009, a taxa de crescimento foi somente de 2,2% devido à crise financeira global e à subida repentina dos preços dos bens alimentares e do petróleo. Contudo, a África rapidamente recuperou e alcançou uma taxa média de crescimento real de 4,6% em 2010. Em 2011, o Continente voltou a fraquejar devido às convulsões sociais e políticas no Norte de África; em 2012, regressou às taxas de crescimento de 5,0% apesar da estagnação (se não mesmo recessão) e incerteza globais.

De 2012 a 2015, A África apresentou novamente uma taxa de crescimento incipiente, devido, principalmente, ao baixo preço da energia e da generalidade das *commodities*, à falta de um ambiente atraente para o IDE, e à dificuldade de obtenção da ajuda pública para o desenvolvimento. Apesar destes fatores, a taxa média anual de crescimento real do PIB no Continente desceu somente de 3,9% em 2014 para 3,7% em 2015, numa média, contudo, muito influenciada pelo crescimento elevado em grandes economias, incluindo a Etiópia (9,3%), o Quénia (6,4%) e a Mauritânia (5,8%). Em comparação, os considerados gigantes do crescimento económico em África apresentaram entre 2000 e 2014, uma taxa média anémica, como, p.e., a África do Sul (3,6%; e apenas 1,7% em média anual entre 2013 e 2015), a Nigéria (8%; se bem que em 2015 tenha sido de somente 2,7%) e Angola (7,8%; e de 2,9% em 2015) – ver UNECA, 2016, Cap. 1.

Como tem sido a *performance* das economias na África subsariana, em 2016? O último relatório do FMI (2016) sobre o Continente, publicado há uma semana (22/10/2016), conclui que o crescimento médio regional

será somente de 1,4%, este ano – o mais baixo das últimas duas décadas. A Nigéria continua em recessão, mas a Costa do Marfim está a crescer a 8%. Assim podemos falar de duas Áfricas: os países ricos em recursos naturais e os menos dependentes em recursos naturais e *commodities*.

O grupo dos países ricos em recursos está a crescer em média cerca de 0,3% do PIB. Por exemplo, Angola (no passado recente o país que mais crescia no Continente) terá um crescimento perto de 0% e uma inflação de quase 40%. Este grupo de países viu as suas exportações para a China descer para metade, em 2015. A dívida pública tem crescido enormemente, e o consumo privado, por outro lado, entrou em colapso.

O outro grupo de países estima-se que cresça, em 2016, 5,6%. Como o preço do petróleo desceu, as suas importações tornaram-se mais baratas. Na África Ocidental, p.e., o aumento do investimento público em infraestruturas tem favorecido a subida da procura interna. Noutros países, dependentes do desenvolvimento da agricultura, como a Etiópia e o Maláui, a seca tem prejudicado o comportamento da economia e aumentado a pobreza e a fome. O IDE tem vindo a diminuir em Moçambique devido à corrupção e à guerra latente entre a FRELIMO (o governo) e a RENAMO. Na África do Sul o crescimento estimado para 2016 será praticamente de 0%.

Com este cenário não só a pobreza não diminuiu, como não houve suficiente investimento na diversificação das economias de forma a gerar empregos (em particular, empregos baseados em mão de obra qualificada) e criar mais rapidamente desenvolvimento social. Houve, contudo, mudanças positivas, especialmente na educação, nas taxas de mortalidade infantil e materna e na capacitação das mulheres. No entanto, o ritmo foi demasiado lento para que a África tivesse conseguido concretizar os Objetivos (sociais, em particular) de Desenvolvimento do Milénio, até 2015.

Não só no aspeto social a África "se atrasou". Há défices nas capacidades institucionais do Estado, nas infraestruturas físicas e económicas, bem como na programação e planeamento de medidas de política a executar, e na capacidade para combater os choques externos - contribuindo assim para aquilo que o Continente deve considerar como "desafio da transformação" (ver Moura Roque, F., 1993, "The Angolan Economy: Coordinates for Structural and Systemic Transformation", *Working Paper*, 2013, Universidade Nova de Lisboa). Os países africanos, os seus líderes políticos e económicos, bem como as sociedades civis, devem rapidamente analisar as razões por que o crescimento económico e o comércio mais elevados não conduziram à diversificação das economias, não geraram empregos e não promoveram mais desenvolvimento socioeconómico.

- Promover um crescimento económico anual de, pelo menos, 7% do PIB, nos países menos desenvolvidos (PMD) e um crescimento económico per capita sustentado e de acordo com as condições iniciais de cada país;
- Aumentar substancialmente os níveis de produtividade das economias, através da diversificação, da modernização tecnológica e da inovação – desenvolvendo sectores de elevado valor acrescentado e intensivos em mão-de-obra qualificada;
- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento de atividades produtivas – geradoras de emprego digno, de empreendedorismo, de criatividade e de inovação bem como incentivar o crescimento das micro, pequenas e médias empresas – através do acesso mais fácil aos serviços financeiros;
- Elaborar políticas de incentivo ao turismo sustentável que gere emprego de qualidade e promova a cultura e os produtos locais;
- Proteger os direitos e ambientes de trabalho seguros para todos, incluindo para os trabalhadores imigrantes, em particular para as mulheres e pessoas com empregos a prazo;
- Tomar medidas imediatas, eficazes e concertadas para erradicar o trabalho forçado, a escravatura e o tráfico de pessoas e órgãos humanos, bem como a utilização de crianças-soldado e, até 2025, acabar com o trabalho infantil em todas as suas facetas;
- Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os PVD – incluindo a formulação de políticas no contexto do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os PMD;
- Desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e concretizar o Pacto para o Emprego, da OIT.

3.5. Alterações climáticas

No dia 30 de Novembro de 2015, começou a Cimeira Climática da ONU, onde durante cerca de duas semanas quase duas centenas de países (195 países com cerca de 40 mil chefes de Estado, ministros, técnicos governamentais, homens de negócios, ambientalistas e jornalistas) tentaram aprovar um novo tratado para conter o aquecimento global. Apesar de se esperarem dificuldades, nunca se esteve tão perto de um Acordo global de emissões de gases com efeito de estufa (como o dióxido de carbono (CO²),

o metano e o dióxido de azoto) desde a aprovação do Protocolo de Quioto, em 1997.

Na conferência de Paris, em 2016, estiveram 149 chefes de Estado e de Governo – COP21, pois era a vigésima primeira desde que foi aprovada a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em 1992. O Protocolo de Quioto, cinco anos mais tarde, definiu o que deveria ter sido feito até 2012. Passou a viver-se num hiato em que não havia nenhum compromisso adicional coletivo, envolvendo todos os países para evitar que a atividade humana fizesse subir demasiado o termómetro Terra, provocando consequências catastróficas. O novo Acordo vigorará a partir de 2020, com compromissos até 2030.

Em 1996, com base na informação divulgada pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) da ONU, o Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia, colocou os dois graus Celcius na agenda política. “O Conselho acredita que a temperatura média global não deve exceder os dois graus acima do nível pré-industrial”. Assim, substituir Quioto era um *must*. O protocolo de 1997 vinculava apenas os países desenvolvidos a reduzirem as suas emissões de gases que aquecem o planeta. Em 2016, como no passado, quem mais lança CO² para a atmosfera é a China. Outras economias emergentes, como a Índia em terceiro, o Brasil em sexto, o México em décimo – estão também no topo da lista.

Os EUA abandonaram Quioto em 2001 e outros países desenvolvidos fizeram o mesmo. A sua renovação até 2020 só foi subscrita por nações que representavam 11% das emissões globais de gases com efeito de estufa.

Desde 2007 que se tem tentado, formalmente, negociar um novo acordo que comprometa e inclua todos os países, pobres e ricos. Em 2009, a conferência climática em Copenhaga foi um fracasso. Sete anos depois, o que está em jogo é que cada país diga, voluntariamente, o que pode fazer para ajudar na luta climática, isto é, para manter o aumento da temperatura abaixo de 2°C (dois graus Celcius). Para ficar sob o limite desejado, as emissões globais de CO² têm de baixar em 40% a 70% até 2050 e a zero em 2100. Com os planos já apresentados pelos países, as emissões subirão entre 37% a 52% até 2030, em relação aos níveis de 1990 ou 11% a 22% em relação a 2010. Depois de 2030, ou seja, depois da vigência do Acordo de Paris, não se sabe.

Não sendo possível chegar a um acordo para os 2°C (dois graus Celcius), o importante em Paris foi que todos concordaram rever as metas de cinco em cinco anos. Este aspeto já representou uma mudança de paradigma. Todavia, as populações mais desfavorecidas terão sempre mais problemas porque para a adaptação às alterações climáticas é necessário ter

recursos. Sem recursos não há escolhas. Isto é verdade entre países e dentro de países.

O que foi então aprovado na 21ª Conferência da ONU sobre as Alterações Climáticas?

Um acordo “renovado” no que respeita à redução da emissão dos gases com efeito de estufa, através de uma transição gradual da utilização dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão) como fontes energéticas dominantes para a utilização de energias renováveis (solar, eólica, hídrica). Este acordo é um vetor fundamental do “princípio do desenvolvimento sustentável”, porque o aumento da eficácia energética e a criação/promoção de novas atividades económicas (mais limpas) podem gerar novos empregos e energia menos poluente.

O Acordo do Clima de Paris foi subscrito por 175 países nas Nações Unidas. A cerimónia coincidiu com a comemoração do 46º Dia da Terra. O Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, chamou-lhe “um novo pacto para o futuro”. O histórico acordo para combater o aquecimento global, aprovado em Dezembro de 2015 em Paris - depois de quatro anos de negociações, foi oficial e finalmente subscrito, no dia 22 de Abril de 2016, por 175 países, nas Nações Unidas – incluindo pelos EUA e pela China, os dois países que contribuem com cerca de 40% do total das emissões de gases nocivos para a atmosfera. A seguir, o Acordo do Clima de Paris terá de ser aprovado pelos Governos e ratificado pelos respetivos Parlamentos, de todos os países subscritores – uma etapa fundamental para a sua entrada em vigor.

O Acordo de Paris prevê um esforço coletivo de todas as nações para conter a subida da temperatura do planeta a 1,5°C. Em vez do cumprimento de metas, o Acordo tem por base a apresentação, de cinco em cinco anos, de planos nacionais de medidas destinadas a reduzir ou anular as emissões de gases com efeitos de estufa. Estabelece também mecanismos de monitorização e reforço de estratégias nacionais, assim como a ajuda dos países desenvolvidos às nações mais pobres e vulneráveis. A próxima Cimeira Anual do Clima será em Novembro em Marrocos, tendo já aprovado o acordo de Paris as economias mais poluentes, como a China, os EUA e outras.

Estas são, portanto, as medidas de política mais importantes para África:

- Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamento nacionais;
- Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas para fortalecer a adap-

tação, a redução de impacto e o alerta precoce no que diz respeito às alterações climáticas;

- Pôr em prática o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas em 1992, Rio de Janeiro, sobre Alterações Climáticas (UNFCCC em inglês) para mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, de forma a responder às necessidades dos PVD, no contexto das ações significativas de concretização de medidas transparentes, bem como operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização, o mais cedo possível (definitivamente acordado em 2010 em Cancun, México);
- Reconhecer que a UNFCCC é o fórum internacional e intergovernamental, que tem como objetivo iniciar a resposta global às alterações climáticas.

3.6. Paz, justiça e instituições eficazes

Desde o fim da guerra fria, a democracia multipartidária “parecia” consolidada em África. Hoje (2016), está em risco em muito países, apesar de África se ter libertado de alguns dos principais déspotas: Mengistu Haile Mariam fugiu da Etiópia em 1991; Mobutu Sese Seko do ex-Zaire (agora República Democrática do Congo) fugiu em 1997, e em 1998 Sani Abacha da Nigéria morreu no poder. Todavia, há muitos outros no “ativo” ainda.

Freedom House (2015), uma instituição respeitada americana, calcula que em 1973 somente 30% dos países da África subsariana eram livres ou parcialmente livres. No seu último relatório (2015) a percentagem subiu para 59%, tendo contudo descido de 71% em 2008. Hoje, segundo o Banco Mundial (2015) e a *Freedom House*, os países africanos considerados “não livres” são em maior número do que os “livres”.

A ativista social Moçambicana Graça Machel, defendeu que Moçambique precisa de eliminar as “paredes de ódio” no seio da sociedade. Graça Machel alertou recentemente (27/10/2016) num encontro de mulheres que a intolerância política começa a entrar nas aldeias e isso é “extremamente perigoso”.

A África e os seus povos merecem melhor.

Na verdade, se os objetivos (e metas) dos ODS forem cumpridos, até 2030, teremos uma África em paz, com sociedades mais justas, democráticas, livres e com instituições eficazes, capazes de promover um desenvolvimento estrutural sustentável:

- Reduzir drasticamente todas as formas de violência, as taxas de mortalidade, o abuso, a exploração, o tráfico de seres humanos, bem como todas as formas de tortura e violência contra crianças e jovens;
- Promover o Estado de Direito, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
- Reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e a devolução de recursos roubados, combater todas as formas de crime organizado, a corrupção, o suborno e o clientelismo;
- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes a todos os níveis, bem como garantir a tomada de decisões responsável, inclusiva, participativa e representativa;
- Providenciar identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento;
- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais de acordo com a legislação de cada país e com os acordos internacionais;
- Construir capacidade de resposta para a criação de instituições nacionais relevantes para os cidadãos, bem como combater o terrorismo, o crime, o contrabando e a pirataria;
- Promover a igualdade de género a todos os níveis e sectores de atividade.

4. Comentários finais

Quero aproveitar para fazer alguns comentários sobre a melhor forma de se alcançarem os 17 ODS e as suas 169 metas, desenvolvendo um pouco as parcerias necessárias para a concretização destes objetivos. Assim, é fundamental:

- Aumentar a estabilidade macroeconómica (a boa gestão dos fundamentais macroeconómicos) e a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
- Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e pôr em prática políticas para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável;

- Reforçar a parceria global para desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multisectoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, tecnologia e recursos financeiros – para apoiar a realização dos ODS em todos os países Africanos;
- Dinamizar a mobilização de recursos internos através do apoio internacional aos PVD, de forma a melhorar a capacidade nacional para cobrança de impostos e de outras fontes de receita;
- Os países desenvolvidos devem cumprir plenamente os compromissos assumidos, em 2000, em matéria de ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD), canalizando 0.7% (em 2014, somente a Dinamarca, O Luxemburgo, a Noruega, a Suécia e o Reino Unido excediam esta meta) do rendimento nacional bruto (RNB) para a AOD aos PVD, e afetar entre 0.15% a 0.20% desse valor aos PMD;
- Ajudar os PVD a alcançar uma dívida de longo prazo sustentável, através de políticas de redução e de reestruturação da dívida (de acordo com as condições iniciais de cada país), bem como analisar a dívida externa dos PPAE, e assim reduzir o super-endividamento;
- Adotar regimes favoráveis à promoção de IDE;
- Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível Regional e internacional, e o acesso à ciência, tecnologia, e inovação, assim como aumentar a partilha de conhecimentos em termos mutuamente benéficos e acordados – incluindo, uma melhor coordenação entre os mecanismos já existentes (particularmente) ao nível da ONU, e através de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;
- Até 2017, tornar operacional o Banco de Tecnologia, e o mecanismo de capacitação (empowerment) em ciência, tecnologia e inovação para os PVD, em particular as TIC;
- Promover um sistema multinacional de comércio global, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da OMC, no contexto das conclusões das negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha;
- O comércio intra-África é mais diversificado e industrializado do que as exportações para o resto do Mundo, se bem que a sua percentagem em relação ao total do comércio de África é ainda

menos do que 15%. Esta proporção precisa de crescer, pois o comércio intra-África tem uma influência positiva na transformação estrutural das economias;

- Promover e concretizar o acesso a mercados livres de quotas, de tarifas, e de outros impedimentos, para os PMD, de acordo com as decisões da OMC, inclusive através de garantias de que as regras de origem preferencial aplicáveis às importações provenientes de PMD sejam transparentes e simples, bem como possam contribuir para facilitar o acesso aos mercados;
- Reforçar o apoio à capacitação dos PVD, incluindo os PMD e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento – para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de qualidade, atuais e fiáveis, desagregados ao nível do rendimento, género, idade, raça, etnia, estatuto migratório, deficiência, localização geográfica, bem como outras características relevantes nos contextos nacional e internacional.

A diversificação das economias africanas e portanto o desenvolvimento do sector transformador, do comércio (inter e intra) e do turismo sofrem de 4 aspetos difíceis de ultrapassar: fracas infraestruturas (especialmente, rodoviárias e portuárias), falta de investimento (devido à não existência de um ambiente adequado ao investimento, e a baixas poupanças), corrupção generalizada e a existência de sindicatos fortes e reivindicativos (tais como na Nigéria e na África do Sul);

Entre 1970 e 2013, a percentagem de África na produção total de bens manufaturados diminuiu de 3% para 2%, e quase tudo o que é produzido é consumido internamente – pouco sobrando para exportação.

Em 2015, 26 países africanos assinaram um acordo para criar uma enorme zona de comércio livre (TFTA), combinando os já existentes blocos comerciais da África Austral e da África Oriental. Todavia, de acordo com as estatísticas das Nações Unidas, o comércio de bens entre países no Continente representou somente 11% do comércio total de África, entre 2007 e 2011. No mesmo período na Ásia o intra-comércio foi de 50% e na Europa de 70%.

Esta falta de comércio e de diversificação das economias, bem como a existência de “bolsas de terrorismo” explicam (em muito) a razão por que a África se mantém pobre e tem dificuldade em criar grandes empresas africanas que desenvolvam o Continente. A África do Sul não é exceção: apesar de possuir capital, infraestruturas e mão-de-obra especializada, uma

parte substancial da população continua tão pobre como a vasta maioria dos outros africanos.

Os telefones móveis têm transformado a visão estratégica em África. E, há a esperança de que os últimos 30 anos, e todas as alterações havidas possam ajudar as populações a sair da pobreza extrema e a investir no seu futuro apesar da classe média ser ainda diminuta ($\pm 5\%$ do total da população) em África – o que afeta a poupança e o investimento nacional e Regional.

Resumindo, o ano de 2015 foi um coroar de **“uma nova era de oportunidades”**, foi o **“coroar de um ano notável”**. Do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres até à Agenda de Ação de Adis Abeba (Etiópia) sobre o Financiamento do Desenvolvimento, da histórica Cimeira de Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque até à Conferência do Clima em Paris – este foi um ano em que as Nações Unidas (que tinham feito 70 anos desde a sua criação, a partir das cinzas da Segunda Guerra Mundial) provaram a sua capacidade para contribuir “com esperança e soluções para um Mundo melhor” (Ban Ki-moon).

No momento em que governos, empresas e sociedade civil resolverem trabalhar em conjunto e juntos, poderemos ter a esperança de alcançar o nosso objetivo comum de acabar com a pobreza, fortalecer a paz e garantir uma vida de dignidade, de liberdade e de oportunidades para todos.





A Importância da Liberdade de Navegação¹

José Manoel Penteadó e Silva Carreira²

“A primeira e mais óbvia forma como o mar se nos apresenta, dos pontos de vista social e político, é a de uma grande estrada; ou, talvez melhor, como um vasto espaço de uso universal que o homem cruza em todas as direcções... Apesar de todos os perigos conhecidos e desconhecidos do mar, tanto as viagens como os transportes marítimos sempre foram mais fáceis e baratos que por terra.”³

Com estas palavras inicia-se o primeiro capítulo da bem conhecida obra “The Influence of Seapower Upon History, 1660-1783”, através da qual, o seu autor, ALFRED THAYER MAHAN, no fim do século XIX, pretendia chamar a atenção dos seus concidadãos para a importância do mar e para a necessidade dos Estados Unidos da América explorarem ao máximo a liberdade de navegação no alto mar, como condição para alcançarem o seu destino manifesto de potência mundial.

Quase um século mais tarde, nos anos de 1970, outro autor procurando a afirmação mundial da União Soviética, SERGEI GORSHKOV, explica no

¹ O presente texto é uma adaptação da versão em inglês que serviu de base ao discurso do autor, de encerramento da *3rd Conference on Operational Maritime Law*, em Lisboa, 24 de Setembro de 2015. Todas as citações a partir de línguas estrangeiras são traduções livres do autor;

² Vice-Almirante (REF), licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, onde exerceu funções docentes de 1992 a 1995.

³ A. T. Mahan, “The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783”, The Project Gutenberg eBook, 2004, updated 2007 (from the 12th ed. 1890), p. 25;

seu livro “The Sea Power of the State”, a forma como o poder marítimo poderia ser usado para guindar o seu País ao estatuto de potência marítima.⁴

E, o seu ponto de partida dá bem exemplo da percepção que tem quanto à importância da liberdade de navegação, quando diz: “Em regra, as civilizações surgiram e desenvolveram-se precisamente nas costas dos mares e dos oceanos. Os países cujas populações estavam ligadas ao mar tornaram-se economicamente mais fortes primeiro que os demais.”⁵

Como estes autores procuraremos na história exemplos significativos em apoio do objectivo a que nos propomos.

*

No mundo ocidental, os Fenícios foram os mais famosos navegadores da antiguidade⁶. Cerca de 3000 anos A.C. ocuparam uma estreita faixa de costa do actual Líbano escassa em recursos naturais com excepção da madeira para construir navios.

A Fenícia, começou por se tornar um importante centro de comércio tirando vantagem da sua posição no encontro das rotas comerciais entre a Ásia Menor, a Mesopotâmia e o Egipto, mas cerca de 1200 anos A.C., com o declínio do domínio Egípcio, pode explorar totalmente a sua liberdade de navegação para expandir a navegação e o comércio marítimo a todo o Mediterrâneo.⁷

Colonizaram assim muitos locais nas costas do Mediterrâneo, como Rodes e Cartago que mais tarde se tornaram Estados independentes, chegaram à costa leste de Espanha, Cartagena significa Nova Cartago, e atravessaram o Estreito de Gibraltar fundando Cádiz.

O seu legado cultural (v.g. alfabeto), de comércio e de navegação influenciaram as futuras potências marítimas do mundo ocidental. HERÓDOTO diz-nos que o rei NECO II⁸, do Egipto, mandou armar uma esquadra, tripulada por marinheiros fenícios, que partindo do Mar Vermelho e rumando a sul, ao fim de dois anos, regressou ao Egipto pelo Mediterrâneo, depois de atravessar o Estreito de Gibraltar. Esta a razão porque os antigos

⁴ S. Gorshkov, “The Sea Power of the State”, Pergamon Press Ltd, Oxford, England, 1979, p. 278;

⁵ S. Gorshkov, *op. cit.* p. 1;

⁶ The New Universal Library, Caxton, London, 1967, Volume Ten, p. 466;

⁷ The New American Desk Encyclopedia, 14th ed. p. 1015;

⁸ O Rei Neco II (Wehimbire Nekao) governou o Egipto de 610 a 595 A.C. www.livius.org/hg/herodotus/hist0.1.htm, ac. 17 Set2015;

Gregos tinham uma ideia, ainda que não muito precisa, da forma e das dimensões da África.⁹

A notícia desta viagem e a credibilidade da fonte talvez tivessem contribuído para que Portugal, no século XV, nunca deixasse de enviar navios para sul, certo que o extremo sul da África acabaria por ser encontrado e, então, poder-se-ia navegar para leste até à Índia.

*

Os gregos no século V A.C. construíram uma talassocracia *i.e.* um império marítimo, assente em três pilares: A liberdade de navegação, o comércio marítimo e o poder naval.

Começaram por navegar para as ilhas adjacentes à Grécia continental onde fundaram colónias para escoar o excesso de população e, como nos diz TUCÍDIDES, foi só sob ameaça da segunda invasão persa, organizada por XERXES em 480 A.C., que TEMÍSTOCLES, o fundador do poder naval de Atenas, convenceu os atenienses a construíram a esquadra na qual abandonaram Atenas e com que venceram a batalha de Salamina destruindo a esquadra persa¹⁰.

Após este sucesso os gregos viraram-se para o mar e lançaram-se na construção do império porque só o comércio e a liberdade das comunicações por mar e por terra criariam as condições para a construção de grandes cidades e para alcançar alguma forma de grandeza¹¹.

O império grego expandiu-se então por todo o Mediterrâneo, lançando-se também em navegações para oeste, tendo fundado Marselha¹² e aventurando-se no Oceano Atlântico.

Segundo a tradição, Lisboa foi fundada por ULISSES, e segundo as fontes romanas o seu nome original era Ulisseia (ESTRABÃO), ou Olisiponem (CLÁUDIO PTOLOMEU), ou Olisiponem (VARRÃO), de onde se julga derivar o nome Lisboa. Um escritor romano, ASCLEPÍADES MIRLIANO, num livro sobre a Turdetânia, diz que no templo de Minerva em Lisboa “se encontram pendentes alguns objectos, tais como

⁹ Damião de Gois, “Urbis Olisiponis Descriptio” / “Descrição da Cidade de Lisboa”, Évora, 1554 / Frenesi, Lisboa, 2000, p.19. Heródoto, “The Histories” 4.42, tr. Aubrey de Selincourt, www.livius.org/hg/herodotus/hist0.1.htm, ac. 17 Set2015;

¹⁰ Thucydides, “The History of the Peloponnesian War”, ed./transl. Sir Richard Livingstone, Oxford University Press, NY, tenth printing, 1982, p. 41e 42, e 47 a 60 e 81;

¹¹ Thucydides, *op. cit.* p. 33, 34, and 50;

¹² Ibidem p. 37;

escudos, festões, esporões de navios, que pareciam fazer alusão às viagens de ULISSES”¹³.

TUCÍCIDES também desenvolveu a primeira teoria dos impérios e é muito claro, os impérios dependem da força, e a política é dominada pelos jogos de poder e pelo egoísmo e, além disso, os gregos puseram em prática o que, muitos séculos mais tarde, se constituiria como um dogma: “o comércio segue a bandeira”¹⁴.

A civilização grega criou alguma da melhor literatura, arte e pensamento do mundo, mas os gregos interessavam-se ainda mais pelo império, pelo poder marítimo, pelo comércio e pela política.

Daí, que o mais importante do legado grego seja o ideal democrático. No discurso fúnebre feito por PÉRICLES encontra-se a melhor definição de democracia jamais escrito:

“À nossa constituição chama-se democracia porque está nas mãos não de poucos, mas de muitos ... um Estado que dá iguais oportunidades a todos os cidadãos, independentemente do nascimento ou da riqueza, e honra a excelência, onde quer que se encontre, pelos seus próprios méritos...um Estado que deixa os indivíduos reger a sua vida privada como entenderem ... abertos e amigáveis nas nossas relações privadas, na vida pública os actos que praticamos são mantidos estritamente sob o controlo da lei.”¹⁵

Este ideal democrático que a democracia liberal sempre persegue foi construído na permanente tensão entre oligarquia e democracia, e esta prevaleceu graças à liberdade de navegação como KARL R. POPPER bem explica¹⁶:

“Talvez a mais poderosa causa do colapso da sociedade fechada tenha sido o desenvolvimento das comunicações e do comércio marítimos. Contactos estreitos com outras tribos são passíveis de enfraquecer o sentimento de pobreza que se atribui às sociedades tribais; e o comércio e a iniciativa comercial parecem ser uma das poucas forças através das quais a iniciativa privada e a independência individual se podem afirmar...”

A navegação e o comércio marítimos são os dois aspectos mais relevantes do imperialismo ateniense, tal como se desenvolveu no século V

¹³ Damião de Gois, *op. cit.* p. 23;

¹⁴ “Trade follows the flag”. Thucydides, *op. cit.* p. xxii, xxiii and 127;

¹⁵ Thucydides, *op. cit.* p. xxii, and 110 to 117;

¹⁶ Karl R. Popper, “The Open Society and its Enemies, Vol. I – The Spell of Plato”, George Routledge & Sons, Ltd, London, 1947, p. 154 and 155;.

A.C. e, na verdade, considerados pelos oligarcas como constituindo o maior perigo ...

Tornou-se assim claro para estes que o comércio marítimo de Atenas, o seu comercialismo monetário, a sua política naval e as suas tendências democráticas constituíam um único e grande movimento, sendo por isso impossível vencer a democracia sem destruir também a política naval e o império.”

Foi por isso que TEMÍSTOCLES, previamente aclamado como herói nacional por ter salvo a cidade, “foi combatido pela aristocracia ateniense que o acusou de peculato”¹⁷ e o ostracizou da cidade, acabando por encontrar refúgio na Pérsia, sua antiga inimiga¹⁸.

Hoje, a sociedade aberta está longe de colher aceitação universal e está permanentemente a ser posta em causa por uma grande variedade de sociedades fechadas que têm em comum o seu ódio à democracia, aos direitos humanos e à liberdade. As sociedades democráticas não devem, por isso, esquecer esta lição da História, devem antes associar-se na defesa da liberdade de navegação como um dos meios mais significativos para a promoção do ideal democrático.

*

Os juristas romanos começaram por considerar o mar como *res communis omnium* i.e. por força do direito natural era passível de ser usado por todos e insusceptível de apropriação mesmo pelo Estado.

Nos III e II séculos A.C. o equilíbrio de poder entre as potências marítimas de então, tais como Rodes e Cartago, tornaram a liberdade de navegação a regra no mundo Mediterrânico, o que esteve na origem do desenvolvimento de regras consuetudinárias sobre o comércio marítimo. Estas, mais tarde, foram codificados na primeira lei conhecida sobre direito marítimo, a Lex Rodia ou Código de Rodes, reconhecido por gregos e romanos, e considerado como sendo o mais antigo antecedente do direito comercial marítimo¹⁹.

Mais tarde, com a destruição de Cartago na sequência da vitória nas três Guerras Púnicas (264, 201, 146 A.C.), e com o seu domínio estendido todo o mundo grego, Roma, a partir de 146 A.C., afirmou-se como a potên-

¹⁷ Armando José Dias Correia, “O Mar no Século XXI, FEDRAVE, Aveiro, 2010, p. 158, nota 332;

¹⁸ Thucydides, *op. cit.* p. 81 e 82 a 87;

¹⁹ S.G. Gorshkov, *op. cit.* p. 48. Armando Marques Guedes, “Direito do Mar”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1989, p. 8;

cia dominante do Mediterrâneo, que passou a ser um mar fechado, o mar interior do Império Romano que ocupava todas as suas margens, o *Mare Nostrum*, nas palavras de TITO LÍVIO ²⁰.

*

Após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476²¹, o seu território desagregou-se em novas unidades políticas que, desde logo, começaram a atribuir-se direitos exclusivos de navegação sobre várias áreas do Mediterrâneo: Veneza reivindicava o exclusivo da navegação no Adriático; Génova adoptava posição semelhante no respeitante ao mar da Líguria²².

Reivindicações semelhantes eram feitas por Estados ribeirinhos da costa Atlântica: No século XIII, a Noruega declarou o seu domínio sobre os mares do norte no respeitante ao exclusivo da pesca ao largo das suas costas e, bem assim, como das costas da Islândia e da Gronelândia.

A Inglaterra e a França também adoptaram posições semelhantes em relação a algumas áreas marítimas do seu interesse.²³

Contudo, o apelo da liberdade de navegação não esmoreceu com estes desenvolvimentos. Pelo contrário, a navegação e o comércio marítimos cresceram em toda a Europa medieval, com importantes consequências para a liberdade e riqueza de muitas nações; designadamente a Noruega, a Dinamarca, a Holanda e Portugal devem às pescas e ao comércio marítimo a sua independência, autonomia, e a possibilidade de se diferenciarem dos seus poderosos Estados vizinhos²⁴.

Do mesmo modo, as cidades da Liga Hanseática, como Lubeck, Hamburgo ou Bremen, devem a sua liberdade e prosperidade ao comércio marítimo do Báltico, que dominaram entre os séculos XIV e XVI.

Outra relevante consequência da liberdade de navegação nessa época foi a de proporcionar o desenvolvimento das relações entre Estados que partilhavam valores e interesses comuns, não só para fins comerciais, como também e mais importante, para promoção da paz e da prosperidade.

²⁰ Armando Marques Guedes, *op. cit.* p. 8;

²¹ Edward Gibbon, "The Decline and Fall of the Roman Empire", Vol. 3, 1781, Chapter xxxvi – Part v, note 123;

²² Marcello Caetano, "Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos", Edições Ática, 4.ª Ed., 1971, p. 10-11: Baldo: "quod jurisdiction et protectionem"; Angelo de Ubaldis: "quasi possessio";

²³ Armando Marques Guedes, *op. cit.* p. 8 to 11;

²⁴ Jaime Cortesão, "Os Factores Democráticos na Formação de Portugal", Livros Horizonte, 3.ª ed., Lisboa, 1978, passim;

O Tratado de Aliança entre Portugal e a Inglaterra, assinado em Windsor, em 9 de Maio de 1386, e ainda em vigor, é bem um exemplo desta realidade.

Portugal, no século XIV, desenvolveu um novo modelo económico de comércio marítimo de longo curso para exportar os produtos da sua florescente agricultura, que produziu o capital, o conhecimento náutico e a capacidade de construir navios de longo curso que podem ser considerados o ponto de partida da empresa dos Descobrimentos²⁵.

Antes da chegada de VASCO DA GAMA à Índia, em 20 de Maio de 1498, a Terra estava dividida em mundos isolados, mas nesse dia a primeira globalização começou.

Já antes CRISTÓVÃO COLOMBO tinha navegado para oeste e atingido o Novo Mundo em 1492. Podemos assim facilmente compreender BERTRAND RUSSEL quando diz “VASCO DA GAMA e CRISTÓVÃO COLOMBO alargaram o mundo e COPÉRNICO alargou os céus”.²⁶

E com a primeira viagem de circunavegação da Terra, de 1519 a 1522, organizada por FERNÃO DE MAGALHÃES, a Humanidade teve a primeira percepção das dimensões e das formas dos oceanos tal como hoje os conhecemos, *i.e.* os oceanos ocupam 362,9 milhões de quilómetros quadrados, o que é cerca de três quartos da superfície da Terra²⁷.

Também as rotas de navegação estabelecidas no século XVI são ainda as actuais porque a geografia é o mais imutável dos factores que influenciam as sociedades humanas²⁸.

Contudo, num primeiro momento estes feitos não promoveram a liberdade de navegação. A competição entre Portugal e Espanha pelo estabelecimento de rotas de navegação, entrepostos comerciais e territórios levaram à divisão do Mundo entre si, como acordado nos Tratados de Tordesilhas (1494) e de Saragoça (1529), com cada uma das potências peninsulares a reivindicar o domínio da respectiva metade do Mundo com o exclusivo dos direitos de navegação.

Duas razões principais tornaram possível Portugal manter a sua posição de supremacia por mais de um século: Portugal detinha o poder naval suficiente para impor a sua vontade e a legitimidade dada pelo Papa, e que

²⁵ António Sérgio, “Breve Interpretação da História de Portugal”, Sá da Costa Editora, 7.ª ed., Lisboa, 1977, *passim*;

²⁶ Bertrand Russel, “A History of Western Philosophy”, 1945, p. 486;

²⁷ Miguel Bessa Pacheco, “Medidas da Terra e do Mar”, Instituto Hidrográfico, Lisboa, 2013, p. 5;

²⁸ Robert D. Kaplan, “La Revanche de la Géographie”, Éditions du Toucan, Paris, 2014, p. 19 ;

vinculava toda a Cristandade, para o fazer sem que daí resultasse um *casus belli*.

Desta situação histórica talvez se possam retirar algumas conclusões: A primeira é que o equilíbrio de poder é a *conditio sine qua non* da liberdade de navegação, até porque os impérios assentam na força; a segunda tem a ver com o facto da política ser dominada pelo egoísmo, e este só pode ser superado através de uma forte legitimação do interesse comum da humanidade em beneficiar da liberdade de navegação. Actualmente, essa legitimidade decorre da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982 (CNUDM).

A prosperidade resultante do comércio marítimo mundial, o conhecimento de novas terras e povos, o contacto com novas culturas, promoveram uma profunda mudança económica, política e cultural na Europa nos fins do século XVI: A Reforma, as guerras de religião, o começo da desagregação do império de CARLOS V²⁹, a Renascença, o desenvolvimento das ciências da natureza e, talvez o mais importante para o presente tema, a ascensão de nações para as quais o comércio marítimo tinha uma importância fundamental para a sua prosperidade e liberdade.

E é o desenvolvimento do comércio marítimo internacional pelas nações marítimas desta nova Europa e as suas necessidades económicas que vieram fazer sentir intensamente a necessidade de igual liberdade de navegação em todos os mares e oceanos³⁰.

Deste ponto de vista identificam-se dois momentos históricos que despoletaram o processo conducente ao actual conceito de liberdade de navegação.

O primeiro foi a captura da nau “Madre de Deus”, por seis navios ingleses, no verão de 1592, nas águas dos Açores. O valor da sua carga correspondia a metade o tesouro inglês, como resultou do cálculo feito pelo secretário da Marinha Real Inglesa, Sir JOHN HAWKINS.

Perante estes valores, os comerciantes ingleses apercebendo-se da importância do comércio com o extremo oriente, fundaram a “East Indian Company”, sob os auspícios da rainha ISABEL I, para competir com o monopólio português³¹.

O segundo e mais importante para a evolução do *jus gentium*, foi a captura da nau “Santa Catarina” por uma esquadra de oito navios holan-

²⁹ No reinado de FILIPE III de Espanha;

³⁰ S.G. Gorshkov, *op. cit.* p. 49;

³¹ K.N. Chandhuri, “The English East Indian Company, 1600-1640”, London 1965, *passim*;

deses sob o comando de HEEMSKERCK, no estreito de Singapura, em 25 de Fevereiro de 1603, que constituiu o ponto de partida para uma das mais importantes controvérsias na história do direito internacional, pondo em confronto duas teses contraditórias: *mare liberum* (GROTIUS, 1608) e *mare clausum* (ALBERICO GENTILI³², 1613; SERAFIM DE FREITAS, 1625³³; e SELDEN, 1635³⁴).

É na superação desta controvérsia que radica o actual conceito jurídico de liberdade de navegação que é um dos componentes relevantes do conceito clássico de liberdade dos mares³⁵.

O valor do navio e da carga valeram em leilão três milhões e meio de florins; objectos no valor de 8000 libras foram usados para presentear pessoas importantes como HENRIQUE IV de França; a companhia holandesa armadora da esquadra que fez a captura teve treze toneladas de ouro de lucro líquido.³⁶

A captura foi submetida ao Tribunal do Almirantado Holandês, cujo acórdão de 9 de Setembro de 1604, para além do reconhecimento de “boa presa” relativamente à captura da nau, declarou *inter alia*: “A verdade é que o mar deve ser livre de modo a permitir que o comércio da Índia, que é tão importante para as Províncias Unidas, possa prosseguir pacificamente”.³⁷

Mais tarde, a companhia holandesa contratou GROTIUS, que parece já teria actuado neste caso com seu advogado, para elaborar um parecer que dissipasse algumas dúvidas legais e morais que a decisão do tribunal tinha suscitado a alguns dos seus accionistas. O resultado foi a obra “*De jure praedae*” (O Direito de Presa) “que é simultaneamente uma contribuição moral e uma discussão legal...(e também) uma opinião secular para esclarecer as dúvidas morais dos seus concidadãos protestantes”.³⁸

O capítulo XII daquela obra era dedicado à liberdade de navegação e foi autonomizado e publicado em 1609, sem referência ao nome do autor,

³² Alberico Gentili, “Advogatio hispanica”, 1613;

³³ Serafim de Freitas, “De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico”, 1625, em Latim e Português, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1983, 2 volumes;

³⁴ Selden, “Mare clausum, seu de dominio maris”, 1635;

³⁵ José Juste-Ruiz, “Freedom of Navigation and Responsibility for Damage to the Marine Environment”, p. 85, in “30 Years After the Signature of the UNCLOS, Coimbra Editora, Maio 2014, p. 85 to 111;

³⁶ Marcello Caetano, *op. cit.* Passim;

³⁷ Marcello Caetano, *op. cit.* Passim;

³⁸ Van der Vlugt, Den Hague International Law Academy, “Recueil des Cours”, Tome VII, 1925, II, p. 397;

sob o título “*Mare Liberum, Sive de Jure quod Batavis competit ad indicana commercia dissertatio*.”³⁹

O “*Mare Liberum*” de GROTIUS não é uma tese sobre filosofia ou direito, é antes um trabalho de advogado no interesse do seu cliente onde eram defendidos os seguintes princípios: (1) De acordo com o direito das gentes (*Jus gentium*) a liberdade de navegação constitui um direito universal qualquer que seja o ponto de destino; (2) De acordo com o direito das gentes (*Jus gentium*) o comércio é livre para todos.

Ou seja, o livre comércio internacional é um direito fundamental dos Estados, sendo que a liberdade de navegação é essencial para garantir a liberdade de comércio, as livres trocas, e a liberdade das comunicações⁴⁰.

Apesar da oposição de Portugal, Espanha e Inglaterra, estas ideias impuseram-se rapidamente pelas seguintes razões: Em primeiro lugar o génio de GROTIUS que, indo acima das circunstâncias do momento, levou a discussão para o nível mais elevado dos princípios universais; depois os ventos da história sopravam na mesma direcção, sem a liberdade de navegação as exigências económicas do capitalismo emergente e do estabelecimento de um mercado mundial não podiam ser satisfeitas;⁴¹ por fim, Portugal sob o domínio dos reis espanhóis tinha perdido a supremacia no mar e já não conseguia proteger o seu império.

Assim, nos finais do século XVII, a liberdade dos mares já era uma regra consuetudinária bem estabelecida, como reconhecido por vários importantes autores tais como PUFENDORF⁴², Sir PHILIP MEADOWS⁴³, ou BYNKERSHOEK⁴⁴, até porque a liberdade dos mares era a chave do domínio da Europa sobre o resto do mundo.⁴⁵

No século XVIII, as grandes controvérsias no que respeita o Direito do Mar tinham a ver com o controlo das linhas de comunicação e o comércio marítimo, com reflexos numa exigência acrescida do respeito pelos direitos dos Estado neutrais em caso de guerra, propiciando o desenvolvimento do direito da neutralidade. A realidade do século XIX não se afasta destas preocupações.

³⁹ Armando Marques Guedes, *op. cit.* p.15;

⁴⁰ Nguyen Quoc Dinh, “Droit International Public”, 6e. ed., Librairie Générale du Droit et de Jurisprudence, Paris, 1999, p. 1143;

⁴¹ Marcello Caetano, *op. cit.* p. 37;

⁴² Samuel von Pufendorf, “De jure naturae et gentium”, 1672 ;

⁴³ Sir Philip Meadows, “Observations concerning the Dominion and Sovereignty of the Seas”, 1689;

⁴⁴ Cornelius van Bynkershoek, “De dominio maris dissertatio”, 1702;

⁴⁵ William Barton, “A Dissertation on the Freedom of Navigation”, Philadelphia, 1802, *passim*;

As grandes mudanças iriam surgir no século XX. As preocupações dos séculos anteriores não só se agudizam com os choques entre os grandes impérios europeus, como também outras novas surgiram à medida das tecnologias que se iam desenvolvendo e das exigências do moderno mundo industrial que se orientavam para a exploração dos recursos do mar, indo desde os organismos vivos até às matérias primas⁴⁶.

O Presidente WOODROW WILSON, numa mensagem ao Congresso dos Estados Unidos da América, em 8 de Janeiro de 1918, apresentou os seus catorze pontos, dos quais o número dois, declarava a “absoluta liberdade de navegação nos mares, fora das águas territoriais, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra...”⁴⁷, dando assim especial ênfase à fundamental importância deste princípio.

Estes famosos catorze pontos expressam uma visão idealista e uma missão moral de promover a paz e a democracia nas relações internacionais⁴⁸, e são uma clara demonstração da importância da liberdade de navegação enquanto instrumento ao serviço da paz e da expansão do ideal democrático no mundo.

Entretanto, o movimento no sentido da codificação do direito relativo ao mar que se tinha iniciado no princípio do século XIX, como mostra o apelo de WILLIAM BARTON, em 1802, para a elaboração de “um código artificial de Direito Marítimo, conforme aos princípios da justiça natural e aos direitos dos Estados independentes”⁴⁹, vai fazendo o seu caminho e esta codificação vem-se tornando cada vez mais necessária à medida que vão crescendo novas reivindicações dos Estados sobre os recursos haliêuticos, energéticos e minerais do leito do mar e do seu subsolo⁵⁰, constituindo a proclamação do Presidente TRUMAN, de 28 de Setembro de 1945⁵¹, sobre a plataforma continental, um bom exemplo do que estava em causa.

⁴⁶ Nguyen Quoc Dinh, *op. cit.* p. 1094 ;

⁴⁷ President Woodrow Wilson’s Fourteen Points, Yale Law School, The Avalon Project, ac. 13Set2015;

⁴⁸ Henry Kissinger, “World Order”, Allen Lane, London, 2014, p. 256, e Celso de Albuquerque, “Os 14 pontos de Wilson”, in “Legado Político do Ocidente”, DIFEL, Rio de Janeiro – São Paulo, Brasil, 1978, p. 205 to 213;

⁴⁹ William Barton, “A Dissertation on the Freedom of Navigation”, Philadelphia, 1802, p. 7;

⁵⁰ Nguyen Quoc Dinh, *op. cit.* p.1095 ;

⁵¹ President Harry S. Truman, Proclamation 2667 – Policy of the United States With Respect to the Natural Resources of the Subsoil and Sea Bed of the Continental Shelf. September 28, 1945;

Igualmente, a par de várias outras aspirações de Estados ribeirinhos de estenderem a sua jurisdição sobre vastas áreas marítimas, a reivindicação de um mar territorial com 200 milhas marítimas de largura, feita por alguns Estados Sul-americanos, e que tinha a ver com a protecção dos seus direitos de pesca, vinha pôr em causa a liberdade de navegação e aumentar a pressão para fosse convocada uma conferência sobre o direito do mar.

Na primeira Conferência Sobre o Direito do Mar não foi possível chegar a acordo sobre a largura do mar territorial, mas a regra da liberdade de navegação ficou consagrada nas Convenções de Genebra de 1958, sobre o Alto Mar⁵², artigo 2.º, e sobre a Plataforma Continental⁵³, artigo 3.º.

A segunda conferência, que reuniu em 1960, também foi incapaz de resolver a questão da largura do mar territorial e terminou sem acordo. Contudo, a crescente tensão entre o interesse dos Estados costeiros em expandir a sua soberania marítima, e o interesse das potências marítimas em salvaguardar a sua liberdade de navegação, levou à convocação de uma terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, cujos trabalhos decorreram entre 1973 e 1982, e que terminou com a assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em Montego Bay, na Jamaica, em 10 de Dezembro de 1982, a qual entrou em vigor em 1994.

A regra da liberdade de navegação foi preservada no artigo 87.º da CNUDM, e em várias remissões cruzadas, mas do equilíbrio global conseguido através dos particulares regimes das zonas marítimas, entre os interesses conflituantes dos Estados costeiros e das potências marítimas, resulta não uma liberdade de navegação abstracta, mas antes concretizada na forma menos absoluta de sempre, condicionada em grande parte pela massiva dimensão da navegação marítima e pela vasta extensão das áreas de exploração dos recursos naturais no mar⁵⁴.

Como é reconhecido pelas Nações Unidas, “regras e regulamentações de todos os tipos, algumas internacionais, outras nacionais, enredaram a navegação de tal forma que esta só é livre no particular sentido em que não pode ser impedida de forma desrazoável”⁵⁵.

O’CONNEL é muito claro acerca desta evolução: “O conceito da liberdade dos mares não é absoluto, nem estático: Ele incorpora o equilíbrio

⁵² Entrou em vigor em 1962;

⁵³ Entrou em vigor em 1964;

⁵⁴ D.P. O’Connel, “The International Law of The Sea”, Vol. II, Clarendon Press, Oxford, p. 796 – 797;

⁵⁵ UN Memorandum on the Regime of High Seas, A/CN.4/32 (1950);

das funções jurisdicionais dos Estados através das quais eles servem, em cada momento, a comunidade internacional, e o seu conteúdo está sujeito a constantes modificações à medida que a própria comunidade se ajusta à solução de novos problemas.”⁵⁶

Olhando mais de perto para as disposições da CNUDM, liberdade de navegação significa que todos os Estados têm o direito de fazer navegar no alto mar navios que arvoem a sua bandeira e submetidos em exclusivo à sua jurisdição (artigos 90.º e 92.º) ou, sujeitos a certas restrições, na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de outros Estados (artigos 58.º, 87.º, 90.º e 92.º).

Nesta última zona, os Estados costeiros, no exercício das suas jurisdições, podem impor certas restrições relativamente à protecção dos seus direitos que são de natureza económica, tendo a ver com os recursos naturais ou com questões relacionadas com aqueles recursos⁵⁷ (artigos 56.º, 58.º e 88.º a 115.º). Contudo as restrições relativas às ZEE não devem ser entendidas como restrições de direitos, mas, tão só, quanto à forma como esses direitos podem ser exercidos⁵⁸, questão que assume uma importância fundamental uma vez que a área total de todas as ZEE, é quase um terço da área total de todos oceanos.⁵⁹

Quando navegando no mar territorial ou nas águas arquipelágicas de outro Estado, os navios estrangeiros devem respeitar as disposições relativas à passagem inofensiva (artigos 17.º a 26.º), ou à passagem pelas rotas marítimas arquipelágicas (artigos 52.º a 54.º). Nos estreitos que são usados para a navegação internacional todos os navios têm o direito de passagem em trânsito (artigos 37.º a 44.º), excepto nos casos em que se aplica o regime da passagem inofensiva (artigo 45.º), ou quando a passagem é regulada por convenções internacionais há longa data em vigor (artigo 35.º, alínea c).⁶⁰

As tendências evolutivas do Direito do Mar têm claras implicações no exercício da navegação e existem alguns aspectos críticos que condicionam a forma como a liberdade de navegação pode hoje ser exercida, designadamente a passagem inofensiva pelo mar territorial de navios com cargas perigosas, o trânsito pelos estreitos internacionais, os exercícios militares na ZEE de outros Estados, a jurisdição do Estado costeiro no que respeita à

⁵⁶ D.P. O’Connel, *op. cit.* p.796 -797;

⁵⁷ Thomas A. Clingan, Jr, “Freedom of Navigation in a Post-UNCLOS III Environment”, Ed. Law and Contemporary Problems, Spring 1983, p.113;

⁵⁸ Thomas A. Clingan, Jr, *op. cit.* p. 114;

⁵⁹ Miguel Beça Pacheco, *op. cit.* p. 5 e 45;

⁶⁰ José Juste-Ruiz, *op. cit.* p. 86 ;

protecção ambiental nos seus mar territorial e ZEE, o controlo pelo Estado do porto, a prevenção da proliferação de armas de destruição em massa, a repressão do tráficos de droga, de pessoa e de escravos, do terrorismo e da pirataria, assim como de outros crimes no alto mar.

“Em consequência, a liberdade de navegação deve hoje ser olhada como um direito funcional dos Estados da bandeira, a ser exercido com “o devido respeito” pelos outros relevantes interesses colectivos (dos Estados) sobre o mar.”⁶¹

Nas últimas quatro décadas o comércio marítimo cresceu quatro vezes. Anualmente a carga marítima desloca cerca de 90% do comércio mundial e 2/3 da produção petrolífera; mais de 47000 navios cargueiros demandam para cima de 4000 portos em todo o mundo, o volume anual do comércio marítimo americano excede largamente 400 milhões de toneladas.

Cerca de $\frac{3}{4}$ dos portos marítimos estão localizados nas costas do Oceano Atlântico e processam para cima de 70% de toda a carga deslocada através dos mares.

O fluxo da carga corresponde a 75 a 80% do tráfego marítimo. O custo da carga marítima é 40 a 45% menor que por via férrea, e 20 vezes menor que o transporte rodoviário.

No que respeita à União Europeia (UE) os números são semelhantes; quase 90% do seu comércio externo, mais de 40% do seu comércio interno e 90% do transporte do petróleo faz-se por via marítima. A EU detém 40% da frota mercante mundial.⁶²

Estes são apenas alguns números que claramente mostram como as rotas de navegação e o comércio marítimo se constituem como a espinha dorsal da globalização, que não pode ter sucesso sem a liberdade de navegação, pois navegação no seu mais genuíno significado tem a ver com o transporte de pessoas e bens através do mar qualquer que seja a finalidade⁶³.

Os mares e os oceanos permitem a circulação de pessoas, bens e ideias através das linha marítimas de comunicação que, por sua vez, conferem uma grande liberdade de movimentos e abrem-se a uma larga variedade de destinos⁶⁴. Usando a liberdade de navegação, nações marítimas que partilham valores e interesses comuns têm igualmente promovido o estreitamento de

⁶¹ José Juste-Ruiz, *op. cit.* p. 87 ;

⁶² Números de S.G. Gorshkov, *op. cit. passim*, e Armando José Dias Correia, , *op. cit. passim*.

⁶³ José Juste-Ruiz, *op. cit.* p. 86 ;

⁶⁴ Jorge Manuel Dias Sequeira, “Geopolítica no Atlântico Sul”, p. 95, in “Geopolítica e o Mar”, MGI, Lda, Portugal, 2014, p. 93 to 132;

relações “não só para fins de comércio, mas principalmente para promover a prosperidade e a paz⁶⁵.”

Como nota final resta pôr em evidência que a mera existência da liberdade de navegação faz dos oceanos a ligação que permite o desenvolvimento de relações económicas e culturais num mundo globalizado, promovendo a prosperidade e a paz, e a difusão do ideal democrático nas relações internacionais, contribuindo desse modo para a emergência de novas sociedades abertas.

A liberdade de navegação é hoje um princípio bem sedimentado quer nas relações internacionais, quer no direito do mar, contudo é permanentemente posto em causa pelos egoísmos e pelas políticas de poder. Por isso, as nações marítimas, com a legitimidade que deriva da CNUDM, devem procurar os necessários equilíbrios na comunidade internacional que garantam a liberdade de navegação, contribuindo assim para a estabilidade global e para a construção de uma nova ordem mundial na qual prevaleçam a democracia e a justiça.



⁶⁵ Palavras do Tratado de Aliança entre Portugal e Inglaterra, assinado em Windsor, em 9 de Maio de 1386, e ainda em vigor;



Do voluntarismo imprudente ao resultado esperado pelos mais avisados – o caso do “Mapa Cor-de-Rosa”¹

Dr. João Abel da Fonseca²

I – INTRODUÇÃO

A nossa comunicação é, tão-só, um singelo bosquejo que pretende dilucidar o papel da Sociedade de Geografia de Lisboa no projecto que levou à realização das conhecidas viagens de exploração geográfica, conhecidas como «De Angola à contracosta», que foram realizadas na segunda metade dos anos 70 do século XIX, tendo como figuras de destaque Hermenegildo de Brito Capelo, Alexandre de Serpa Pinto e Roberto Ivens, no terreno, e João de Andrade Corvo, Manuel Pinheiro Chagas, Henrique de Barros Gomes e Luciano Cordeiro, na retaguarda, como dinamizadores. Importa sublinhar, desde já, que se este último foi sócio fundador e até um dos 74 subscritores da proposta de criação da Sociedade, pelo consagrado documento, datado de 10 de Novembro de 1875, ocupando o lugar de Secretário-perpétuo até à sua morte, já em 1900, todos os outros dela se tornaram sócios, sendo que os três exploradores, logo no ano de 1877.

João de Andrade Corvo foi ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 13 de Setembro de 1871 e 29 de Janeiro de 1878, durante o governo de Fontes Pereira de Melo, e nesse período também acumulou a pasta da

¹ Conferência realizada no ID.JC, em 31MAR16;

² Membro Emérito da Academia de Marinha;

Marinha e Ultramar, de 1872 a 1877. Manuel Pinheiro Chagas foi, igualmente, ministro da Marinha e Ultramar, de Outubro de 1883 a 16 de Fevereiro de 1886. Henrique de Barros Gomes foi ministro dos Negócios da Fazenda entre 1 de Junho de 1879 e 23 de Março de 1881. Quanto a Luciano Cordeiro, muito embora sem cargos políticos, manteve sempre um assinalável poder de influência.

Teremos ocasião, à frente, de acompanhar o seu papel fulcral em todo o processo. Convém salientar, face ao perfil dos aludidos intervenientes, o significado da conjuntura internacional, o imperativo político nacional face a essa realidade, na perspectiva da manutenção do império colonial, a curiosidade científica que despertara já nas instituições que se dedicavam ao seu estudo, nos países mais avançados, desde meados do século XIX e, não menos importante, os meios financeiros necessários para levar por diante expedições prolongadas e, conseqüentemente, dispendiosas. O sucesso destas dependia em muito dos africanos, já pelo necessário recrutamento de carregadores, como ainda pelo dos guias que conheciam os caminhos do comércio no interior do continente, para além dos «línguas», intérpretes fundamentais ao estabelecimento do diálogo e à recolha de informações ao longo das viagens. Em estudo recente, de 2009, ainda persistem em Angola, quatro línguas nacionais, 38 línguas nativas e 52 dialectos delas derivados. Cada carregador transportava cerca de 30 quilos e, se pensarmos que não raro a bagagem excedia as 10 toneladas, bem podemos avaliar que seria insuficiente um número inferior a 300. As «expedições de caravana» careciam ainda de cozinheiros, criados, ajudantes com algumas especializações técnicas e práticas, tais como caçadores, bem como homens de confiança que ajudassem na defesa de toda esta mole humana em movimento.

Não pretendemos realizar um trabalho que contextualizasse as, por demais conhecidas, razões que motivaram tais iniciativas, no contexto da política europeia da época, nem relatar em que consistiram aquelas expedições, cuja bibliografia abundante e variados estudos de grande pormenor foram já efectuados, e continuam a merecer a atenção de muitos investigadores, não esquecendo as obras publicadas pelos próprios protagonistas de tão ímpares aventuras, poucos anos após a sua concretização. Realçamos, contudo, para além do estudo de Maria Emília Madeira Santos, *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*, de 1978, publicado pelo Centro de Estudos de Cartografia Antiga, o trabalho da autoria de Frederico Delgado Rosa e Filipe Verde, consubstanciado no livro *Exploradores Portugueses e Reis Africanos. Viagens ao coração de África no século XIX*, publicado em Outubro de 2013, cuja leitura recomendamos a todos os que

desejarem aprofundar a matéria em assunto, à luz das mais recentes investigações. Seguimos de perto esta obra por ser a mais recente. Importou-nos, antes, como já referimos no início, perceber como a acção desenvolvida no seio da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em finais de 1875, foi decisiva no impulso inicial, no acompanhamento e na divulgação das missões em apreço, volvidos que estão agora 140 anos da sua criação, efeméride que o um Ciclo de Conferências, em boa hora promovido pela respectiva Direcção, pretendeu assinalar e evocar.

Não podemos, mesmo assim, embora em breve passagem, deixar de aludir aos exploradores portugueses que antecederam e sucederam aos que estiveram comprometidos nas expedições que suscitaram o tema da presente conferência. A História, como ciência, impõe que se tenha sempre em consideração os antecedentes e as consequências, não fazendo sentido esquecer nem aqueles nem estas e, ao caso, pelo menos, os nomes dos homens que deram corpo a essas viagens no continente africano, bem como as balizas cronológicas da sua realização. Só nos chegaram registos escritos das viagens científicas, uma vez que as realizadas por sertanejos e ambaquistas, pese o facto de haver conhecimento de que alguns os produziram, permaneceram ignorados, até porque eram mantidos em segredo, para além de que os seus apontamentos práticos, pouco interessavam às comunidades científicas europeias e norte-americanas, muito embora conhecessem caminhos, línguas, costumes e regras das regiões que percorriam na sua actividade comercial, não excluindo o tráfico humano. Nem estes homens estavam habilitados a realizar mapas credíveis ou a dar resposta a questões fundamentais da ciência geográfica, ou a sistematizar observações astronómicas, climatológicas, etnológicas, geológicas, botânicas e zoológicas.

Como não há regra sem excepção, há, mesmo assim, manuscritos raros e, recordamos aqui o caso de dois ambaquistas – **Pedro João Baptista e Amaro José**, que realizaram, entre 1802 e 1811, uma viagem bem-sucedida de travessia de Angola a Moçambique, de que nos deixaram um relato precioso daquela aventura ambiciosa de nove anos. Uma tal proeza valeu-lhes virem a ser recebidos na corte, no Rio de Janeiro, pelo próprio príncipe regente.

Falemos agora, sucintamente, das outras viagens. Ainda no século XVIII, a viagem de **Francisco José de Lacerda e Almeida**, no ano de 1798, que pretendeu atravessar o continente de Moçambique a Angola, e cuja morte prematura fez abortar o projecto, sendo conduzido o retorno, desde o Cazembe à vila de Sena, pelo Padre Francisco João Pinto, tendo sobrado, com publicação tardia, um *Diário da viagem de Moçambique para*

os rios de Sena feita pelo Governador dos mesmos Rios, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889. Uma segunda viagem foi realizada sob o comando de **José Manuel Correia Monteiro**, tendo como parceiro **António Cândido Pedroso Gamito** que redigiu a obra *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chévas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da Africa Austral. Diario da Expedição Portuguesa commandada pelo Major Monteiro e dirigida aquele Imperador nos annos de 1831 e 1832*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, acompanhada com um mappa do paiz observado entre Tete e Lunda.

Joaquim Rodrigues Graça foi o negociante brasileiro protagonista de uma viagem idealizada para percorrer a região das mussumbas, entre os rios Luíza e Calânhi, muito embora fosse sua vontade passar além do mítico império do Muatiânvua, concretizando o sonho antigo de ligar Angola a Moçambique. Certo é que a expedição se realizou entre os anos de 1846 e 1848 e dela ficaram dois textos: “Descrição da viagem feita de Luanda com destino às cabeceiras do Rio Sena” in *Anais do Conselho Ultramarino, Parte não oficial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, 1ª série, pp. 101-145 e “Expedição ao Muatiânvua – Diário” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 9ª série, números 8-9, 1890, pp. 365-466. Uma curiosidade sobre esta viagem tem a ver com o facto de, com vista à angariação de capitais suficientes para a sua realização, Rodrigues Graça ter procurado interessar a abastada D. Ana Joaquina dos Santos Silva, mestiça de ascendência portuguesa e viúva de um rico comerciante português, que era conhecida como «a senhora dos matos», e detinha uma fama que corria até em Lisboa, nos corredores do poder.

Entre 20 de Novembro de 1852 e 30 de Setembro de 1853, **António Francisco Ferreira da Silva**, conhecido por **Silva Porto**, realizou uma viagem entre a então Belmonte, mais tarde Silva Porto e a actual Kuito, no Bié, até ao império Lúí do Barotze, e dali para Moçambique. Foi na capital deste império, Linyanti, onde às portas montara acampamento que, pelas nove horas da manhã do dia 13 de Julho de 1853, o veterano do Bié recebeu David Livingstone, o *primus inter pares* dos exploradores oitocentistas, que então efectuava a primeira das três grandes expedições que o celebrizariam – sem o saberem, estavam a protagonizar um episódio maior das explorações do século XIX. Para além de uma curta autobiografia, que resumia os acontecimentos anteriores a 1839, deixou-nos um diário que intitulou primeiramente de «Cinco Viagens ou Costumes e Usos Gentílicos» e depois substituiu, em 1869, por *Viagens e apontamentos de um portuense em África*, publicado em Lisboa, pela Agência Geral do Ultramar, no ano de 1942, sendo acrescentado ao título *Excertos do «Diário» de António*

Francisco da Silva Porto. Esta colecção de textos foi enviada por Silva Porto a Luciano Cordeiro e pertence ao valioso acervo da nossa Biblioteca. A SGL, já em 1891, um ano após a morte do sertanejo, se apressara em dar à estampa um manuscrito encontrado no seu espólio e que intitulou *Silva Porto e Livingstone*, saído da Typographia da Academia Real das Sciencias.

Tal como já deixámos expresso, não abordaremos as obras de **Capelo e Ivens**, nem de **Serpa Pinto**, referentes à expedição em que partiram juntos em 1877, separando-se depois e prosseguindo os primeiros por mais um ano, tendo o outro dilatado a sua viagem até 1879. Importa, mesmo assim, recordarmos que o objectivo geral da chamada *Expedição Portuguesa ao interior da África Austral*, de que eram os principais intérpretes, era penetrar e deixar registo científico das regiões entre Angola e Moçambique, em particular da sua hidrografia, as relações entre os rios Congo e Cuango, as nascentes do Cuanza e do Cubango e ainda, caso fosse possível, o curso do Zambeze superior e do Cunene. É bem de ver que os três anos atribuídos para uma tal missão, iniciada em Lisboa no dia 7 de Julho de 1877, não permitiriam, dadas as distâncias entre as zonas referidas, e a velocidade de progressão das caravanas, conseguir cumprir o programa. Deixamos, porém, um apontamento sobre o encontro de Serpa Pinto com Henry Morton Stanley, em Cabinda, quando o português ainda se encontrava numa viagem ao longo da costa, para tentar angariar carregadores para a expedição, e o galês acabava de atravessar o continente em mil dias, numa altura em que há muito tempo dele se não tinham notícias. Seguiram juntos para Luanda e Serpa Pinto fez questão que Stanley ficasse hospedado na mesma casa que repartia com Hermenegildo Capelo. O resultado imediato do encontro foi a decisão de que entrariam no continente pelo Cunene, no extremo sul de Angola, e pela falta de carregadores, por Benguela, em direcção ao planalto do Bié. Foi nesta cidade que, desta feita, se encontraram com Silva Porto. Tal como Stanley o havia feito, foi agora a vez do veterano sertanejo lhes facultar informações preciosas, lendo passagens dos seus cadernos de viagem e transmitindo-lhes uma máxima que a sua longa experiência apurara como de prudência absoluta e Serpa Pinto apontou: “*desconfiar, no sertão de África, de tudo e de todos, até que provas repetidas e irrefutáveis nos permitam confiar um pouco em alguma coisa ou alguém*”. Sabemos como Serpa Pinto chegou a Pretória, na África do Sul, e não a Moçambique, na manhã de 12 de Fevereiro de 1879, mais de oito meses depois da saída do Bié. A 19 de Março entrou em Durban e desta cidade regressou a Portugal um mês depois. A sua obra em dois volumes, intitulou-a *Como eu atravessei Africa. Do Atlantico ao Mar Indico, viagem de Benguella à contra-costa*.

A-travès regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos, e seria publicada em Londres pelos editores Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington, em 1881, contendo 15 mapas e facsimiles e 133 gravuras feitas dos desenhos do autor.

Em 1884, desafiados pelo novo ministro da Marinha e Ultramar, Manuel Pinheiro Chagas, e sempre sob os auspícios da SGL, **Capelo e Ivens** tiveram a oportunidade de se redimirem do seu fracasso de 1877-1878, de cuja viagem tinha resultado a obra *De Benguela às terras de Iáca*, publicada em 1881. Na verdade caber-lhes-ia realizar uma nova viagem que concretizaria, em 1885, a almejada ligação terrestre *De Angola á contra-costa*, ou seja, a Moçambique, e que deu título à conhecida obra publicada, tal como a anterior, pela Imprensa Nacional, em Lisboa, esta no ano de 1886. A SGL faria ainda publicar, pela Imprensa Nacional, em 1887, um volume intitulado *Regresso dos benemeritos exploradores Capello e Ivens da sua exploração geographica através da Africa em 1885*, com os principais documentos expedidos e recebidos durante a viagem.

Consideremos, por fim, uma viagem posterior, realizada entre 1884 e 1888, protagonizada por **Henrique Augusto Dias de Carvalho**, indigitado igualmente por Manuel Pinheiro Chagas para chefiar a «Expedição Portuguesa ao Muatiânvua», e que escolheu para o acompanharem **Agostinho Sizenando Marques** e **Manuel Sertório de Aguiar**. Houve pressa nos preparativos e antecipação da data de partida, porque a imprensa estrangeira noticiara que uma nova expedição alemã rumara já a Malanje, donde seguiria provavelmente com destino ao Muatiânvua, para ali ultimarem negociações, já iniciadas nos anos anteriores, por exploradores da mesma nacionalidade. Competiria a Henrique de Carvalho travar aquela suposta ameaça, tentando a todo o custo oficializar um tratado de comércio e amizade entre o reino de Portugal e aquele mítico império, cuja primeira aproximação recuava às falhadas negociações de Joaquim Rodrigues Graça, havia quatro décadas. O episódio curioso que aqui deixamos, sem mais detalhes, consistiu no facto de no dia 6 de Julho de 1884, em Malanje, terem estado sentados à mesma mesa, ambos convidados para o jantar, em casa dos irmãos Machado, por José Custódio, o chefe da missão portuguesa e o chefe alemão rival, Hermann von Wissmann, enviado pela Sociedade de Geografia de Berlim, e que se empenhou em deixar ficar claro que o objectivo da sua viagem era puramente científico. Henrique de Carvalho escreveu 3 obras, e todas viram luz em Lisboa, no ano de 1890, pela Imprensa Nacional: *Descrição da viagem á Mussumba do Muatiânvua; Ethnographia e Historia tradicional dos povos da Lunda e Methodo pratico para falar a*

lingua da Lunda. Desta viagem, que durou cerca de quatro anos, resultou a constituição de colecções científicas no âmbito da etnografia, fauna e flora, bem como o registo de observações meteorológicas, um álbum fotográfico e a publicação da já referida obra em vários volumes. A Sociedade de Geografia de Lisboa possui uma importante colecção etnográfica, constituída por algumas dezenas de objectos, recolhidas no âmbito desta missão, cujo valor determinou que a mesma fosse objecto de um projecto de estudo e de divulgação. Neste sentido, juntaram-se esforços e solicitou-se a colaboração de diversas instituições, detentoras de núcleos patrimoniais importantes relacionados com a expedição, e foi possível inaugurar uma assinalável mostra no dia 29 de Junho de 2012. Foi lançado, na ocasião, um belo catálogo intitulado *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho*, que continua disponível para venda.

A importância da SGL, desde o momento da sua fundação, não mais deixou de merecer a consideração das instituições congéneres a nível mundial e tal facto bem se pode atestar no presente, pelo convite recentemente endereçado pelo nosso consócio espanhol, D. Mariano Cuesta Domingo, catedrático da Universidade Complutense de Madrid e coordenador de duas obras copiosas sobre Cartografia, para que colaborasse com artigos em que tal realidade é bem patente. Referimo-nos aos livros *Cartografía hispánica. Imagen de un mundo en crecimiento. 1503-1810* (Madrid, 2010) e *Cartografía hispánica. Una cartografía inestable en un mundo convulso. 1810-1975* (Madrid, 2014), em que gratamente se podem ler páginas da autoria de Luís Aires-Barros, Helena Grego e, seja-nos perdoada a imodéstia, nós mesmo.

II – O PAPEL DA SGL NAS EXPLORAÇÕES DE HERMENEGILDO DE BRITO CAPELO, ROBERTO IVENS E ALEXANDRE DE SERPA PINTO

O Congresso Internacional de Geografia de Paris, realizado de 1 a 11 de Agosto de 1875, foi um marco decisivo para despertar em Portugal a consciência de que o país carecia de organizações de carácter geográfico, tanto a nível do aparelho do Estado como de iniciativa particular, que emparceirassem no debate científico com as já existentes na Europa. Foi neste ambiente que surgiu a **Sociedade de Geografia de Lisboa**, como sabemos na sequência da iniciativa de Luciano Cordeiro a 10 de Novembro de 1875, que viu os seus Estatutos aprovados por Alvará de 29 de Janeiro de

1876, tendo-se efectuado a primeira Assembleia Geral a 3 de Abril seguinte. Do Conselho Central eleito faziam parte três destacados funcionários da **Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino**, a saber: José Júlio de Bettencourt Rodrigues, Carlos Ribeiro e Gerardo Augusto Pery, deixando perceber como os quadros do Estado viram na iniciativa uma forma de poderem no seu seio debater temas afins à sua especialização, que o organismo a que pertenciam não promovia. Luciano Cordeiro, eleito Secretário-perpétuo, tinha sabido rodear-se das figuras de proa do conhecimento geográfico. O Governo, pela mão do ministro da Marinha e Ultramar, João de Andrade Corvo sentiu que tinha que dar uma resposta e, digamos que em paralelo, por Decreto de 17 de Fevereiro de 1876 criou a **Comissão Central Permanente de Geografia**, cujo diploma foi publicado no *Diário do Governo*, de 19 daquele mês. Esta Comissão seria composta por 18 vogais e funcionaria na dependência daquele ministério, assumindo o ministro a sua presidência e cabendo a este a indicação dos nomes.

Como a comunidade científica era escassa, quase todos os vogais nomeados já eram sócios fundadores da SGL, ou a ela viriam a pertencer. Assim, vamos encontrar como Secretário da Comissão, nomeado pelo governo, José Júlio de Bettencourt Rodrigues, e como vogais: Luciano Cordeiro, que viria a ocupar o cargo de Vice-Secretário, por eleição, na primeira sessão de trabalhos; Carlos Ribeiro; Francisco Maria Pereira da Silva, que era o Director-Geral dos Trabalhos Geodésicos; Bernardino António Gomes, eleito Vice-Presidente, também na primeira sessão; José Vicente Barbosa du Bocage; António José Teixeira; o marquês de Sousa e Holstein; o conde de Ficalho, etc. Dois terços eram nomes comuns às duas entidades, sendo importante realçar que o prestigiado geodesta Francisco António de Brito Limpo não pertencia à SGL.

Vejamos agora as atribuições da Comissão, para logo podermos perceber que estavam, também elas, em paralelo com os propósitos fundacionais da SGL – coligir, ordenar e aproveitar, em benefício da Ciência e da Nação, todos os documentos que pudessem esclarecer a Geografia, a História Etnológica, a Arqueologia, a Antropologia e as Ciências Naturais, em relação ao território português, e especialmente às províncias ultramarinas; dividir-se-ia em três secções, sendo uma delas a geográfica. A primeira sessão realizou-se a 1 de Março de 1876, sendo presidida pelo ministro, que expôs os motivos que levaram à criação da Comissão, realçando que vinha preencher uma lacuna e era sua principal missão realizar estudos e trabalhos que permitissem um amplo conhecimento geográfico dos territórios ultramari-

nos, bem como avaliar as vantagens em se promoverem explorações no terreno. A Comissão empenhou-se, nas sessões seguintes, na elaboração do regulamento que, redigido, discutido e aprovado, foi promulgado por Decreto de 30 de Junho daquele ano.

O projecto de organização de uma expedição científica portuguesa para atravessar o continente africano e assegurar a ligação de Angola a Moçambique seria o tema lançado para debate, por Bernardino António Gomes, na sessão de 6 de Junho de 1876. O Vice-Presidente da Comissão enfatizou a necessidade económica, científica e política do país em entrar no grande movimento de investigação e exploração do sertão africano, aludiu a anteriores viagens e elencou as conveniências que aconselhavam a não haver demora na apresentação duma proposta, sendo que era seu entendimento os vogais debruçarem-se sobre a elaboração de uma exposição ao Governo. Abandonada a hipótese de Portugal se associar a expedições estrangeiras foi decidido que se representasse ao Governo essa decisão, no sentido de se organizar uma expedição portuguesa e que esta representação tivesse a forma de consulta ao soberano. Encontrando-se ausente o Secretário, José Júlio de Bettencourt Rodrigues, coube, por certo, a Luciano Cordeiro, como Vice-Secretário, redigir o documento. O texto tem a marca inconfundível do discurso daquele que era também o Secretário-perpétuo da SGL, e o seu prestígio, embora muito jovem, era já uma realidade, a que acrescia o facto de manter no seio da instituição que criara, as conversas informais que garantiam o apoio de uma retaguarda de grande peso na sociedade portuguesa. Quando escrevia deixava transparecer o espírito iluminado de um homem que conhecia bem a situação do país. Assim aconteceu, e a exposição foi enviada ao Rei em 28 de Junho próximo, nela se salientando o problema da penetração no centro de África, que era geográfico, mas também económico e civilizador, merecendo já uma atenção dedicada das sociedades geográficas estrangeiras, bem como dos governos das primeiras nações da Europa. Invocando expedições portuguesas anteriores, afirmava que não seria possível cruzar os braços e deixar que ingleses, alemães, italianos e americanos, realizassem viagens, mantendo-se Portugal inerte. Tornava-se indispensável que, o mais breve possível, fosse tomada a iniciativa de organizar uma expedição africana, cujo fim principal seria a ligação das duas costas, em respeito, sobretudo, pelos territórios já ocupados pelos portugueses.

Não tardariam muitos dias para que a SGL, numa representação endereçada ao Rei, acompanhasse a mesma perspectiva, indo mais longe e pedindo que se iniciasse uma acção imediata, efectiva e enérgica no movimento de estudo, de exploração geográfica e de tentativa de ocupação do

interior de África, promovendo a organização de uma expedição científica, devidamente dotada, ao sertão africano, Mais se dizia que a instituição estava pronta a abrir uma subscrição nacional permanente, em todo o país, com vista a angariar fundos e cobrir parte das despesas necessárias.

A Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África ou Comissão Africana, tinha acabado de nascer na ideia e, em breve, se concretizaria. José Júlio de Bettencourt Rodrigues que fora eleito, como vimos atrás, para o Conselho Central da SGL, marcava posição em todos os organismos que se relacionavam com a Geografia. Para além de Chefe da Secção de Fotografia da Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, de lente da Escola Politécnica e de sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, tinha sido o Comissário-Geral da representação portuguesa ao recém-realizado Congresso Internacional de Geografia de Paris, onde fora galardoado com um importante prémio pelos seus trabalhos na área da Fotografia, no seguimento da primeira Exposição Nacional Fotográfica, cuja realização promovera na Academia Real das Ciências e fora inaugurada em 15 de Abril de 1875. Aprovada a criação da secção que chefiava, em 15 de Novembro de 1872, ainda sob a direcção de Filipe Folque, iniciara em 1873 uma longa viagem pela Europa a fim de proceder ao apetrechamento daquela, visitando congéneres em França, Bélgica e Inglaterra. Apresentou os seus primeiros trabalhos de fotografia com fins científicos, na X Exposição da Sociedade Francesa de Fotografia que decorreu no Palácio da Indústria de Paris, entre 1 de Maio e 31 de Julho de 1874. Este professor de Química, embora formado em Matemática pela Universidade de Coimbra, era, porventura, um dos portugueses mais viajados pela Europa e mantinha contactos privilegiados com inúmeras instituições científicas, muito pelos seus trabalhos sobre heliogravura e fotolitografia, que iniciara no Instituto Geográfico de Viena de Áustria. Foi José Júlio de Bettencourt Rodrigues, apoiado por alguns outros avisados protagonistas de viagens de estudo ao estrangeiro, que sempre se manifestaram pela necessária prudência na realização das expedições africanas portuguesas, por forma a não suscitarem respostas políticas indesejáveis por parte dos governos das potências europeias. A sua voz foi ouvida, mas houve quem fizesse ouvidos moucos.

João de Andrade Corvo, que como também já sabemos, acumulava a pasta da Marinha e Ultramar com a dos Negócios Estrangeiros conhecia bem o prestígio de José Júlio de Bettencourt Rodrigues. Foi fruto deste conhecimento que o nomeara já Secretário da Comissão Central Permanente de Geografia e, por Decreto de 28 de Outubro de 1876, o nomeou e

ao marquês de Sousa e Holstein para organizarem o serviço de permutas científicas, literárias e artísticas entre Portugal e os países estrangeiros. Em 13 de Novembro seguinte as responsabilidades eram-lhe acrescidas com a nomeação, por Portaria do mesmo ministério, para se encarregar de procurar estabelecer com as diversas sociedades e institutos científicos europeus, que tinham por fim o progresso das ciências geográficas, as relações convenientes para que remetessem ao Governo português as suas publicações, ao que Portugal deveria corresponder no sentido inverso.

A relação próxima de José Júlio Rodrigues com Luciano Cordeiro já permitira perceber que se impunha à SGL criar o seu *Boletim*, cujo nº 1, saiu logo em Dezembro de 1876, dando início a uma publicação jamais interrompida e permitindo levar a todo o mundo o seu conhecimento. Exactamente neste primeiro número se pode ler o programa de trabalho de uma outra secção criada, a de Geografia e Estatística Militar, que acolhia uma grande parte dos sócios oriundos das forças armadas, e de que ressalta um objectivo a atingir: “*Enumeração e apreciação histórica dos trabalhos efectuados pela Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino, com o fim de reconhecer-se e compilar-se, quantos subsídios em cartas ou memórias possam ser úteis ao estudo geográfico e estatístico do país, feito sob o ponto de vista militar*”. Igual investigação deveria realizar-se na Direcção-Geral de Engenharia e no Arquivo do Corpo do Estado-Maior. Recordemos que era director-geral daquele primeiro serviço do Estado, o Vice-almirante engenheiro hidrógrafo Francisco Maria Pereira da Silva, também ele sócio da SGL. Como já referimos atrás, os três grandes protagonistas das viagens de exploração, que são o tema da nossa comunicação, tornaram-se sócios da SGL, no ano de 1877 –, Capelo e Ivens, eram oficiais da Armada, e Serpa Pinto do Exército, sendo possível adivinhar que a sua filiação não seria estranha ao seu empenhamento precoce nas iniciativas para que se vieram a oferecer no futuro.

Voltemos às sessões da **Comissão Central Permanente de Geografia**, para conhecer o que se passou na do dia 21 de Outubro de 1876. Presidida pelo ministro, João de Andrade Corvo, no seguimento da exposição enviada ao Rei, atribuiu à Comissão o encargo de elaborar o projecto que deveria ser apresentado ao Parlamento. Opinou, contudo, que entendia ser preferível realizar duas expedições, simultaneamente, partindo uma da costa ocidental africana e a outra da oriental da África Portuguesa, rectificando as fronteiras, para o interior, e tendo um objectivo comum no sertão africano, o de, ao longo do itinerário, reforçar as reclamações já feitas em nome da soberania histórica de Portugal, em África, concorrendo nos seus resulta-

dos para uma resolução favorável ao reconhecimento dos nossos direitos. Nomeou para o acompanhamento do processo Bernardino António Gomes, José Vicente Barbosa du Bocage e José Júlio de Bettencourt Rodrigues, incumbindo-os de recolherem os pareceres dos vogais e, baseados neles, formularem um plano geral da expedição portuguesa a África que, depois de discutido e aprovado pela Comissão, entregaria ao Governo para que este o levasse ao Parlamento. Certo é que logo nasceu a divergência de opiniões, nomeadamente contra a sustentada pelo ministro.

Não há aqui tempo, nem espaço, para darmos conta do que foram essas opiniões, nem quais os diferentes interlocutores, embora nos pareça importante referir o que foi dito por José Júlio de Bettencourt Rodrigues e Luciano Cordeiro. O primeiro sustentou que não achava urgente a expedição geográfica, antes desejava que se constituíssem dois grupos de trabalho, um dedicado à costa ocidental e o outro à oriental, que no prazo máximo de três anos apresentassem um estudo científico, geodésico e corográfico, sobre os limites das nossas possessões, que não ignorando os direitos históricos, contemplassem a realidade dos factos. Acrescentava que o programa de trabalho deveria assentar em bases sólidas e incontestáveis de conhecimento sobre as matérias sobre que se iria tratar, não reconhecendo aos possíveis exploradores competência técnica, e convindo determinar primeiro o que era de Portugal, sem se perder tempo a estudar o que era alheio. A extensa intervenção não permite que façamos aqui referência a outras judiciosas considerações, que traduzem a visão de um homem que, pelo menos há uma década, convivia com a Europa avançada e conhecia bem o que seria permitido a Portugal ambicionar. Terminava com um apelo a que se procurasse estimular o desenvolvimento das zonas limítrofes, sem abandonar esse esforço nas costeiras, com a criação de novos centros de colonização e a imperiosa necessidade de se desviar a corrente de emigração, da América para a África, por forma a assegurar uma ocupação *de facto*. A lúcida exposição, a quase dez anos da Conferência de Berlim, revela bem que sempre houve quem pensasse certo, mas que não raro, quase sempre se não lhes deu ouvidos, como que movidos por ideais sebásticos de uma grandeza imaginada, que a História mostrou que havia muito não tinham fundamento real. Os tempos tinham mudado e impunha-se interpretar a nova realidade como uma circunstância adaptável.

Luciano Cordeiro, que interveio logo de seguida, não se deixou convencer com os argumentos apresentados. Talvez já tivesse concluído que para resolver os assuntos se tinha que ir para o terreno, como o faziam as principais nações europeias, e que a maioria das comissões só serviam para

adiar a resolução dos problemas. Para ele a expedição era urgente e inadiável, seria eficaz, e havia homens bem preparados técnica e cientificamente para a realizarem. Opinava, porém, contra a posição do ministro quanto aos objectivos, concordando que poderiam ser duas a partirem em simultâneo e em direcções opostas, já que uma teria início de um lado e a outra do oposto. O objectivo, para Luciano Cordeiro, era que ambas as expedições fossem de costa a costa. Defenderia sempre esta sua posição no futuro. Esta foi, quanto a nós, a posição errada e da qual resultou o incidente conhecido como “o caso do «Mapa Cor-de-Rosa»” e as correspondentes consequências, de que destacamos o ultimato britânico.

As sessões foram-se sucedendo sem que a Comissão conseguisse chegar a um consenso, tal era o número de alternativas que iam surgindo sem que algo de definitivo se concluísse ou resolvesse. Luciano Cordeiro apresentou, então, um articulado para discussão e aprovação, tentando inspirar alguma ordem nos trabalhos, e insistindo na organização de uma expedição científica e comercial através da África Central e de costa a costa. José Júlio Rodrigues mantinha a convicção de que a expedição carecia de ser precedida por estudos de avaliação dos territórios que se sujeitariam a reconhecimento posterior. A Comissão estava bloqueada pela teimosia de dois homens a quem assistia razão, mas não conseguiam flexibilizar ou conjugar os esforços no sentido de se poder redigir um documento consensual. Não se sabe quem alvitrou, mas, como compromisso, foi aprovado que se deveria fazer uma Consulta ao Governo e foi eleito Luciano Cordeiro para elaborar esse texto. José Júlio Rodrigues que era o Secretário da Comissão, nomeado pelo Governo, viu nesta posição – a de elegerem como que um novo secretário –, algo com que não podia pactuar, fazendo saber que acataria a decisão, desde que o documento da Consulta fosse acompanhado de uma sua declaração, o que foi aceite. O texto é, mais uma vez longo, mas no essencial é conciliador já que admite a expedição, muito embora em dois períodos distintos e sucessivos – um primeiro só dedicado aos territórios confiados à bandeira portuguesa, e um posterior em que se passaria a explorar as regiões interiores e centrais, que estivessem em melhores condições de comunicabilidade comercial e política com aqueles territórios, nas duas costas, dando a entender aos governos europeus que não havia qualquer pretensão de alargamento territorial mas, tão-só, realizar uma expedição geográfica, por conseguinte, de índole científica.

Para que não restassem dúvidas sobre o que entendia por expedição geográfica, José Júlio de Bettencourt Rodrigues passou a dilucidar –, aquela que tivesse por objectivo principal o estudo geodésico dos pontos e

perímetros fundamentais, os reconhecimentos corográficos, hidrográficos, geológicos e climatológicos das zonas ou regiões que mais interessasse conhecer, a investigação dos itinerários que melhor e mais prontamente se prestassem no estabelecimento de relações comerciais duradouras e fáceis entre as possessões, avassaladas por Portugal, e entre estas e a metrópole. A Consulta, enviada a 16 de Dezembro de 1876, terminava do seguinte modo: *“Nestes termos vem a Comissão Central Permanente de Geografia requerer da sabedoria, e conhecimento dos negócios públicos do Governo de Vossa Majestade se digne fazer-lhes saber:*

1º - Se a expedição áfrico-portuguesa deverá destinar-se à exploração da bacia hidrológica do Congo ou Zaire e das suas comunicações com a África Central, com a região zambézica e com a nossa costa oriental, colaborando assim com a resolução do grande problema que parece ser o primeiro na ordem da importância, do movimento geral de exploração africana;

2º - Se a expedição áfrico-portuguesa deverá destinar-se somente ao reconhecimento geográfico e económico daquelas partes das colónias ainda desconhecidas e das suas relações existentes com o sertão africano, e

3º - Se o Governo resolve convocar desde já para Lisboa os exploradores que escolher entre os candidatos atrás designados ou entre os que se apresentem ainda.

“Deus guarde a preciosa Vida de Vossa Majestade, como todos havemos mister”

Os candidatos a exploradores a que alude a Consulta, por conseguinte, que se tinham oferecido voluntariamente, eram os oficiais da armada Coutinho de Eça, Roberto Ivens, Hermenegildo de Brito Capelo, Henrique Bandeira de Melo Madureira, Gastão Mesnière e Augusto de Brito Capelo, bem como o oficial do exército Alexandre de Serpa Pinto. Todos estes nomes constam na lista de sócios da SGL, sendo que no seu seio não mais deixou de haver debates variados nas diversas Secções e na Comissão Africana, com a elaboração de Relatórios e Memórias, nomeadamente uma que foi apresentada por Serpa Pinto à Comissão que o iria escolher e foi debatida com a arguência de José Vicente Barbosa du Bocage, afinal, o 2º Presidente da SGL, entre 1877 e 1883. Luciano Cordeiro trabalhava na retaguarda e também no seio da Comissão oficial que tinha poder de decisão, muito

embora fosse, a partir da reunião em que foi eleito redactor da Consulta ao Governo, uma figura fulcral, e com um enorme poder de influência.

Na sessão de 13 de Março de 1877, o almirante Pereira da Silva, Director-Geral da Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, ao referir-se à necessidade de um melhor conhecimento das possessões do ultramar, solicitou ao ministro presidente da Comissão que se empenhasse pelo levantamento e redacção das cartas hidrológicas dos portos e costas de além-mar, por modo que, concorrendo para tal empresa o maior número de oficiais da armada, o permitisse, aproveitando o pessoal das estações navais acudir a uma lacuna, que era sem dúvida excessivamente desairosa. Este pedido vinha na linha da proposta de Programa da Secção de Geografia e Estatística Militar da SGL, a que Pereira da Silva pertencia desde 1876. São estes esforços conjugados que nos permitem afirmar, sem qualquer dúvida, que o papel da SGL foi determinante na consubstanciação de todo o projecto das expedições africanas em apreço. Importa ainda evidenciar o papel dos deputados no Parlamento, consultando as Actas das Sessões em que o tema foi debatido, disponíveis no Arquivo Histórico Parlamentar, e conjugar essa informação com o conhecimento de se eram ou não sócios da SGL. Podemos afirmar que havia um número significativo e as suas posições alinhavam, na maioria dos casos, com as defendidas pela SGL, o que nos permite concluir que eram conhecedores das mesmas e, por conseguinte, participavam nas reuniões das Secções e das Comissões.

Entretanto, o ministro João de Andrade Corvo não perdia tempo e, para adiantar o processo, apresentava ao Parlamento, em 28 de Fevereiro de 1877, uma proposta para que o Governo fosse autorizado a organizar e subsidiar uma expedição científica destinada a explorar os territórios compreendidos entre as províncias de Angola e Moçambique e, principalmente, a estudar as relações entre as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze. Segundo a proposta, o Governo seria autorizado a despende até à quantia de 30. 000\$000 réis (trinta contos de réis) com a expedição. Esta proposta deu lugar à Carta de Lei de 12 de Abril de 1877. Andrade Corvo já não ocupava, à data, a pasta da Marinha e Ultramar, tendo sido substituído pelo seu Secretário de Estado, José de Melo Gouveia, que no Parlamento tinha defendido a aprovação do projecto da expedição africana e, passaria a ser, por inerência, o novo Presidente da Comissão Central Permanente de Geografia. Presidiu pela primeira vez a uma sessão no dia 13 de Março de 1877, tendo declarado que tudo faria para que a almejada expedição geográfica se concretizasse.

Luciano Cordeiro cativara um apoiante quase incondicional, muito embora, na mesma sessão, o ministro tivesse informado os vogais que estava assinado e publicado o decreto de nomeação do conselheiro João de Andrade Corvo, ministro de Estado honorário, como vogal efectivo da Comissão, em substituição do conselheiro D. José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, deão da Sé Patriarcal de Lisboa, recentemente falecido. Na sessão seguinte, a 11 de Abril, já tomaria parte Andrade Corvo, mas Luciano Cordeiro esteve ausente, muito embora o Presidente tivesse imposto à assembleia o texto da Consulta por si redigida, como norma para a discussão, considerando pendente a doutrina sumariamente exarada naquela. José Júlio de Bettencourt Rodrigues teve a oportunidade de fazer vingar a sua pretensão, de que não era importante a realização de uma viagem costa a costa, argumentando com um estudo que preparara, acompanhado de uma carta de África que também elaborara, relativa à zona compreendida entre as possessões portuguesas ocidentais e orientais (um primeiro esboço do que viria a ser conhecido como «o Mapa cor de rosa»), de modo a evidenciar quais as regiões que, no seu entender, e sob o ponto de vista da defesa dos interesses nacionais, mais interessava explorar e conhecer. Alguns dos itinerários escolhidos eram absolutamente inadmissíveis, não só do ponto de vista político, como até geográfico e, consequentemente, científico, e apontou as mais graves objecções a qualquer exploração que partindo do Zaire, ou de localidades perto da sua foz, seguisse pela região dos lagos até entroncar com o Zambeze, ou com o Niassa, continuando até à costa oriental. A exploração do Zaire, insistia, seria, sob o ponto de vista nacional, totalmente improdutiva como tentativa de colonização, e inteiramente inútil como tentativa comercial, para além de que qualquer ambição de estabelecer um domínio efectivo na região, encontraria, e sublinhava, «como talvez encontre já», por obstáculo, a diplomacia europeia. Porque lhe parecia opinião consensual de que não seriam possíveis duas expedições em simultâneo, o que para si representava o projecto ideal para consubstanciar a vontade de se proceder a uma ocupação efectiva dos territórios já sob bandeira portuguesa nas extensas regiões das duas costas, através da celebração de tratados de aliança com os povos locais, propunha, então, que a expedição se ocupasse da parte daqueles territórios que mais importava explorar. Era ela a que continha as ligações do Quango com o Zaire e as mais ao menos directas do Quanza e do Cunene entre si e com o Zambeze; as ligações do Zambeze com o Quanza e, talvez ainda, as do Zambeze com o Cassabi.

Toda a documentação relativa às Actas das sessões, Relatórios e Memórias apresentadas, diplomas oficiais relacionados com a matéria, e demais informações, está disponível nos dois volumes dos *Annaes da Comissão Central Permanente de Geografia*, que foram publicados pela Imprensa Nacional, nos anos de 1876-1877. Tomou a palavra, de seguida, João de Andrade Corvo, que aludiu aos dois pensamentos –, um político e outro científico, em que baseou a sua convicção para entender que a expedição era urgente e inadiável. O ministro Melo Gouveia, ao dar esta sessão por terminada, face ao consenso gerado, dava por aceite a posição de José Júlio Rodrigues, declarando ainda que as considerações de João de Andrade Corvo eram oportunas e deveriam ser seguidas. A viagem costa a costa estava fora de questão e a decisão estava tomada, não havendo cabimento para mais debates sobre este ponto. Tudo indicava que o bom senso triunfaria, mas o futuro veio a revelar que as judiciosas advertências de José Júlio de Bettencourt Rodrigues, muito embora tidas em conta nas determinações oficiais, viriam a ser contrariadas no terreno.

Na sessão seguinte, de 19 de Abril de 1877, Luciano Cordeiro, como vimos ausente da anterior, viria ainda a argumentar sobre a sua posição, contra a de José Júlio de Bettencourt Rodrigues. O ministro aceitou a sua declaração e mandou que ficasse lavrada em Acta, dando a conhecer que se teria que proceder, de imediato, à escolha dos três exploradores. Havendo uma quase unanimidade nos nomes de Hermenegildo de Brito Capelo e de Alexandre de Serpa Pinto ficaram estes logo escolhidos, conferindo-lhes a comissão a prerrogativa de escolherem estes o terceiro nome, por entre a lista já elaborada, bem como os dos técnicos e do pessoal secundário, com quem desejavam compartilhar a aventura. A escolha veio a recair em Roberto Ivens. Na sessão de 5 de Maio, já com a presença de Hermenegildo Capelo e Serpa Pinto, foi notória a partilha de ideias semelhantes entre os dois e, por ambos, assumido o compromisso de aceitarem levar por diante o que fora estabelecido quanto ao itinerário, por forma a respeitarem-se as decisões da Comissão.

O Decreto de 11 de Maio de 1877 nomeava os três exploradores «*para comporem e dirigirem a expedição que há-de explorar, no interesse da ciência e da civilização, os territórios compreendidos entre as províncias de Angola e Moçambique, e estudar as relações entre as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze, segundo as instruções que receberem autorizadas pelo meu Governo*».

As *Instruções* revestiam-se, deste modo, como o documento oficial que deveria servir de norma e orientar a direcção e o regulamento da expe-

dição, por parte dos exploradores. Da sua redacção foram incumbidos o Vice-Presidente Bernardino Barros Gomes, o Secretário José júlio de Bettencourt Rodrigues, o Vice-Secretário Luciano Cordeiro e ainda o Vogal José Vicente Barbosa du Bocage. O projecto de redacção, datado de 3 de Julho, foi aprovado por maioria na Comissão, com o voto favorável de João de Andrade Corvo, e submetido ao Governo, foi por este aprovado sem emendas, nem adendas, e tornado firme pela Portaria de 6 do mesmo mês. Não vamos repetir o já atrás referido âmbito geográfico da expedição, mas convém assinalar que, no documento, em parte alguma se alude à região dos grandes lagos e, muito menos, a uma travessia costa a costa, se bem que como já afirmámos acima, a liberdade concedida aos exploradores na escolha do itinerário, face a eventuais dificuldades surgidas no terreno, pudesse conduzir a um desfecho que contemplasse essa solução. O que se veio a passar corrobora a nossa ideia de que esteve, nesta disposição das *Instruções*, a mão de Luciano Cordeiro, inconformado por não ter conseguido convencer os seus pares da pertinência da sua proposta, veio a introduzir a dita ressalva. Dando abertura ao tratamento casuístico permitiu consubstanciar o que apelidámos no título de voluntarismo imprudente. Por entre as várias recomendações inseridas no documento destacamos as seguintes:

“Nos territórios sujeitos à Coroa, é da maior conveniência que os exploradores convençam as populações de que a acção do Governo Português não pode deixar de ser-lhes benéfica, contribuindo para a sua pacífica prosperidade;

Sempre que se reconhecer que portugueses promovem, coadjuvam ou se associam à escravatura, far-se-á desse assunto um relatório especial, que comunicará reservada e confidencialmente, ao Governo, na primeira oportunidade;

Deverão os exploradores tomar nota de todos os elementos precisos para a determinação exacta do itinerário e para o reconhecimento geográfico e histórico-natural das regiões que percorrem. Averiguarão assim, com o rigor possível a situação exacta dos pontos fundamentais do seu roteiro; determinarão o perfil das linhas de trajecto; procederão sempre que lhes seja possível fazê-lo, às sondagens mais características dos rios e lagos que explorarem”.

No extenso rol dos encargos científicos de ordem física e geográfica, havia menção às recolhas das determinações magnéticas, termométricas, barométricas, hipsométricas, etc., bem como atentariam à climatologia, à hidrologia e à etnologia, à recolha de produtos histórico-naturais, com

especial preocupação no estudo dos diferentes povos e seus costumes, para além de avaliarem, diariamente, as distâncias percorridas. Estava, inclusive, incluído um modelo de livro de viagens, concebido para se registarem os diversos dados recolhidos, e cuja concepção foi partilhada entre José Júlio de Bettencourt Rodrigues e José Vicente Barbosa du Bocage, afinal, também estes, entusiastas sócios fundadores da SGL. Só nesta perspectiva devemos considerar o amplíssimo contributo dinamizador de homens que pertenciam à recém-criada instituição que no seu seio sempre apoiou e promoveu o debate e a divulgação do projecto, independentemente da divergência em algumas opiniões, o que não pode ser estranho a um salutar convívio científico, apoiado na máxima que consagra: «da discussão é que nasce a luz».

Não podemos deixar de estranhar a ausência de referências relativamente à experiência, no terreno, da acção missionária dos portugueses naquelas paragens, com uma longa tradição que remontava a finais do século XV, com preciosa documentação sobre os espaços que se pretendia revisitar, nomeadamente as vias de penetração e os usos e costumes das múltiplas etnias. No caso de Moçambique, a presença dos Jesuítas a partir de meados do século XVI e a figura ímpar de D. Gonçalo da Silveira (1521-1561), décimo filho do primeiro Conde de Sortelha, que criou e alargou as missões em Gamba, Tongue, Inhambane e Monomotapa (actual Zimbábue). Na segunda metade do século XIX, os missionários jesuítas resolveram instalar-se perto de Tete, fundando a missão de S. José de Boroma, onde ficou concluída, em 1890, uma igreja e escola anexa, aqui pregando e alfabetizando as populações. Também no século XIX, D. António Barroso (1854-1918), ordenado presbítero, em Setembro de 1879, no Real Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache, foi missionário cientista em Angola e em Moçambique. O seu relatório de 1894, sobre o «Padroado de Portugal em África» patenteia o valor da sua acção como bispo missionário, sendo que refere o facto de ter encontrado no Congo, missões de congregações estrangeiras com a bandeira francesa desfraldada, em territórios sob administração portuguesa.

Depois do breve parêntesis regressemos ao tema principal. Brito Capelo e Serpa Pinto realizaram uma viagem de 20 dias que os levou a Paris e a Londres, com a finalidade de ali adquirirem os equipamentos da mais avançada tecnologia, material necessário para a expedição. Encontraram-se na ocasião com Ferdinand Lesseps e Antoine Thomson d'Abbadie, explorador da Etiópia e autor da *Géodésie d'une partie de la Haute Ethiopie*, obra editada em 1861, e reeditada em 1873, considerada uma «bíblia» dos exploradores africanos daquela região.

Sabemos como os exploradores embarcaram para África, a 7 de Julho de 1877, tendo recebido no reino as mais significativas homenagens, a que não foi estranho o sempre agradável estímulo de uma promoção ao posto imediato, por decreto. Na SGL, em sessão solene de 4 de Julho, especialmente convocada para se proceder a uma homenagem, foi oferecida aos exploradores uma bandeira nacional, dádiva de uma dama que a teria confeccionado pelas próprias mãos, desejando manter o anonimato, mas que correu ter sido a mulher de Luciano Cordeiro. Nela usaram da palavra os exploradores tendo Serpa Pinto incluído no seu discurso uma passagem que não poderia ter agradado mais a Luciano Cordeiro e, sucintamente, referia o facto de ter sido deixado ao critério dos expedicionários, e às circunstâncias em que pudessem encontrar-se, pelas *Instruções* do Governo e da Comissão Central Permanente de Geografia, a escolha do itinerário a seguir e o ponto de partida da expedição para se internarem, concluindo que, dependendo das circunstâncias seguiriam o Cuango e, bem assim, o caminho mais proveitoso a seguir para a *contracosta*, ou regressarem ao Cunene. Afinal, a vontade de Luciano Cordeiro também embarcaria volvidos três dias! Da leitura das cartas trocadas entre o Secretário-perpétuo da SGL e Serpa Pinto, que se guardam num precioso volume pertença da Biblioteca da instituição, e a que se deve a acção infatigável de Gago Coutinho e a atenção do livreiro antiquário José dos Santos, deixa perceber que desde muito cedo houve cumplicidade entre os dois homens para que a viagem costa a costa se pudesse vir a concretizar.

A despedida oficial realizou-se no gabinete do ministro da Marinha e Ultramar, no mesmo dia da partida, tendo daí sido acompanhados até ao navio pelos Vogais da Comissão Central Permanente de Geografia, uma delegação da SGL, bem como outras altas personalidades. Na ocasião, o almirante Francisco Maria Pereira da Silva ofereceu àqueles heróis, mesmo antes do feito praticado, uma pena de ouro, tendo lido um emocionante discurso:

“Ofereço esta pena aos nobres oficiais portugueses, que em serviço da Pátria e para maior glória dela, vão explorar o interior da África e gravar em novos padrões e avivar nos antigos o brasão amortecido de Portugal.

Esta pena é destinada a firmar-lhes e a imortalizar-lhes os nomes nos autos que houverem de lavrar, afirmando importantes descobertas, novas pérolas que hão-de substituir as que faltam no engaste do despojado diadema português, que de tantas e tão preciosas fora enriquecido no século XV e no século XVI.

Oxalá que este fragmento de metal, sem outro valor que o vago de uma esperança se converta ainda um dia em valiosa jóia, de que venha a ufanar-se a Sociedade de Geografia de Lisboa, se de ser dela depositária for; pelos seus serviços, julgada digna” (Actas da Sociedade de Geografia, vol. I, p. 54). A pena tinha a inscrição: «Feliz Êxito! 7-7-77».

III – A FUSÃO DA COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE GEOGRAFIA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. ANTECEDENTES E CONSEQUÊNCIAS

Sabemos como os Estatutos da SGL foram aprovados pelo Alvará de 29 de Janeiro de 1876, que contemplavam a criação, no seu seio, como fundacional, a **Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização de África**, vulgarmente conhecida por **Comissão Africana**. Como reacção a esta iniciativa da novel instituição privada, o ministro da Marinha e Ultramar, João de Andrade Corvo, viria a responder com a criação, pelo Decreto de 17 de Fevereiro do mesmo ano (volvidos, por conseguinte, tão-só 19 dias), publicado no *Diário do Governo* de 19 do mesmo mês, da **Comissão Central Permanente de Geografia**.

Uma vez que as personalidades preparadas para estudarem e apreciarem os desideratos comuns aos dois organismos, um privado e outro estatal, eram o escol de uma elite reduzida, bem se pode adivinhar que uma boa parte dos elementos dos dois grupos eram os mesmos. As sucessivas mudanças ministeriais que ocorreram nos anos seguintes, fruto da queda dos governos, pertencentes a partidos diferentes, vieram a evidenciar que, na verdade, embora os assuntos tratados fossem os mesmos, na Comissão Africana da SGL, era fácil os sócios chegarem a acordo na tomada de decisões, enquanto no organismo do Estado, as mesmas tardavam e raramente se obtinham consensos, já que se transportava para as reuniões a nefasta influência do poder político, já então organizado em partidos que se digladiavam no espaço parlamentar. A situação, para além de caricata, criara um clima de verdadeira perplexidade, tanto no Governo como no Parlamento. Impusera-se tomar medidas e terminar com um tal embaraço, evidenciador de uma tão perturbadora ineficácia e ineficiência do organismo do Estado.

O Ministério presidido pelo marquês de Ávila e Bolama, em que José de Melo Gouveia sobraçava a pasta da Marinha e Ultramar, caíra em Março de 1878, tendo sucedido, ao primeiro, Fontes Pereira de Melo e, ao segundo, Tomás Ribeiro. Foi neste contexto que, por Portaria de 24 de Dezembro de

1878, viria a ser criado um grupo de trabalho, constituído por membros da comissão estatal, com vista à apresentação ao governo, em tempo útil, de um projecto de fusão daquela na SGL. O pequeno grupo era constituído pelo Director-Geral do Ultramar, Francisco Costa, e por José Vicente Barbosa du Bocage, Presidente da SGL e Luciano Cordeiro, Secretário-perpétuo da mesma. Conhecido o diploma oficial, não tardariam as reuniões no seio da SGL e, na Assembleia de 10 de Fevereiro de 1879, Francisco Ferreira do Amaral (futuro Governador-Geral de Angola, entre 1882-1886 e Presidente da SGL, entre 1894-1908) apresentou à Mesa a seguinte moção, para votação: “ *Constando que o Governo de sua Majestade deseja e promove, no interesse da Ciência e do País, a fusão da Comissão Central Permanente de Geografia, devidamente reformada, na Sociedade de Geografia de Lisboa; a Sociedade autoriza plenamente a sua Direcção a negociar este acordo*”.

Conhecemos, pelas Actas, que o proponente pediu escusa para justificar a sua proposta, convencido de que nenhum sócio discordaria da mesma, face à vantagem de um tal assunto, de negociações entre o Governo e a Sociedade, não ser tratado numa assembleia pública, impondo-se o voto de confiança delegado, afinal, em duas pessoas que pertenciam ao grupo de trabalho – o Presidente e o Secretário-perpétuo da SGL –, já estatutariamente mandatados para tais circunstâncias de representação externa com as entidades oficiais. Na discussão subsequente, e antes da votação, sublinhamos a intervenção de Costa Sequeira para declarar que era seu entendimento, fosse qual fosse o acordo a que se chegasse, garantir que ficasse assegurada a índole da SGL, como uma associação livre e particular. Luciano Cordeiro corroboraria estas palavras, informando que era essa também a opinião do Governo e do grupo nomeado, tendo acrescentado que João de Andrade Corvo, um dos membros do Gabinete, lhe significara, em conversa mantida, que, no projecto a apresentar, a feição da SGL estava fora de questão e era para conservar, até porque a iniciativa particular tinha revelado melhores resultados que a oficial e, essa realidade, tinha sido o próprio motivo que levava à consideração de fundir a Comissão na Sociedade.

A proposta de Ferreira do Amaral seria aprovada por unanimidade, mas a decisão final ainda tardou, porque ocorreriam novas remodelações governamentais. O ministério de Fontes Pereira de Melo demitiu-se e deu lugar a um novo, presidido pelo progressista Anselmo Braamcamp Freire, em que o marquês de Sabugosa ocuparia a pasta da Marinha e Ultramar, embora por pouco mais de um ano, já que, a 20 de Janeiro de 1880, o cargo passou a ser exercido pelo visconde de S. Januário, Presidente honorá-

rio da SGL, de que havia sido o primeiro presidente. Temos para nós que esta mudança governamental facilitou a tomada de decisão, agilizando o processo, e a Lei de 12 de Agosto de 1880, publicada no *Diário do Governo*, nº 183, de 14 seguinte, veio a integrar, pura e simplesmente, o organismo oficial Comissão Central Permanente de Geografia, na associação privada, Sociedade de Geografia de Lisboa, passando a denominar-se **Comissão Central de Geografia**.

Nos 24 Vogais nomeados para constituírem a nova comissão estavam incluídos o Director-Geral do Ultramar e o Presidente da SGL, digamos que como co-presidentes da mesma, sendo que competia àquela prestar todas as informações e pareceres, que lhe fossem requeridos ou solicitados pelo Governo, sobre os assuntos da sua competência, ficando à sua guarda e conservação a biblioteca e o arquivo da comissão extinta. Dado que todo o expediente passaria a correr pela SGL, o Governo comprometeu-se, pelo diploma, a satisfazer os encargos correspondentes, mas também os relativos à publicação regular do *Boletim* da Sociedade, digamos que como uma contrapartida, em que pressentimos a mão avisada de Luciano Cordeiro na elaboração do projecto, passado ao papel na forma de lei, assegurando os meios necessários para, sem sobressaltos de tesouraria, perenizar um veículo fundamental na acção a que se propunha a SGL, divulgando os trabalhos científicos dos seus membros e as actividades desenvolvidas no seu seio. Os Secretários da Comissão Central de Geografia, eleitos por esta dentre os seus Vogais, recaíram em Luciano Cordeiro e Alfredo Pequito. Em 1888, na sua obra *Marinha e Colónias. Estudos sobre a sua administração e reforma*, Luciano Cordeiro dedicaria um capítulo do livro a justificar a integração da Comissão Central Permanente de Geografia na SGL, referindo a dado passo: “*Depois, enquanto a instituição formada pelas dedicações particulares e pelo estudo livre, crescia e se impunha à simpatia geral pela sua actividade e pelos seus patrióticos impulsos, a corporação oficial funcionava hesitante e morosamente, sem uma grande coesão de vontades*”.

Certo é que, na nova comissão, não se tornaram a registar discussões prolongadas e pouco proficuas, sendo que era convicção unânime dos seus membros que havia a necessidade de prosseguir com as explorações geográficas, bem como assegurar uma ocupação *de facto*, que permitisse afirmar a soberania de Portugal naquelas possessões ultramarinas, para além da justificação histórica. Não cabe aqui alargarmo-nos na dilucidação dos trabalhos e das propostas, nem da nova comissão, nem da Comissão Africana da SGL, que continuou a existir, muito embora se imponha referirmos a criação de

um Fundo Nacional Africano para, por subscrição pública, angariar o capital necessário ao estabelecimento das chamadas «estações civilizadoras» no Ultramar. O que mais nos importa é darmos conta de uma nova realidade, emergente de um debate mais sereno e aprofundado. Os exploradores Capelo e Ivens, nas obras por si publicadas sobre as viagens que realizaram, aludiam à necessidade imperiosa de se concluírem as cartas dos territórios das Províncias Ultramarinas.

Na verdade, já na sessão de 15 de Maio de 1876, o segundo tenente da Armada J. B. Ferreira de Almeida apresentara uma proposta do seguinte teor: “*A Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa fica encarregada de pedir ao Governo a rectificação das Cartas das colónias e o levantamento das Plantas dos portos não determinados*”. Os ventos sopravam agora no sentido de se atender, concomitantemente, a duas preocupações. O visconde de S. Januário, na sessão de 5 de Dezembro de 1881, viria a considerar a necessidade urgente e absoluta de se proceder a uma organização regular do corpo hidrográfico, no que foi apoiado pelo sócio Pereira de Sampaio.

Durante o ano de 1882, as atenções concentraram-se nesta última direcção e o oficial da Armada, Guilherme Augusto de Brito Capelo, irmão do explorador com os mesmos apelidos, apresentou à Secção de Náutica da SGL um Projecto de levantamento da Carta hidrográfica de Angola, apoiado nas muitas informações constantes dos escritos sobre as explorações ali efectuadas num passado recente. Tal projecto mereceu da Secção de Náutica a elaboração de um Relatório, incumbido ao sócio Neves Ferreira, e enviado em 25 de Outubro de 1882, a Luciano Cordeiro, na sua qualidade de Primeiro Secretário da nova Comissão Central de Geografia, em que podemos ler:

“A Hidrografia, no estado actual da Ciência, requer um grande rigor de execução e demanda, portanto, o emprego de um pessoal hábil, munido de instrumentos aperfeiçoados; não nos parece, pois, fácil obter resultados práticos, se pretendermos fazer o levantamento hidrográfico da costa de Angola, cometendo esse serviço a um único individuo técnico, e muito particularmente não se tendo procedido ao levantamento geodésico daquela colónia, o que importa em dizer: que não está ainda ali estabelecida uma triangulação que possa servir de apoio ao levantamento hidrográfico. É pois necessário fazer tudo, começando pelo reconhecimento da base, medição desta, e partir daí para o estabelecimento da rede indispensável para as operações subseqüentes”.

Face ao Relatório e aos Projectos de Guilherme de Brito Capelo, compilados por J. A. Brissac das Neves Ferreira, num volume impresso,

intitulado *Levantamentos Hidrográficos no Ultramar – Parecer da Secção de Náutica*, a Comissão Central de Geografia viria a elaborar uma Proposta, com vista a ser submetida ao Governo, datada de 29 de Dezembro de 1882, em que não modificando na sua essência o teor dos documentos que a inspiraram, apenas altera o carácter individual do projecto, alargando-o a um grupo bem mais dilatado, e evidenciando a necessidade de subordinar os trabalhos a um sistema invariável, baseado na adopção do Regulamento da Comissão Hidrográfica do Reino, bem como nas Instruções já contidas nos diplomas oficiais que haviam contemplado as anteriores expedições:

“A Sociedade de Geografia representará ao Governo acerca da urgentíssima necessidade de proceder ao levantamento hidrográfico das costas e portos das possessões portuguesas, e particularmente das costas, portos e rios da província de Angola, conforme as bases indicadas nos projectos juntos”.

Esta Proposta foi discutida na sessão de 14 de Fevereiro de 1883 e realizada a votação foi aprovada, sem que alguém se opusesse a que viesse a consubstanciar um Parecer treladado daquela.

Recebido o aludido Parecer, o Governo sentiu-se moralmente obrigado a tomar medidas com vista à implementação dos desideratos consignados naquele, criando, por Decreto, e para o efeito a **Comissão de Cartografia**:

“Considerando quanto importa promover a publicação de cartas e notícias geográficas onde se consignem os resultados de sucessivas investigações, para as quais a nação portuguesa tem contribuído com o mais constante desvelo, desde que, em remotas eras, teve a glória de iniciá-las, e de cuja importância nos dão seguro testemunho os nomes que os nossos viajantes impuseram a inúmeras localidades por eles descobertas, nomes que não é lícito permitir que se olvidem ou se adulterem;

Considerando que a exacta representação dos territórios sujeitos ao domínio da Coroa portuguesa tem incontestáveis vantagens de ordem política e administrativa;

Considerando que as cartas portuguesas das províncias ultramarinas estão longe de satisfazer ao que delas se exige, com relação ao estado de adiantamento da ciência geográfica;

Considerando finalmente a conveniência inegável de que os trabalhos que venham a publicar-se sejam subordinados a um plano único e formem um sistema homogéneo quanto possível completo:

Hei por bem nomear uma comissão encarregada de elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal, e bem assim quaisquer estudos geográficos a elas imediatamente ligados, segundo as instruções que, pela secretaria de estado dos negócios da

marinha e ultramar, lhe serão ministrados; devendo a referida comissão ser composta do major de engenharia, Agostinho Pacheco Leite de Bettencourt, chefe de secção da 3ª repartição da direcção geral do ultramar, do capitão-tenente da armada real, Hermenegildo de Brito Capelo, do capitão de engenharia Carlos Roma do Bocage, do primeiro tenente da armada real, Roberto Ivens e do tenente de engenharia Afonso de Moraes Sarmiento, sendo o primeiro presidente e o último secretário.

O ministro e secretário de estado dos negócios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 19 de Abril de 1883 = Rei = José Vicente Barbosa du Bocage”.

O Decreto, publicado no *Diário do Governo* nº 91, de 24 de Abril de 1883, mereceria por parte da SGL um primeiro reparo, traduzido numa moção elaborada por Palermo de Faria, apresentada e votada na sessão de 27 de Abril seguinte, volvidos apenas três dias, em que se lamentava “*profundamente que no decreto de nomeação da Comissão encarregada de elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal, e quaisquer estudos geográficos a elas imediatamente ligados, fosse completa e totalmente esquecida a Sociedade de Geografia de Lisboa, iniciadora destes trabalhos*”.

Sabemos como a **Comissão de Cartografia**, embora na dependência directa do ministro da Marinha e Ultramar, veio a perdurar durante mais de 50 anos, e a sua enorme importância só pode encontrar paralelo nas figuras ímpares de dois destacados membros da SGL, cientistas de elevado mérito e reconhecimento internacional, a que ela se devotaram «de alma e coração», contribuindo para a excelência dos trabalhos produzidos, tais foram Ernesto de Vasconcelos e Gago Coutinho. Quando um dia se fizer a história da sua produção e das suas inúmeras actividades, que espera a atenção de um investigador que a ela dedique um trabalho aprofundado, teremos a oportunidade de, uma vez mais, perceber a relevância dos contributos que foram dados, já pela SGL, em geral, já por muitos dos seus sócios, em particular. Impõe-se, contudo, dar testemunho do estudo realizado por Humberto Gabriel Mendes, intitulado “As Origens da Comissão de Cartografia e a Acção Determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo. A História Política das Explorações Africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto”, publicado em Lisboa, no número de Setembro 1982 da *Revista do Instituto Geográfico e Cadasstral*, a páginas 29-70, (igualmente disponível na *Série Separatas*, CLI, do Centro de Estudos de Cartografia Antiga – Secção de Lisboa, Junta de

Investigações Científicas do Ultramar, do mesmo ano) que acompanhámos neste singelo bosquejo.

IV – CONCLUSÃO

O tempo já vai longo, impõe-se que passemos a concluir. O elitismo é a responsabilidade. O que a SGL veio afirmar no início do último quartel do século XIX foi que havia a necessidade urgente das autoproclamadas elites assumirem uma responsabilidade ética e cívica, face a um perturbador panorama de subdesenvolvimento, e de uma patente incapacidade política, ensaiando uma proposta de fazer convergir as partes com peso no meio social e intelectual, no sentido de Portugal poder emparceirar-se com as nações mais avançadas daquele tempo. Poder da ciência, poder da cultura, poder da educação, em suma, poder do conhecimento, aliados, verdade seja, ao poder económico e financeiro, ao poder da informação e ao poder de influência dos homens ligados à indústria, ao comércio, à banca, ao aparelho do Estado, às forças armadas, aos jornais, à magistratura, à diplomacia, ao ensino, à saúde, etc., num esforço conjunto de promoverem, pelo seu prestígio pessoal, a elevação do debate e o apuramento de soluções adequadas, para tirarem o país do atraso a que estava condenado. Acrescia a força dos afectos, entretanto estimulados pela salutar convivência, estabelecida no seio da SGL.

O rigor histórico e o respeito pelos sucessivos exploradores que se atreveram a percorrer o interior de uma África praticamente desconhecida da Europa, bem nos merece recordar as palavras de Henrique de Carvalho na sua obra *Ethnographia*, de 1890: “*Que não corra como novo, o que para nós é antigo*”. No dizer dos autores da mais recente investigação sobre este tema, a que já nos referimos, aquela frase do grande explorador e etnógrafo da Lunda, é uma poderosa fórmula que ao tempo resumia uma verdade histórica, na estratégia política, e o sentimento de uma nação dada a ressentimentos pela miragem de destinos imperiais.

Tal como também sublinhámos no início, nos nossos dias só permanecem conhecidas as obras de Serpa Pinto e de Capelo e Ivens, todas as outras estão totalmente esquecidas. Se é verdade que a toponímia das vilas e cidades de Portugal ainda contemplam os nomes destes últimos, muito raramente encontramos as dos restantes. Em Angola as antigas Silva Porto, Henrique de Carvalho e Serpa Pinto, cederam o lugar a Kuito, Saurimo e

Menongue, respectivamente capitais do Bié, da Lunda Sul e do Kuango-Kubango.

Tal como afirmámos logo no início não nos propusemos realizar um novo estudo a propósito, nem da Conferência de Berlim, realizada entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, nem de todo o processo que levou ao Ultimato britânico de 1890, entregue, a 11 de Janeiro daquele ano, na forma de um “Memorando” que exigia a Portugal a retirada das forças militares chefiadas pelo major Serpa Pinto do território compreendido entre Angola e Moçambique (nos actuais Zimbabwe e Zâmbia), a pretexto de um incidente entre Portugueses e Macololos. A região era, contudo, reclamada por Portugal que a havia incluído no famoso «Mapa Cor-de-Rosa», pretendendo a partir da Conferência de Berlim essa faixa de território que ia de Angola à contracosta, ou seja, a Moçambique.

Como Nietzsche escreveu: “o que se opõe à verdade não é a mentira, são as convicções”. A virtude da sensatez, essencial à boa prática da produção historiográfica, parece ter tornado aquela reflexão como insofismável. Se é inegável a humilhação nacional sofrida na época, não o é menos que tinham havido alertas para possíveis reacções por parte das potências europeias envolvidas no processo da colonização africana. Manda a verdade, e não o exercício de patriotismo exuberante na redacção dos lustros históricos, que não compete ao historiador, salientar que nas consequências do ultimato, não pode ser olvidado o Tratado de Partição com a Grã-Bretanha, assinado em Lisboa, a 28 de Maio de 1891, há 125 anos. Se o Tratado de Londres, de 20 de Agosto de 1890, que definia os limites territoriais de Angola e Moçambique não nos fora favorável, o posterior supracitado, de Lisboa, com um realinhamento mais ponderado da posição britânica, traduziu um benefício substancial para Portugal, quicá, o que permitiu por mais 85 anos a presença portuguesa em África, não esquecendo o significado da participação do país na Grande Guerra.

Disso será uma primeira consequência a vitória diplomática portuguesa na chamada «Questão do Barotze», despoletada em 11 de Junho de 1891, referente ao estabelecimento das fronteiras de Angola. Foi, como bem sabemos, resolvida a favor de Portugal, em prejuízo da Grã-Bretanha, face à arbitragem de Vitor Emanuel III da Itália, e permitiu que aquele espaço colonial português se visse acrescentado em mais 1/3 da sua área futura. É importante salientar a inestimável acção do Alm. Ernesto de Vasconcelos, Secretário Perpétuo da SGL, na elaboração dos estudos topográficos que permitiram elaborar as alegações nacionais no contexto das negociações diplomáticas.

A SGL, nos dias de hoje, como o fez há 140 anos, persiste e prossegue nos ideais consagrados nos seus Estatutos, sendo que o ambiente do país, por comparação com os seus pares europeus, e face à nova realidade da globalização, não parece ter evoluído significativamente. A sua acção, ao longo de quase um século e meio de existência, é, contudo, parte da Memória colectiva da nação, e a sua História continua a escrever-se no dia-a-dia, fazendo perdurar nos vindouros o reconhecimento do seu papel em prol da ciência, da cultura e da arte, mau grado as vozes de alguns arautos da desgraça, de «Velhos do Restelo» e de utópicos magos de novos «Quintos Impérios».

Os grandes impérios centro-africanos extinguiram-se há muito e desvaneceu-se o mito do *Muene Puto*, o todo-poderoso e distante rei-irmão que um dia viria do mar para criar um mundo de abundância, mas ainda subsiste a vontade de nos mantermos unidos, para além da realidade perene – a Língua que nos é comum.

Nos céus as estrelas são ainda as mesmas e, se quisermos acreditar, novos sonhos se poderão tornar realidade.





A Liga Naval Portuguesa – Mar, Política e Cultura, entre dois regimes

*Fernando David e Silva*¹

A CRIAÇÃO DA LIGA NAVAL PORTUGUESA

A Liga Naval Portuguesa foi criada em 1900 no contexto do que podemos chamar “movimento das ligas navais”, iniciado com a fundação da liga inglesa em 1894, seguida, quatro anos depois, da liga alemã. O contexto era o da dinâmica política e militar europeia, marcada pela rivalidade entre o Reino Unido e o que até então exercia um indisputado domínio do mar, indispensável à sua segurança e à expansão do seu império colonial, e o emergente Reich alemão, que procurava afirmar-se como o grande poder da Europa continental, ao mesmo tempo que procurava também consolidar e alargar os territórios adquiridos em África, na China e em ilhas do Pacífico.

Quanto a Portugal, os anos finais do séc. XIX foram marcados pelas campanhas de ocupação dos territórios africanos. Na viragem do século, a Marinha atravessava um período de um certo declínio da sua influência na vida nacional, sobretudo em função da natureza das referidas campanhas, principalmente conduzidas pelo Exército.

Permanentemente deficitário nas suas contas, o País vivia ainda sob os efeitos das crises financeira e económica desencadeadas no início da década de 1890. Em função destes condicionalismos, chegou a sugerido na imprensa que a Marinha fosse drasticamente reduzida. Estas questões

¹ Contra-Almirante (REF), membro efectivo da Academia da Marinha e investigador associado do Centro de Investigação Naval da EN (CINAV).

terão sido as que mais influenciaram a iniciativa de criação da Liga Naval Portuguesa em 1899, assumida por um grupo de oficiais da Marinha, sócios do Clube Militar Naval. A nova associação teria como objectivos o estudo e a propaganda das questões do Mar, promovendo o seu desenvolvimento com a colaboração de personalidades e instituições activas na sociedade, a exemplo dos propósitos que animavam as congéneres estrangeiras que a precederam.

A primeira Liga Naval a surgir foi a “British Navy League”, fundada em Dezembro de 1894 por um pequeno grupo de entusiastas de assuntos da Marinha, liderados por um jornalista e político, tendo por objectivo contribuir para a conservação da supremacia marítima do império britânico. O argumento central era simples: a estabilidade e segurança do império dependiam do poder naval, logo era a Marinha e não o Exército que devia obter os favores do orçamento. O papel da Liga Naval britânica era o de educar a opinião pública para esse objectivo, através de diversas formas de propaganda ajustadas a grandes audiências.

A “*Deutsche Flottenverein*”, a Associação da Esquadra Alemã (a Liga alemã) foi fundada em 1898. A sua criação deu-se poucos meses depois da apresentação no parlamento alemão da primeira Lei Naval do Reich, cujos propósitos eram a edificação de uma esquadra de alto-mar capaz de, equiparando-se à esquadra britânica, romper com o confinamento marítimo da Alemanha no Báltico e de defender e expandir os interesses coloniais alemães. Tal como em Inglaterra, a realização do plano naval alemão subentendia o apoio da opinião pública para as despesas que tornava necessárias.

As duas primeiras e principais Ligas Navais europeias, que serviram de modelo inspirador à criação da Liga Naval Portuguesa, nasceram e desenvolveram-se em interacção com os ambientes políticos domésticos. Em ambos os casos, as ligas surgiram e desenvolveram-se com o apoio dos sectores ligado aos interesses imperialistas, mais à direita e mais nacionalistas dos respectivos contextos políticos. Como veremos, estas circunstâncias também se verificarão no caso português.

A Liga Naval Portuguesa foi criada em 1900, depois das pioneiras Ligas Navais inglesa (1894) e alemã (1898), e das suas congéneres em Itália (1897), Bélgica (1898), França (1899) e em Espanha (1900), bem como nos EUA e no Brasil.

Como já referimos, em Portugal, a partir dos meados da década de 1890, o Exército passou a suportar o esforço principal nas campanhas de “pacificação” em África. Uma das consequências foi a redução da importância da Marinha, a partir de então remetida, naqueles teatros, para funções

de natureza relativamente secundária. Esta conjuntura colocou a Marinha perante a oportunidade, e a necessidade, de procurar a sua afirmação na frente metropolitana, até porque a rápida evolução das tecnologias navais tinha acelerado a obsolescência das corvetas de propulsão mista, que datavam das décadas de 1850 e 1860.

Alguma melhoria das finanças públicas, associada ao crescimento da produção agrícola e industrial e às medidas de reestruturação da dívida que se seguiram à bancarrota parcial de 1892 permitiu, nos anos finais da década e do século, afectar 2.800 contos para a renovação da Marinha². Tratava-se, é certo, de um valor relativamente pequeno e que apenas recuperava intenções anteriores, bloqueadas pela crise financeira³, mas que permitiu que, durante o curto exercício ministerial de Jacinto Cândido da Silva (Novembro de 1895 – Fevereiro de 1897), fossem mandados construir 3 cruzadores, o “D. Carlos I”, encomendado em Inglaterra, o “S. Gabriel” e o “S. Rafael” encomendados em França, que se juntaram ao “Vasco da Gama” (1875, construído em Inglaterra) e ao “Adamastor” (1896, encomendado em Itália) e atenuaram as vulnerabilidades da Armada no seu tempo. O mesmo ministro tomou também a iniciativa de mandar vir de França (1897) um engenheiro e quatro ajudantes, para procurar ultrapassar as dificuldades de construção do Arsenal da Marinha, permitindo que construísse o seu primeiro navio metálico, o cruzador “D. Amélia”, aumentado ao efectivo em 1901.

Para além de uma certa expressão dos números, era um facto que estes cruzadores – uma classificação lisonjeira, à excepção do “D. Carlos I”, formavam um conjunto dissonante sob o ponto de vista do seu valor militar. Para além disto, eram navios de manutenção relativamente cara e difícil para o estado da tecnologia em Portugal. Estas circunstâncias tornaram estes navios num alvo de crítica, tanto no interior da Marinha como na imprensa e no parlamento.

A outra questão que então se colocou relativamente a um certo declínio na importância da Marinha relativamente às colónias africanas, especialmente em relação a Angola, foi a das ligações marítimas. As poucas soluções privadas que tinham sido tentadas tiveram vida curta, com a alegação de que as carreiras não eram viáveis sem subsídio do Estado. As ligações eram, sempre que necessário, asseguradas pela Marinha que, em 1901, empregava dois navios à vela e quatro a vapor nessas missões. A criação da Empresa Nacional de Navegação (1881-1918) preencheu parte das neces-

² Carta de lei de 21 de Maio de 1896, *Diário do Governo*, nº 117 de 26 de Maio de 1896;

³ Decreto de 10 de Fevereiro de 1890, *Diário do Governo*, nº 36 de 14 de Fevereiro de 1890;

sidades de ligação entre a metrópole e as colónias, ainda que não tivesse passado além de Moçâmedes.

As primeiras propostas para a criação de uma liga naval em Portugal surgiram em Setembro de 1899, através de um texto publicado nos *Anais do Clube Militar Naval*. O problema invocado em primeira prioridade foi o da marinha mercante: “[não é] logico deixar a marinha mercante no estado anémico em que a vemos; nem é coerente que sejam os navios estrangeiros que monopolizem o nosso comércio de transportes [...] Quais as armas e os meios para d’essa luta sair-se vencedor? A força viria de uma *liga naval portuguesa*, que, como as suas congéneres na Inglaterra na Alemanha e na Itália, fizeram grandes as suas marinhas”.

Para além do debate interno à corporação dos oficiais da Armada, a situação também era discutida no seu exterior, com reflexos na imprensa. Em 13 e 14 de Fevereiro de 1900, o diário *Novidades* publicou um artigo no qual se defendia uma redução drástica da Marinha em favor do Exército: “a evolução que a politica internacional vai seguindo, aconselha-nos instantemente a que reforcemos a nossa organização militar terrestre. Precisamos de gastar mais com o exercito [...] E sendo, como somos, pobres, temos de ir buscar ás inutilidades da nossa organização naval a dotação suplementar para as necessidades impreteríveis do nosso exercito”. A ideia terá parecido insuportável aos oficiais que, em 16 de Fevereiro, se reuniram para protestar, no Clube Militar Naval. O debate foi inflamado, com a presença de 78 dos 332 sócios, um número invulgar, considerando a quantidade de oficiais ausentes em comissão na província, nas Ilhas e no Ultramar.

Em 12 de Maio realizou-se uma assembleia geral, na qual foi apresentada pelo sentão segundo-tenente António Pereira de Matos, uma proposta para a que “o Clube Militar Naval tome a iniciativa da formação de uma *Liga Naval Portuguesa* que, á semilhança do que sucede em as ligas navais de França, Italia e Inglaterra, estude a fundo todos os problemas do nosso ressurgimento marítimo”.

Daquela assembleia saiu também uma comissão encarregada dos trabalhos preliminares para a criação da Liga, que apresentou um programa a uma nova reunião, realizada em 23 de Maio na qual, de acordo com a descrição dos *Anais do Clube Militar Naval* “Estiveram presentes além de muitos sócios os representantes das associações comerciais, industriais, sport náutico, sociedade de geografia, grémio dos officiaes da marinha mercante, associação dos engenheiros maquinistas, etc. [num total de mais de 150 pessoas] Mandaram a sua adesão [...] a camara de comércio de Lisboa, centro comercial do Porto, associação industrial Portuense, compa-

nhia de Moçambique, comissão permanente da marinha mercante nacional, grémio marítimo ilhavense, club dos aspirantes de Marinha e Real associação naval”.

O programa apresentado a esta assembleia, que pode ser considerado o seu momento fundador definiu como “objectivo primordial [da Liga Naval Portuguesa] promover [...] o ressurgimento do decahido poderio marítimo da nação portugueza”⁴, para o que se ocuparia de estudar as questões relacionadas com o desenvolvimento das pescarias, marinha de comércio e *yachting*, do “incitamento” da iniciativa particular para promover a expansão da marinha mercante nacional e, por fim, também dos “problemas da marinha de guerra que dizem respeito á protecção do comércio marítimo e ao fomento colonial”.

Na defesa da sua proposta, o segundo-tenente Pereira de Matos não escondeu a sua admiração em relação à Alemanha, alargando-se em elogios ao que designou como “o triumpho do novo imperio [...] O povo alemão, disciplinado, como se fôra um grande exercito, mobilizou-se, á uma, na orientação das sabias linhas que uma inteligentíssima direcção superior lhe indicou”. À Liga Naval, disse, estava destinada uma “sublime e grandiosa missão, e a inauguração de uma era nova de ressurgimento para a marinha portugueza”⁵.

O programa foi aprovado, o segundo-tenente António Pereira de Matos foi nomeado “secretário-perpétuo” da nova associação e foram designados trinta e oito oficiais e civis para constituírem as comissões instaladoras da Liga, dos quais vinte e sete membros para Lisboa e onze para o Porto, numa lista que, entre outras ocupações, incluía oficiais de Marinha, oficiais da marinha mercante, magistrados, industriais, comerciantes, armadores e jornalistas. Nesta lista salientam-se os nomes do duque de Palmela⁶, dos armadores Eduardo Ferreira Pinto Basto, Guilherme Arnaud e Abraão Bensaúde, do escritor e jornalista Brito Aranha, do conde de Samodães⁷,

⁴ Liga Naval Portuguesa – Breve relação dos seus trabalhos desde primeira reunião preliminar até à reunião de 15 de Outubro de 1902 para a provação dos novos estatutos – 1900-1902, Porto, Typ. a Vapor da Empreza Litteraria e Typographica, 1902, pp. 12-18;

⁵ Id., p. 373;

⁶ António de Sampaio e Pina Brederode (1834-1910), que era casado com a 3ª duquesa de Palmela e 3ª condessa de Calhariz. Foi oficial da Marinha, abandonando o serviço activo em 1876;

⁷ Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar (1828-1918), nasceu numa família liberal, foi engenheiro militar e professor, figura relevante do movimento católico nos tempos finais da monarquia constitucional;

dos economistas Bento Carqueja e Bernardino Vareta e dos oficiais de Marinha Pedro dos Santos Diniz, Moraes e Sousa, Rio de Carvalho, Ernesto de Vasconcelos e Ernesto Alves do Rio.



António Pereira de Matos em fotografia de c. 1915.
Foi secretário-perpétuo da Liga Naval e seu grande impulsionador

Os primeiros estatutos da Liga Naval Portuguesa foram aprovados em 17 de Janeiro de 1901 e, nos seus tempos iniciais, a primazia dos seus esforços foi para a marinha mercante e as pescas, propondo-se agregar e representar os interesses ligados a estas duas actividades suprimindo, de certo modo, a ausência de associações que fossem capazes de o fazer. Estas preocupações ficaram reflectidas em artigos surgidos no *Boletim Oficial* da Liga Naval, o seu órgão oficial que, pretendendo ter uma periodicidade mensal, se publicou com alguma irregularidade entre 1902 e 1913. Logo no seu primeiro número, em Outubro de 1902, um artigo do segundo-tenente António Pereira de Matos congratulava-se com notícias que apontavam para a breve abertura de uma carreira da ENN para a África Oriental, escrevendo: “Evidentemente, o Estado não quer a ruína da única empresa considerável de navegação que temos; e, por consequência, deve cobrir todos os prejuízos que ela tenha, quando [...] meter os seus navios á carreira de Moçambique”. Em 1905, com a contribuição da Liga, o governo celebrou finalmente um contrato com a ENN para uma carreira mensal para a costa oriental de África⁸.

⁸ Anais do Clube Militar Naval, Volume XXXVI, Dezembro de 1905, nº 12, p. 642;



Capa do nº 1 do Boletim Oficial da Liga Naval Portuguesa
– Outubro de 1901

As actividades da Liga Naval foram, na fase inicial da sua existência, suportadas através da quotização dos seus associados, complementada com a consignação da terça parte “do imposto de 12 réis por quilograma, a que está sujeito o bacalhau pescado por navios portugueses”, decidida pelo governo de José Luciano de Castro em 1902. A importância desta contribuição fez-se sentir alguns anos mais tarde, quando outros governos e outras circunstâncias do tesouro público levaram à sua alteração. Foi assim em 1908, quando o terço do imposto sobre o bacalhau foi substituído por uma dotação fixa anual de 5 contos de reis⁹ e quando, em 1913, as restrições estabelecidas por Afonso Costa, presidente do ministério e titular das Finanças, revogaram em absoluto a contribuição pública para a vida financeira da Liga Naval, numa aplicação, disse o monárquico *O Dia*, do “facalhão das economias do sr. Affonso Costa”¹⁰.

⁹ Em 1902 o subsídio seria de cerca de 12 contos de reis, partindo da estatística disponível relativamente ao bacalhau desembarcado em Portugal;

¹⁰ Jornal *O Dia*, 17 de Julho de 1913, p. 2;

Quanto a associados, a Liga Naval Portuguesa reclama que chegou a atingir os 6.200, numa contagem reportada a 1906¹¹.

OS CONGRESSOS MARÍTIMOS DE 1903 E 1904

Os estatutos fundadores da Liga Naval, de 24 de Janeiro de 1901, previam a realização anual de um congresso marítimo “quanto possível na primeira quinzena do mês de Janeiro, para apreciação do relatório anual e de todos os trabalhos que forem apresentados ao congresso”. No entanto, as realidades ficaram sempre longe destas intenções e a história da Liga regista um único congresso, realizado em 1903.

Os Novos estatutos aprovados neste ano já não fixavam uma periodicidade anual para o congresso, mas referiam-se aos congressistas com um detalhe que nos permite asseverar a preocupação de envolver nos debates um grande número de pessoas e instituições ligadas ao mar: “Poderão ser congressistas efetivos os ministros que tenham gerido as pastas da Marinha, Fazenda e Obras Publicas; os membros das comissões de marinha das duas casas do Parlamento; os funcionários civis e militares do Ministério da Marinha e Ultramar e suas dependências; oficiais da armada e da marinha mercante; lentes das escolas superiores; representantes da Academia Real das Ciências, do Instituto de Coimbra e das associações de imprensa; os directores de jornais ou revistas especiais; associações científicas, marítimas, comerciais, industriais, agrícolas e coloniais; bancos, companhias coloniais e empresas de navegação ou pescarias nacionais; negociantes, industriais e agricultores coloniais; proprietários ou capitães de embarcações de commercio ou *yachts*, e os autores de trabalhos sobre assumptos marítimos apresentados ao congresso”.

O 1º (e único) Congresso Marítimo começou a ser preparado em Julho de 1901, quando a Liga tinha escassos seis meses de existência, anunciando-o do seguinte modo: “Graves e importantíssimas são as questões de que o congresso tem de ocupar-se. Em Portugal, nem sequer existem os fundamentos de uma solida organização marítima. Escolas, portos, companhias seguradoras e instituições oficiais, tudo é fora do espirito da época, desigual

¹¹ Boletim Marítimo, Janeiro-Fevereiro-Março de 1906, p. 10, que também refere a quantidade de associados das principais Ligas Navais europeias: Alemanha – 810.000 sócios; Inglaterra – 20.000; Espanha – 13.000; Itália – 10.000; França – 5.000;

e apoucado, por não obedecer a uma orientação superiormente definida”. A avaliar por esta passagem, perante a fragilidade dos empreendedores privados e a incapacidade dos poderes públicos, parecia estar tudo por fazer no que se referia às questões do mar. Os temas que a Liga definiu para agregar as teses que seriam apresentadas, dão-nos uma percepção das que eram consideradas as questões mais importantes para Portugal enquanto país marítimo: “I – O ressurgimento da Marinha e o poderio nacional. II – Esboço de um plano geral de revivescência da Marinha nacional. III – Pescarias nacionais. IV – Condições de concorrência de Portugal no mercado internacional dos fretes. V – Expansão do commercio marítimo português. VI – Linhas postais que deve cobrir a bandeira portuguesa. VII – A navegação livre a coberto da bandeira portuguesa. VIII – A construção naval portuguesa. IX – Constituição das equipagens da marinha mercante, registo e seguro dos navios. X – Protecção do Estado à marinha mercante nacional. XI – Organização dos serviços públicos que interessam a marinha mercante. XII – Criação de um yatching nacional. XIII – Segurança da navegação – salvação marítima. XIV – Problemas urgentes da Marinha de Guerra. XV – esboço para um programa de acção para a Liga Naval”.

O Congresso Marítimo Nacional foi aberto no dia 2 de Fevereiro de 1903 pelo rei D. Carlos I, em sessão realizada na sala “Portugal” da Sociedade de Geografia, na qual também estiveram presentes a rainha, o infante D. Afonso, a quase totalidade do ministério e representantes diplomáticos acreditados em Lisboa. Para além dos autores e outros participantes, o Congresso contou com a representação de mais de duas dezenas de associações de interesses, entre as quais se contaram a Associação Comercial de Lisboa, a Associação dos Jornalistas de Lisboa, a Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, a Associação Industrial Portuguesa, a Associação Comercial do Porto e a Associação Industrial Portuense. Neste aspecto parecia cumprir-se a ambição da Liga Naval, quanto à convocação das associações industriais, comerciais e profissionais para discutir as questões do mar.

Foram debatidas cerca de três dezenas de teses, em sessões relatadas por nomes como os dos oficiais de Marinha João Braz de Oliveira, Baldaque da Silva, José Francisco da Silva, Leote do Rego e Pereira de Matos, do oficial da marinha mercante João Oliveira Leone e do economista Bernardino Vareta.

No dia 6 de Fevereiro, na última sessão de trabalho, foram aprovados 57 votos “que em si consubstanciam um programa de acção, essencial-

mente para seguimento dos destinos marítimos do país”. Destas resoluções, saliento as que se relacionaram com a renegociação do tratado de comércio e navegação com Espanha, a necessidade de estudar a prática das pescas intensivas “para remediar o despovoamento das águas”, a indispensabilidade de difundir o ensino primário em todas as povoações marítimas, melhorar o serviço de socorros a naufragos, reduzir os papeis de bordo para os barcos de pesca costeira a um só documento, passado por uma só autoridade, a conveniência de instalar um posto de piscicultura para o repovoamento das águas salobras, a revisão da legislação marítima, unificando-a numa lei geral da marinha mercante, a remodelação da indústria de construção naval, favorecer a associação de capitais interessados na navegação, a adaptação do porto de Leixões a porto comercial, a simplificação das exigências administrativas, aduaneiras e fiscais, que dificultam o movimento de passageiros e o tráfego de mercadorias nos portos nacionais e, para finalizar esta enumeração, muito incompleta, dos “votos finais” deste primeiro Congresso Marítimo, algumas propostas sobre a Marinha de Guerra, relativamente à necessidade de um plano de reorganização e de reconstituição.

Das conclusões do Congresso Marítimo de 1903 ressalta, acima de tudo, a vontade manifestada pela Liga Naval de se assumir como associação representativa dos interesses das indústrias do mar, bem como dos marítimos que nelas trabalhavam, neste caso, dando seguimento à iniciativa, que tinha tomado recentemente, de propor a criação de uma caixa de pensões para os que se encontrassem impossibilitados de trabalhar.

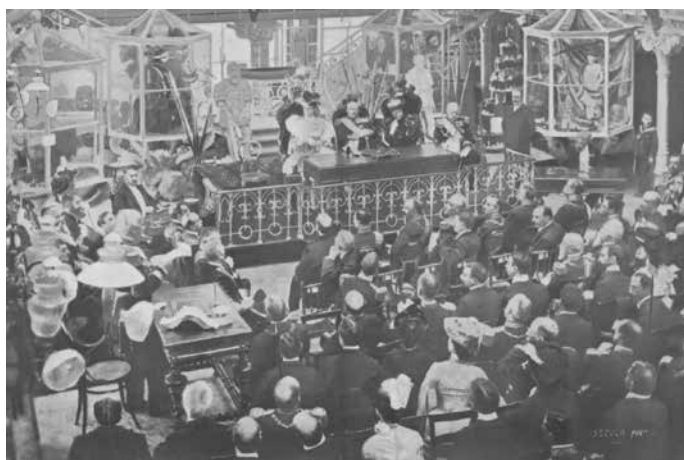
Em 1904, a Liga Naval realizou o Congresso Nacional de Pescarias que, entre 4 e 8 de Setembro, reuniu 530 participantes no teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo, de entre os quais 200 pescadores e delegados de associações operárias, das armações de pesca, do comércio e da indústria. À sessão de abertura presidida pelo naturalista Albert Girard, seguiram-se seis sessões de trabalho, durante as quais se discutiram nove teses que trataram dos meios de evitar a diminuição da pesca, do repovoamento das águas piscosas, do aperfeiçoamento dos engenhos e embarcações, da protecção do Estado à indústria da pesca, da instrução das populações marítimas, do melhoramento das classes marítimas pelo cooperativismo, da união de esforços da classe piscatória e da criação de escolas regionais dentro da Liga Naval ou com o seu apoio e, finalmente, da instituição de um seguro mútuo para as embarcações e engenhos de pesca.

Na última sessão foram aprovados 24 votos finais, que defenderam as especificidades locais das artes de pesca, a instrução dos pescadores, o desenvolvimento da piscicultura, a publicação de cartas de pesca, bem

como diversas medidas relativas à protecção das populações marítimas, como a caixa de pensões para inválidos e a criação de “associações de classe e cooperativas para pescadores”. Também neste congresso, alguns votos finais foram dedicados à Liga Naval e ao seu desejo de alargar o seu papel de associação dos interesses ligados ao Mar.

A par destes dois congressos, a Liga Naval Portuguesa associou-se ao movimento europeu que procurava defender e desenvolver as actividades marítimas. Foi assim que participou, através do seu secretário-perpétuo segundo-tenente Pereira de Mattos, nos Congressos Marítimos Internacionais do Mónaco (1901) e de Copenhaga, em 1902.

Ainda em 1904, o congresso da Associação Marítima Internacional, com sede em Paris, reuniu em Lisboa, com organização a cargo da Liga Naval Portuguesa, juntando delegados e representantes de associações de Portugal, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Itália, Mónaco, Montenegro, Reino Unido e Suécia, e contou ainda com a presença do adido naval dos EUA. Os trabalhos do congresso, realizados na Sociedade de Geografia entre 22 e 27 de Maio, foram abertos com a presença do Rei, repartindo-se por quinze secções temáticas, da Oceanografia e hidrografia, à TSF e às pescas.



Sessão de abertura do Congresso Marítimo Internacional, em 1904,
na Sociedade de Geografia de Lisboa
(fotografia da *Ilustração Portuguesa*)

Alguns anos mais tarde, em 1909, a Liga Naval, através de Pereira de Matos, representou Portugal na Conferência de Bruxelas para unificação do Direito Comercial marítimo, de que resultou a instalação do comité nacional, que passou a reunir especialistas naquele ramo, entre eles professores, oficiais da marinha mercante, representantes do armamento.

O REGICÍDIO E A CRISE NACIONAL: A DERIVA POLÍTICA DA LIGA NAVAL

A morte violenta do rei D. Carlos e do príncipe-herdeiro, em Fevereiro de 1908, acentuou o clima de crise que se arrastava desde a última década do séc. XIX. Depois deste acontecimento, o primeiro-tenente Pereira de Matos, secretário da Liga Naval, foi o porta-voz de um conjunto de associados, que sentiam “a necessidade de uma enérgica intervenção de todos os bons patriotas para dar remédio à situação do país [...] assentando em promover um grande Congresso Nacional em que se estudasse o plano a seguir para dar solução aos grandes problemas que tem na sua dependência o engrandecimento nacional”.

A preparação desta iniciativa começou pouco tempo depois da subida de D. Manuel II ao trono, culminando na abertura do congresso em 14 de Maio de 1910. Presidido pelo republicano Consiglieri Pedroso, juntou personalidades das diversas tendências monárquicas, republicanas e socialistas, bem como quatro dezenas de associações profissionais, comerciais e industriais, representativas de uma larga faixa dos interesses económicos e profissionais do País.

Todos os grandes problemas com que se debatia a sociedade do tempo foram objecto de umas ou mais teses, cujas conclusões culminaram num “Programa de vida nacional” e no voto de que “sem demora, deve iniciar-se uma larga obra de reorganização económica e social”.

O Congresso aprovou 128 propostas, que designou “votos finais”, o último dos quais previa a sua institucionalização com carácter permanente.

UM BALANÇO DA PRIMEIRA DÉCADA DA LIGA NAVAL PORTUGUESA

A vida da Liga nasceu de um sobressalto: a Marinha “vai acabar”, Portugal “morre” porque não tem Marinha de comércio nem Armada que

a proteja. Da sua vida, longa de quase quarenta anos, atravessando quatro regimes políticos, a Liga nunca soube o que era tranquilidade, mar calmo e ventos a favor. Apesar disso, importa reconhecer que foi durante a primeira década da sua existência que a sua actividade foi mais profícua.

Em termos de extensão territorial, a Liga chegou a ter 10 Conselhos regionais (no Continente, nos Açores, em Moçambique, Cabo Verde, Timor e no Rio de Janeiro) e mais de sessenta Juntas locais (em cidades e vilas ribeirinhas), órgãos que funcionavam debaixo do seu órgão máximo, o Conselho Geral.

Ao longo da sua primeira década de vida, a actividade relacionada com a propaganda do Mar abrangeu temas como o fomento da economia marítima, a navegação comercial para as colónias e para o Brasil, os portos, as pescas, a organização da Marinha de Guerra, o direito comercial marítimo e a construção naval. Sobre estes temas, entre 1901 (ano do início da sua actividade regular) e 1910, para além dos congressos já referidos, a Liga promoveu a realização de quase meia centena de conferências, a cargo de oficiais da Marinha e do Exército, da marinha mercante, armadores e economistas, entre outros.

A exemplo das suas congéneres europeias e americanas, a Liga Naval procurou agir como representante dos interesses ligados ao Mar junto dos poderes públicos. Nesta esfera da sua actividade dirigiu aos governos mais de meia centena de exposições e petições, referentes a questões específicas das quais cito, a título de exemplo, a codificação de um regimento para a marinha mercante, os melhoramentos dos portos e do assinalamento marítimo, os impostos e taxas que recaíam sobre as actividades marítimas, as alfândegas, a salvação marítima e as pensões para marítimos inválidos.

No âmbito da instrução, a Liga manteve, com um grau de sucesso variável ao longo do tempo, cursos de pilotagem destinados à habilitação à carta de piloto da marinha mercante, bem como um curso sobre armamentos marítimos comerciais.

Ainda dentro do período 1901-1910, a Liga editou sete volumes da colecção que designou Biblioteca da Liga Naval, num plano originalmente traçado em cooperação com a companhia de seguros Fidelidade. Entre os autores contaram-se Braz de Oliveira, Nunes da Mata, Joaquim Costa, Aires de Ornelas e Pereira da Silva. Foi com a chancela da Liga Naval que se editou *O Nosso Plano Naval*, do então segundo-tenente Fernando Pereira da Silva, um dos textos mais importantes e mais referenciados do pensamento naval em Portugal no séc. XX.



Capa de *O Nosso Plano Naval* do primeiro-tenente Fernando Pereira da Silva, uma edição da Liga Naval Portuguesa

Desde a realização, em 1904, da exposição de oceanografia e pescas que acompanhou o Congresso Internacional de Lisboa, a Liga tinha a ambição de criar um museu da marinha “no qual se concentrassem não só as relíquias da nossa tradição marítima, mas ainda tudo quanto pudesse servir de norma á expansão das industrias marítimas nacionais”¹². O rei D. Carlos comprometeu-se então a ceder a sua colecção oceanográfica, uma vez garantido um edificio para a acolher. Coube a D. Manuel II oferecê-la à Liga, destinada a constituir a secção oceanográfica do Museu Nacional de Marinha. O museu, instalado no palácio Palmela, no largo do Calhariz, onde a Liga ocupava dois andares, foi inaugurado em Fevereiro de 1910, sob a direcção do naturalista Albert Girard (1860-1914), que tinha sido colaborador muito próximo de D. Carlos I.

¹² Liga Naval Portuguesa – Breve resenha dos seus trabalhos no decennio 1902-1912, Porto, Typographia Ferreira, 1912, pp. 91-92;

Vale a pena recordar que este “museu nacional de marinha” não tem qualquer relação com o Museu de Marinha que viria a ser constituído na década de 1930. Quanto à colecção oceanográfica, na verdade o único acervo expositivo de que o museu dispôs, cuja salvaguarda foi objecto de uma das disposições testamentárias de D. Manuel, foi, em 1935, doada pela Liga Naval ao Aquário Vasco da Gama.

Os resultados materiais mais visíveis da primeira década de actividade da Liga Naval, foram a extensão das ligações marítimas a Moçambique, logo em 1903 e o aumento expressivo da frota bacalhoeira, antes limitada no número de navios autorizados a realizar aquela faina, fazendo com que o peso da espécie desembarcada em Lisboa tivesse passado de 2 toneladas em 1900, para cinco toneladas em 1910¹³.

DO “RESSURGIMENTO MARÍTIMO” AO “RESSURGIMENTO NACIONAL”

Entre 1901 e 1910, a Liga Naval foi dirigida por personalidades ligadas aos sectores conservadores da vida política portuguesa, todos figuras de relevo do Partido Regenerador: Júlio de Vilhena (1901-1904), António Teixeira de Sousa (até 1906) e Jacinto Cândido da Silva (1910) [que desde 1903, em dissidência com os regeneradores, liderava o Partido Nacionalista, de inspiração católica]

A mudança de regime, em 5 de Outubro de 1910, impôs um golpe severo nas ambições que os organizadores do Congresso Nacional tinham deixado expressas no último dos seus “votos finais”, que se referia à institucionalização do Congresso enquanto convergência de forças patrióticas, orientadas para o “ressurgimento” do País, ultrapassando os obstáculos atribuídos a facções ou partidos políticos. A morte de Consiglieri Pedroso, em Setembro, tinha também feito desaparecer um importante elo de ligação da elite da Liga Naval com os republicanos. Jacinto Cândido demitiu-se da presidência da Liga depois da revolução.

Nos princípios de 1911, ao abrigo de uma disposição estatutária de 1906, o governo provisório designou duas personalidades de relevo do partido Republicano para o Conselho Geral da Liga: João de Menezes, que

¹³ Nuno Valério (Coordenação), Estatísticas Históricas Portuguesas, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001;

seria co-optado para a presidência, e Sebastião de Magalhães Lima, que ocupou a vice-presidência. Esta liderança manteve-se até meados de 1913, acabando por se desfazer com o argumento de que a lei-travão, promulgada pelo governo de Afonso Costa, tinha asfixiado a Liga que, em larga medida dependia financeiramente dos cofres públicos.

No entanto, estas não terão sido as razões únicas ou as razões profundas do abandono dos representantes republicanos no Conselho Geral da Liga Naval. Com efeito, a ambição de criar uma associação destinada a continuar os trabalhos do Congresso Nacional de 1910 nunca abandonou o enérgico primeiro-tenente Pereira de Matos¹⁴. Em princípios de 1913, numa reunião realizada na sede da Liga Naval Portuguesa, presidida pelo doutor Costa Lobo¹⁵, com a presença de António Pereira de Matos, Fernando Emygídio da Silva, António Lino Neto¹⁶ e Ruy Ferro Mayer¹⁷, entre outros, foi constituída uma comissão que ficou encarregada de dar andamento à criação da “União Patriótica”, a associação que estava em preparação.

A nova organização tinha como principais objectivos promover a restauração da unidade moral da Nação “combatendo todas as causas que teem separado em campos adversos a família portuguesa”, e contribuir para “a grande obra de reconstrução nacional”. Como associados poderiam juntar-se-lhe “todos os portugueses, n’um completo alheamento da politica sectária”.

No lema adoptado, “Acima de tudo – a Patria!”¹⁸, os fundadores da União Patriótica quiseram condensar o seu ideário, marcado por um carác-

¹⁴ Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação, Lisboa, Typographia “A Editora”, 1915, que a par das actas do Conselho Geral da Liga Naval, seguimos como fonte principal nesta passagem do estudo;

¹⁵ Francisco Miranda da Costa Lobo (1864-1945) era doutor em Matemática e professor em Coimbra. Oficial do Exército, foi pioneiro da astrofísica em Portugal. Seria presidente do Conselho regional de Lisboa da Liga Naval entre 1928 e 1933 (?). Foi deputado entre 1905 e 1910 e, mais tarde, durante o Sidonismo. Foi membro da Causa Monárquica, a partir da sua organização em 1914, e presidente da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, um movimento conservador surgido em 1918;

¹⁶ António Lino Neto (1873-1961), jurista e desde 1911 professor na Escola Politécnica de Lisboa, depois de concurso em que Afonso Costa foi um dos adversários. Tinha sido membro do Partido Progressista e era militante e dirigente católico;

¹⁷ Rui Ferro Mayer (1887-1859) foi engenheiro agrónomo e professor da Escola Politécnica de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia;

¹⁸ Liga Nacional (...), p. 25;

ter nacionalista conservador e centrado na oposição à luta partidária, que consideravam desagregadora da sociedade.

A comissão encarregada de dirigir a União Patriótica contou, entre outros, com os nomes de Lino Neto, Oliveira Bello, Costa Lobo, o major Sinel de Cordes, Emídio da Silva, e os oficiais da Armada José Francisco da Silva e Policarpo de Azevedo.

Ainda que tenha anunciado “numerosas adesões á nascente instituição”, a União Patriótica teve um fim prematuro, marcado pelo fracasso de mais uma revolta monárquica contra o novo regime, em Outubro de 1913. Os seus dirigentes atribuíram o seu fim prematuro a “falsos intuitos políticos”, queixando-se de uma “violentíssima campanha” na imprensa, circunstâncias que teriam impedido a aprovação dos seus estatutos¹⁹.

Cerca de dezoito meses depois, tirando partido de uma certa liberdade de acção concedida pelo governo do general Pimenta de Castro (empossado em 1915) aos monárquicos e aos católicos, o Conselho Geral da Liga Naval retomou as intenções de 1913, que tinham sido já as do Congresso Nacional de 1910, de dar corpo a um “modelo de convergência” entre diferentes áreas do pensamento político, com relevo para os monárquicos de diversas tendências e para os republicanos conservadores. Referindo-se ao que consideravam a crise gravíssima que o País atravessava que, segundo eles, julgava que punha em risco a sobrevivência das colónias e a “própria existencia nacional”, foi apresentado um “plano para o estabelecimento [de uma] organização permanente, funcionando dentro da Liga Naval, sob a designação de Comité Nacional, explicando como elle cabe dentro do parographo onze do artigo segundo dos Estatutos”²⁰.

Numa das reuniões realizadas na sede da Liga Naval em Março de 1915 intervieram personalidades do nascente movimento do Integralismo Lusitano, associados na revista *Nação Portuguesa*²¹, como Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, António Sardinha e Xavier Cordeiro. Monsa-

¹⁹ Id. *ibid.*, pp. 27-28;

²⁰ Arquivo Histórico da Marinha, Documentação Avulsa, Caixa 1387/A, “Actas das reuniões do Conselho Geral. Na verdade, a disposição estatutária invocada referia como um dos assuntos de que a Liga se devia ocupar “Estudar o problema marítimo nas suas relações com todos os outros problemas nacionais, emprehendo-se junto do pais e dos poderes públicos pela realização pratica das soluções que me melhor possam convir ao seu desenvolvimento”;

²¹ *Alma Portuguesa* – Órgão do “Integralismo Lusitano” – Revista de philosophia, litteratura e arte, sociologia, educação, instrucção e actualidades, publicou onze números na sua em 1ª série, entre 1914 e 1916;

raz ofereceu “á mesma iniciativa [a do Comité Nacional] a valiosíssima colaboração dos elementos que se agrupam em torno da revista [...] na consciência segura e certa de que ella há de conduzir-nos a uma verdadeira renascença portuguesa”²². Para dar corpo ao seu propósito, apresentou “o schema de uma serie de conferencias sobre a questão ibérica [...] aprovado por unanimidade, n’uma exaltação de vibrante patriotismo”²³.

No final daquele mês, foi tomada a decisão de constituir a Liga Nacional (designação que substituiu a de Comité Nacional), que funcionaria como organização filiada da Liga Naval. Ao mesmo tempo, a Liga passou a ter como presidente Gonçalo de Sousa e Menezes, 3º conde de Bertandos que, nas palavras de um seu panegirista, tinha sido companheiro de Jacinto Cândido na fundação do partido Nacionalista, “fiel à causa monárquica e à religião católica”²⁴. O tenente-coronel Aires de Ornelas, lugar-tenente do rei exilado, foi eleito vice-presidente (da Liga Naval).

Em Abril de 1915 foi eleita a Comissão Executiva dos trabalhos preparatórios da criação da Liga Nacional. António Pereira de Matos, oficial de Marinha e secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa foi designado para a presidência, e da direcção ficaram fazendo parte personalidades como os integralistas António Sardinha, Alfredo Pimenta e Xavier Cordeiro, e os monárquicos João Perestrelo de Vasconcellos, Álvaro Ferreira Roquette e Fernando Cortês Pizarro de Sampaio e Melo²⁵.

Herdeira do “modelo de convergência” adoptado no Congresso Nacional de 1910, ultrapassada a falhada experiência da União Patriótica em 1913, a Liga Nacional entrou no que esperava que fosse o início da sua actividade regular. Na verdade tal não veio a acontecer, já que a revolução que pôs fim à “afrontosa ditadura” também forçou à suspensão temporária de mais este projecto político da Liga Naval.

Até essa suspensão, tinha sido possível constituir quase integralmente a Junta Nacional que iria dirigir a Liga Nacional. A lista dos seus membros²⁶ permite-nos identificar, como referiu Ernesto Castro Leal a matriz do “compromisso político estabelecido na Liga entre 1915 e 1918”, tecida por

²² Liga Nacional (...), pp. 38-39;

²³ Ficaram conhecidas como as “Conferências da Liga Naval”, tidas como um dos momentos fundadores do movimento do Integralismo Lusitano;

²⁴ António Matos dos Reis, Homenagem ao Conde de Bertandos (1851-1929, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Braga, 1979, pp. 7-10;

²⁵ Liga Nacional (...), p.69;

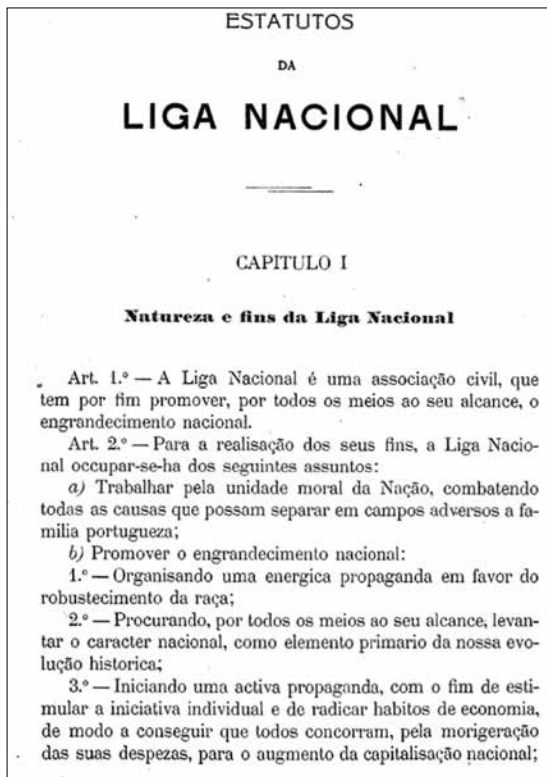
²⁶ Liga Nacional (...), pp. 125-150;

representantes do pensamento católico e monárquico como Jacinto Cândido da Silva e o conde de Bertandos (antigo e actual presidentes do Conselho Geral da Liga Naval); membros da Causa Monárquica como José Fernando de Sousa (jornalista que usava o pseudónimo Nemo, tenente-coronel e engenheiro), Aires de Ornelas e Francisco da Costa Lobo (professor em Coimbra, futuro presidente do Conselho Geral da Liga Naval); e ainda do campo republicano, através de personalidades que eram filiados ou afectos ao Partido Republicano Evolucionista, como Egas Moniz e Caeiro da Mata, ou à União Republicana, como Jacinto Nunes e Fidelino de Figueiredo; e, finalmente, do movimento do Integralismo Lusitano, como António Sardinha, Hipólito Raposo, Rui Enes Ulrich e o capitão Vasco de Carvalho.

Na lista da Junta Nacional, a demonstrar a intimidade entre a Liga Nacional e a Liga Naval, encontramos ainda os nomes de oficiais de Marinha profundamente envolvidos nas actividades da Liga Naval, como os capitães-de-mar-e-guerra Pinto Basto, Vicente Almeida de Eça, Policarpo de Azevedo, José Francisco da Silva, os capitães-de-fragata Macedo e Couto e Pedro de Azevedo Coutinho (futuro presidente do Conselho Geral), do capitães-tenente Fontoura da Costa e, como já referimos, o também capitão-tenente António Pereira de Matos, que tinha presidido a todo o processo constitutivo da nova associação política.

O lema da Liga Nacional – “Acima de tudo – a Pátria”, foi recuperado do que, em 1913, tinha sido adoptado para a malograda União Patriótica, e que também tinha já estado presente no discurso realizado por António Pereira de Matos na abertura do Congresso Nacional de 1910. Deste modo, ficava simbolicamente vincada a continuidade de pensamento entre as três iniciativas.

A revolução de 14 de Maio de 1915, depôs o general Pimenta de Castro e constituiu uma vitória do partido Democrático, de Afonso Costa. A actividade da Liga Nacional, a última das tentativas de intervenção institucional da Liga Naval na política nacional, foi retomada nos princípios de 1916, nunca voltando a alcançar expressão de relevo até ao seu desaparecimento em 1918.



Liga Nacional – Primeira página dos Estatutos (1915)

Depois de realizadas as conferências de António Sardinha (“O Território e a Raça”, 7 de Abril), do capitão Vasco de Carvalho (“Aspectos Político-Militares, 14 de Abril), Hipólito Raposo (“A Língua e a Arte”, 21 de Abril) e de Luís de Freitas Branco (“Música e Instrumentos”, 5 de Maio), a revolução que afirmou o domínio do Partido Democrático impediu que tivessem lugar as que estavam previstas para serem proferidas por José Pequeto Rebelo (“Aspectos Económicos”), Ruy Ennes Ulrich (“Colonizações Ibéricas”), Xavier Cordeiro (“Direito e Instituições”) e Luís da Almeida Braga (“Lição dos Factos”).

A LIGA NAVAL PORTUGUESA DO PÓS-GUERRA AO ESTADO NOVO

A participação de Portugal na Grande Guerra ficou a marcar o termo dos dois períodos de actividade mais expressiva da Liga Naval: o que decorreu entre 1901 e 1908, que correspondeu ao desenvolvimento de acções estreitamente ligadas aos seus objectivos estatutários, e o que mediou entre a decisão de promover o Congresso Nacional que teria lugar em 1910 e as vésperas da beligerância portuguesa, em Março de 1916.

Para os tempos posteriores, os elementos documentais até agora encontrados apenas permitem avaliar de forma relativamente descontinuada a acção da Liga. Os documentos que estão disponíveis mostram, no entanto, que apesar de não ter recuperado a intensidade anterior à guerra, não cessou de todo a sua actividade. No plano político, foram abandonados os planos de intervenção em grande parte concebidos e conduzidos pelo capitão-tenente António Pereira de Matos que, uma vez gorado lançamento definitivo da Liga Nacional, nas circunstâncias atrás aludidas, acabou por se juntar a outro movimento nacionalista que então emergiu, a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938), de seria dirigente nos princípios da década de 1920.

A Liga Naval continuou a contar com a sua acção como secretário-perpétuo e prosseguiu a realização periódica de actividades culturais, na música, bailado e poesia, de que existem alguns registos até à revolução de 28 de Maio de 1926. Dois anos depois assistiu-se a algumas tentativas de ressurgimento da associação a partir da promoção de actividades de carácter social, recreativo e caritativo, tudo ainda na sede do palácio Calhariz Palmela, que ocupava desde 1909, mas cuja renda parecia já pesar excessivamente num orçamento que dependia apenas das quotizações dos associados, cujo número não devia então ultrapassar as duas centenas.

Em 1930 o governo da Ditadura, presidido pelo general Domingos de Oliveira, sendo ministro da Marinha o então capitão-de-fragata Magalhães Correia, decidiu levar a cabo um programa de reconstrução da Marinha de Guerra, recuperando planos anteriormente efectuados pelo também capitão-de-fragata Pereira da Silva, que era agora sub-chefe do Estado-Maior Naval. O lançamento do programa contou com o apoio de uma comissão de propaganda, a que juntaram instituições como a Liga Naval Portuguesa e o Clube Militar Naval e de personalidades como o jornalista Maurício de Oliveira. A sede da Liga Naval acolheu as duas primeiras conferências

promovidas pela referida comissão, no que terá sido a última iniciativa com projecção pública em que se envolveu.



Baile na Liga Naval Portuguesa - 1929

CONCLUSÃO

Logo nos tempos iniciais da sua existência, a Liga Naval Portuguesa adoptou a divisa “O futuro de Portugal está no Mar”. A frase, reveladora do programa que se propôs realizar, foi adaptada de uma passagem de um discurso do Kaiser Guilherme II, em 1901, em Hamburgo, quando se comprometeu com a construção de uma grande Marinha, capaz de romper com o confinamento marítimo da Alemanha e de defender a concorrência com a Royal Navy.

As actividades da Liga tiveram como pontos altos a realização do Congresso Marítimo Nacional, em 1903, do Congresso Marítimo Internacional de 1904 e do Congresso Nacional, em 1910, que foram oportunidades para a sociedade reconhecer a importância do Mar para Portugal e procurar fazer um recenseamento dos problemas e oferecer soluções.

A crise permanente em que o País viveu nas últimas décadas da Monarquia e na República, não criou um ambiente favorável ao sucesso das propostas da Liga Naval. A Grande Guerra, o seu brutal impacto demo-

gráfico, social e económico, os seus antecedentes e as suas consequências, agravaram as referidas dificuldades, na linha, aliás, do que então sucedeu com boa parte das suas congéneres europeias.

O seu grande animador de sempre, o agora capitão-tenente Pereira de Matos, que se tinha envolvido directamente na fracassada revolta monárquica de Outubro de 1913, passou à reforma em 1915, depois de ser julgado incapaz para todo o serviço pela Junta de Saúde Naval. A partir de então, permanecendo nas funções de secretário da Liga, foi um dos principais promotores da sua ligação a actividades de natureza mais vincadamente política.

A Liga Naval viria a suspender a sua actividade em 1939, quando a sua sede se situava já em duas modestas salas do antigo quartel do Corpo de Marinheiros em Alcântara, para onde se tinha mudado em 1932, por falta de dinheiro. Longe iam os tempos da prosperidade e do brilho dos salões do palácio Palmela, ao Calhariz, das frequentes conferências sobre as questões marítimas, das dezenas de delegações locais em cidades, vilas e povoações ribeirinhas, marítimas e fluviais, da edição de textos de debate sobre questões navais e marítimas, das exposições de arte, dos bailes frequentados pela sociedade lisboeta.

Durante a sua existência, a actividade da Liga Naval Portuguesa conheceu alguns sucessos e alguns insucessos. A sua capacidade de influenciar os poderes públicos e de se tornar no grande interlocutor entre o governo, os interesses e as populações marítimas declinou com o fim da Monarquia, sobretudo pela desconfiança política dos republicanos em relação ao grupo que desde sempre dirigiu a Liga.

Em 1930, durante a Ditadura, no governo do general Domingos de Oliveira, o ministro da Marinha (1928-1932) capitão-de-mar-e-guerra Magalhães Correia promoveu a preparação de um programa de aquisições e construções de navios para a Marinha, com o qual procurava ultrapassar a situação de grande fragilidade a que se tinha chegado. Foi na Liga Naval, nos últimos tempos em que teve a sua sede no palácio Palmela, que o capitão-de-fragata Pereira da Silva, então sub-chefe do Estado Maior Naval, fez o seu conhecido discurso do “zero naval”²⁷.

Este foi um dos últimos momentos em que se fez notar a velha grandeza da Liga, que sobreviveu de forma bem mais discreta até que, em princípios de 1939, suspendeu voluntariamente a sua actividade.

Nota – O autor não adoptou o novo acordo ortográfico.

²⁷ A Marinha nos últimos 40 anos – 1926-1966, Lisboa, Ministério da Marinha, s.d., pp. 33-34;



“Portugal, a Marinha e a I GM, da política e estratégia nacionais às operações navais”¹

António Rebelo Duarte²

Estrutura:

- I – Introdução
- II – Envolvente internacional e contexto nacional
- III – Estratégias e Poderes nacionais
- IV – Componente naval do poder militar
- V – Considerações finais

I – Introdução

Têm surgido numerosos estudos sobre as “guerras que acabaram com a paz” (1914-18 e 1939-45), o que não admira se levarmos em consideração que os factos são sempre mais rápidos do que a sua compreensão, tal como a delonga entre os modelos observados e observantes de uma mesma realidade.

Também a historiografia nacional tem afinado pelo mesmo diapasão, prevalecendo-me da oportunidade para felicitar a EN, a nossa Escola, pela iniciativa de ter posto de pé um congresso internacional (14 a 16 Out. 2015),

¹ Conferência realizada no ID.JC em 15DEZ16;

² Vice-Almirante (REF) e Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro.

contribuindo, assim, para o louvável esforço de investigação nacional, de uma problemática ainda longe de esgotar o tempo e espaço para a descoberta e esclarecimento.

Esse grande conflito veio encontrar Portugal, um país de grandes dimensões, por via do império colonial, com uma sociedade essencialmente rural, uma economia atrasada e um novo regime republicano em dificuldades, devido à crescente instabilidade, limitada autonomia e diminuída credibilidade no concerto europeu essencialmente monárquico.

É óbvio que este circunstancialismo haveria de pesar no momento em que o governo teve de decidir sobre a forma de participação efectiva na guerra, sujeitando o instrumento militar a elevados graus de empenhamento e sacrifício, demonstrados pelas nossas forças na sua expedição para os múltiplos teatros de operações (africano, atlântico, europeu e índico).

É neste quadro de dificuldades que se tentará realçar esse envolvimento, centrando a análise no contributo da Marinha ao serviço da estratégia nacional compelida à projecção de força, em resposta às ameaças, desafios e impactos que o conflito colocava ao país.

II – Envoltente internacional e contexto nacional

O povo e o território alemães, desde o Sacro Império Romano-Germânico e como ainda hoje é bem visível, têm determinado, de facto, com a sua história e geografia, os destinos da maior parte dos países da Europa. Já no início do Séc. XX consideravam que, ao seu estágio de desenvolvimento económico e científico, deveria corresponder um ganho de influência no mundo, achando-se no direito de exigirem o correspondente respeito no, então, designado concerto das nações. Na altura, era reduzida a presença alemã no Continente africano, não escondendo a ambição de a reforçar, como, de resto, na Europa e no Mundo, numa reminiscência do conceito do “espaço vital”, o *Lebensraum*, do geopolítico Ratzel³.

³ O conceito *Lebensraum*, em geografia política, foi concebido por Friedrich Ratzel, nos seguintes termos: a sociedade, num determinado grau de desenvolvimento, deve conquistar territórios onde as pessoas são menos desenvolvidas; e o Estado deve ser do tamanho da sua capacidade de organização. Propôs também uma Antropogeografia, como um ramo da geografia humana, que estudaria o espaço de vida dos agrupamentos humanos. Ao sistematizar os conhecimentos políticos aplicados pela geografia, Ratzel contribuiu decisivamente para o surgimento da geografia política, que no início do século XX foi acrescida do termo geopolítica (este cunhado por Rudolf Kjellén);

Ao surgir o atentado de Sarajevo, em 28JUL1914, contra o arquiduque Francisco Fernando e esposa, Sofia de Hohenberg, a Inglaterra abandona o seu cómodo isolamento, reforça, de imediato, a sua preparação militar e alia-se à França e Rússia.

À Alemanha oferecia-se o pretexto para incitar a sua nova aliada, a Áustria, a abrir as hostilidades contra a Sérvia, cuja recusa de desmobilização acabou por expô-la à declaração da guerra pretendida por Berlim.

Logo nos primeiros dias de AGO, os alemães invadem a Bélgica. Seguir-se-iam 4 anos de conflito inédito, no sentido em que revolucionou as futuras relações de poder e provocou uma total reconfiguração do mapa europeu: desintegração rápida dos impérios de países “continentais” (Alemanha, Rússia, Áustria e mesmo o império otomano); reforço do poder dos países “marítimos” (Inglaterra, França e Japão); traçado virtual das fronteiras do M-O (acordo Sykes-Picot⁴); início da emergência hegemónica dos EUA; e a União Soviética a apresentar-se ao mundo, tudo isto com consequências que ultrapassaram as meras alterações de fronteiras.

Face a tais desenvolvimentos e cenários de conflitualidade, não será difícil imaginar a forte inquietação das autoridades portuguesas, que, mais uma, vez recorriam a um apoio externo (a Inglaterra) para compensar a nossa tradicional assimetria ibérica e debilidades endógenas.

Passemos, pois, em revista breve, esse quadro nacional:

No início do século XX, o pensamento estratégico português era possuído por uma visão essencialmente marítima – atlântica e colonial – e sem especial interesse estratégico no continente europeu, uma formulação que, aliás, não sofreu especial alteração até 1974.

Não admira, pois, que o Conselho da República, reunido, extraordinariamente, para debater a política externa, tenha optado em favor dos compromissos para com a Aliança Luso-Britânica, mesmo que à custa da entrada na guerra contra a Alemanha, com o móbil político de preservar a soberania sobre as suas colónias ultramarinas, como veio a suceder.

⁴ O Acordo Sykes-Picot (nome dos diplomatas negociadores), de 16MAI1916, constituiu um ajuste secreto entre os governos do Reino Unido e da França, com definição das suas respetivas esferas de influência no M-O após a I GM. Os limites estabelecidos pelo acordo ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque. O Reino Unido recebeu o controlo dos territórios correspondentes, *grosso modo*, à Jordânia e ao Iraque, bem como uma pequena área em torno de Haifa. A França ganhou o controlo do sudeste da Turquia, da Síria, do Líbano e do norte do Iraque. As duas potências ficaram livres para definir as fronteiras dentro daquelas áreas. A Palestina seria colocada sob administração internacional, aguardando consultas com a Rússia e outras potências;

Em 23FEV1916, Portugal cumpria o pedido de Londres, apreendendo vários navios alemães e austríacos, espalhados pelos territórios portugueses, incluindo o veleiro “Max”, aprisionado no porto da Horta e futuro NE “Sagres”, entre 1927-1962. A consequência desse envolvimento foi a declaração de guerra endereçada ao governo português pela Alemanha, logo a seguir, em 09MAR.

As razões da nossa entrada na guerra são várias. Necessidade de reconhecimento político e diplomático do novo regime, a ameaça da Espanha na Península e, no plano interno, a instabilidade governativa associada à própria legitimidade política do regime e, *last not the least*, afirmação das possessões coloniais, depois do ultimato de 1890 e dos acordos secretos anglo-germânicos de 1898 e 1912, a propósito da sua intencionada partilha.

Com a opção “guerrista”, Portugal viria a conseguir um triplo dividendo: reforço da aliança luso-britânica; neutralização das pretensões alemãs e espanholas; e prossecução dos seus objectivos, especialmente no plano colonial, embora com custos assinaláveis: um elevado número de baixas e avultados rombos financeiros, além das profundas brechas abertas no plano social, na própria instituição militar e no interior do regime.

Hoje é consensual a ideia de que foi a ambição de terceiros pela disputa de África, que acordou Portugal da sua letargia colonial, uma cobiça latente desde a Conferência de Berlim, a deixar Lisboa em crescente alerta face ao pretendido *end state*: Império protegido do desmembramento.

E fazia sentido essa inquietação do governo, se pensarmos que em África só dominávamos, à época, zonas costeiras, uma constante de alguns séculos, não havendo presença militar, administrativa ou económica nesses vastos *hinterlands*. Mas nem essa circunstância abalou a fé de que a salvação da metrópole estava no império colonial, acicatada a memória colectiva pela perda, um século antes, do Brasil.

Esforçou-se o país nas duas frentes, a europeia e ultramarina. À medida que a guerra das trincheiras se foi agudizando para o contingente português, também os ataques alemães foram recrudescendo em África e desestabilizando as tribos locais, que se insurgiam contra a nossa presença no território.

Para se ter uma correcta percepção do esforço que nos foi exigido, sublinhe-se que, apenas em dois anos (1914-16), foram enviados para África 18.000 militares, equivalente ao número anual de mancebos para o SMO, e contabilizados, num balanço global de recrutamento, um número próximo dos 100 mil homens (França 56 mil, Angola 18 mil e Moçambique 30 mil), com baixas na ordem das 7.760 vítimas (Exército 7.560 e Marinha 200).

III – Estratégias e Poderes nacionais

Foi notório, no tocante à decisão de entrada na guerra, um desígnio geoestratégico com amplitude externa, como não se colocarão reticências relativamente ao imperativo geográfico que sempre tem influenciado a nossa política e estratégias diplomática e militar, obrigando-nos a tomar posição no contexto da conflitualidade, como aconteceu em todo o século XX, na mira de concessões relevantes e proporcionais à importância estratégica de país. É neste quadro que o binómio diplomacia-FA's tem sido, historicamente, de grande valia e reconhecido mérito.

Quanto à política ultramarina, ela foi uma constante nacional, no sentido em que não sofreu alteração com a transição para República. A manutenção da integridade territorial e o combate a tudo o que a pudesse pôr em causa, continuaram a ser o móbil político fundamental até aos anos 60 do século XX. Essa política veio dar relevo ao uso das FA's, como foi a experiência militar portuguesa no início do século XX e, depois mais tarde, com a guerra contra a insurreição nas colónias, sem escapar à constante das debilidades de equipamento e meios.

Mau grado essas insuficiências, a República marcaria uma viragem na forma de olhar as FA's, rompendo com o conceito de Força Militar profissional e optando pelo regresso ao sistema miliciano, com os responsáveis políticos a valorizarem o seu papel instrumental da política externa e de inserção do país na cena internacional. Esta orientação estratégica esteve na base da participação portuguesa na I GM, sem iludir, contudo, a dura lição das carências nacionais perante a exigência de um tal compromisso, ainda para mais num período de profunda crise económica e forte instabilidade política, inibidoras da imprescindível edificação e modernização do nosso SF e respectivas capacidades militares.

Há que reconhecer, realisticamente, que o país não podia aspirar a mais do que o estatuto de um pequeno poder, com significativo grau de dependência da Inglaterra na acção externa e tendo mesmo que confiar na “velha aliança” no respeitante às sensíveis defesa metropolitana e integridade territorial das colónias. Aliás, foi esta “pequenez” que favoreceu a tese de uma esquadra de pequenos torpedeiros e, quando muito, de “*destroyers*”, bem mais acessível que a de couraçados e cruzadores, mau grado a sua mais-valia para tornar Portugal menos dependente da Velha Albion em termos da sua frente marítima. Mas disto falaremos já no seguinte capítulo.

IV – Componente naval do poder militar

A evolução ao nível do pensamento militar, incluindo a apologia doutrinária de Mahan⁵ no papel do poder naval em prol da riqueza das nações, depressa catequizaram os “arquitectos” das Armadas, cuja configuração urgia repensar em razão da nova situação geopolítica e da constante inovação tecnológica.

Assim se passou entre nós, em época de reconhecida necessidade de renovação das FA's e, em particular, de uma Marinha a roçar o obsoletismo, já que, no início da última década do século XIX, perdera a sua capacidade de influenciar a posição nacional, tanto no teatro europeu como africano, não obstante o ajustamento do modelo organizativo com mais flexibilidade aos desafios da modernidade, na sequência do estatuto governamental de uma Secretaria de Estado (ou Ministério), estabelecido em 1736 e que estendeu a tutela aos territórios ultramarinos⁶.

Não obstante, sempre o poder político lhe exigiu um contributo efectivo para a causa da soberania ultramarina, cujo paradigma se alteraria a partir da Conferência de Berlim, e é nesse quadro que a Marinha já vinha participando na defesa dos interesses nacionais, com a travessia da costa à contracosta por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, acções de patrulha, fiscalização e pacificação de nativos nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique e a demarcação de fronteiras e levantamentos hidrográficos para produção de cartografia costeira, missões estas prosseguidas com as dificuldades próprias de uma conjuntura precária a que o ramo não se podia subtrair.

Com a substancial alteração de conceitos estratégicos relacionados com a guerra no mar, nos anos que precederam a guerra, outras questões foram emergindo no debate interno, casos da corrida naval, crescente poder naval espanhol e transferência da esquadra britânica do Mediterrâneo para o Mar do Norte, acordada com os franceses.

Entretanto, consolidou-se um conceito essencial, o da necessidade de evoluir para uma esquadra atlântica (com capacidade oceânica), obviamente

⁵ Alfred Thayer Mahan – “*The Influence of Seapower on History, 1660-1783*”, obra aparecida em 1890, que se revelaria uma das mais importantes influências no pensamento estratégico naval dos primórdios do século XX;

⁶ No final do século XIX, incluíam: Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia (com os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli), Macau, Timor e a fortaleza de S. João Batista de Ajudá localizada no Benim, Golfo da Guiné;

à escala das possibilidades nacionais, que impedisse o bloqueio dos portos portugueses e assegurasse a ligação do triângulo Lisboa–Açores– Colónias.

O programa naval da República (Alm. Pereira da Silva, que, na esteira do seu antecessor Jacinto Cândido, considerava essencial aquele eixo estratégico Lisboa–Açores) incorporou esse conceito, embora com a noção da difícil concretização dos seus objectivos, face ao volume do investimento requerido e indisponível. Assim se explica que o ambicioso plano republicano⁷ para a MGP pouco tenha saído do papel.

Apesar de tudo, alguma coisa foi mudando. Tal como os programas navais de outros países, também em Portugal se pensou no papel dos contratorpedeiros que, apesar das polémicas suscitadas, começaram a ser construídos no Arsenal em 1910, acabando Portugal por lançar três navios desta classe, nas vésperas da beligerância portuguesa, em 1916. Também os submarinos não saíram das cogitações dos nossos responsáveis, com a primeira encomenda a Itália, em 1910 (recebido três anos depois, como *“Espadarte”, a dar o nome à classe*). Como é sabido, seriam ainda recebidas mais três unidades, em 1917, completando, assim, a primeira esquadrilha, como principal elemento da defesa naval de Lisboa, a partir do início de 1918. Era, apesar de tudo, um avanço significativo.

Pese embora esta melhoria da Esquadra, no início do conflito, a Marinha⁸ estava mal preparada para enfrentar as exigências e ameaças do novo ambiente geopolítico. As principais preocupações, já antes referidas ao nível da defesa dos portos (Lisboa, Leixões, P. Delgada e Funchal) e protecção das tropas expedicionárias para as colónias, só com muito esforço de improvisação encontraram resposta nos meios disponíveis, mediante recurso à prata da casa e afectando os navios existentes às inerentes tarefas de defesa,

⁷ Tal como os anteriores, foi alvo de muita discussão política tendo apenas sido aprovado em 1912 um programa naval mínimo do Plano de 1911, com aumento ao efectivo antes da declaração de guerra alemã a Portugal: 1 submersível, 3 contratorpedeiros e 3 canhoneiras;

⁸ Em termos organizacionais, a Marinha, no seu conjunto, desdobrava-se pelas Marinhas: de Guerra (designada por Armada, juntamente com a Direção-Geral da Marinha e a Administração dos Serviços Fabris), de Comércio e das Pescas, sob a chefia do Ministério da Marinha, e a Marinha Colonial tutelada pelo Ministério das Colónias. A missão da Marinha incidia, sobretudo, na defesa da fronteira marítima nacional, em apoio às obras de defesa costeira, mas também na realização de acções de patrulha e fiscalização no âmbito da autoridade marítima e do processo de pacificação dos territórios africanos, nas actividades relacionadas com a hidrografia e outras missões de delimitação de fronteiras nos territórios ultramarinos;

transporte, comunicações, navegação para as colónias e apoio possível às operações em Moçambique.

No plano operacional, o SFN contava no seu efectivo com 4 cruzadores (dos quais apenas um, o “Vasco a Gama”⁹ (1875-1936), mereceria tal classificação), 1 aviso, 4 torpedeiros, 1 contratorpedeiro, 1 submersível, 10 canhoneiras e 7 lanchas-canhoneiras (essencialmente destinadas ao serviço no Ultramar), com um efectivo de 487 oficiais e uma equipagem de 4500 praças (já incluídos os efectivos do serviço colonial).

Em regra, tratava-se de uma esquadra de baixo valor militar, com pequenos e vetustos navios e, por conseguinte, lentos e com artilharia desactualizada, ou seja, insuficientes em quantidade e capacidade para constituir a espinha dorsal de uma Marinha com pretensões.

Ainda assim, este poder naval conseguiria, em 1914, no *ranking* geral, um lugar entre a 15^a e 20^a posição, sendo a MGP considerada como uma das 15 Marinhas costeiras, numa altura em que existiam apenas oito países com Marinhas oceânicas com grande capacidade combatente, e embora aquela posição relativa não deslustre, há que lembrar o diferente poderio e desnível entre os dois estatutos navais.

Apesar das insuficiências do dispositivo naval, não foi por isso que a Marinha se isentou do cumprimento de um variado leque de missões, incluindo as cometidas aos batalhões constituídos para actuar conjuntamente com unidades do Exército, de guerra anti-submarina contra a assertiva ameaça alemã no Atlântico e de minas através do lançamento de campos de minas, barreiras anti-submarinas e rocegas.

Os primeiros expedicionários foram chamados a intervir na defesa das colónias, logo no início das hostilidades (SET1914), com o cruzador “S. Gabriel” a largar para Cabo Verde, a fim de assegurar a protecção dos cabos submarinos na Ilha de S. Vicente, com um *hub* de ligação a três continentes. Dois dias depois saía do Tejo um comboio de tropas com destino ao Ultramar¹⁰, sob escolta do cruzador “Almirante Reis” (que seguiu até

⁹ Inicialmente classificado como Corveta-couraçada, depois objecto de alterações (entre 1901-1903, envolvendo o aumento de 11 m no comprimento e de 5 nós – de 10 para 15 – na velocidade máxima e a substituição da artilharia). Foi o navio com o mais longo período de vida até hoje (1875-1936);

¹⁰ Estes acontecimentos marcaram o início da reacção portuguesa aos propósitos hostis dos alemães contra o sul de Angola, a partir do que é hoje a Namíbia, e contra o norte de Moçambique, a partir da actual Tanzânia. Seguiu-se a partida de outros contingentes militares. Logo em 05NOV, partiu para o sul de Angola um Batalhão de Marinha, comandado pelo Capitão-tenente Coriolano da Costa e, para Cabo Verde, uma força de Marinha a 22NOV;

Porto Amélia, onde foi desembarcado o contingente inglês com destino ao norte de Moçambique) e das canhoneiras “Ibo” (retida em Cabo Verde) e “Beira” (seguir para Luanda, recebendo depois a companhia do cruzador). No princípio de NOV, partiria para o sul de Angola um Batalhão de Marinha¹¹ e, a 22 do mesmo mês, uma outra força para Cabo Verde. Em FEV1915, repetir-se-ia a logística, com o cruzador “Adamastor” a comboiar mercantes (“Ambaca”, “Portugal” e o francês “*Britannia*”), com tropas de reforço dos contingentes já estacionados no sul de Angola.

Um segundo Batalhão partiria em JUN1918, com destino a Moçambique e apesar do Exército ter sido o ramo que maior contribuição deu para as campanhas de África, realça-se a natureza conjunta que as duas forças de Marinha emprestaram às expedições militares africanas, registando-se, ainda, a cooperação regular das forças de desembarque dos navios, em operações preventivas ou mesmo de guerra, que o conflito ia requerendo.

Entretanto, na metrópole, as convulsões políticas¹² sucediam-se e na linha intervencionista defendida pelos Democráticos, entre os quais pontificavam muitos oficiais da Marinha, constituía-se, em JUL1915, a Divisão Naval de Defesa e Instrução, com o cruzador “Vasco da Gama” como navio-chefe, sob o comando do CFG Leote do Rego, com um agrupamento composto pelos cruzadores “Vasco da Gama”, “Almirante Reis” e “Adamastor”, os contratorpedeiros “Guadiana” e “Douro”, os torpedeiros N.º 1 e N.º 2, o submarino “Espadarte” e o vapor “Lidador”. A forte probabilidade de uma intervenção na guerra¹³, não foi estranha à decisão, pelo

¹¹ Em menos de uma semana e uma enorme azáfama no Quartel de Marinheiros, em Alcântara, foi formada, na base do voluntariado, essa força que integrava três companhias a dois pelotões, duas secções de metralhadoras e serviço de saúde com três médicos, num total de 18 oficiais, 33 sargentos e 512 praças, sob o comando do CTEN Coriolano da Costa. Saiu de Lisboa embarcado no “Beira” a 05NOV1914 e chegou a Moçâmedes 13 dias depois, para se incorporar nas forças do Gen. Pereira d’Eça, estacionando-se os marinheiros durante alguns meses em postos avançados, sob um clima tórrido, sem água e sem abastecimentos, não admirando que a doença tenha provocado severas baixas;

¹² Durante a vigência da 1ª República não estava vedada aos militares a actividade político-partidária e, por exemplo, entre os 222 deputados constituintes eleitos em 1911, encontravam-se 24 oficiais da Armada;

¹³ As pretensões alemãs sobre as colónias portuguesas já se exerciam antes do início das hostilidades na Europa e, à sombra da acção missionária, os alemães vinham minando a autoridade portuguesa no sul de Angola, ao mesmo tempo que vinham armando os povos do Cuamato e do Cuanhama. Foi nesse contexto que o Governo decidiu enviar o já antes mencionado Batalhão de Marinha para o sul de Angola, com carácter de urgência;

que as missões definidas para a Divisão Naval e que se deixaram enunciadas atrás, já reflectiam essa preocupação.

É compreensível que a acção da Marinha (a Aeronáutica Militar era ainda incipiente) tenha saído um pouco ofuscada pelas difíceis operações terrestres, mas, nem por isso, perdeu relevância, quando se atende à sua presença e operação em teatros tão distantes como os do Atlântico Central e Sul e do Índico. Mais, a mudança inglesa quanto ao nosso estatuto na guerra, da inicialmente desejava neutralidade, para um intervencionismo efectivo, ficou a dever-se, em boa medida, a exigências do ambiente marítimo, dado que a capacidade submarina alemã no Atlântico preocupava de tal forma o império britânico, que levou Londres a pedir-nos, em 1916, o tal “confisco” de navios germânicos, com as conhecidas consequências: positivas, porque permitiram a transferência de “propriedade” (dos navios apreendidos, 80% foram requisitados para o esforço de guerra inglês); e negativas, ao provocar o endurecimento da posição alemã.

No princípio, ninguém imaginaria o papel da arma submarina na guerra e a forma como a viria a revolucionar. Não admira que a partir da declaração de guerra alemã, os seus submarinos começassem a atacar, com total impunidade, os nossos portos (Funchal, Ponta Delgada, Horta, S. Vicente, etc.) tendo-nos obrigado a encontrar soluções precárias para atenuar os efeitos muito negativos da situação, nomeadamente ao nível dos danos infligidos nas instalações e, mesmo, nos espaços adjacentes. A mais-valia daquela capacidade no nosso SFN¹⁴, revelou-se, também, um trunfo importante no reequilíbrio do poderio naval com a vizinha Espanha, ainda a refazer-se das perdas na desastrosa guerra com os EUA, em 1898, e só mais tarde a poder contar com a nova e poderosa arma no seu sistema de forças.

Todo este esforço naval foi menorizado durante a ditadura de Sidónio Pais¹⁵, não tanto pelas suas inclinações germanófilas, mas por forte desconfiança política que atribuía ao corpo de oficiais da Armada, conotados com os ideais mais radicais da República. Apesar de tudo, a República predispsse a rever as doutrinas militares e navais, neste caso abandonando a ideia

¹⁴ As manobras do “Espadarte”, em 1915, convenceram a Marinha da eficácia desta nova capacidade submarina, mas só em FEV1918 chegarão os 3 novos submarinos adquiridos também a Itália, tarde, mas ainda a tempo de defenderem os acessos ao porto de Lisboa;

¹⁵ Com o sidonismo e por força da desconfiança política, as principais unidades navais vão ser afastadas de Lisboa e enviadas para os Açores, Moçambique e Cabo Verde e, das que ficam em Lisboa, são desarmadas mediante ordem para entrega das espoletas e percursores. Essa desconfiança é responsável também pelo envio de muitos militares de Marinha (os politicamente suspeitos) nos contingentes para África;

de uma esquadra de cobertura do porto de Lisboa, em favor de uma marinha oceânica, capaz de operar, pelo menos, até aos Açores, como aparece delineada nos trabalhos do Alm. Pereira da Silva, seduziriam igualmente os republicanos e acabou por imperar.

Apesar da reconhecida fragilidade do nosso dispositivo naval, durante o conflito a Marinha marcou presença em múltiplos teatros e missões, não sem custos e danos penosos. Em NOV1918, quando o conflito terminou, contabilizar-se-iam 142 mortos (3 oficiais, 4 G-M, 1 ASP, 5 sargentos e 129 praças) e 30 feridos (4 oficiais, 1 G-M, 4 sargentos e 21 praças), além de um considerável número de combatentes dados como incapazes para o serviço, por motivo de doenças adquiridas durante a guerra. Em anexo, resumem-se as operações navais e os respectivos teatros de intervenção.

Para além das operações conduzidas pela Armada, uma palavra de apreço merece-a, também, a nossa Marinha Mercante, com uma actuação generosa e sacrificada, como o atestam as suas perdas sensíveis: 300 baixas, das quais 100 mortos e outrotanto de navios, dos quais 15 ao serviço da Inglaterra, representando 100 mil toneladas, equivalente a um quarto do total da frota.

Quanto à aviação militar, o mínimo que poderemos dizer é que, na véspera da eclosão da guerra, era incipiente a utilização das aeronaves em operações militares (a primeira utilização do avião como uma arma ocorreu em 1911, por parte dos italianos, na guerra que os opôs aos turcos).

Já em finais de 1917, irá nascer, sob o impulso de Sacadura Cabral uma pequena “aeronáutica naval”, pensada para a patrulha de costa e missões de luta anti-submarina, ficando sediadas na Doca do Bom Sucesso, em Lisboa, as 3 primeiras aeronaves. Contudo, dever-se-á aos franceses a defesa do porto de Leixões, assim como a instalação de uma base de hidraviões em S. Jacinto, Aveiro.

O conflito representou, contudo, a rampa de lançamento para o fortalecimento da arma aérea, da mesma forma que aconteceu com os tanques na guerra terrestre, a arma submarina e a utilização do gás como arma química, as maiores novidades em armamento e avanço tecnológico dos conflitos armados, até então.

Ainda que nos chegasse mais tarde, foi nesta época que se acelerou o processo de reconversão da frota de guerra, liderado pela Inglaterra, do carvão para o *fuel* e o gasóleo, permitindo muito maior autonomia aos navios ao prescindirem de paragens longas em terra para carregamento do carvão. Neste caso, a posse ou controlo dos campos petrolíferos do M-O passou a ser um trunfo de enorme valia, como bem o perceberam Sykes e Picot.

V – Considerações finais

Como refere Martin Gilbert¹⁶, algumas das mudanças políticas que a grande guerra criou foram tão destrutivas como o próprio conflito, tanto no que diz respeito à vida como à liberdade, e perpetuaram a tirania e o despotismo durante mais de meio século. Descontada a boa intenção de erros antigos, englobaríamos nessa gravidade algumas alterações de fronteiras perpetradas no rescaldo da I GM, ainda hoje causa de disputas e de conflitos. Dúvidas também não restarão de que o conflito rompeu com a ordem europeia estabelecida pelo Congresso de Viena um século antes, alicerçada na reconstrução pós-napoleónica, convenhamos com pouco sucesso.

Mas a I GM deixou outras lições de que a Europa e os europeus, se devem lembrar na actualidade e, uma delas, é que de nada serve cada país defender autistamente os seus interesses, sem levar em devida conta as posições dos demais parceiros. Naquele conflito, em que os vários impérios se consideravam de posse da razão e da ambição de saída vitoriosa, o resultado foi o de uma Europa perdedora, no seu todo e para todos os outros continentes. Quão útil nos parece hoje esta lição do passado, para que não se cometam desvarios irremediáveis.

Nas vésperas da I GM, Portugal era um pequeno país desafiado por vários problemas de ordem social, económica e financeira, sem esquecer o cobiçado império, cuja partilha interessava às grandes potências imperiais (Inglaterra, Alemanha e França), e que está na origem da decisão republicana de não alienar a protecção de tão extensas possessões africanas, provendo à sua ocupação e defesa.

O ambiente político da República não foi propício às melhores decisões e acompanhamento da situação nos teatros de intervenção, agravado pela catadupa de políticas tão incongruentes quanto a enxurrada de governos, com a estonteante média de 3,5 por ano (51 em 16 anos).

Eram frequentes os tiroteios na Baixa da capital, bem como motins, greves e revoltas, para não falar de assassinatos políticos, que o digam Sidónio Pais, Machado dos Santos, António Granjo e Carlos da Maia, entre outros. Reconheçam-se, no entanto, os méritos do regime na separação de águas entre o Estado e a Igreja (o que permitiu o divórcio e o casamento civil); o indesmentível progresso na educação (muito especialmente ao nível do ensino primário); e a conquista de alguns direitos (greve, descanso

¹⁶ Martin Gilbert, Merton College, Oxford, 20JUN1994 – “a Primeira Guerra Mundial”, em 7 Vol., Ed. “Expresso”;

semanal, semana de 48 horas, seguro social obrigatório para acidentes de trabalho, etc.). Justiça feita e esgotada.

Com a declaração de guerra alemã (09MAR1916), depois do aprisionamento dos seus navios nos portos nacionais, a pedido dos ingleses, a nossa participação na guerra tem sido especialmente lembrada pela acção do CEP em França (apenas desembarcado em Brest na segunda metade – 30JAN1917 – depois de transportado sob escolta da MGP), mas os soldados e marinheiros portugueses perfilaram-se no terreno muito antes da campanha europeia, combatendo, logo a partir de 1914, nos outros dois teatros de operações terrestres: Angola e Moçambique, um assunto curiosamente pouco investigado pelos historiadores.

Não é de mais enfatizar a função relevante do transporte marítimo naquela projecção de força, bem representativo da sobrecarga de uma Marinha com escassos meios navais, dividida entre acudir a Moçambique e navegar para França, neste caso sob forte ameaça de ataques por parte dos submarinos alemães.

Como dividendo mínimo do nosso contribuição para a causa aliada, foi-nos concedida a pertença à Comissão organizadora da SDN e a participação nalguns dos seus comités internacionais (caso dos “*Portos e Vias*” e “*Reparações de Guerra*”), além de termos conseguido a recuperação da minúscula povoação de Quionga, no Norte de Moçambique, tomada pelos alemães.

Pouco mais do que uma mão cheia de nada, colocando no outro prato da balança o avultado número de vítimas sofridas e a recompensa do nosso vizinho espanhol com o lugar eleito para o 1º Conselho Executivo da SDN, que Lisboa aspirou, em vão, além do nulo favorecimento na hierarquia de poderes internacionais.

Do mal, o menos. Salvou-se a “joia da coroa” – as possessões coloniais –, sendo, a respeito, curiosa a observação de Norman Stone¹⁷: “... *No final do imperialismo europeu, na década de 1970, o país mais pobre do continente era Portugal, que possuía um enorme império africano, e os mais ricos a Suécia, que abandonara há muito a sua única colónia nas Caraíbas, e a Suíça, que nunca tivera império.*”¹⁸.

Quanto à Marinha, é oportuno sublinhar que a sucessão de planos de reorganização concebidos na última década da Monarquia Constitucional e nos primeiros anos da República, não apagaram o mal-estar da Armada e a

¹⁷ Historiador britânico, autor de: “*The Eastern Front, 1914-1917*”, 1975, premiado com o Wolfson History Prize;

¹⁸ Em “*Primeira Guerra Mundial*” (p. 22);

incomodidade de alguns sectores do poder político, perante a evidência de uma força naval débil, incapaz de defender assertivamente o País nas suas frentes metropolitana e colonial, mau grado o empenhamento de diversos sectores: governo e oficiais da Marinha, estes a título individual ou com o apoio da recém-criada Liga Naval Portuguesa. Só que a instabilidade política e a expressão financeira das vulnerabilidades estruturais do País inibiram as melhores intenções e esforços.

Nestas circunstâncias, não admira que a Armada tenha sentido enormes dificuldades para cumprir as missões que lhe foram exigidas no Atlântico e em África, vendo-se obrigada a ajustar a sua estrutura orgânica e genética às necessidades operacionais, nem sempre com êxito. Nesse processo operacional, destacaram-se a integração de (dois) Batalhões nos contingentes nacionais enviados para Angola (1914) e Moçambique (1918), a defesa marítima dos nossos portos, o transporte de tropas para França, Angola e Moçambique, e a protecção à navegação mercante nacional, a par do desenvolvimento de técnicas de navegação submarina, de aviação naval e de escolta, assim como de dragagem de minas e lançamento de barreiras anti-submarinas.

Mais uma vez se confirmava o “uso costumeiro”: a Marinha treinando-se na Europa mas estendendo a sua presença a África, Índia e Pacífico, nomeadamente durante a ocupação japonesa do território chinês que rodeava Macau e na reocupação de Timor, operação que envolveu 4 avisos e 1 navio da Marinha Mercante. Uma Armada que ascenderia ao orgânico patamar aliado a seguir à II GM – a NATO –, onde viria a exercitar as principais inovações no poder naval contra a ameaça submarina, como a “carga de profundidade”¹⁹, o torpedo²⁰ e a mina marítima²¹.

¹⁹ Uma espécie de barril explosivo, lançado por tubos múltiplos e regulado para explodirem a uma determinada profundidade. A onda de choque que produzia, abalava o casco do submarino, obrigando-o a fugir ou a descer a perigosas profundidades;

²⁰ Mais uma nova arma dos pobres, também ele uma bomba flutuante com espoleta de contacto mas impelida a grande velocidade por um motor eléctrico, tendo no submarino a plataforma ideal para o seu lançamento, embora também o pudesse ser de instalação em terra (adequada, pois, para a defesa de portos) ou de lanchas rápidas, também para efeitos de defesa costeira. Rapidamente vão ser confrontados com o predador, no caso, os contratorpedeiros (*destroyer* na nomenclatura anglo-saxónica), quase tão velozes e muito mais bem armados;

²¹ Uma espécie de bomba semi-submersa, amarrada ao fundo do mar, que explodia por contacto com o casco dos navios. Mal os alemães declararam guerra ao nosso país, já um submarino alemão começava a minar a entrada da barra do porto de Lisboa. Estima-se terem sido largadas, pelo menos, 100 minas alemãs das quais 30 nunca viriam a ser descobertas, presumindo-se por razão de afundamento;

Esse projecto regenerador só foi possível porque os nossos architectos navais não adormeceram. Depois dos grandes planos navais que vinham sendo elaborados desde 1912 para a recuperação de uma Armada muito reduzida e antiquada, sem grande sucesso concretizador, para tristeza de Jacinto Cândido da Silva, responsável pelo Plano Naval de 1896, um outro homem notável e persistente, Pereira da Silva, viria a ser responsável por todos os novos planos, desde os tempos de oficial subalterno até chegar ao Almirantado, influenciando o programa dos anos trinta, de antes da II GM, apresentado e concretizado pelo Alm. Magalhães Correia.

De 1933 a 1937 iriam adquirir-se no estrangeiro 9 navios e construíram-se em Portugal mais cinco. A maioria, 2 avisos de 1^a e 4 de 2^a classe, juntamente com 3 cruzadores antigos reclassificados em avisos, foram unidades especialmente adaptadas, de acordo com os padrões da época, para missões de presença naval e de defesa da soberania nos vastos territórios do Ultramar. Davam resposta a uma preocupação natural fundamentada nos receios de repetição dos ataques às nossas colónias, três décadas atrás, ou até das agressões do fim do século XIX, quando se formaram os outros impérios. Os restantes navios, 5 contratorpedeiros e 3 submarinos, destinavam-se à defesa das parcelas europeias do território nacional.

Em 1938, seria ainda aprovado mais um outro programa de aquisições e construções navais extraordinariamente limitado, também não cumprido na totalidade, voltando-se à saga da República. A corrida aos armamentos que antecedeu a II GM impossibilitou a aquisição de navios no estrangeiro e o Arsenal do Alfeite foi inaugurado à pressa nesse mesmo ano, para proceder à construção do petroleiro “Sam Brás”, lançado à água em plena guerra (1942), de um navio hidrográfico (1941) e de seis lanchas de fiscalização (1941-1945).

Fica, numa última pincelada de homenagem e regressando à I GM, o épico esforço militar português para conseguir preservar as suas possessões ultramarinas, contra ventos e marés e de alemães e outros mais, com o preço de muitas vítimas e passamentos, nos teatros europeu, africano e atlântico, com o grande exemplo de abnegação e heroicidade protagonizado pelo 1^o Tenente Carvalho Araújo, sacrificado ao comando do caça minas NRP “Augusto de Castilho”. Também o queremos homenagear, nesta casa e momento. Lembrado e honrado seja!

ANEXO

Num inventário expedito dos cenários em que actuou e encontros e desencontros que a Armada protagonizou, merecerão realce algumas das disputas mais importantes:

a) Açores

Apesar da importância estratégica dos Açores, a Marinha apenas dispunha da canhoneira “Açor” naquela área, mas o arquipélago parecia estar à margem do interesse alemão, pelo menos até ao dia 04JUL1917, quando a cidade de Ponta Delgada foi alarmada pelo ataque de um submarino alemão, que bombardeou e fez alguns estragos na parte alta da cidade.

O aviso “Cinco de Outubro” estacionou então em Ponta Delgada durante algum tempo, assim como outros navios. Porém, a entrada dos EUA na guerra, levou-os a fazer base em Ponta Delgada em finais de 1917. Embora a defesa marítima ficasse mais reforçada, o facto é que também deu origem a situações de conflitualidade que começaram a afectar o legítimo exercício da nossa soberania, razão pela qual, em MAR1918, o Governo decidiu deslocar para Ponta Delgada o cruzador “Vasco da Gama” e, mais tarde, também a canhoneira “Ibo”, permitindo a deslocação da canhoneira “Açor” para a Horta.

b) A guerra na Madeira

A defesa marítima da Madeira apenas dispunha de 3 embarcações de patrulha, (“Dory”, “Dekade I” e “Mariano de Carvalho”), com uma peça de 47 mm cada uma, distribuindo-se pela sua guarnição mista um pequeno destacamento de 20 praças.

Tratava-se de uma presença pouco mais do que simbólica e, sobretudo, dissuasora, sem que tenha conseguido evitar, a 03DEZ1916, a entrada do submarino alemão U-83 no porto do Funchal e o subsequente afundamento de 3 navios aliados, a que se seguiu o bombardeando da cidade. Mais tarde, no dia 12DEZ 1917, foi o submarino U-155 que bombardeou a cidade do Funchal, causando alguns mortos e feridos e avultados prejuízos materiais.

c) As canhoneiras em Cabo Verde

O cruzador “S. Gabriel” foi o primeiro navio a seguir para Cabo Verde, porquanto no seu importante porto carvoeiro de S. Vicente, na altura um dos portos de maior movimento no mundo, amarravam os cabos submari-

nos, além de terem aí procurado refúgio 8 navios mercantes alemães. Pouco tempo depois chegou uma força constituída por 89 sargentos e praças, comandada pelo 1º Ten. Joaquim Costa, destinada à defesa das instalações portuárias.

O “S. Gabriel” haveria de largar para Angola, tendo chegado a canhoneira “Ibo”, depois a “Beira” e, mais tarde, a “Bengo”, a fim de garantirem a ciclópica tarefa de defesa marítima do arquipélago, incluindo a protecção dos portos, a guarda dos navios mercantes alemães e a segurança do cabo submarino.

Após entrada na guerra, foi a força de Marinha e a canhoneira “Beira” que procederam ao apresamento dos navios alemães fundeados em S. Vicente, tendo as respectivas tripulações sido internadas na ilha de S. Nicolau, sob a guarda de um destacamento de Marinha comandado pelo 1º Ten. Garcez de Lencastre, Delegado Marítimo na cidade da Praia.

A partir de então, uma esquadra inglesa estacionou regularmente em S. Vicente durante alguns meses, assumindo as canhoneiras a missão de lhe garantir segurança no porto contra as incursões de submarinos alemães, com vários encontros, sem, todavia, chegarem ao confronto.

Na noite de 04DEZ1916 verificou-se o primeiro alarme de submarino alemão, mas muitos outros se lhe seguiram. Num deles, ocorrido na manhã de 02NOV1917, o submarino alemão U-151 entrou no porto em imersão e afundou os navios brasileiros *Guahiba* e *Acary*, que ali haviam fundeado.

d) Angola

Depois de algumas escaramuças, em 12/13DEZ1914, na região do Cunene, provocando alguns feridos entre a guarda avançada alemã e patrulhas portuguesas, dá-se o ataque ao nosso posto de Naulila situado a 1 km do Cunene, num lugar ligeiramente sobranceiro ao rio, aproximado pelas forças durante a noite, daí resultando um verdadeiro massacre dos nossos soldados.

Essa derrota teve consequências sérias: ateou o rastilho de sublevações indígenas que tornaram a actuação militar portuguesa numa nova campanha de submissão das populações e na reactivação dos postos abandonados. Esse recuo português, juntamente com as armas distribuídas pelos alemães, esteve na origem do renascimento da revolta das populações na zona do Humbe. A campanha militar portuguesa continuaria em Angola até ao fim da guerra, mas desde meados de 1915 visou somente submeter de novo as populações e à referida recuperação da linha dos postos abandonados. De facto, as incursões alemãs tinham estimulado a revolta dos povos locais, cuja “pacificação” fora conseguida pouco antes da guerra.

O período que se segue à batalha de Naulila, e boa parte do esforço militar português vai ser dirigido para a restauração da autoridade portuguesa – missão atribuída ao forte contingente militar chefiado pelo Gen. Pereira d’Eça, que chega a Angola em MAR1915 e, que em breve pede reforço de efectivos militares. É assim que aparece o Batalhão de Marinha em terras de Moçâmedes. Em finais de 1914, passa a integrar a coluna militar que foi progredindo para leste até Tchicusse. Em 29MAI1915, em resposta a um pedido de auxílio de uma missão religiosa, uma força militar, com uma centena de homens, liderada pelo 1º Ten. Afonso Cerqueira, expulsou os indígenas atacantes e resgatou os elementos da missão.

A partir do momento da rendição da colónia alemã às forças sul-africanas, o problema nacional passou a centrar-se no controlo dos indígenas revoltosos. O objetivo final era chegar ao extremo sul de Angola, em N’Giva, ganhando ascendente sobre todo o espaço geográfico adjacente.

Na tirada seguinte, em 20AGO, deu-se o combate de Môngua, onde as forças nacionais, com um efetivo de 3000 militares, de que fazia parte o Batalhão de Marinha comandado pelo CTEN Afonso Cerqueira, defrontaram entre 50.000 e 60.000 nativos cuanhamas, cuamatos, evales, cuambis e foragidos do humbe, com uma vitória que terminou com as intenções independentistas dos nativos e permitiu o restabelecimento da nossa soberania no sul de Angola, tendo as forças nacionais reocupado N’Giva em SET1915.

e) Moçambique

Sob o comando do CTEN José de Freitas Ribeiro o cruzador “Adamastor”, partido para a Índia Portuguesa a 13DEZ, chegou a Lourenço Marques em 11FEV1916, com o Governo a ordenar a sua permanência na colónia, onde teve como primeira missão o apresamento dos 7 navios alemães refugiados nos portos moçambicanos (Lourenço Marques, Beira e Ilha de Moçambique) e respectivas tripulações. Já no Norte (baía de Palma), em 20MAI, na companhia da canhoneira “Chaimite”, fundeou junto à foz do rio Rovuma, a fronteira natural entre Moçambique e a antiga África Oriental Alemã, com a missão de assegurar o trânsito fluvial nessa fronteira e o abastecimento dos postos militares portugueses situados na margem sul, através da neutralização dos postos alemães situados na margem norte.

Numa das incursões na margem alemã, na sequência de um desembarque num dos principais postos alemães encontrado abandonado, a mesma esquadilha onde se integravam os G-M’s Rodrigues Janeiro, Prestes Salgueiro e Maia Rebelo, ao passar confiadamente junto do referido posto, sofreu

um ataque de que resultaram 3 mortos e 6 feridos. Nessa circunstância, foi destacada uma força de 2 sargentos e 22 praças do “Adamastor” que ocupou posição junto ao posto militar da ilha da Namaca, na margem sul do rio e em frente do posto alemão que atacara as embarcações portuguesas, para reforçar a sua pequena e depauperada guarnição.

O reduto da Marinha assegurou a defesa do posto, procedeu à balizagem expedita do rio e garantiu a escolta dos pangaiois que transportavam homens e material desde a foz até aos postos da margem sul.

O assalto destinado à neutralização dos postos alemães da margem norte ocorreu no dia 27MAI. Depois do bombardeamento da margem inimiga, os escaleres cheios de soldados e conduzidas por marinheiros dos dois navios, iniciaram a travessia do rio, aproximando-se da margem norte, acontecendo a tragédia motivada pela reacção alemã com violência e grande poder de fogo. A primeira embarcação foi fortemente atingida, tendo perecido muita gente, inclusive o G-M Rodrigues Janeiro que desapareceu nas águas do rio; alguns escaleres encalharam e também foram severamente atingidos, tendo o G-M Maia Rebelo sido ferido. Sob intenso tiroteio e cheias de mortos e feridos, as embarcações que se puderam movimentar retiraram.

Durante todo o período de guerra, o Adamastor manteve-se na costa de Moçambique e prestou grandes serviços, sobretudo através da sua força de desembarque, quer em Quelimane, sob ameaça das tropas do general von Letow, quer no Barué, quer ainda no norte de Moçambique.

Marcámos presença na colónia com uma outra força. Na sequência da tentativa frustrada de derrubar o Governo de Sidónio Pais (assassinado na estação do Rossio, a 14DEZ1918, cerca de um mês após o fim da guerra) muitos marinheiros foram deportados para as tropas disciplinares. Porém, o Ministro da Marinha, CFG Carlos da Maia, no sentido de aproveitar esses homens que apenas tinham o defeito de ser democráticos, tomou a decisão de formar um Batalhão de Marinha destinado a Moçambique, no qual se integrariam todos os marinheiros penalizados por motivos políticos e que tivessem estado implicados no movimento de 08JAN.

O Batalhão foi formado em ABR1918 e agrupava 18 oficiais e 746 praças, a que se juntaram mais 4 G-M's dos cruzadores “Adamastor” e “S. Gabriel”, além de 240 praças deportadas, já então em Moçambique. Comandava-o o CFG Júdice Bicker, que tinha como 2º Comandante o CFG Quirino da Fonseca.

O Batalhão seguiu para Moçambique a 17JUN no paquete “Lourenço Marques” e desembarcou no Mossuril a 03AGO. Deslocar-se-ia, em duas viagens, no final do mês, para a região de Quelimane, então sublevada por

influência alemã e até ameaçada pelas incursões do referido e temeroso general von Letow, proveniente do norte moçambicano ou do Tanganica. Embora não tivesse enfrentado combates e sofrido 85 baixas apenas devido à pneumónica e outras doenças, a sua acção pacificadora e dissuasora foi importante, tendo sido reconhecido o relevante serviço e inestimável auxílio que o pessoal de Marinha prestou, e assim contribuir para debelar o terrível flagelo que assolou a vila de Quelimane.

f) Outros combates

Em ABR1918 saiu de Lisboa o cruzador “S. Gabriel” transportando pessoal destinado a Moçambique. Logo no dia 28, ao largo da Madeira, o navio avistou e atacou um submarino alemão, decorrendo o resto da viagem sem novidade. Chegaria, em 24JUN, a Capetown, mas dois dias depois, porque corriam fortes boatos de um levantamento popular instigado por elementos germanófilos, as autoridades inglesas solicitaram a cooperação do navio, no sentido de defenderem a zona portuária em caso de emergência, porque a cidade apenas dispunha de 40 polícias. De imediato foi constituída uma força de 112 homens, que desembarcou e garantiu a protecção solicitada, primeiro isoladamente, e depois com o apoio de elementos do cruzador inglês “*Bacchante*”. Só no dia 02JUL as forças do “S. Gabriel” regressariam a bordo, porque a onda de boatos não passara disso mesmo.

O caça-minas “Augusto Castilho” será talvez o caso mais paradigmático. Um pequeno vapor de 500 toneladas que sob o nome de “Elite” era usado na pesca antes de ter sido requisitado para o serviço da Marinha, já em 23MAR1918, quando em viagem da Madeira para Lisboa a comboiar o paquete “Luanda”, atacara um submarino alemão com tiros de peça. Depois, no dia 21AGO, avistara e atacara um outro submarino ao largo do cabo Raso. A 14OUT1918, teve o seu terceiro encontro com um submarino alemão e não lhe sobreviveu.

Comandado pelo 1º Ten. Carvalho Araújo, o “Augusto Castilho” escoltava o paquete “S. Miguel”, desarmado e cheio de passageiros, em viagem do Funchal para Ponta Delgada, quando às primeiras horas da manhã teve um encontro com o submarino alemão U-139, de cerca de 1500 toneladas. Dando tempo ao paquete para se afastar, navegou em direcção ao submarino dando-lhe combate com a sua peça de 47 mm, sendo atingido pela artilharia de 150 mm, continuando o combate, mesmo depois de sofrer as primeiras baixas. Durante cerca de 2 horas e apesar de muito flagelado, o caça-minas conseguiu garantir que o S. Miguel se afastasse e rumasse a Ponta Delgada.

O navio esgotara as munições e havia que proceder ao salvamento da guarnição. Porém, uma última descarga atingiu mortalmente o próprio comandante, saldando-se o combate por 6 mortos e 15 feridos e o implacável inimigo a deixar os naufragos abandonados à sua sorte. Cerca de 50 horas depois chegava à ilha de Santa Maria o salva-vidas do navio com 29 naufragos, 11 dos quais feridos. Outros 12 sobreviventes, dos quais apenas 4 estavam ilesos, incluindo o G-M Armando Ferraz, imediato do navio, teriam de remar cerca de 200 milhas, durante 6 dias, para atingir a ponta do Arnel, na ilha de S. Miguel.

g) A guerra submarina

Entre 24AGO1916, quando a canhoneira “Ibo” perseguiu o U-22 ao largo da Madeira, até 14OUT1918, data em que o U-139 afundou o caça-minas “Augusto Castilho” no mar dos Açores, a Marinha teve encontros com submarinos alemães por 18 vezes, tendo o último sido o mais trágico.

Apesar da persistente caça que foi feita aos submarinos alemães, estes conseguiram afundar navios fundeados em S. Vicente e no Funchal, bombardear esta capital e a do Arquipélago dos Açores, para além de terem causado significativas baixas à navegação mercante portuguesa.

A aviação marítima (criada por decreto de 28SET1917), viu o seu Centro estabelecido em de Lisboa. Apesar da escassez de meios, foi-lhe entregue a missão de cooperar na detecção de submarinos alemães na área de aproximação ao porto da capital, acontecendo, numa dessas missões, ao largo do cabo da Roca, em 23AGO1918, a queda no mar do hidroavião “Tellier 5” e a morte dos seus tripulantes, 2º Ten. Azeredo e Vasconcelos e 1º Grumete Passos Ferreira.

h) A Guerra de Minas

Quando operava na rocega de minas a cerca de 12 milhas a sul de Cascais, em 26JUL1917 o caça-minas “Roberto Ivens” chocou com um desses engenhos e explodiu. Dos 22 homens da guarnição do navio, apenas 7 sobreviveram e, entre os 15 desaparecidos encontravam-se o comandante do navio, 1º Ten. Raúl Cascais, 3 sargentos e 11 praças.

i) O transporte do C.E.P. de Lisboa para Brest

A 26JAN1917 partiu para França o 1º contingente militar português do CEP, comandado pelo Cor. Gomes da Costa. O serviço de transporte dos sucessi-

vos contingentes foi regularmente assegurado por 8 grandes navios de transporte postos à nossa disposição pelos Ingleses e pelos cruzadores-auxiliares “Pedro Nunes” e “Gil Eanes”, escoltados pelos contratorpedeiros “Douro” e “Guadiana”, algumas vezes por contratorpedeiros britânicos, outras vezes sem qualquer escolta.

No conjunto, a Marinha prestou 148 escoltas a navios, representando cerca de meio milhão de toneladas e cerca de 60.000 milhas navegadas em zonas infestadas de submarinos alemães, sem que um só dos navios escoltados tivesse sido afundado.

O “Pedro Nunes”, sob o comando do CTEN Carlos Alberto Aprá, tornou-se lendário (em Plymouth e Brest chamavam-lhe o navio “*fantasma*”) pelas arriscadas viagens que fez em mares infestados de submarinos alemães, na Biscaia, na Mancha e nos acessos ao porto de Brest, seu habitual destino, transportando no total cerca de 6.000 homens, por vezes sem qualquer escolta, sempre sem incidentes e enfrentando, tal como os demais, os grandes temporais da Biscaia e da Mancha.

Assim a Marinha e os seus militares deixaram a sua indelével marca no conjunto das operações da I GM.



Bibliografia:

Margaret MacMillan – “*A Guerra Que Acabou com a Paz*”, Temas & Debates, 2014;

Christopher Clark (professor em Cambridge) – “*The Sleepwalkers — How Europe Went to War in 1914*”, em 2012;

Margaret MacMillan (professora em Oxford e Toronto) – “*The War that Ended Peace: The Road to 1914*”, em 2013;

Bessa Pacheco – “*A Marinha portuguesa em 1914*”, Anais do Clube Militar Naval – 07 a 12 Jul-Dez 2014, ANO 144;

Teixeira de Aguiar – “*A Marinha na investigação do mar 1800-1999*”, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001;

Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens – “*De Angola à contra costa*”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887;

Jaime do Inso – “*A Marinha portuguesa na Grande Guerra*”, separata de *Anais do Club Militar Naval*, [S.l.], Imprensa da Armada, 1937-1939;

“*Conway’s all the world’s fighting ships 1906-1921*”, Conway Maritime Press, 1985;

René Pélissier – “*História de Moçambique 1854-1918*”, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 2 vol., 1988;

René Pélissier – “*As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*”, Lisboa, Editorial Estampa, 2006;

Pereira da Silva – “*O nosso plano naval*”, Biblioteca da Liga Naval Portuguesa, Lisboa, VII, 1909;

António Telo (coordenador) – “*História da Marinha portuguesa – homens, doutrinas e organização 1824-1974*”, Lisboa, Academia de Marinha, 1999;

Pedro Cardoso – “*Os Portugueses na Flandres – 1914-1918*”, Edição do autor, Bruxelas, 1982;

Nuno Lemos Pires – “Recordar o esforço português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar”, *Revista Militar*, 66.º, n.º 5, (Número temático extraordinário sobre: Portugal na I Guerra Mundial – Operações em 2014 África (1914-1918), p. 429-458;

Luís Monteiro Nunes da Ponte – “*Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918*”: *Revista Militar*, 92.º, de JUL1940, p. 437-445. *Revista Militar*, 92.º, de Agosto, p. 515-525. *Revista Militar*, 92.º, de NOV, p. 706-719;

Nuno Severiano Teixeira – “*Portugal e a Grande Guerra: entre a memória do passado e os desafios do futuro*”;

António Telo – “*Cronologia de 1914: Portugal na Grande Guerra*” e “A beligerância portuguesa na Grande Guerra”;

António Telo – “*Primeira República*”, Lisboa: Editorial Presença, 2 Vols, 2010-11;

José Loureiro dos Santos – “*Forças Armadas em Portugal*”, 2012, Lisboa: FFMS;

Santos Costa – “*Rearmamento do Exército*”, in Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1951), 1.º Vol . S/ l. pp. 56-81;

Duarte Ivo Cruz – “*A Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz, 1918-1919*”. As Actas da Delegação Portuguesa, S/ l.: FLAD;



“A pena e a lança”¹

Alm. António da Silva Ribeiro

ÍNDICE

1. Introdução
2. As Estrofes
 - 2.1 A importância da divulgação dos feitos militares
 - 2.2 A essencialidade do cultivo das letras pelos militares
 - 2.3 O amor à Pátria na glorificação poética dos heróis virtuosos
3. Conclusão



Figura 1 – Luís de Camões²

¹ “A pena e a lança” foi o título da conferência que, em homenagem ao Senhor Professor Adriano Moreira, o então V/Alm. Silva Ribeiro proferiu, em 01JUN2016, no Instituto Dom João de Castro;

² Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=cam%C3%B5es&imgcr=4SWZCWIHHjEOWM%3A, consultado em 03 de Novembro de 2015.

1. INTRODUÇÃO

Os Lusíadas, sendo a obra maior da literatura de língua portuguesa, possuem um conteúdo moral e espiritualmente tão rico, profundo e diversificado, que se justifica buscar neles a inspiração e a orientação necessárias para analisar e compreender as questões relativas às principais matérias relacionadas com a identidade nacional e a consciência colectiva dos Portugueses. Ora, é neste contexto que se pode colocar o perseverante problema existente em Portugal, país com uma história militar repleta de feitos com dimensão mundial e de heróis com estatuto universal, mas onde ambos são pouco conhecidos e raramente celebrados.

Vem isto a propósito do 6.º Centenário da tomada de Ceuta, empreendimento militarmente notável realizado em 21 de Agosto de 1415. Além de ter permitido a conquista de uma importante praça-forte do Norte de África, marcou o início da construção do primeiro império marítimo pluricontinental e pluriocênico, processo desencadeador da globalização económica, que acentuou a interdependência das Nações e iniciou a revolução científica que conduziu ao conhecimento da verdadeira geografia da Terra!



Figura 2 – A conquista de Ceuta³

³ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC-5C8yzacT-iuAF#tbn=isch&q=a+conquista+de+ceuta&imgsrc=Qqt5NUhvjAL-8M%3A, consultado em 03 de Novembro de 2015.

Lamentavelmente, não só esta grande obra militar não mereceu o devido assinalamento por ocasião da data comemorativa, como os principais protagonistas e intervenientes⁴ naquela acção militar permaneceram praticamente ignorados, tão poucas foram as manifestações literárias e culturais que ocorreram por essa altura no nosso país, sendo de evidenciar as iniciativas da *Revista Militar* e da *Revista da Armada* que, assim, cumpriam, como é seu propósito, o dever patriótico de, no momento culminante da façanha militar, preservarem a memória histórica de Portugal⁵.



Figura 3 – D. João I⁶

⁴ D. João I e os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, o conde D. Afonso, Nuno Álvares Pereira, João Afonso de Alenquer, Vasco Fernandes de Ataíde, D. Pedro de Castro, Afonso Furtado, João Vaz de Almada, Martim Afonso de Melo, D. Pedro Meneses, Vasco Martins de Albergaria, João Gomes da Silva e tantos outros dignitários da corte e das ordens militares, bem como veteranos das guerras entre Portugal e Castela, gente das famílias mais ilustres e renomadas de Portugal.

⁵ Ferreira, João José Brandão, «A conquista de Ceuta: aspectos políticos e estratégicos», Lisboa, *Revista Militar*, n.º 2561/2562, Junho/Julho de 2015, pp. 509-531; Diogo, Luís Costa, «Ceuta: o início do prodígio português e o final da Idade Média», Lisboa, *Revista da Armada*, n.º 499, Agosto 2015, pp. 7-10.

⁶ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbn=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=D.+Jo%C3%A3o+I&imgsrc=FJIEUhiJwU-ICM%3A, consultado em 07 de Novembro de 2015.



Figura 4 – D. Duarte⁷



Figura 5 – D. Henrique⁸



Figura 6 – D. Pedro⁹

Para melhor se perceber a razão fundamental desta persistente dificuldade portuguesa em dar a conhecer amplamente e em exaltar no tempo próprio os feitos militares e os heróis nacionais, ainda hoje não encontramos melhor explicação do que a apresentada há mais de 400 anos por Luís de Camões no Canto V d'Os *Lusíadas*, da estrofe 92 à 100, onde caracterizam as circunstâncias inerentes à subtil relação das acções militares e dos respectivos protagonistas, com as obras literárias e seus autores. Neste extracto do sublime poema épico, Camões, depois de relatar o elogio feito por Vasco da Gama ao rei de Melinde, sobre a tenacidade dos idealizadores e executantes do império marítimo português, critica-os por desprezarem a poesia e os seus autores, facto que considera determinante, tanto para o pouco apreço reservado aos extraordinários guerreiros, como para o fraco encómio com que são recordados os momentos altos da História de Portugal.

⁷ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=Infante+D.+Duarte&imgsrc=XSEf3E-C_xXzAM%3A, consultado em 07 de Novembro de 2015.

⁸ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=Infante+D.+henrique&imgsrc=FfljSy6rsFWpRM%3A, consultado em 07 de Novembro de 2015.

⁹ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=Infante+D.+pedro&imgsrc=OViuE71cCYIY_M%3A, consultado em 10 de Novembro de 2015.



Figura 7 – Vasco da Gama perante o Samorim de Calecut¹⁰

Embora esta censura de Camões seja muito objectiva e claramente consignada à poesia, para a finalidade do que se pretende demonstrar neste texto, parece-nos lícito alargá-la à prosa, visto que, no essencial e como refere Ricardo Reis¹¹, ambas se constituem como expressões artísticas fundamentadas na articulação de palavras e frases, com o fim de transmitir ideias com emoção. O que as distingue, quanto à forma, é o facto da poesia, para projectar, por palavras, uma ideia com emoção, recorrer ao ritmo, à rima e à estrofe, como instrumentos disciplinadores da exposição harmoniosa. Nestas circunstâncias, o desprezo a que Camões se refere, já no seu tempo englobava todos os obreiros da literatura nacional, fossem eles poetas ou prosadores.

2. AS ESTROFES

No Canto V d'*Os Lusíadas* Camões continua a narrativa de Vasco da Gama ao rei de Melinde, sobre a partida da frota portuguesa de Lisboa e os primeiros meses de viagem, com a passagem pela ilha da Madeira, costa Barbaria e terras dos Azenegues, Senegal, Cabo Verde, Ilha de S. Tiago,

¹⁰ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC-5C8yzacT-iuAF#tbn=isch&q=vasco+da+gama+com+samorim&imgsrc=tmfOBxF-0pm6hM%3A, consultado em 10 de Novembro de 2015.

¹¹ Heterónimo de Fernando Pessoa.

Nigrícia, etc. Descreve a passagem do Equador, o fogo de Santelmo, o fenómeno da tromba marítima, o desembarque na angra de Santa Helena, o encontro de um etíope e a aventura de Fernão Veloso, apresentando, então, o magnífico episódio do gigante Adamastor.



Figura 8 – A Armada e o Adamastor¹²

Depois, Camões conta como a frota portuguesa aportou na aguada de S. Bás, a sua partida daqui e a arribada ao rio dos Reis, de onde largou para chegar ao rio dos Bons Sinais, momento a que associa a descrição da epidemia de escorbuto. Prossegue com a ilustração da navegação do rio dos Bons Sinais para Moçambique e Mombaça, até à chegada a Melinde. Aqui, Camões interrompe o discurso de Vasco da Gama para se lamentar, referindo as impressões dos Melindanos ao ouvirem o grande almirante. Também compara a excelência dos feitos dos Portugueses, com a grandeza das acções protagonizadas pelos povos mais célebres da antiguidade, afirmando que o maior valor tem sempre aliada a inteligência. Em seguida, e depois de várias considerações que são o objecto da análise neste ensaio, Camões prepara-se para continuar a narrativa de Vasco da Gama, que é retomada no Canto VI d' *Os Lusíadas*, com a descrição dos festejos e banquetes celebrados pelo rei de Melinde em honra dos Portugueses.

¹² Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=a+armada+e+o+adamastor&imgsrc=URB_Pgawc65aMM%3A, consultado em 11 de Novembro de 2015.

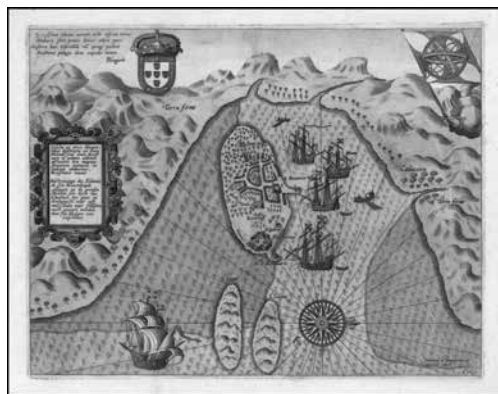


Figura 9 – Porto de Moçambique¹³

Nas estrofes 92 a 100 do Canto V d’*Os Lusíadas* a seguir analisadas e, como ideia geral, Camões preconiza que a razão maior dos extraordinários feitos militares e dos heróicos protagonistas Portugueses não serem amplamente conhecidos e adequadamente exaltados, se deve a uma crónica incapacidade nacional para aliar a força e a coragem com o gosto pela literatura e o apoio aos seus autores. Esta ideia geral é desenvolvida, logicamente, em três ideias particulares subordinadas, que a detalham, aprofundam e justificam da seguinte forma: da estrofe 92 à 94 é realçada a importância da divulgação dos feitos militares; da estrofe 95 à 98 é enfatizada a essencialidade do cultivo das letras pelos militares; e nas estrofes 99 e 100 é salientado a influência do amor à Pátria na glorificação poética dos heróis virtuosos.

¹³ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img_3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC-5C8yzacT-iuAF#tbn=isch&q=chegada+a+meline&imgsrc=4B94gKNDGJkiRM%3A, consultado em 11 de Novembro de 2015.



Figura 10 – Camões a ler *Os Lusíadas*¹⁴

Vejamos, de seguida, as expressões do poema épico de Camões nas nove estrofes identificadas, tentativamente clarificadas quanto ao seu significado, por comentários explicativos de cada uma delas. Não sendo um especialista n' *Os Lusíadas* e muito menos em Luís de Camões, é com grande humildade intelectual que, nessas interpretações se procurarão conjugar os contornos literais, éticos e espirituais, de forma a evidenciar:

- a) O significado rigoroso das palavras e do texto;
- b) Os factos passados perenizados pela História;
- c) Os valores éticos que determinaram os modelos de acção e os comportamentos das pessoas;
- d) A vida mística dos Homens, ligada às manifestações do sagrado.

Assim, para além de se analisarem e explicitarem as ideias do poeta, e de se considerarem as circunstâncias dos momentos históricos referidos, o recurso às leituras éticas e espirituais, permite-nos evidenciar os elementos mais perenes das estrofes, que configuram a identidade nacional e a consciência colectiva dos Portugueses. Para isso, recorreremos à 1.^a edição d' *Os Lusíadas*, bem como às anotações e interpretações que constam das diversas

¹⁴ Obtida em: www.google.pt/search?q=camões+a+ler+os+lusiadas&espv=2&biw=1152&bih=751&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwilm67TgO3LAhXG7xQKHUL-0B7IQ_AUIBigB#imgsrc=u0Xa7pE_hYt0HM%3A, consultado em 11 de Novembro de 2015.

edições da obra referidas na bibliografia. Neste ensaio, a grafia adoptada foi a usada antes da reforma ortográfica recentemente adoptada, excepto nos casos identificados nas notas de rodapé. A pontuação das estrofes d' *Os Lusíadas* foi mantida sem qualquer alteração relativamente à empregue por Camões na 1.^a edição da obra.



Figura 11 – Torre de Belém¹⁵

2.1. A importância da divulgação dos feitos militares

Quam doce he o louuor & a justa gloria
Dos proprios feitos, quando sam soados,
Qualquer nobre trabalha que em memoria
Vença, ou ygoale os grandes ja passados:
As enuejas da illustre & alhea historia
Fazem mil vezes feitos sublimados,
Quem valerosas obras exercita
Louuor all:eo muito o esperta & incita.

¹⁵ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=torre+de+belem&imgsrc=FHnJ6S6cEb7jsM%3A, consultado em 17 de Novembro de 2015.

92 Quão doce é o louvor e a justa glória
 Dos próprios feitos, quando são soados,¹⁶
 Qualquer nobre¹⁷ trabalha que em memória¹⁸
 Vença, ou iguale os grandes já passados¹⁹:
 As invejas²⁰ da ilustre e alheia história
 Fazem mil vezes feitos sublimados,
 Quem valerosas obras exercita
 Louvor alheio muito o esperta e incita.

Nestes versos Camões comenta a narrativa de Vasco da Gama ao rei de Melinde, dizendo ser muito agradável ouvir louvar e glorificar os próprios feitos, quando estes são ruidosamente apregoados e espalhados pela fama. Depois, refere que todo o Homem com sentimentos excelentes se esforça para que a memória de quem foi e do que fez ultrapasse, ou iguale, a fama desfrutada pelos seus antepassados ilustres. Neste âmbito, afirma que o forte desejo de possuir um passado tão insigne como o evidenciado nas emulações produzidas pela História acerca dos factos e feitos notáveis ocorridos noutros tempos e realizados por personagens célebres, excitam o zelo e as actividades que cada pessoa realiza com o fim de as igualar ou exceder, o que conduz, amiúde, à prática de grandes façanhas militares. Termina, referindo que aqueles cujo trabalho é corajoso e útil, são estimulados e desafiados quando recebem elogios de outras pessoas.

¹⁶ Proclamados com ênfase e alcance, e espalhados pela fama.

¹⁷ Qualquer pessoa excelente, ilustre, distinta ou magnânime.

¹⁸ Nas obras consultadas surgem diferentes grafias e distintas pontuações, que podem originar interpretações variadas. Assim, além daquela adoptada no corpo do presente ensaio, surge em José Agostinho (1923), e a título meramente exemplificativo: «Qualquer nobre trabalho, que em memória/vença, ou iguale os grandes já passados». Neste caso, o texto poderá significar: Como é grato o elogio de qualquer notável facto que exceda ou iguale, em fama, os maiores da antiguidade. Porém, a grafia e a pontuação apresentadas por José Agostinho não são as que constam na 1.^a edição d' *Os Lusíadas*. Acresce que, como em diversas obras referidas na bibliografia, nesta passagem e em muitas outras do texto, a alteração da grafia e da pontuação modifica a forma e o significado original do texto.

¹⁹ Antepassados ilustres.

²⁰ Na 1.^a edição d' *Os Lusíadas*, lê-se “envejas” em lugar de invejas.



Figura 12 – Vasco da Gama²¹

Não tinha em tanto os feitos gloriosos
De Achilles, Alexandro na pelleja,
Quanto de quem o canta, os numerosos
Versos, isso so louua, isso deseja:
Os tropheos de Melciades famosos
Temistocles despertão so de enueja,
E diz, que nada tanto o deleitaua
Como a vez que seus feitos celebrava.

²¹ Obtida em: www.google.pt/search?q=camões+a+ler+os+lusiadas&espv=2&biw=1152&bih=751&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwilm67TgO3LAhXG7xQKHUL-0B7IQ_AUIBigB#tbn=isch&q=vasco+da+gama&imgcr=gap2pCY_AB3QLM%3A, consultado em 17 de Novembro de 2015.

93 Não tinha em tanto os²² feitos gloriosos
De Aquiles²³, Alexandre²⁴ na peleja,
Quanto de quem o canta²⁵, os numerosos²⁶
Versos, isso só louva, isso deseja:
Os troféus²⁷ de Milcíades²⁸ famosos
Temístocles²⁹ despertam só de inveja³⁰,
E diz, que nada tanto o deleitava
Como a voz³¹ que seus feitos celebrava.

Nestes versos Camões alega que Alexandre Magno tinha menos apreço pelos feitos gloriosos praticados por Aquiles na guerra, do que pelos belos e maviosos versos com que Homero os havia celebrado, facto que o rei macedónio tanto encarecia, exaltava e se esforçava por merecer. Afirma,

²² Difere do texto original que, parece ser “o feitos”, embora surja esbatido um “s”, que não corresponde a nenhuma letra impressa no verso da página naquela posição.

²³ Aquiles é o herói principal da *Iliada*, poema de Homero. Foi rei dos Mirmidões e o mais ilustre dos generais que participaram na guerra de Tróia. A mãe mergulhou-o no Estígio para o fazer invulnerável. Foi ao cerco de Tróia com uma armadura feita por Vulcano. Antes da tomada de Tróia conquistou, em Troade, a cidade de Tebas. Matou Heitor, mas foi mortalmente ferido por Páris no calcanhar, único ponto vulnerável do seu corpo, por onde a mãe lhe pegara para o mergulhar no Estígio.

²⁴ Alexandre Magno foi rei da Macedónia, dominou a Grécia, o Egipto e parte relevante da Ásia até à Índia. Foi educado por Aristóteles e grande admirador de Homero. Na 1.ª edição d’ *Os Lusíadas*, lê-se “Alexandro” em lugar de Alexandre.

²⁵ O cantor dos feitos de Aquiles foi o grego Homero, príncipe de todos os poetas e autor da *Iliada*, cujo herói principal é Aquiles, e da *Odisseia*, onde o herói maior é Ulisses. Talvez seja, também, autor da *Batracomiomaquia* (combate entre ratos e rãs), além de 33 livros e alguns epigramas, que são pequenas composições poéticas mordazes ou satíricas.

²⁶ Em linguagem poética o significado, é belos ou harmoniosos e não abundantes e copiosos.

²⁷ Monumentos que celebram as vitórias militares de Milcíades.

²⁸ Milcíades foi o general ateniense que, de forma considerada improvável, venceu o rei persa Dario na batalha de Maratona em 490 a.c.. Tomou muitas ilhas no mar Egeu, anteriormente conquistadas pelos Persas.

²⁹ Temístocles foi o general ateniense que venceu a esquadra persa de Xeres I na batalha de Salamina. Conta-se que, após a batalha de Maratona, disse que a vitória (troféu) e glória de Milcíades lhe tiravam o sono.

³⁰ Na 1.ª edição d’ *Os Lusíadas*, lê-se “enveja” em lugar de inveja.

³¹ Refere-se a Heródoto, que exalta as obras de Temístocles. Na 1.ª edição d’ *Os Lusíadas* lê-se “vez” em lugar de “voz”, que é usada para designar a narrativa e o narrador da história de Milcíades.

ainda, que os famosos monumentos às vitórias (troféus) e à glória de Milcíades, despertavam tamanha inveja em Temístocles, que lhe tirava o sono. Conclui, dizendo que nada lhe era tão agradável de ouvir, como as referências de Hérodoto a exaltarem a suas obras.



Figura 13 – Alexandre Magno³²



Figura 14 – Aquiles³³

³² Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=alexandre+magno&imgcr=FRzdwZgmmbHISM%3A, consultado em 25 de Novembro de 2015.

³³ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=aquiles&imgcr=FbELC_9quS1Z_M%3A, consultado em 25 de Novembro de 2015

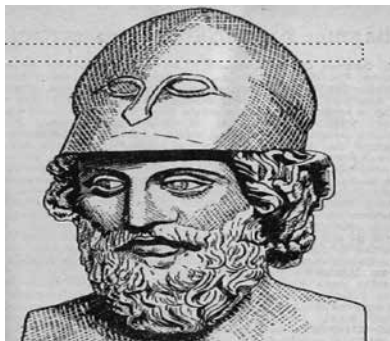


Figura 15 – Temístocles³⁴



Figura 16 – Milcíades³⁵

Trabalha por mostrar Vasco da Gama
Que essas nauegações que o mundo canta,
Não merecem tamanha gloria & fama:
Como a sua, que o ceo & a terra espanta:
Si mas aquelle Heroe que estima & ama
Com doês, merces, fauores, & honra tanta
A lira Mantuana faz que soe
Eneas, & a Romana gloria voe.

³⁴ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC-5C8yzacT-iuAF#tbn=isch&q=term%C3%ADstocles&imgcr=bV9g791Bh15WrM%3A, consultado em 25 de Novembro de 2015.

³⁵ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8yzacT-iuAF#tbn=isch&q=milc%C3%ADades&imgcr=CC0zl7pqePX4JM%3A, consultado em 25 de Novembro de 2015.

94 Trabalha por³⁶ mostrar Vasco da Gama
 Que essas navegações que o mundo canta,
 Não merecem tamanha glória e fama:
 Como a sua, que o Céu e a Terra³⁷ espanta:
 Si³⁸ mas aquele Herói³⁹ que estima e ama
 Com dões⁴⁰, mercês, favores, e honra tanta
 A lira Mantuana⁴¹ faz que soe
 Eneias⁴², e a Romana glória voe.

Nestes versos Camões conclui que Vasco da Gama se esforça por evidenciar que as mundialmente celebradas navegações de Ulisses e Eneias na antiguidade, não merecem tanta glória e fama como a viagem que o navegador português realizou de Lisboa a Calecute, feito extraordinário que assombrou o universo. Para além disso, afirma ser verdade que foi Octaviano César Augusto, apoiado pelo seu conselheiro Caius Mecenas, por tanto prezarem e recompensarem com dádivas, benefícios, abonos e distinções o poeta Virgílio pela *Eneida*, quem o motivou a fazer ecoar pelo mundo o nome de Eneias e, assim, a difundir e imortalizar rapidamente pela Terra o esplendor de Roma.

³⁶ Esforça-se por.

³⁷ Todo o mundo.

³⁸ Sim.

³⁹ Refere-se a Octaviano César Augusto, grande protector das letras e das artes, admirou imensamente o talento e soube premiar Virgílio, o autor das *Éclogas* (ou *Bucólicas*), das *Geórgicas* e da *Eneida*, que é uma das mais notáveis obras da literatura latina. Teve como conselheiro Caius Mecenas, grande político, estadista e patrono das letras. No seu círculo de amigos contavam-se Horácio, Virgílio, Tito Lívio, Ovídio e Propertius, a quem patrocinou com amizade, bens materiais e protecção política.

⁴⁰ Donativos ou presentes.

⁴¹ A lira Mantuana surge, aqui, como sinónimo dos versos de Virgílio, apelidado de mantuano por ter nascido em Mantua. As suas obras, em especial a *Eneida*, também suscitaram a admiração e a protecção do político romano Gayo Asínio Polión, a quem dedicou as *Éclogas*.

⁴² «... faz que soe/Eneias,...» significa consegue que o nome de Eneias seja celebrado pela fama. Eneias foi o herói da *Eneida*, epopeia onde Virgílio canta a fundação de Roma e que serviu de modelo às grandes obras épicas do renascimento, onde se incluem *Os Lusíadas* de Camões.



Figura 17 – Ulisses⁴³



Figura 18 – Eneias⁴⁴

⁴³ Obtida em: www.google.pt/search?q=camões+a+ler+os+lusiadas&espv=2&biw=1152&bih=751&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi1m67TgO3LAhXG7xQKHUL-0B7IQ_AUIBigB#tbm=isch&q=ulisses+mitologia+grega&imgsrc=Z7soLAEnWP8XT-M%3A, consultado em 02 de Dezembro de 2016.

⁴⁴ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF&gws_rd=ssl#tbm=isch&tbs=rimg%3ACczLJuP-zUn5Ijh1oQLnxjZSMUc-z6OTH5CRhaRhZpjZWdqfaJX_1E2tOSqBsDUiUlq-AuRns_1qCmZS9XJe4R9uHF7M-CoSCXWhAufGNIIxEcEyq4HSgPhlKhIJRzPo5MfkJGERG8mAp8Gb5K4qEglpGHOM-NIZ2pxGkU1ZxP2ZZBSoSdolt8Ta05KoEW0FDKhhxIFKhIJGwNSJSWr4C4Rt2e_1T-nHPcRMqEglGez-oKZIL1RGsiBr92Ej1-CoSCcl7hH24cXswEXKjrrlyg6gB&q=Eneias%20grego&imgsrc=AaPQRpDeYZNBqM%3A, consultado em 02 de Dezembro de 2015.



Figura 19 – Octávio César Augusto⁴⁵

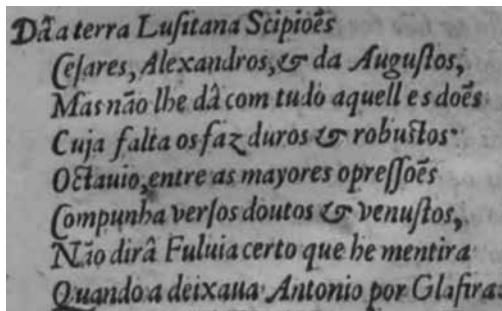


Figura 20 – Virgílio⁴⁶

⁴⁵ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPvqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=octavio+cesar+augusto&imgcr=PKZwZ4kXTmOKtM%3A, consultado em 02 de Dezembro de 2015.

⁴⁶ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPvqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=virgilio&imgcr=XvRB9tvJ9gMzyM%3A, consultado em 02 de Dezembro de 2015.

2.2 A essencialidade do cultivo das letras pelos militares



95 Dá a terra Lusitana Cipião⁴⁷,
Césares⁴⁸, Alexandros⁴⁹, e dá Augustos⁵⁰,
Mas não lhe⁵¹ dá contudo aqueles doês⁵²
Cuja falta os faz duros e robustos.
Octávio⁵³, entre as maiores opressões⁵⁴
Compunha versos doutos e venustos⁵⁵,
Não dirá Fúlvio⁵⁶ certo⁵⁷ que é mentira
Quando a deixava António⁵⁸ por Glafira.

⁴⁷ Referência ao general romano Cipião Africano, vencedor do general cartaginês Aníbal na batalha de Zama, e ao general romano Cipião Emiliano, que venceu Cartago e Numância. Este, além de militar ilustre, foi protector e amigo do comediógrafo Terêncio.

⁴⁸ Júlio César foi o general romano conquistador das Gálias e um grande escritor, orador e legislador, que fundou o império romano. Escreveu parte dos relatos das suas campanhas nas obras *De Bello Gálico* e *De Bello Civili*.

⁴⁹ Alexandre Magno. Na 1.ª edição d' *Os Lusíadas* lê-se "Alexandros" em lugar de Alexandres.

⁵⁰ Octaviano César Augusto.

⁵¹ Deveria ser "lhes", por se referir aos Portugueses, habitantes da terra lusitana.

⁵² Qualidades ou dotes necessários para apreciar a poesia.

⁵³ Octaviano César Augusto.

⁵⁴ Dificuldades, apertos e angústias inerentes ao desempenho do cargo de imperador de Roma.

⁵⁵ Graciosos, elegantes ou formosos, termo com origem etimológica em Vênus, deusa do amor.

⁵⁶ Fúlvio foi a terceira mulher de Marco António, que a abandonou por Glafira, mulher de Arquelau, sacerdote magno do templo de Belona, em Comana (Capadócia, Turquia). Atribui-se a Octaviano César Augusto uns versos epigramáticos (mordazes ou satíricos) dirigidos a Flúvia, em resposta às solicitações que esta lhe fez para tomar o lugar de Marco António, que a abandonara por Glafira.

⁵⁷ Certamente ou com toda a certeza.

⁵⁸ Marco António foi um importante político e militar romano, que assumiu o controlo do Egipto, quando Octaviano César Augusto era imperador, a quem desafiou e por quem foi derrotado na batalha de Actium.

Nestes versos Camões começa por destacar a contradição existente em Portugal, nação que produz guerreiros destemidos e reis heróicos, tão ilustres como os principais ícones da antiguidade clássica, mas infelizmente desprovidos de formação e dotes que lhes possibilitem apreciar a poesia, razão pela qual se apresentam rudes e incultos. Neste contexto, o poeta argumenta que Augusto, no meio das maiores dificuldades, apertos e angústias inerentes ao desempenho do cargo de imperador de Roma, escrevia versos eruditos e formosos, e que Fúlvia podia, certamente, confirmar este facto, porque é incontestável que Marco António a trocou por Gláfrica, bela e inteligente, por prezar o seu talento.



Figura 21 – Cipião Emiliano⁵⁹



Figura 22 – Júlio César⁶⁰

⁵⁹ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=cipi%C3%A3o+emiliano&imgcr=AIFLEJyGzgWYGM%3A, consultado em 05 de Dezembro de 2015.

⁶⁰ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=julio+cesar+grego&imgcr=BgPiDRWqMC7AiM%3A, consultado em 05 de Dezembro de 2015.

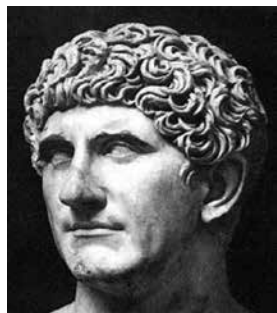


Figura 23 – Marco António⁶¹



Figura 24 – Fúlvia⁶²

*Vay Cesar fojugando toda França
E as armas não lhe empedem a sciencia,
Mas nũa mão a pena, e noutra a Lança
Igoalaua de Cicero a eloquencia:
O que de Scipião se sabe e alcança
He nas comedias grande experiencia,
Lia Alexandro a Homero de maneira
Que sempre se lhe sabe aa cabeceira.*

⁶¹ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPvqC-5C8yzacT-iuAF#tbn=isch&q=marco+ant%C3%B3nio&imgsrc=nfHvc5hL8LcbfM%3A, consultado em 05 de Dezembro de 2015.

⁶² Obtida em: www.google.pt/search?q=fulvia+matrona+romana&espv=2&biw=1440&bih=799&site=webhp&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKewiouoz8gLTLaH-VBvxQKHRIIDkIQ_AUIBigB#tbn=isch&tbs=ring%3ACY1pDt6hRv7qljhdICE611H-ZeQ9Sh1fUGGLE2qyYQJfFz2cVTIM96kmwm8ZgkCmRqXEHHtdCtYh03Mmo22jMOFDYIyoSCV2UITrXUdl5EUIvN1YCK_1hkKhIJD1KHV9QYYt4RqYCqf1EUE5AqEg-narJhAl8XPZxEJTzg4BKRYZCoSCRVMgz3qSbCbEfyER6cz4dWQKhIJxmCQKZGpcQ-cRHJ5Bflzdr9qEgke10K1iHTcyRHQMxifk5zEVCoSCajbaMw4UNiXERlwaWniacY8&q=fulvia%20matrona%20romana&imgsrc=caJAwHGh5iKn4M%3A, consultado em 05 de Dezembro de 2015.

96 Vai César⁶³ subjugando⁶⁴ toda França
 E as armas não lhe impedem a ciência,
 Mas nua mão⁶⁵ a pena, e noutra a lança
 Igualava de Cícero⁶⁶ a eloquência:
 O que de Cipião⁶⁷ se sabe e alcança
 É nas comédias grande experiência⁶⁸,
 Lia Alexandre⁶⁹ a Homero de maneira
 Que sempre se lhe sabe à cabeceira.

Nestes versos Camões continua a comparação dos grandes heróis Portugueses com os maiores ícones da antiguidade, recorrendo ao mesmo tipo de análise e discurso expositivo da estrofe anterior. É, neste sentido, que se refere a Júlio César afirmando que este, enquanto combatia para conquistar a Gália, cultivava, ao mesmo tempo, os saberes, razão de ser da expressão «... *nua mão a pena, e noutra a lança*». Por conseguinte, a par dos grandes feitos bélicos, ia escrevendo num estilo e com um talento comparável ao de Cícero. Também afirma que o conhecimento e a consciência mais grata dos feitos de Cipião Emiliano, se ficaram a dever à sua divulgação através da literatura teatral, e que Alexandre Magno era tão assíduo na leitura de Homero, que todos sabiam ter sempre a *Iliada* e a *Odisseia* à cabeceira da sua cama.

⁶³ Júlio César.

⁶⁴ Submetendo à soberania romana.

⁶⁵ Da forma como escreveu Camões não resulta cacófato (som desagradável e com sentido equívoco), o que sucederia com a modernização do texto para «numa mão».

⁶⁶ Cícero foi o mais famoso orador dos romanos e teve uma vida política muito activa. Partidário de Pompeu e, depois, de Octaviano César Augusto, foi opositor de Marco António, que o mandou assassinar. Diz-se que Fúlvia, mulher de Marco António, que Cícero havia atacado nas *Filípicas*, depois de morto lhe trespassou a língua com um alfinete de ouro. As *Verrinas* e as *Catilinárias* são dois dos seus discursos imortais. Também escreveu admiráveis cartas e excelentes tratados filosóficos.

⁶⁷ Refere-se a Cipião Emiliano, dito «Segundo Africano», protector e amigo do comediógrafo Terêncio.

⁶⁸ «O que de Cipião se sabe e alcança. / É nas comédias grande experiência», significa que o que se sabe de Cipião é um forte motivo de factos, para sobre eles fazer teatro.

⁶⁹ Alexandre Magno. Na 1.ª edição d' *Os Lusíadas* lê-se “Alexandro” em lugar de Alexandre”.



Figura 25 – Império Romano⁷⁰



Figura 26 – Cícero⁷¹

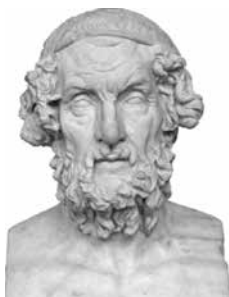


Figura 27 – Homero⁷²

⁷⁰ Obtida em: www.google.pt/search?q=mapa+europa+e+norte+de+%C3%A1frica+com+as+fronteiras+do+imp%C3%A9rio+romano+no+tempo+de+j%C3%BAlio+c%C3%A9sar&biw=1920&bih=909&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiht_bi6TKAhWBiRoKHXiPCscQ_AUIBigB#tbn=isch&q=mapa+da+europa+e+norte+de+%C3%A1frica+com+as+fronteiras+do+imp%C3%A9rio+romano+no+tempo+de+j%C3%BAlio+c%C3%A9sar&imgsrc=cKAnS2mDnwKgaM%3A, consultado em 10 de Dezembro de 2015.

⁷¹ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbn=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=c%C3%ADcero&imgsrc=C0EuVumbGRPUUnM%3A, consultado em 10 de Dezembro de 2015.

⁷² Obtida em: www.google.pt/search?q=homero&espv=2&biw=1152&bih=751&site=webhp&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwilqrvRku3LAhXJ1RQKHYNICs0Q_AUIBigB#tbn=isch&q=homero+poeta+grego&imgsrc=aDzdQxrlLx6BgM%3A, consultado em 10 de Dezembro de 2015.

*Em fim não ouue forte capitão
 Que não fosse também douto e sciente,
 Da Lacia, Grega, ou Barbara nação
 Se não da Portuguesa tão somente:
 Sem vergonha o não digo, que a razão
 De algum não ser por versos excelente,
 He não se ver prezado o verso e rima,
 Porque quem não sabe arte não na estima.*

97 Enfim não houve forte capitão
 Que não fosse também douto e ciente⁷³,
 Da Lácia⁷⁴, Grega, ou Bárbara⁷⁵ nação
 Senão da Portuguesa tão somente:
 Sem vergonha o não digo, que a razão
 De algum não ser por versos excelente,
 É não se ver prezado o verso e rima,
 Porque quem não sabe arte⁷⁶ não na estima⁷⁷.

Nestes versos Camões acrescenta, patenteando uma certa desilusão e queixume, que os grandes capitães Romanos, Gregos ou Bárbaros da antiguidade, para além de guerreiros épicos, eram também muito instruídos ou dados às letras (doutos) e sabedores (cientes), situação que não se verificava com os Portugueses. Também lamenta, demonstrando embaraço pelo facto de não haver nenhuns heróis nacionais celebrados e imortalizados através da poesia, em grande medida devido ao desprezo que os autores de feitos

⁷³ Sabedor.

⁷⁴ Do Lácio, região latina ou romana da Itália central onde foi fundada a cidade de Roma. Na forma empregue na estrofe significa raça latina.

⁷⁵ Designação romana para os povos não latinos ou não gregos. Esta denominação aplicava-se tanto a mouros como a outros povos não cristãos ou não judaicos, os gentios.

⁷⁶ Aqui entendida como a arte da poesia, forma de linguagem usada para exprimir o pensamento do poeta, tirando partido de recursos linguísticos e estéticos.

⁷⁷ O mesmo que «não a estima», isto é sem apreço pela poesia. A expressão tem a intercalação eufónica do “n” em “na”. O verso afirma que nada pode ser estimado e amado sem que primeiro seja conhecido. Como diziam os antigos filósofos: *Nihil volitum quin praecognitum*.

notáveis têm por ela, argumentando que quem não cultiva a arte de expressão do pensamento dos poetas, não pode, igualmente, apreciá-la.



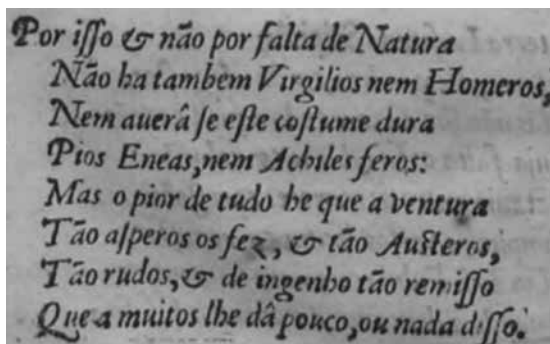
Figura 28 – Roma antiga⁷⁸



Figura 29 – Grécia antiga⁷⁹

⁷⁸ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=roma+antiga&imgcr=tUSAsldU4PWDVM%3A, consultado em 14 de Dezembro de 2015.

⁷⁹ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=gr%C3%A9cia+antiga&imgcr=gr2hFGT4y--NvM%3A, consultado em 14 de Dezembro de 2015.



98 Por isso e não por falta de Natura⁸⁰
 Não há também Virgílios nem Homeros⁸¹,
 Não haverá se este costume dura
 Pios Eneias, nem Aquiles feros:
 Mas o pior de tudo é que a ventura⁸²
 Tão ásperos os fez, e tão austeros⁸³,
 Tão rudos⁸⁴, e de engenho⁸⁵ tão remisso⁸⁶
 Que a muitos lhe dá pouco, ou nada disso.

Nestes versos Camões, na sequência da estrofe anterior, conclui que, em Portugal, não há poetas épicos como o romano Virgílio e o grego Homero, não por falta de dotes ou talento natural dos Portugueses, mas devido ao facto de os grandes líderes militares nacionais desprezarem a poesia. Acrescenta, ainda, que, caso este modo de proceder não se altere, dentro de algum tempo não haverá, para se cantarem no país, homens ilus-

⁸⁰ Natura é sinónimo de natureza, palavras que Camões emprega indistintamente n' *Os Lusíadas*, consoante as conveniências periódicas. Ambas significam as qualidades intrínsecas ou naturais de um ser. No caso vertente refere-se às qualidades próprias dos Portugueses.

⁸¹ Poetas como o romano Virgílio e o grego Homero.

⁸² Destino.

⁸³ Bruscos e ríspidos, com falta de civilização e de humanidade. Na 1.^a edição d' *Os Lusíadas* a palavra começa por maiúscula.

⁸⁴ Tão pouco cultivados.

⁸⁵ Capacidade de imaginar, conceber e criar com o pensamento, tanto em arte (execução) como em ciência (concepção).

⁸⁶ Acanhado.

tres e corajosos como o devoto Eneias ou o bravo Aquiles. Para além disso, afirma que o pior de tudo é o destino ter feito os nossos maiores guerreiros tão soberbos e tão ríspidos, tão rudes e de talento natural tão fraco que, na maior parte dos casos, pouco ou nada se importam com isso, isto é, com a falta das artes e das letras.



Figura 30 – Padrão dos descobrimentos⁸⁷ Figura 31 – Padrão dos descobrimentos⁸⁸

⁸⁷ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=padr%C3%A3o+dos+descobrimentos&imgsrc=0waY2e524QNF-qM%3A, consultado em 17 de Dezembro de 2015. As figuras representadas são, por ordem descendente: Infante D. Henrique; Infante D. Fernando; João Gonçalves Zarco; Pêro de Alenquer; Gil Eanes; Pedro Nunes; Pêro Escobar; Jácome de Maiorca; Pêro da Covilhã; Gomes Eanes de Zurara; Nuno Gonçalves; Luís Vaz de Camões; Frei Henrique de Carvalho; Frei Gonçalo de Carvalho; Fernão Mendes Pinto; Filipa de Lencastre; Infante D. Pedro.

⁸⁸ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=o-disseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=padr%C3%A3o+dos+descobrimentos&imgsrc=87f1ouYxUy-yCM%3A, consultado em 17 de Dezembro de 2015. As figuras representadas são, por ordem descendente: Infante D. Henrique; Afonso V; Vasco da Gama; Afonso Baldaia; Pedro Álvares Cabral; Fernão de Magalhães; Nicolau Coelho; Gaspar Corte-Real; Martin Afonso de Sousa; João de Barros; Estevão da Gama; Bartolomeu Dias; Diogo Cão; António Abreu; Afonso de Albuquerque; S. Francisco Xavier; Cristovão da Gama.

Figura 32 – Aquiles⁸⁹Figura 33 – Duarte Pacheco Pereira,
o Aquiles Lusitano⁹⁰

2.3 A influência do amor à Pátria na glorificação poética dos heróis virtuosos

*Aas Musas agardeça o nosso Gama
O muito amor da patria, que as obriga
A dar aos seus na lira nome & fama
De toda a illustre & bellica fadiga:
Que elle, nem quem na estirpe seu se chama,
Cathoe não tem por tão amiga,
Nem as filhas do Tejo, que deixassem
As tellas d'ouro fino, & que o cantassem.*

⁸⁹ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=Aquiles&imgcr=FbELC_9quSIZ_M%3A, consultado em 17 de Dezembro de 2015.

⁹⁰ Obtida em: www.google.pt/search?espv=2&biw=1152&bih=732&tbm=isch&sa=1&q=odisseia&oq=odisseia&gs_l=img.3..0110.435388.436667.0.436971.8.7.0.1.1.0.111.637.5j2.7.0....0...1c.1.64.img..0.8.644.FnWcB15n_Ac&dpr=1&cad=cbv&sei=kYKPVqC5C8y-zacT-iuAF#tbn=isch&q=duarte+pacheco+pereira&imgcr=uf13AzzfRLm3mM%3A, consultado em 17 de Dezembro de 2015.

99 Às Musas⁹¹ agradeça⁹² o nosso Gama
 O muito amor da pátria, que as obriga
 A dar aos seus⁹³ na lira⁹⁴ nome e fama
 De toda a ilustre e bélica fadiga:
 Que ele, nem quem na estirpe seu se chama⁹⁵,
 Caliope⁹⁶ não tem por tão amiga⁹⁷,
 Nem as filhas do Tejo⁹⁸, que deixassem
 As telas d'ouro fino⁹⁹, e que o cantassem.

Nestes versos Camões afirma que Vasco da Gama deve agradecer, às deidades inspiradoras do poeta, o intenso amor delas pela Pátria, que as impele a cantar n' *Os Lusíadas* as suas ilustres e árduas acções guerreiras, dando, assim, aos Portugueses, reputação e glória. Acrescenta, no entanto, que nem Vasco da Gama, nem os seus compatriotas, manifestaram qualquer apreço pela poesia, a ponto de justificarem que o poeta abandonasse a contemplação dos seus grandes amores, para cantar os Portugueses no poema épico *Os Lusíadas*.

⁹¹ As Musas da mitologia grega antiga, eram as entidades a que era atribuída a capacidade de inspirar a criação artística ou científica. Eram as nove filhas de Júpiter e da Memória (Mnemosine) e viviam no monte Hélicon, em cuja encosta nasciam as fontes Aganipe e Hipocrene cujas águas inspiravam poeticamente quem as bebesse. Nesta estrofe Musas significa o génio poético que inspira Camões.

⁹² Na 1.ª edição d' *Os Lusíadas* lê-se “agardeça” em lugar de agradeça.

⁹³ Aos Portugueses, que não demonstram nenhum apreço pel' *Os Lusíadas*, quando é esta obra que lhes dá nome e fama. Alguns intérpretes da obra afirmam que o poeta se está a referir à família de Vasco da Gama. Porém, tal interpretação parece redutora, pois as estrofes 92 a 100 tratam sempre do povo Português como um todo.

⁹⁴ No poema épico *Os Lusíadas*.

⁹⁵ Os compatriotas Portugueses.

⁹⁶ Caliope, que significa bela voz, é a musa preferida de Camões e simboliza a eloquência inspiradora da poesia épica e da ciência em geral, sendo a mais velha e sábia das nove musas da mitologia grega.

⁹⁷ Não tinham apreço pela poesia.

⁹⁸ São as Tágides, isto é, as ninfas do Tejo, divindades criadas por Camões, que incarnam o seu engenho poético e vontade.

⁹⁹ As suas ocupações ou a contemplação dos seus amores.

Figura 34 – Musas do Tejo¹⁰⁰Figura 35 – Caliope¹⁰¹

Porque o amor fraterno & puro gosto
 De dar a todo o Lusitano feito
 Seu louvor, he semente o profuso
 Das Tagides gentis, & seu respeito:
 Porem não deixe em fim de ter desposto
 Ninguém a grandes obras sempre o peito,
 Que por esta, ou por outra qualquer via
 Não perdera seu preço & sua valia.

¹⁰⁰ Obtida em: www.google.pt/search?q=homero&espv=2&biw=1152&bih=751&site=webhp&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKewilqrvRku3LAhXJ1RQKHYNICs0Q_AUIBigB#tbn=isch&q=musas+do+tejo&imgcr=5vAZZHfwexnyfM%3A, consultado em 20 de Dezembro de 2015.

¹⁰¹ Obtida em: www.google.pt/search?q=homero&espv=2&biw=1152&bih=751&site=webhp&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKewilqrvRku3LAhXJ1RQKHYNICs0Q_AUIBigB#tbn=isch&tbs=rimg%3ACcCTkbaE43Smlji0AVZb7NAGvulwsxxsO8uZIEq-MoxOkB8sd7Gt3k91y399GUFANu7yWqaMFzjSx18KInKB4S631XyoSCBQBVlvs0Aa-EaOP-MN_1cIPiKhIJ6XCzHGw7y5kR-_1b3ucg-kKAqEgkSoyjE6QHxGIImoTzv7nUu-SoSCR3sa3eT3XLfEZ0qNm4-CkVfKhIJ30ZQUA27vJYRfVfzLNHrS_1kqEgmpowXON-LHXwhE7VHSfeg_1UnSoSCYicoHhLreVfEXTaVkl_1skwK&q=cal%3C%ADope%20mitologia%20grega&imgcr=L9mbZkYah7R0EM%3A, consultado em 20 de Dezembro de 2015.

100 Porque o amor fraterno¹⁰² e puro gosto¹⁰³
De dar a todo o Lusitano feito
Seu louvor¹⁰⁴, é somente o pressuposto¹⁰⁵
Das Tágides¹⁰⁶ gentis, e seu respeito¹⁰⁷:
Porém não deixe enfim de ter disposto¹⁰⁸
Ninguém a grandes obras sempre o peito,¹⁰⁹
Que por esta, ou por outra qualquer via
Não perderá seu preço e sua valia.

Nestes versos Camões conclui que a sua grande afeição aos compatriotas e o gosto sincero em glorificar o que é devido, constituem razões sobejas para continuar a engrandecer, com versos, os feitos notáveis dos Portugueses. Neste sentido, apela a que ninguém deixe de ter a alma sempre pronta a concretizar actos relevantes, pois estes serão sempre enaltecidos, através da literatura ou de qualquer outra forma, que recompensará o seu valor e a sua glória. O poeta assume, assim, uma postura motivadora e mobilizadora dos Portugueses, para que estes coloquem a sua capacidade e vontade ao serviço das grandes causas patrióticas.

¹⁰² Amor fraterno, porque Camões considera que as Ninfas do Tejo têm os Portugueses como irmãos, por serem todos filhos da mesma Pátria.

¹⁰³ Exclusivamente o desejo delas.

¹⁰⁴ O louvor correspondente ou que é devido.

¹⁰⁵ Na 1.^a edição d' *Os Lusíadas* lê-se "prosuposto" em lugar de pressuposto. Significa propósito firme e anterior ao poema.

¹⁰⁶ Ninfas do Tejo conforme referido na nota de rodapé número 97.

¹⁰⁷ Propósito.

¹⁰⁸ Na 1.^a edição d' *Os Lusíadas*, lê-se "desposto" em lugar de disposto.

¹⁰⁹ O ânimo e a vontade.



Figura 36 – Tágides¹¹⁰



Figura 37 – Chegada de Vasco da Gama a Lisboa¹¹¹



Figura 38 – Capa da 1.ª edição d'Os Lusíadas¹¹²

¹¹⁰ Obtida em: www.google.pt/search?q=tágides&espv=2&biw=1152&bih=751&site=webhp&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi36uXzm-3LAhWGArQKHxHGB-4MQ_AUIBigB#imgsrc=rF2iCzhRkrClM%3A, consultado em 20 de Dezembro de 2015.

¹¹¹ Obtida em: www.google.pt/search?q=chegada+de+V.+da+Gama+a+Lisboa&biw=1920&bih=909&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj86duyiqfKAhVB1h4KHZfrD-NEQ_AUICCGD&dpr=1#imgsrc=XJqRQegIbIBIUM%3A, consultado em 20 de Dezembro de 2015.

¹¹² Obtida em: https://www.google.pt/search?q=CAPA+LIVROS+OS+LUSIADAS&espv=2&biw=1683&bih=645&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiK-6ve0tTLAhW-GbRQKHR5cDB4Q_AUIBigB&dpr=0.9#q=CAPA+LIVROS+OS+LUSIADAS&tbs=isz:m&tbn=isch&imgsrc=aVAq4gI-X7gfNM%3A, consultado em 20 de Dezembro de 2015.

3. CONCLUSÃO

As estrofes 92 a 100 do Canto V d' *Os Lusíadas* permitem perceber o pensamento de Camões sobre o pouco conhecimento e a rara celebração dos feitos com dimensão mundial e dos heróis com estatuto universal que fazem parte da História de Portugal, problema relativamente ao qual tece duas considerações arrebatadoras e outras tantas desassombradas advertências.

No essencial, considera o poeta que tais feitos eram de grandiosidade sublime e realizados por pessoas muito corajosas, e que poderiam ter sido amplamente sabidos e adequadamente exaltados se os seus heróicos protagonistas, para além de bons comandantes, nutrissem gosto pelas artes e pelas letras, e apoiassem os poetas nacionais. Neste âmbito, ao cantar «*E as armas não lhe impedem a ciência*», Camões considera que os chefes militares se devem interessar, também, pelo cultivo dos saberes, com o propósito de perpetuar, através da escrita, o mérito dos grandes feitos, porque, sem o seu adequado registo e divulgação, desaparecem os incentivos ao surgimento de novos heróis. Afirma, ainda, que não é por falta de gente notável que os Portugueses são pouco famosos, mas por insuficiente valorização do culto das letras, razão que obsta à divulgação das obras maiores por eles praticadas. Reitera esta opinião nos versos «*Enfim não houve forte Capitão / Que não fosse também douto e ciente*», concluindo que não basta ser um militar valoroso, capaz de cometer façanhas bélicas invulgares. Camões considera que os líderes militares precisam de ter, igualmente, instrução e sabedoria para transmitirem essas acções através da escrita, como fazem os heróis dos outros países, a quem não falta eloquência. Em sua opinião, Portugal produz gente de enorme heroísmo e grande valia bélica, mas, por ser rude e inculta, dificilmente sai da penumbra da História.

Neste contexto e nos versos «*Não haverá se este costume dura / Pios Eneias, nem Aquiles feros*:», Camões, com agónica percepção do problema, adverte que, os grandes chefes militares persistam no desprezo pela poesia, dentro de algum tempo não haverá para se cantarem no país, homens ilustres e corajosos. Reitera esta opinião quando afirma «*Tão ásperos os fez, e tão austeros, / Tão rudos, e de engenho tão remisso / Que a muitos lhe dá pouco, ou nada disso*». Camões adverte, ainda, com desencantada lucidez, que o pior de tudo é que o destino tornou os nossos maiores guerreiros tão soberbos e tão ríspidos, tão rudes e de talento natural tão fraco que, na maior parte dos casos, pouco ou nada se importam com a falta das artes e das letras.

Ora, é exactamente por não se terem atendido às duas considerações arrebatadoras, nem respeitado as outras tantas desassombradas advertências de Camões que, chegados à data comemorativa do 6.º Centenário da tomada de Ceuta, este extraordinário feito militar da História de Portugal passou quase despercebido e os seus heróis não mereceram o devido engrandecimento.

É certo que o país estava sufocado pelo intenso calor de verão e permanecia submerso na onda de trivialidades circunstanciais desta época do ano. Todavia, para o quase esquecimento e a fraca solenização da obra militar e dos seus protagonistas, também terão tido alguma relevância as continuadas posturas objecto das reflexões e dos reparos de Camões!

Perante este perseverante problema, bem fariamos nós, os Portugueses de hoje, se inspirados no poeta e apelando à consciência colectiva plasmada n' *Os Lusíadas*, cuidássemos para que nos estabelecimentos de ensino fossem evocados, num apelo de liberdade, de verdade e de esperança, os momentos privilegiados e as figuras exemplares da História de Portugal, actividade essencial para, numa perspectiva tributária da identidade nacional, revitalizar as energias individuais e colectivas do nosso Povo.

No caso concreto e específico das escolas superiores militares, não se poderá ficar por aqui, porque o sistema de educação superior militar ainda pode ser mais aperfeiçoado, de forma a tirar pleno proveito do potencial resultante do reforço da investigação científica na formação dos oficiais. Para isso, é necessário fazer um estudo profundo sobre o processo de ensino-aprendizagem, de forma a identificar as competências que os oficiais devem possuir no fim da formação académica, nos diferentes níveis e em fases distintas da sua carreira. Em consequência deste estudo, e no âmbito da subsequente transformação curricular, parece-nos ser essencial, como o Professor Doutor Adriano Moreira tem afirmado de forma reiterada, reforçar os currículos académicos com o estudo das Humanidades.

As principais disciplinas a considerar são a Literatura e a História. O estudo dos fundamentos básicos da Literatura, servirá para aperfeiçoar o talento e o estilo, bem como, para estimular o gosto dos oficiais pela composição e exposição de escritos científicos ou técnicos. Entre outras finalidades inerentes ao trabalho académico e ao processo de tomada de decisão, os conhecimentos da literatura também contribuirão para perenizar e divulgar os feitos militares e permitirão, às gerações futuras, estudar as experiências bélicas, sem as terem observado, enriquecendo, assim, o seu saber. Acresce que evidenciarão a importância do amor à Pátria para a glorificação literária dos heróis virtuosos. A História, ao facultar a compreensão da sociedade

onde os oficiais estão inseridos e os processos de interacção bélica, é essencial para se deduzirem lições muito úteis na aplicação prática da força militar. Para além disso, desperta, nas mentes dos oficiais, os exemplos maiores dos valores, dos deveres e da ética militar¹¹³. Todavia, no ensino da História nas escolas superiores militares, afigura-se indispensável acautelar o poder mítico de certas versões dos factos históricos. Neste contexto, o que interessa, acima de tudo, é valorizar a História que não é narrativa mitológica, dando-lhe um tratamento adequado.

Os mitos, em História, resultam da reconstrução, muitas vezes deliberada, dos eventos, tendo em vista produzir um efeito motivacional ou identitário nas pessoas. São exemplos comuns as histórias dos combates, onde todos foram heróis e os planos seguidos à risca! Estas narrativas, como muitas outras semelhantes, destinam-se a fomentar o espírito de corpo dos militares, a motivar as gerações futuras e a alimentar a alma com patriotismo. Porém, têm o risco de se tornarem a versão oficial dos factos e de encobrirem a realidade caótica, aterrorizante e letal da guerra. Nestas circunstâncias, quando um oficial é confrontado com as verdades dos conflitos bélicos, fica com a sua auto-estima profundamente abalada, porque não está preparado para lidar com o medo, a perfídia, o egoísmo e a covardia.

A História que não é narrativa mitológica e tem uma base científica, constitui o fundamento das nossas percepções do presente e instrui a nossa reflexão sobre o futuro. Por isso, todo o oficial deve considerar a História como parte relevante da sua educação pessoal, reconhecendo a importância que possui para construir o conhecimento da sociedade e da vida humana. Para além disso, também deve encontrar tempo, na sua vida e carreira, para estudar História, pois ela é o campo onde se exercita o raciocínio que a guerra exige. Estes dois requisitos são fundamentais, na medida em que os fenómenos bélicos têm mais em comum entre si, do que com qualquer outra actividade humana. Com efeito, como o combate continua a ser o elemento central da guerra, os oficiais devem estudar os conflitos passados, para especular sobre os futuros.

¹¹³ Numa sistematização, entre outras possíveis, poder-se-á considerar que: os valores militares são o patriotismo, o civismo, a fé na missão, o amor à profissão, o espírito de corpo e o aprimoramento técnico-profissional; os deveres militares incluem a dedicação e a fidelidade à pátria, o respeito aos símbolos nacionais, a probidade e lealdade, a disciplina e respeito à hierarquia, o rigoroso cumprimento dos deveres e ordens, o tratamento digno dos subordinados; a ética militar abarca o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. *Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército: Valores, Deveres e Ética Militar* (VM10), 1.^a edição, s.l. Exército Brasileiro, 2002.

O tratamento adequado da História ministrada aos oficiais está directamente associado ao cumprimento dos requisitos de abrangência, profundidade e contextualização. A abrangência implica observar todas as possibilidades e variações das formas de combater ao longo do tempo, tendo em vista perceber as mudanças e as continuidades. A profundidade está ligada aos estudos e análises detalhadas das campanhas militares, indo além dos registos historiográficos, de forma a incluir elementos pessoais e circunstanciais, que conferem unicidade e humanidade à acção militar. A contextualização relaciona-se com a busca deliberada e consciente do relacionamento das campanhas com a envolvente histórica pertinente.

Sumariadas as três principais considerações relativas ao ensino da História nas escolas superiores militares, importa ainda referir que os seus conteúdos não servem para dar lições prontas ou receitas destinadas a resolver problemas bélicos concretos e presentes. Apenas iluminam o entendimento da realidade, bem como as circunstâncias e os relacionamentos ligados à guerra.

Ensinando Literatura e História, acrescentar-se-ão elementos determinantes do saber e da motivação para os oficiais servirem Portugal com lustre e bravura, tirando partido de uma simbiose perfeita entre as vivências intelectuais cultoras do pensamento, e as experiências profissionais promotoras da acção. Para além disso, ao equilibrarem-se as competências dos oficiais nos campos das letras e das armas, requisito que Camões expressou de forma eminentemente majestosa e monumental, no verso «..., *nũa mão a pena, e noutra a lança*», dar-se-á um passo importante para resolver o perseverante problema existente em Portugal, relativo ao pouco conhecimento e à rara celebração dos feitos militares e dos heróis nacionais.



Bibliografia

Brandão Ferreira, João José, «A conquista de Ceuta: aspectos políticos e estratégicos», Lisboa, *Revista Militar*, n.º 2561/2562, Junho/Julho de 2015, pp. 509-531.

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Lisboa, António Gonçalves, 1572.

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Edição prefaciada, parafraseada, anotada e com um vocabulário por José Agostinho, Porto, Companhia Portuguesa Editora, Lda., 1923.

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Anotados e parafraseados por Campos Monteiro, 4.ª ed., Porto, Editorial Domingos Barreira, s.d..

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Edição organizada por Cláudio Basto, 3.ª ed., Porto, Meranus, 1934.

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Edição Comemorativa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972.

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Edição Organizada e anotada por Reis Brasil, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Minerva, 1972.

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Edição organizada por António José Saraiva, Porto, Livraria Figueirinha, 1978.

Diogo, Luís Costa, «Ceuta: O início do Prodígio Português e o final da Idade Média», Lisboa, *Revista da Armada*, n.º 499, Agosto 2015, pp. 7-10.

Moreira, Adriano, “Política Ultramarina Mundial, a conjuntura colonial mundial”, *Anais de Marinha*, n.º 33, Setembro-Dezembro, 1956.

Pessoa, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa, Poesia*, vol. IV, Lisboa, Promoclube, s.d..

Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército: Valores, Deveres e Ética Militar (VM 10), 1.ª ed., s.l. Exército Brasileiro, 2002.

A aviação civil como alvo do terrorismo

*Raquel dos Santos Duque*¹

Introdução

O tema que partilho no presente número dos *Roteiros* acompanhou-me durante alguns anos, os mesmos em que desenvolvi a tese de doutoramento no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Todavia, mesmo após a conclusão do grau académico, o interesse no estudo do terrorismo contra a aviação civil persiste. Tentando seguir os ensinamentos de D. João de Castro, espero apresentar um artigo estruturado, seguindo o lema de que “o saber das ciências é «chegado à verdade», mas não é a verdade absoluta”². Numa primeira parte será examinada a relevância estratégica da aviação civil; numa segunda parte serão analisados os métodos de ataque ao sector aéreo; posteriormente, na terceira parte, serão caracterizadas tanto a ameaça terrorista como a resposta da União Europeia (UE) ao terrorismo; e a última parte consiste nas notas finais.

¹ Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais – Segurança e Defesa no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (2016). Mestre em Segurança e Terrorismo Internacional pela *University of Nottingham* (2009). Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa (2001-2005), realizando o último ano de curso no *Institut d’Etudes Politiques – Sciences Po* em Paris;

² Roteiro de Lisboa a Goa, citado em <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ren3.html>; Discípulo do ilustre matemático Pedro Nunes, D. João de Castro viveu durante os reinados de D. Manuel I (desde que nasceu até 1521) e de D. João III (de 1521 até morrer – 1548);

I – A aviação civil e a sua relevância estratégica

O sector aéreo compõe-se de um conjunto muito variado de actores e de interesses e constitui um domínio altamente competitivo, comprovado, aliás, nos mercados liberalizados, nos exigentes modelos de gestão e na constante inovação tecnológica. A aviação civil atingiu uma elevada importância económica, cujas estimativas indicam ser responsável por mais de 50 milhões de empregos em todo o mundo³ e pelo transporte de milhares de milhões de passageiros e de toneladas de carga todos os anos⁴. As transacções comerciais por via aérea representam 35% do total, que inclui também as vias marítima, rodoviária e ferroviária, e equivalem a mais de dois triliões de dólares⁵. Trata-se, portanto, de um meio de transporte que aproxima pessoas e regiões e que fomenta o comércio mundial, fazendo florescer muitos outros sectores, se se mantiver eficiente e próspero.

A aviação faz parte dos sistemas de infra-estruturas críticas de muitos Estados, como é o caso de Portugal (também da UE⁶). Este estatuto pressupõe que a existência de determinada infra-estrutura (neste caso os aeroportos) é crucial para a sociedade e que uma perturbação na sua dinâmica tem um impacto no funcionamento da sociedade. Ora, o estudo do fenómeno do terrorismo tem confirmado que um dos seus principais objectivos reside em gerar momentos disruptivos numa comunidade e, por isso, se define grupo terrorista como:

“todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral”⁷.

³ Esta soma engloba os empregos directos, os empregos indirectos, os empregos induzidos e os empregos conexos. Air Transport Action Group (2014). *The economic and social benefits of air transport 2014*, Geneva, p.4;11;

⁴ Os dados mais recentes indicam um total de 3,1 mil milhões de passageiros que viajaram neste sector (em 2013) e cerca de 49,2 milhões de toneladas de carga transportada (em 2012). *Ibidem*, p.5; 8;

⁵ *Ibidem*, p.4;

⁶ Directiva 2008/114/CE do Conselho relativa à identificação e designação das infra-estruturas críticas europeias e à avaliação da necessidade de melhorar a sua protecção, p.77;

⁷ Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto – Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho) – Décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal;

O ataque de 11 de Setembro de 2001, orquestrado e realizado pela al-Qaida contra alvos em território dos Estados Unidos, obrigou ao encerramento do espaço aéreo norte-americano, decretado por uma semana, e afectou o tráfego aéreo internacional, tendo conduzido não só à quebra das reservas durante um longo período de tempo (devido à apreensão dos passageiros), mas também ao despedimento de trabalhadores de companhias aéreas (cerca de 95.000 nas companhias aéreas norte-americanas, aproximadamente 20% da sua força de trabalho, e cerca de 30.000 nas companhias europeias 30.000, sensivelmente 10% da sua força de trabalho) e de fabricantes de aeronaves (a *Boeing* e a *Airbus* despediram 18.000 e 2.000 funcionários, respectivamente).⁸

Com estas especificidades, a aviação civil é um alvo muito atractivo para o terrorismo dado que se consegue perturbar um sector estratégico de forma directa e muitos outros de forma indirecta, afectando a economia regional, e até mundial. Com efeito, os terroristas encontram na aviação civil um sector de oportunidade, quer pela possibilidade de difundir as suas reivindicações e as suas técnicas através da cobertura mediática que este tipo de violência atrai, quer pelo bom compromisso em termos de custo-benefício – visto que num avião se encontra um elevado número de pessoas que, aos olhos dos terroristas, podem tornar-se *i*) reféns (neste caso as suas vidas têm grande influência nos processos de negociação de sequestros e significam uma forma de financiamento pelo eventual pagamento de resgates), ou *ii*) vítimas (se os terroristas pretenderem executar um ataque destrutivo, como vários grupos terroristas têm perpetrado)⁹. Qualquer um destes cenários está ao alcance da compra de um bilhete de avião ou somente da deslocação a instalações aeroportuárias, sem a necessidade de avultadas somas de dinheiro para concretizar um ataque complexo.

⁸ International Labour Organization (2013). *Civil Aviation and its changing world of work*, Sectoral Activities Department, Geneva, p.4-5;

⁹ Christophe Naudin (2007). *Sûreté Aérienne — La grande illusion*, Paris: La Table Ronde, p.32-35; James J.F. Forest (2008). “Modern Terrorist Threats to Aviation Security”, *Aviation Security Management*, Vol.1, Chapter 8, Connecticut: Praeger Security International, p.102; Paul Wilkinson (1999). “Enhancing Global Aviation Security”, *Aviation Terrorism and Security*, Eds. Paul Wilkinson and Brian M. Jenkins, Chapter 11, London: Frank Cass Publishers, p.155;

II – Os métodos de ataque contra a aviação civil

Os terroristas têm recorrido a diversos métodos de ataque contra a aviação civil, desde sequestros, sabotagem, mísseis disparados contra aeronaves em voo, ataques a aeroportos e instalações aeroportuárias, até à destruição da aeronave despenhando-a contra um alvo em terra.

O sequestro de aeronaves remonta aos anos 1930 quando foi registado o primeiro incidente¹⁰ deste tipo no Perú – que teve como objectivo o lançamento de panfletos de propaganda sobre algumas cidades daquele país. No final dos anos 40 e meados dos anos 50, refugiados da Europa de Leste procuravam asilo político em Estados do Ocidente e sequestravam aeronaves para os alcançarem; a partir de meados da década de 1950, a geografia dos sequestros deslocou-se para o continente americano, onde cidadãos cubanos escapavam do regime de Batista e procuravam refúgio nos EUA¹¹. Quando Fidel Castro chegou ao poder em Cuba, em 1959, o sentido da rota dos sequestros de aeronaves passou a dirigir-se também para Cuba, que se transformou no destino de indivíduos originários dos EUA, e não só, com aspirações revolucionárias¹². O período entre o final da década de 1960 e o início da década seguinte foi aquele em que se assistiu à emergência de organizações terroristas que pretendiam o reconhecimento da Palestina como um Estado livre e conduziram sequestros, particularmente na Europa Ocidental e no Médio Oriente¹³.

Também Portugal registou um sequestro contra o sector aéreo em 10 de Novembro de 1961 quando numa aeronave da TAP, que voava de Casablanca para Lisboa, seis passageiros, todos portugueses e contestatários ao regime político do Estado Novo, forçaram ao sobrevoio a baixa altitude sobre várias cidades do centro e sul de Portugal para lançarem panfletos apelando ao boicote das eleições que se realizariam dois dias depois.

¹⁰ Incidente significa “uma ocorrência, que não seja um acidente, associada à operação de uma aeronave e que afete ou possa afetar a segurança das operações”. Autoridade Nacional da Aviação Civil (2015). *Glossário da Aviação Civil*, Lisboa, p.101;

¹¹ Naudin, *Sûreté Aérienne*, p.42;

¹² C.J. Visser (1988). “Civil Aviation Remains Vulnerable to Terrorism”, *Flight Safety*, p.2, disponível em: http://flightsafety.org/fsd/fsd_apr88.pdf;

Guillaume De Syon (2006). “Aviation Security”, *Homeland Security: protecting American targets*, Ed. James J. F. Forest, Volume 3, Chapter 14, Connecticut: Praeger Security International, p.268;

¹³ Moses A. Alemán (2008). “The International Civil Aviation Security Program Established by ICAO”, *Aviation Security Management*, vol.1, Chapter 6, Westport: Praeger Security International, p.66;

Ao longo da década de 1980 prolifera o método da sabotagem como modo de actuação dos terroristas, que introduzem nas aeronaves pequenas bombas disfarçadas de outros objectos, escondidas na bagagem de porão, na bagagem de cabine e, inclusivamente, escondidas nos lavabos ou debaixo dos assentos da aeronave¹⁴, para serem detonadas em voo e destruírem a aeronave e provocarem o máximo de vítimas.

A possibilidade de dirigir um míssil a um avião civil também começou a entrar na equação táctica dos terroristas, que teriam de escolher um ponto acessível perto das pistas dos aeroportos durante a descolagem ou a aterragem, mas não exclusivamente. O caso mais recente de um destes ataques ocorreu a 17 de Julho de 2014 na Ucrânia quando o voo MH17 da *Malaysia Airlines* foi atingido por um míssil disparado por separatistas pró-Rússia durante o conflito interno entre estes e o governo ucraniano, que acabou por vitimar todos os 283 passageiros e os 15 tripulantes que viajavam de Amesterdão para Kuala Lumpur¹⁵.

Além de ataques realizados contra aeronaves, o terrorismo aéreo abrange outros alvos, como é o caso das companhias aéreas e dos aeroportos. Em 24 de Julho de 2001, um grupo de 14 indivíduos do grupo *Tigres de Libertação do Tamil Eelam* atacou o aeroporto da capital do Sri Lanka, assim como a base da força aérea nacional localizada em zona contígua e conseguiu destruir 26 aeronaves comerciais e militares¹⁶, fazendo deste ataque o mais destrutivo de sempre da história da aviação sem, no entanto, ter provocado um número de vítimas mortais tão elevado quanto se poderia antever¹⁷.

Desde os anos 1990 que diferentes grupos terroristas tentaram utilizar a aeronave como “meio” de ataque, mas só em 11 de Setembro de 2001 obtiveram êxito quando a al-Qaida se reclamou responsável pelo sequestro de quatro aeronaves comerciais e o respectivo despenhamento contra alvos

¹⁴ Forest, “Modern Terrorist Threats to Aviation Security”, 107. (1999). “Aircraft Sabotage”, *Aviation Terrorism and Security*, Edited by Paul Wilkinson & Brian Jenkins, London: Frank Cass Publishers, p.52-53;

¹⁵ Government of the Netherlands — Issues/MH17 incident/Overview, disponível em: <http://www.government.nl/issues/mh17-incident>. BBC News, “MH17 Malaysia plane crash: What we know”, 28.09.2016, disponível em:

<http://www.bbc.com/news/world-europe-28357880>;

¹⁶ Rohan Gunaratna (2001). “Intelligence Failure Exposed by Tamil Tiger Airport Attack”, *Jane's Intelligence Review*, Vol.13, Issue 9, p.14-17;

¹⁷ De registar a morte de seis funcionários da Força Aérea do Sri Lanka, um soldado e 14 terroristas, além de ferimentos em quatro civis;

em terra (símbolos do poder económico e de defesa dos EUA), tendo provocado cerca de 3.000 vítimas mortais¹⁸.

A base de dados *Global Terrorism Database*, resultado de um consórcio sediado na Universidade de Maryland e que conta com a participação do *Department of Homeland Security* (dos Estados Unidos), tem vindo a compilar informação referente a ataques terroristas ocorridos entre 1970 e 2015 em todo o mundo, perpetrados pelos mais diversos grupos terroristas e segundo os mais variados meios, permite-nos examinar o número de incidentes contra aeroportos e companhias aéreas que perfaz um total de 1.319¹⁹. Podemos ainda verificar que os períodos com maior número de ataques terroristas tiveram lugar entre 1979-1981, em 1985, entre 1991-1992 e em 2014.

III – Caracterização da ameaça terrorista e a resposta da União Europeia

A segurança, com maior ou menor destaque mediático, permanece como o elemento fundamental e agregador de uma sociedade que, conforme a sua evolução histórica e ameaças, possui características particulares, em especial em termos de instituições, normas e procedimentos. As políticas e as respostas dadas às ameaças de segurança são, desta forma, susceptíveis de serem influenciadas pelas interpretações que cada Estado faz da sua realidade.

É frequente considerar a segurança pela negativa, ou seja, como ausência de ameaças, colocando o ónus no sucesso ou no fracasso da redução (ou mesmo da eliminação) das próprias ameaças – entre as quais figura o terrorismo, que também é de difícil definição devido à subjectividade inerente.

A circunstância ou o contexto de cada um de nós influencia a forma como compreendemos e definimos terrorismo²⁰. Durante a Guerra Fria o terrorismo era um fenómeno recorrente e frequentemente sustentado pelo

¹⁸ National September 11 Memorial and Museum, *Timeline of the 9/11 attacks*, disponível em: <http://timeline.national911memorial.org/>;

¹⁹ **National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism (START), Global Terrorism Database, 1970-2015**, disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd>;

²⁰ Raquel Duque (2016). “Terrorismo: um olhar sobre a evolução e as particularidades desta forma de violência”, *Segurança Contemporânea*, Coord. Raquel Duque, Diogo Noivo e Teresa Almeida e Silva, Lisboa: Pactor, pp.131-149;

mundo bipolar²¹. Na Europa, os atentados durante este período histórico foram tratados como problemas da esfera interna, mas o desaparecimento da União Soviética provocou mudanças significativas no sistema internacional que, conjugadas com o fenómeno da globalização, exigiram uma abordagem diferente e atenta à nova ordem mundial. O número de actores internacionais multiplicou-se e o terrorismo e outras ameaças de segurança, como a proliferação nuclear ou os Estados frágeis, por exemplo, ganharam proeminência na agenda internacional²². Os líderes políticos mundiais passaram a considerar a segurança como multidimensional e interdependente e a reconhecer a importância da cooperação internacional para a garantir.

Sem se tratar de uma ameaça nova, o terrorismo adaptou-se ao sistema internacional do pós-Guerra Fria e tem explorado cada vez mais os elementos da imprevisibilidade e da internacionalização, ao mesmo tempo que tem secundarizado a noção de fronteira²³. Grupos terroristas fundamentalistas islâmicos afirmaram-se na cena mundial; conduzem ataques num raio geográfico global e geram violência indiscriminada, atingindo cidadãos de várias religiões, nomeadamente muçulmanos (sobretudo da corrente oposta, do sunismo ou do xiismo). Nestes grupos é frequente a organização em rede, com uma divisão em várias células de pequenos grupos, ou indivíduos agirem sozinhos²⁴. Trata-se de garantir maior flexibilidade e adaptabilidade a novos ambientes de segurança, permitindo-lhes atravessar fronteiras²⁵ e constituírem-se como uma ameaça transnacional. Uma realidade que é facilitada, ou ampliada, pelo desenvolvimento nos transportes e nas comunicações que tem resultado num aumento dos fluxos de pessoas, capitais, bens e informação por todo o mundo com maior rapidez.

²¹ Jean-Louis Bruguière (2002). “O Desafio da Ameaça Islamita no Limiar do Século XXI: riscos e processo de reação” (comunicação apresentada no Seminário Internacional “Terrorismo e violência: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários), Brasília-DF, 27-28 de Maio, p.39;

²² Francisco Proença Garcia (2006). “As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo”, *Revista Negócios Estrangeiros*, 9 (1), p.344. COT Institute for Safety, Security and Crisis Management (2007). *Notions of Security - Shifting Concepts and Perspectives*, Transnational Terrorism, Security & the Rule of Law, Deliverable 1, Work package 2 (The Hague: COT Institute for Safety, Security and Crisis Management, p.3;

²³ Maria Regina Marchueta (2002). *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*, Edição Cosmos, Instituto da Defesa Nacional;

²⁴ Richard Tucker (2001). “What’s New About the New Terrorism and How Dangerous Is It?”, *Terrorism and Political Violence*, 13:3, p.1;

²⁵ Conselho de Ministros (2003). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Resolução do Conselho de Ministros nº6/2003, Diário da República – I – Série – B, nº16 de 20 de Janeiro de 2003, p.279. Paul J. Smith (2000). “Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military?”, *Parameters*, p. 77-91;

A reacção da UE ao ataque terrorista de 11 de Setembro é digna de análise pois podemos observar uma posição conjunta de medidas inéditas na luta contra o terrorismo. Para além da solidariedade manifestada para com as famílias das vítimas, a UE, na reunião extraordinária realizada pouco mais de uma semana depois dos ataques, interpretou a ameaça da mesma forma que os EUA ao declarar que “estes ataques são um atentado às nossas sociedades abertas, democráticas, tolerantes e multiculturais”²⁶. A UE estabeleceu um Plano de Acção que reconhecia a importância da cooperação transatlântica para a captura e a condenação dos responsáveis pelos ataques; salientou uma abordagem cooperativa extensiva a países não-europeus como a Federação Russa e países árabes e muçulmanos; e assinalou a inquestionável relevância do trabalho conduzido na ONU. Os cinco objectivos do Plano de Acção consistiam em: *i*) melhorar a cooperação judiciária e policial; *ii*) desenvolver instrumentos jurídicos internacionais; *iii*) cessar o financiamento do terrorismo; *iv*) reforçar a segurança aérea; e *v*) coordenar a acção global da UE.

Importa referir que, a respeito do primeiro objectivo, a UE elaborou, em Dezembro de 2001, uma lista de pessoas, grupos e entidades envolvidos em actos terroristas e sujeitos a medidas restritivas²⁷ — no cumprimento da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1373 (2001) — que é revista regularmente e nela constam pessoas e grupos que operam tanto no interior como no exterior da UE²⁸. De salientar que no mesmo mês foi introduzido um Mandado de Detenção Europeu nos Estados-membros²⁹ com o intuito

²⁶ Excerto original: “The European Council is totally supportive of the American people in the face of the deadly terrorist attacks. These attacks are an assault on our open, democratic, tolerant and multicultural societies.” Comissão Europeia, Sessão Extraordinária do Conselho - Justiça e Assuntos Internos e Protecção Civil, Bruxelas, 20 Setembro 2001, disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-01-327_pt.htm. Council of the European Union, “Conclusions and plan of action of the Extraordinary European Council meeting on 21 September 2001,” Document SN 140/01;

²⁷ Conselho da União Europeia, Posição Comum 2001/931/PESC do Conselho, Jornal Oficial das Comunidades Europeias L 344, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001E0931&from=PT>;

²⁸ Decisão 2014/483/PESC do Conselho de 22 de julho de 2014 que atualiza e altera a lista de pessoas, grupos e entidades a que se aplicam os artigos 2.º, 3º e 4.º da Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo, e que revoga a Decisão 2014/72/PESC, Jornal Oficial da União Europeia L 217;

²⁹ Conselho da União Europeia, Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos procedimentos de extradição entre EM;

de facilitar os procedimentos de extradição através de um sistema comum, simplificado e rápido, que se baseia no princípio da confiança devido à necessidade do reconhecimento mútuo do sistema legal e das decisões dos outros Estados-membros.

No que concerne ao segundo objectivo do Plano de Acção (desenvolvimento de instrumentos jurídicos internacionais), é positiva a adesão dos Estados-membros da UE às convenções estabelecidas nas Nações Unidas. Quanto ao combate ao financiamento de grupos e de actividades terroristas (terceiro objectivo do Plano), todos os Estados-membros da UE ratificaram a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo (excepto a Lituânia) e, além deste instrumento jurídico internacional, a UE desenvolveu os seus próprios instrumentos³⁰.

Em matéria de fortalecimento da segurança do transporte aéreo, o Conselho dos Transportes da UE passou a operar através da aprovação de regulamentos e directivas: *i*) na classificação das armas; *ii*) na formação técnica para a tripulação; *iii*) no controlo e monitorização da bagagem de porão; *iv*) na protecção do *cockpit*; e *v*) no controlo de qualidade das medidas de segurança aplicadas pelos Estados-membros. Por fim, o quinto objectivo, dizia respeito à coordenação da acção e das políticas globais da UE através do Conselho Assuntos Gerais e da avaliação sistemática deste Conselho às relações da UE com países terceiros.

O reforço institucional na esfera europeia para prevenir e combater o terrorismo tem sido uma preocupação inegável e com progressos assinaláveis, desde logo no seio da Europol onde foi criada uma equipa para a luta contra o terrorismo (composta por especialistas e oficiais de ligação da polícia e dos serviços de informações dos Estados-membros; a *Counter Terrorism Task Force*) que iniciou actividades em Novembro de 2001. A mesma Europol passou a publicar, desde 2006, um relatório (o *TE-SAT Repor*), com periodicidade anual, que fornece uma visão geral das tendências relacionadas com o terrorismo na UE — cujos dados reunimos na Tabela 1.

³⁰ Directiva 2001/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de Dezembro de 2001 que pretende combater o branqueamento de capitais; da Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho de 22 de Julho de 2003 relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas; Directiva 2014/42/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de abril de 2014 sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia; e da **Directiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;**

Tabela 1. Tendências do terrorismo na União Europeia

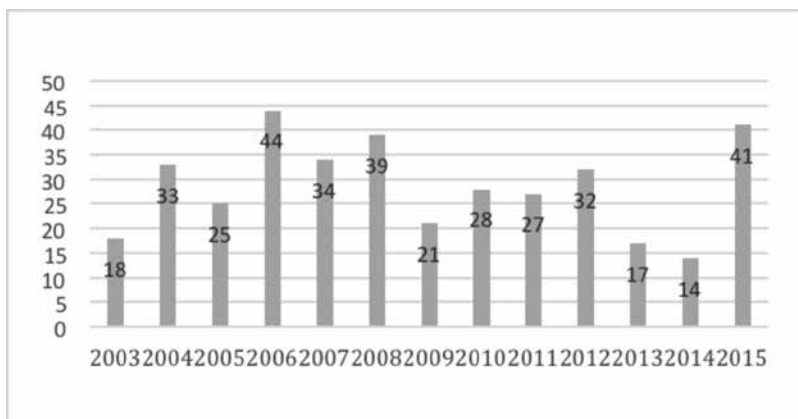
Ano	Ataques	Detenções	Condenações	Absoluções
2006	498	706	257	46
2007	583	1044	331	120
2008	515	1009	272	112
2009	316	623	337	71
2010	249	611	241	91
2011	174	484	239	107
2012	219	537	305	132
2013	152	535	258	78
2014	201	774	345	107

Dos dados expostos, verificamos que 2007 foi o ano que registou mais ataques (583) e mais detenções (1044); 2014 foi o ano com maior número de condenações (345) e foi em 2012 que se verificaram mais absolvições (132).

No que concerne à cooperação e coordenação das investigações e dos procedimentos penais **contra as formas graves de criminalidade (em que se enquadra o terrorismo)**, em particular entre as autoridades competentes dos Estados-membros, foi estabelecida a Eurojust³¹. Esta entidade é composta por um representante de cada Estado-membro que desempenha a função de procurador, juiz ou oficial de polícia de competência equivalente, segundo o sistema legal de cada país³². No Gráfico 1 constam os casos de terrorismo com que a Eurojust tem lidado e verificamos que se regista maior incidência de casos nos anos de 2006 (44), 2015 (41) e 2008 (39), respectivamente, de acordo com uma ordenação decrescente.

³¹ Conselho da União Europeia, Decisão do Conselho (2002/187/JAI) de 28 de Fevereiro de 2002 relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, Artigo 3º;

³² *Ibidem*, Artigo 2º;

Gráfico 1. Casos de terrorismo tratados pela Eurojust³³

De notar ainda que a UE tem apostado no desenvolvimento de bases de dados, com vista a concentrar e tornar acessível às autoridades de segurança, de controlo de fronteiras e de imigração de todos os Estados-membros informação importante no combate ao terrorismo, como é o caso do Sistema de Informação Schengen³⁴; do Eurodac³⁵; do Sistema de Informações das Alfândegas; do Sistema de Informação da Europol; e do Sistema de Informação de Vistos Schengen³⁶.

Um cargo novo que parecia promissor, mas que com o passar do tempo se tem revelado porventura demasiado discreto e quase anónimo junto dos cidadãos europeus é o do Coordenador Europeu da Luta Antiterrorista. Trata-se de uma figura inédita no quadro institucional europeu que foi criada após os atentados de 11 de Março de 2004, em Madrid³⁷, com a

³³ Os dados foram recolhidos nos diferentes relatórios da Eurojust desde 2003 até 2015 (anos com informação acessível), Eurojust — Document library/Corporate publications, disponível em: <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/corporate/Pages/annual-reports.aspx?Page=1>;

³⁴ Informa se os indivíduos estão ou não autorizados a entrar e/ou permanecer no Espaço Schengen, se têm mandado de detenção, se estão desaparecidos, se estão notificados para comparecer perante uma autoridade judiciária, entre outros;

³⁵ Base de dados de impressões digitais de candidatos a asilo ou de imigrantes ilegais encontrados no espaço da EU;

³⁶ Base de dados centralizada sobre vistos de curta duração para o Espaço Schengen;

³⁷ A capital espanhola foi alvo de um ataque terrorista de elementos das Brigadas Abu Hafs al-Masri, radicais islâmicos, que provocaram 191 vítimas mortais e cerca de 1.800 feridos;

missão de coordenar os trabalhos do Conselho em matéria de combate ao terrorismo e de supervisionar todos os instrumentos que a União dispõe, a fim de apresentar relatórios ao Conselho de forma regular, assegurando um acompanhamento eficaz das decisões daquele órgão. Contudo, e apesar das limitações existentes, poderá ser necessário repensar as funções deste cargo no sentido de o tornar mais visível e próximo dos cidadãos europeus.

Muitos outros mecanismos, estratégias e instituições foram criados ou fortalecidos na última década e meia na UE para responder de forma adequada à ameaça terrorista. Segundo a opinião dos cidadãos europeus, o terrorismo *i)* é uma ameaça susceptível de aumentar até 2018 (para 68% dos inquiridos)³⁸; *ii)* constitui-se como um desafio muito importante à segurança da UE (65%)³⁹; e *iii)* cerca de 80% dos europeus considera que na luta contra o terrorismo deve existir um maior nível de tomada de decisão ao nível europeu⁴⁰, sendo que as percentagens mudam significativamente de país para país atingindo níveis mais elevados em Espanha (92%) e Portugal (90%) e níveis menos elevados no Reino Unido (66%). Exige-se, porém, que os europeus tenham consciência de que a dinâmica comunitária não é semelhante à de um Estado porque a UE disso não se trata.

Se pretendemos resultados mais imediatos e concretos por parte das instâncias europeias devemos estar cientes das implicações em termos de perda de soberania nacional. Se, pelo contrário, considerarmos como positivos os passos dados e desejarmos a consolidação do que existe, cumpre-nos proceder a uma avaliação e corrigir eventuais falhas e/ou duplicação de esforços (recursos humanos e materiais). Em todo o caso, é imperativo uma reflexão séria e profunda sobre as expectativas que temos em relação à UE e do seu papel no combate ao terrorismo, da mesma forma que uma reflexão semelhante deve ser feita em relação ao Estado e às suas capacidades e recursos.

Notas finais

A ameaça do terrorismo pode condicionar (e tem condicionado) as escolhas políticas nas sociedades democráticas, mas estas têm o dever de

³⁸ Comissão Europeia/Eurobarómetro, “Atitudes dos Europeus face à segurança”, Março 2015, p.3;

³⁹ *Ibidem*, p.2;

⁴⁰ Comissão Europeia/Direcção-Geral da Comunicação, “Future of Europe” – Special Eurobarometer 451, October 2016, p.120;

preservar o primado da lei sem transformar as normas em instrumentos anti-democráticos.

Qualquer Estado de direito democrático deve salvaguardar com zelo idêntico a segurança e a liberdade porque é do compromisso com estes dois valores dentro dos limites da lei que assegurará a sua própria legitimidade, autoridade e credibilidade perante os seus cidadãos e os restantes Estados⁴¹.

Deverá, portanto, estar ciente das dificuldades para escapar quer à formação de uma sociedade altamente controladora e opressiva, quer à desvalorização da ameaça e à inactividade por temor a críticas de eventuais medidas de prevenção. Este compromisso constitui um dos grandes desafios do nosso presente e futuro.

(Texto-suporte da conferência proferida no IDJC, em 29SET2016)



⁴¹ Raquel Duque (2015). “Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia”, *Liberdade e Segurança*, Coord. Eduardo Pereira Correia, Lisboa: ISCPSI-ICPOL p. 67;

Bibliografia

Air Transport Action Group (2014). *The economic and social benefits of air transport 2014*, Geneva.

Autoridade Nacional da Aviação Civil (2015). *Glossário da Aviação Civil*, Lisboa.

ALEMÁN, Moses A. (2008). “The International Civil Aviation Security Program Established by ICAO”, *Aviation Security Management*, vol.1, Chapter 6, Westport: Praeger Security International, 2008.

BBC News, “MH17 Malaysia plane crash: What we know”, 28.09.2016, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-28357880>

BRUGUIÈRE, Jean-Louis (2002). “O Desafio da Ameaça Islamita no Limiar do Século XXI: riscos e processo de reação” (comunicação apresentada no Seminário Internacional “Terrorismo e violência: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários), Brasília-DF, 27-28 de Maio.

Comissão Europeia/Direcção-Geral da Comunicação, “Future of Europe” – Special Eurobarometer 451, October 2016.

Comissão Europeia/Eurobarómetro, “Atitudes dos Europeus face à segurança”, Março 2015.

Comissão Europeia, Sessão Extraordinária do Conselho - Justiça e Assuntos Internos e Protecção Civil, Bruxelas, 20 Setembro 2001, disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-01-327_pt.htm.

Conselho de Ministros, *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Resolução do Conselho de Ministros nº6/2003, Diário da República – I – Série – B, nº16 de 20 de Janeiro de 2003.

Conselho da União Europeia, Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos procedimentos de extradição entre EM.

Conselho da União Europeia, Decisão do Conselho (2002/187/JAI) de 28 de Fevereiro de 2002 relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade.

Conselho da União Europeia, Posição Comum 2001/931/PESC do Conselho, Jornal Oficial das Comunidades Europeias L 344, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32001E0931&from=PT>

COT Institute for Safety, Security and Crisis Management (2007). *Notions of Security - Shifting Concepts and Perspectives*, Transnational Terrorism, Security & the Rule of Law, Deliverable 1, Work package 2, The Hague: COT Institute for Safety, Security and Crisis Management.

Council of the European Union, “Conclusions and plan of action of the Extraordinary European Council meeting on 21 September 2001,” Document SN 140/01.

Decisão 2014/483/PESC do Conselho de 22 de julho de 2014 que atualiza e altera a lista de pessoas, grupos e entidades a que se aplicam os artigos 2.º, 3º e 4.º da Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo, e que revoga a Decisão 2014/72/PESC.

Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho de 22 de Julho de 2003 relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas.

DE SYON, Guillaume (2006). “Aviation Security”, *Homeland Security: protecting American targets*, Ed. James J. F. Forest, Volume 3, Chapter 14, Connecticut: Praeger Security International.

Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

Diretiva 2014/42/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de abril de 2014 sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia .

Directiva 2008/114/CE do Conselho relativa à identificação e designação das infra-estruturas críticas europeias e à avaliação da necessidade de melhorar a sua protecção.

Directiva 2001/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de Dezembro de 2001 que pretende combater o branqueamento de capitais.

DUQUE, Raquel (2016). “Terrorismo: um olhar sobre a evolução e as particularidades desta forma de violência”, *Segurança Contemporânea*, Coord. Raquel Duque, Diogo Noivo e Teresa Almeida e Silva, Lisboa: Pactor.

DUQUE, Raquel (2015). “Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia”, *Liberdade e Segurança*, Coord. Eduardo Pereira Correia, Lisboa: ISCP SI-ICPOL.

Eurojust — Document library/Corporate publications, disponível em: <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/corporate/Pages/annual-reports.aspx?Page=1>

FOREST, James J.F. (2008). “Modern Terrorist Threats to Aviation Security”, *Aviation Security Management*, Vol.1, Chapter 8, Connecticut: Praeger Security International.

GARCIA, Francisco Proença (2006). “As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo”, *Revista Negócios Estrangeiros*, 9 (1).

Government of the Netherlands — Issues/MH17 incident/Overview, disponível em: <http://www.government.nl/issues/mh17-incident>

GUNARATNA, Rohan (2005). “Intelligence Failure Exposed by Tamil Tiger Airport Attack”, *Jane's Intelligence Review*, Vol.13, Issue 9.

International Labour Organization (2013). *Civil Aviation and its changing world of work*, Sectoral Activities Department, Geneva.

JENKINS, Brian M. (1999). “Aircraft Sabotage”, *Aviation Terrorism and Security*, Edited by Paul Wilkinson & Brian Jenkins, London: Frank Cass Publishers.

Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto – Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho) – Décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal.

MARCHUETA, Maria Regina (2002). *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*, Edição Cosmos, Instituto da Defesa Nacional.

National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism (START), Global Terrorism Database, 1970-2015, disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd>.

National September 11 Memorial and Museum, *Timeline of the 9/11 attacks*, <http://timeline.national911memorial.org/>.

Roteiro de Lisboa a Goa, disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ren3.html>

SMITH, Paul J. (2000). “Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military?”, *Parameters*, pp. 77-91.

TUCKER, Richard (2001). “What’s New About the New Terrorism and How Dangerous Is It?”, *Terrorism and Political Violence*, 13:3.

VISSER, C.J. (1988). “Civil Aviation Remains Vulnerable to Terrorism”, *Flight Safety*.

WILKINSON, Paul (1999). “Enhancing Global Aviation Security”, *Aviation Terrorism and Security*, Eds. Paul Wilkinson and Brian M. Jenkins, Chapter 11, London: Frank Cass Publishers.

Relevância da figura do Papa Francisco no mundo de hoje

José Manuel Valente da Silva Nunes,op¹

Não são poucas as vozes, vindas dos mais diversos quadrantes, que consideram ser o papa Francisco a grande (e praticamente única) referência ética e autoridade moral nos dias de hoje. Se num passado relativamente recente poderíamos apontar figuras humanisticamente emblemáticas como Gandhi, Luther King, Teresa de Calcutá ou Nelson Mandela, o mundo e a igreja de hoje olham para Francisco e reconhecem nele e esperam dele esse exemplo profético e entusiasmo estimulante na construção de uma vida mais ao gosto de Deus e do Homem.

Destacarei aqui, entre outros aspectos possíveis de elencar, algumas notas do olhar do papa Francisco sobre o mundo e sobre a igreja. No primeiro dos casos, a situação dos migrantes e refugiados, a denúncia de uma «economia que mata», uma visão ecológica e o olhar sobre as outras religiões; no segundo caso, a reforma da cúria romana e a humildade dos cardeais e ministros da igreja, o fazer-se eco da voz das mulheres, a importância da misericórdia que respeita as consciências pessoais.

O olhar sobre o mundo

1. Alerta sobre os migrantes e refugiados

Um dos primeiros gestos e discursos do papa Francisco aconteceram pouco tempo depois do início do seu pontificado. Deslocando-se a Lampe-

¹ Frade da Ordem dos Pregadores (Dominicanos) desde 1977, licenciado em Teologia na Universidade Católica Portuguesa (UCP – Lisboa) e Doutorado em Teologia Pastoral na Universidade Pontifícia de Salamanca. Foi missionário em Angola, durante 9 anos e é Professor Associado da Faculdade de Teologia da UCP desde 1994.

dua, o papa chamou a atenção para a realidade dramática dos migrantes e refugiados que morriam continuamente no Mar Mediterrâneo. Se é verdade que a partir de aí todo o mundo conhece e se refere a tal realidade, a verdade é que ela era já de grandeza significativa naquela data, e foi o papa que ergueu a voz para a denunciar. Na sua homilia, referiu-se aos naufrágios no mediterrâneo da seguinte forma: «Penso na palavra vergonha. É uma vergonha»; «Tende a coragem de acolher aqueles que procuram uma vida melhor»; «Perdemos o sentido da responsabilidade fraterna e esquecemo-nos de como chorar os mortos no mar (...) Ninguém chora estes mortos»; e fez a denúncia dos “traficantes” (que “exploram a pobreza dos outros”) e da “globalização da indiferença”.

2. Denúncia de uma economia que mata

Entre inúmeros pronunciamentos e em variadíssimas circunstâncias e ocasiões, destaco aqui algumas afirmações do primeiro grande texto de Francisco – a Exortação pós-sinodal *Evangelii Gaudium* (de 24-11-2013):

- Apelo aos políticos: «O dinheiro deve servir, e não governar! O Papa ama a todos, ricos e pobres, mas tem a obrigação, em nome de Cristo, de lembrar que os ricos devem ajudar os pobres, respeitá-los e promovê-los. Exorto-vos a uma solidariedade desinteressada e a um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano» (EG 58).

- Apelo aos ricos: partilhem a sua fortuna: «Tal como o mandamento ‘Não matarás’ impõe um limite claro para defender o valor da vida humana, hoje também temos de dizer ‘Tu não’ a uma economia de exclusão e desigualdade. Esta economia mata» (EG 53).

- «Instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras (EG 56); O sistema social e económico é injusto na sua raiz (...) É o mal cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor (EG 59); Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado (EG 204)».

3. Uma visão ecológica

Apresento aqui algumas referências da primeira Encíclica do papa Francisco *LAUDATO SI', MI' SIGNORE/Louvado sejas, meu Senhor, SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM* (de 24-5-2015):

- Sobre o que está a acontecer à nossa casa comum: Poluição, resíduos perigosos, cultura do descartável (LS 20-26); Água: os recursos são limita-

dos e os pobres são os que mais sofrem (morte, doenças) com a falta de água ou a sua pouca qualidade (LS 27-31); Perda da biodiversidade: florestas que desaparecem, espécies animais que se extinguem (LS 32-42); Deterioração da qualidade de vida humana e degradação social: crescimento desmedido e descontrolado de muitas cidades, exclusão social, desigualdade no fornecimento e consumo de energia, aumento de violência, agressividade social, narcotráfico, perda de identidade (LS 44-46); Desigualdade planetária: «Tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres» (LS 48).

- E a partir daí, alguma reflexão e proposta: «Estas situações provocam os gemidos da irmã Terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo. Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos. Mas somos chamados a tornar-nos os instrumentos de Deus Pai para que o nosso planeta seja o que Ele sonhou ao criá-lo e corresponda ao seu projecto de paz, beleza e plenitude» (LS 53); «Preocupa a fraqueza da reacção política internacional. A submissão da política à tecnologia e à finança demonstra-se na falência das cimeiras mundiais sobre o meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse económico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afectados os seus projectos» (LS 54).

4. Sobre as outras religiões

Mantendo-se bem na linha das últimas declarações do magistério sobre a importância decisiva do diálogo inter-religioso, relembram-se aqui algumas das afirmações do papa Francisco:

- «Muitos pensam de modo diferente, sentem de modo diferente, procuram Deus ou encontram Deus de muitos modos. Nesta multidão, nesta variedade de religiões, só há uma certeza que temos para todos: somos todos filhos de Deus» (Jan.2016, Centro Televisivo do Vaticano).

- «Todos os crentes, de todas as religiões, juntos podemos adorar ao Criador por nos ter dado o jardim que é esse mundo» (Audiência 28-10-2015, Praça S.Pedro).

- «Não se pode fazer a guerra em nome da religião, de Deus: é uma blasfémia, é satânico (...) O fenómeno religioso é transcendente e tem a ver com a verdade, a beleza, a bondade e a unidade. Sem esta abertura, se não há transcendência, não há verdadeira religião» (Entrevista à Civiltà Cattolica, 28-10-2016).

O olhar sobre a igreja

1. A reforma da cúria romana e a humildade dos cardeais e ministros da igreja

A necessidade de uma conversão de todas as estruturas, serviços e pessoas na Igreja, em vista de maior verdade evangélica e da sua maior credibilidade, estão bem vincadas desde o começo do pontificado de Francisco. Eis alguns exemplos dessa sua intenção e profecia:

- «Dado que sou chamado a viver aquilo que peço aos outros, devo pensar também numa conversão do papado. Compete-me, como Bispo de Roma, permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo pretendeu dar-lhe e às necessidades actuais da evangelização (...) Também o papado e as estruturas centrais da Igreja universal precisam de ouvir este apelo a uma conversão pastoral» (EG 32).

- «A Cúria romana é a lepra do papado» (Entrevista concedida ao jornal *La Repubblica*, 1-10-2013).

- «A reforma não é o fim em si mesma, mas um meio para dar um forte testemunho cristão; para favorecer uma evangelização mais eficaz; para promover um espírito ecumênico mais fecundo; e para encorajar um diálogo mais construtivo com todos» (Discurso ao Consistório, 12-2-2015).

- «O Senhor, por meio da Igreja, te chama uma vez mais a servir; e a ti fará bem ao coração repetir na oração a expressão que Jesus sugeriu aos seus discípulos para que se mantivessem na humildade. Digam: ‘Somos servos inúteis’, e isso não como fórmula de boa educação mas como verdade depois do trabalho ‘quando fizerdes tudo o que vos foi mandado’ (Luc 17, 10).

Manter-se com humildade no serviço não é fácil quando se considera o cardinalato como um prémio, como o ápice de uma carreira, uma dignidade de poder ou de distinção superior. É necessário, desde já, o teu compromisso cotidiano para manter afastadas estas considerações e, sobretudo, para recordar que ser Cardeal significa servir na Diocese de Roma para lhe dar testemunho da Ressurreição do Senhor e dá-lo totalmente, até o sangue, se necessário.

Muitos ficarão felizes por esta tua nova vocação e, como bons cristãos, farão festa (porque é característica do cristão alegrar-se e saber festejar). Aceita-o com humildade. Faz com que, nestes festejos, não se insinue o espírito da mundanidade que embriaga mais do que grapa (aguardente) em jejum, desorienta e separa da cruz de Cristo» (*Carta Aberta do papa Francisco aos novos Cardeais*, 23-1-2015).

2. Eco da voz das mulheres

- Ainda há bem pouco tempo, o papa Francisco instituiu uma Comissão de estudo sobre o possível ministério do diaconado das mulheres (2-8-2016).

- Mas já na *Evangelii Gaudium* afirmara claramente: «A Igreja reconhece a indispensável contribuição da mulher na sociedade, com uma sensibilidade, uma intuição e certas capacidades peculiares, que habitualmente são mais próprias das mulheres que dos homens (...) Mas ainda é preciso ampliar os espaços para uma presença feminina mais incisiva na Igreja. Porque “o génio feminino é necessário em todas as expressões da vida social; por isso deve ser garantida a presença das mulheres também no âmbito do trabalho” e nos vários lugares onde se tomam as decisões importantes, tanto na Igreja como nas estruturas sociais» (EG 103).

3. Importância da misericórdia que respeita as consciências pessoais

- O Papa Francisco tem insistido muito na imprescindível misericórdia e prudência dos pastores da Igreja no acolhimento, escuta e aconselhamento de todas as pessoas que vivem realidades familiares consideradas *irregulares*.

A recente Exortação pós-sinodal *Amoris Laetitia* (de 16-3-2016), sobre a família, é particularmente incisiva nesse particular. Sem negar que as normas canónicas gerais têm a sua importância e se justificam porque enunciam os verdadeiros princípios, também não deixa de ser verdade que qualquer norma nunca poderá esquecer as circunstâncias concretas das pessoas a quem se referem e a própria consciência de quem é chamado a agir moralmente. «Por isso, um pastor não pode sentir-se satisfeito apenas aplicando leis morais àqueles que vivem em situações «irregulares», como se fossem pedras que se atiram contra a vida das pessoas» (AL 305).

- E, claro, o princípio ‘misericórdia’ sempre presente: «Seja a misericórdia a guiar os nossos passos, a inspirar as nossas reformas, a iluminar as nossas decisões; seja ela a coluna sustentáculo do nosso agir; seja ela a ensinar-nos quando devemos avançar e quando devemos recuar um passo; seja ela a fazer-nos ler a pequenez das nossas acções no grande projecto de salvação de Deus e na majestade misteriosa da sua obra» (papa Francisco, *Discurso à Cúria Romana*, 21-12-2015)



INSTITUTO DOM JOÃO DE CASTRO

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE FUNDADORES

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

ASSEMBLEIA-GERAL

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

Prof.^a Doutora Maria Regina C. Flor e Almeida – *Vice-Presidente*

Vice-Almirante João Manuel Lopes Pires Neves – *Secretário*

DIRECÇÃO

Vice-Almirante António Carlos Rebelo Duarte – *Presidente*

Margarida Lima Mayer – *Vogal*

Amaro de Oliveira Santos – *Vogal*

Prof. Doutor José Fontes – *Vogal*

Vice-Almirante José Manoel Penteado e Silva Carreira – *Vogal e*

Secretário-Geral

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor António Maria Pinheiro Torres – *Presidente*

Dr. João Maria Abrunhosa Sousa – *Vogal*

Dr. José Luís Pereira Seixas – *Vogal*

